

# MULHERES E...

Dantielli Assumpção Garcia  
Fernanda Luzia Lunkes  
Organizadoras





**MULHERES E...**



Dantielli Assumpção Garcia  
Fernanda Luzia Lunkes  
Organizadoras

**MULHERES E...**

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2022



NAVEGANDO

**Navegando Publicações**



**NAVEGANDO**

www.editoranavegando.com  
editoranavegando@gmail.com  
Uberlândia – MG,  
Brasil

**Direção Editorial:** Navegando  
**Projeto gráfico e diagramação:** Lurdes Lucena  
**Arte da Capa:** Laura Zanon | Diário de Bordo

**Copyright © by autor, 2022.**

S6778 – GARCIA, D. A.; LUNKES, F. L. (Orgs.). Mulheres e... Uberlândia:  
Navegando Publicações, 2022.

ISBN: 978-65-81417-51-2

Vários Autores

1. Feminismo 2. Gênero 3. Mulheres I. Dantielli Assumpção Garcia – Fernanda  
Luzia Lunkes. II. Navegando Publicações. Título.

CDD - 301.412  
CDU – 396

**Índice para catálogo sistemático**

Mulheres                      301.412

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com

editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG

Brasil

## Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

## Conselho Editorial Multidisciplinar

### Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil  
Anderson Brettas – IFPM – Brasil  
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil  
Carlos Lucena – UFU – Brasil  
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil  
Gílson César Fagiani – Uniube – Brasil  
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil  
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil  
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil  
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil  
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil  
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil  
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil  
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil  
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil  
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil  
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil  
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil  
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil  
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil  
Robson Luiz de França – UFU, Brasil  
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil  
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil  
Valéria Lucília Forti – UERJ – Brasil  
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

### Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.  
Alicina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal  
Alexander Steffanell – Lee University – EUA  
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana  
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana  
Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar – Colômbia  
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala  
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina  
Christian Cwik – Universität Graz – Austria  
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile  
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA  
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Elsa Capron – Université de Nimés / Univ. de la Reunión – France  
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.  
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha  
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia  
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México  
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal  
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia  
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México  
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela  
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia  
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México  
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha  
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha  
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador  
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia  
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras  
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha  
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal  
Pilar Caggiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha  
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia  
Roberto Gonzáles Aranas - Universidad del Norte – Colômbia  
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica  
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha  
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha  
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba  
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça  
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal  
Tristan MacCoaw – University of London – Inglaterra  
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai  
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba y Cuba





## SUMÁRIO

<b>MULHERES E(M) SEU TEXTECER: ENTRE DOR(ES), LUTA(S) E RESISTÊNCIA(S)</b>	11
As organizadoras	
<b>VISLUMBRES DE MATERNIDADE ENTRE (DES)APARECIMENTOS, SILENCIAMENTOS E EQUÍVOCOS</b>	17
Aline Fernandes de Azevedo Bocchi	
<b>MULHERES E VIOLÊNCIAS: A HUMILHAÇÃO PELA PALAVRA NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL</b>	33
Ana Paula Peron	
<b>AS FILÓSOFAS DA ANTIGUIDADE E DO MEDIEVO: PRESENÇA E AUSÊNCIA EM DISCURSO</b>	51
Anna Deyse Rafaela Peinhopf - Dantielli Assumpção Garcia	
<b>O RASGO DE IDENTIDADE DO NOME QUE SE FAZ PRÓPRIO NA CLANDESTINIDADE</b>	67
Andréia da Silva Daltoé	
<b>A JUSTIÇA DE BRAÇOS CRUZADOS: IMPEDIMENTO ÀS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS POR MULHERES SURDAS</b>	91
Angela Corrêa Ferreira Baalbaki - Ana Cecília Rebelo	
<b>MULHER E TRABALHO</b>	111
Belmira Magalhães - Geice Silva	
<b>MULHERES E A QUESTÃO TRANS: REFLEXÕES SOBRE VIESES NO CAMPO DE SAÚDE DAS PESSOAS TRANS E FEMINISMO</b>	131
Beatriz Pagliarini Bagagli	
<b>DIZENDO (D)O FEMININO NA MÍDIA</b>	149
Ceres Carneiro - Silmara Dela Silva	
<b>SOU MULHER, ELE SIM: IDENTIFICAÇÃO E LUGARES DE ENUNCIÇÃO</b>	167
Evandra Grigoletto - Mônica Zoppi-Fontana	
<b>TRANSTORNO MENTAL E(M) MULHERES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO</b>	201
Fernanda Lunkes	

<b>AINDA SOBRE O REAL, COM OS FIOS DE SHIOTA</b>	219
Lucília Maria Abrahão e Sousa	
<b>EL LENGUAJE INCLUSIVO EN LA TRAMA HISTÓRICA.</b>	239
<b>NOTAS SOBRE GÉNEROS, DISCURSO Y POLÍTICA EN ARGENTINA</b>	
Mara Glozman	
<b>A RUA COMO LUGAR DE (R)ESISTÊNCIA</b>	257
Mirielly Ferraça	
<b>OLHARES SOBRE O FEMINICÍDIO: REGISTROS DO/NO CINEMA E AUDIOVISUAL</b>	275
Ariane Costa Derner - Giovanna Benedetto Flores - Nádia Régia Maffi Neckel	
<b><i>ESCULPIDO VIVO: VIDA E MORTE DA ART(ISTA)</i></b>	288
Renata Marcelle Lara	
<b>SOBRE AS AUTORAS</b>	313

## MULHERES E(M) SEU TEXTECER: ENTRE DOR(ES), LUTA(S) E RESISTÊNCIA(S)

A atualidade tem sido marcada por dizeres sobre as mulheres, a constituição e condição subjetiva do/no feminino na formação social capitalista, cuja ideologia mantém fortes laços com o patriarcado. Nas artes, nas ciências, na política e em tantas outras frentes de atuação, mulheres são olhadas e ditas, mas também atuam, dizem e se significam, em gestos constantes e necessários de luta e resistência, a fim de legitimar seus dizeres e suas existências.

Pensando na relevância, na singularidade e na transversalidade dessa problemática, nossa aposta na organização deste livro foi propor uma reflexão em torno dos processos discursivos sobre/de mulheres na relação com temáticas específicas, colocando em jogo as tensões, os dilemas e as frentes de luta e de resistência que se vislumbram. A partir da mobilização preliminar de temas como artes, mídias, ditaduras, psicanálise, feminismos, políticas, filosofia, trabalho, maternidades, ciências, espaços urbanos, saúde, transexualidade e imagens, contamos com a colaboração de outras mulheres para pensarem, dizerem e se posicionarem conosco, teórica e politicamente. Cada autora elaborou seu texto sobre um determinado tema mobilizando o que lhe afetava no dizer, no mostrar e no fazer das/sobre as mulheres.

Para o tema “maternidades”, contamos com a colaboração de Aline Fernandes de Azevedo Bocchi, com o texto intitulado “Vislumbres de maternidade entre (des)aparecimentos, silenciamentos e equívocos”. A autora analisa, a partir de recortes, o catálogo da exposição *The Hidden Mother*, de Linda Fregni Nagler. A partir de fotografias de bebês e crianças realizadas nos séculos XIX e XX, Bocchi busca compreender o que formula como “*prática contemporânea de resistência*” a partir do jogo estabelecido entre o visível e o invisível da figura materna nessas materialidades significantes.

Com o tema “violências”, Ana Paula Peron, no texto “Mulheres e violências: a humilhação pela palavra na condição de violência conjugal”, mobiliza a noção de humilhação para articulá-la a uma análise discursiva da violência psicológica. Com um *corpus* construído a partir de relatos colhidos de mulheres que procuraram um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher em um bairro periférico de São Paulo, a autora busca situar o efeito da

humilhação como um elemento que constitui o discurso da mulher na posição “mulher em condição de violência conjugal”.

No texto “As filósofas da Antiguidade e do Medievo: presença e ausência em discurso”, Anna Deyse Rafaela Peinhopf e Dantielli Assumpção Garcia discorrem sobre a constituição do campo filosófico a partir da ausência presente de mulheres filósofas de sua história. As autoras partem da Antiguidade e do Medievo para mostrarem como Aspásia de Mileto, Diotima de Mantinéia, Hildegarda de Bingen e Christine de Pisan, mulheres filósofas, resistiram e produziram um saber científico em tais períodos históricos.

A partir do tema “ditaduras”, o texto de Andréia da Silva Daltoé, “O rasgo de identidade do nome que se faz próprio na clandestinidade”, analisa o modo de subjetivação nas condições da ditadura militar e da clandestinidade. Para isso, parte da história de vida na clandestinidade da ex-presença política Derlei Catarina De Luca, analisando as pistas deixadas pelos nomes que Derlei precisou assumir no período ditatorial. Daltoé busca compreender “os modos de o sujeito se subjetivar mesmo quando é preciso ‘deixar de existir’”.

Para mobilizar o tema “deficiências”, Angela Corrêa Ferreira Baalbaki e Ana Cecília Rebelo colaboram com o texto “A justiça de braços cruzados: impedimento às denúncias de violência sofridas por mulheres surdas”. Baalbaki e Rebelo colocam em questão, na análise de diferentes materialidades significantes de uma notícia, os obstáculos e as interdições da mulher surda, os quais impedem o reconhecimento da violência sofrida.

O tema “arte” conta com a colaboração de Ariane Costa Derner, Giovanna Benedetto Flores e Nádia Régia Maffi Neckel, com o texto “Olhares sobre o feminicídio: registros do/no cinema e audiovisual”. As autoras elegem como objetos de análises o documentário “*Quem matou Eloá?*” (2015) e a minissérie “*Marielle, O documentário*” (2020) para colocar como questões de análises as imagens e os dizeres sobre os “corpos femininos, sobre o feminicídio e como a mídia de referência produz discursividade a respeito dos crimes praticados contra as mulheres”.

No texto “Mulheres e a questão trans: reflexões sobre vieses no campo de saúde das pessoas trans e feminismo”, Beatriz Pagliarini Bagagli busca relacionar o tema “transexualidade” à saúde, sobretudo por meio do funcionamento da linguagem, apontando para tensões produzidas no campo médico a partir das práticas em torno das identidades de gênero e para alguns dos sofrimentos do sujeito não cisgênero e não binário.

Com o tema “trabalho”, Belmira Magalhães e Geice Silva buscam situar no texto “Mulher e trabalho” a posição da mulher na formação social capitalista. Considerando especialmente a conjuntura pandêmica, as autoras analisam a reprodução da “divisão sexual do trabalho” a partir de discursividades que engendram as produções de evidências sobre a mulher, que aprofundam as desigualdades e deslegitimam, também financeiramente, muitas atividades realizadas pelas mulheres.

A partir do tema “mídias”, Ceres Carneiro e Silmara Dela Silva, no texto “Dizendo (d) o feminino na mídia”, situam os sentidos sobre feminino e casamento. Com um *corpus* constituído por cartas de mulheres endereçadas a diferentes espaços de aconselhamentos e em diferentes condições de produção, as autoras depreendem diferentes sentidos produzidos sobre a mulher na relação com o casamento a partir do funcionamento religioso e não-religioso, assim como a força do discurso patriarcal na atualidade.

Para mobilizar o tema “feminismos”, contamos com a colaboração de Evandra Grigoletto e Mónica Zoppi-Fontana com o texto “Sou mulher, ele sim: identificação e lugares de enunciação”. A partir de análises de sequências discursivas extraídas de páginas de redes sociais (Facebook e Twitter), as autoras analisam o funcionamento da modalidade de identificação que se faz representada diante da tomada de posição favorável a um dos candidatos à presidência da República, materializada linguisticamente pelo *Ele Sim*, além de postagens relacionadas ao feminino com o enunciado “Sou mulher”.

Com o tema “saúde”, Fernanda Lunkes, no texto “Transtorno mental e(m) mulheres: uma análise do discurso midiático”, busca situar, a partir da análise de matérias que abordam síndrome de *Burnout* e depressão, como os processos discursivos produzem efeitos de evidência na incidência de transtornos mentais em mulheres.

Mobilizando o tema “psicanálise”, Lucília Maria Abrahão e Sousa traz no texto intitulado “Ainda sobre o real, com os fios de Shiota” o conceito de real, tal como proposto na teoria lacanianiana, a fim de propor um gesto de leitura de trabalhos da artista japonesa Shiraro Shiota. A autora percorre um caminho teórico a fim de refletir como o sujeito lida com o vazio que lhe constitui para relacionar aos efeitos da produção artística de Shiota sobre e com o vazio, o furo que constitui as subjetividades.

No texto de Mara Glozman “El lenguaje inclusivo en la trama histórica: Notas sobre géneros, discurso y política en Argentina”, a autora analisa de que modo a linguagem adquire um papel central nas teorias sobre

gêneros e sexualidades e o modo como uma polêmica se instaura na Argentina em torno dessa temática. Ademais, nesse capítulo, Glozman reflete sobre a linguagem inclusiva, analisando seu caráter fundador nos debates sobre a língua na história de sua constituição.

Com o tema “espaços urbanos”, Mirielly Ferraça contribuiu com a obra com o texto “A rua como lugar de (r)esistência”. A partir de entrevistas realizadas em 2016 e 2017 com sujeitos que vivem ou transitam pelo Jardim Itatinga (Campinas-SP), bairro construído nos anos 1960 para ser “uma zona de prostituição”, a autora situa como as relações cotidianas são tecidas nesse espaço e como os sujeitos “(r)esistem”.

O tema “imagens” foi mobilizado por Renata Marcelle Lara no texto “*Esculpido vivo: vida e morte da art(ista)*”. A autora elabora sua análise com base na personagem Evelyn Ann Thompson (E.A.T.), do filme *Arte, Amor e Ilusão (The Shape of Things, 2003)*, em cenas nas quais E.A.T. apresenta seu trabalho de mestrado. A autora coloca em questão o cenário da instalação da obra da personagem, *escultura humana*, que coloca em suspenso “as relações entre sujeito, artista, arte, obra e espectador”.

Julgamos relevante fazer menção às reticências que compõem no título da obra, as quais apontam justamente para o que está em jogo no movimento dos sujeitos e dos sentidos. Ao adotarmos as reticências, assumidas como sinais discursivos (GRANTHAM, 2002), colocamos em questão um funcionamento propício desses sinais: a significação também pelo silêncio, provocando o leitor a mergulhar nessa deliciosa - e desafiadora - tarefa de compreender, em cada texto, como cada tema foi apropriado pelas autoras em seus gestos de análise.

As análises desenvolvidas pelas mulheres que seguiram conosco nesta jornada demonstram a potência e a força da proposta. Do lugar teórico que assumimos, a Análise de Discurso materialista, cada trabalho nos possibilita depreender os imensos desafios que nós mulheres ainda enfrentamos e os gestos de (r)existência que produzimos para legitimar nossas vidas como mulheres em uma sociedade patriarcal que tem horror ao feminino.

As organizadoras

## Referências

GRANTHAM, Marilei. **Da releitura à escritura:** um estudo da leitura pelo viés da pontuação. 2002. 340 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.





## VISLUMBRES DE MATERNIDADE ENTRE (DES)APARECIMENTOS, SILENCIAMENTOS E EQUÍVOCOS

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi

Mulher, como você se chama? — Não sei.  
Quando você nasceu, de onde você vem? — Não sei.  
Para que cavou uma toca na terra? — Não sei.  
Desde quando está aqui escondida? — Não sei.  
Por que mordeu o meu dedo anular? — Não sei.  
Não sabe que não vamos te fazer nenhum mal? — Não sei.  
De que lado você está? — Não sei.  
É a guerra, você tem que escolher. — Não sei.  
Tua aldeia ainda existe? — Não sei.  
Esses são teus filhos? — São.

Wisława Szymborska

Apresento, neste texto<sup>1</sup>, um percurso teórico-analítico de compreensão das relações ideológicas constitutivas de sentidos para a maternidade na sociedade ocidental, a partir de recortes do catálogo da exposição *The Hidden Mother*, de Linda Fregni Nagler. Interessa-me, particularmente, versar sobre como a produção artística de Linda se formula nas brechas dos rituais ideológicos para realizar um gesto artístico aqui compreendido enquanto *prática contemporânea de resistência*; ao estabelecer um jogo de linguagem entre o visível e o invisível, a artista compõe uma estética de desterritorialização do espaço e do tempo em que o arquivo surge como vestígio material do (des)aparecimento.

Em *The Hidden Mother*, Linda dispõe em uma série de centenas de imagens fotográficas dos séculos XIX e início do século XX em que bebês e crianças constituem o foco informativo do *studium*, enquadrados de forma a serem exibidos aos olhares sociais. Todavia, embora formuladas para retratar essas crianças, o que surge como *punctum* (BARTHES, 2015) no vislumbre dessas cenas de intimidade é, justamente, aquilo que se tenta es-

---

<sup>1</sup> Versões preliminares deste texto foram apresentadas no simpósio (A)versões ao feminino: discursos, sujeitos, efeitos, realizado no 67º Seminário do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, em julho de 2019, e na sessão coordenada Práticas contemporâneas de resistência: delimitações e deslocamentos, realizada no ENELIN 2019, na Univás - Pouso Alegre.

conder e obliterar: a figura materna, que encontra-se ao mesmo tempo presente e ausente, numa ambiguidade que “acaba trazendo à tona a própria figura feminina como recalcada da história” (SELIGMANN-SILVA, 2014, p. 53). Assim, mesmo que essas figuras escondidas possam ser o pai ou até mesmo a babá, ao nomear a série fotográfica como *A mãe escondida* Linda estabelece um gesto de autoria cuja característica é a crítica social e política acerca da maternidade nas sociedades ocidentais; tecido a partir do jogo entre mostrar e esconder, seu gesto consiste na apropriação e ressignificação contemporânea dessas fotografias.

Gênero de fotografia comum na era vitoriana, esses retratos surgiram da necessidade de manter crianças pequenas imóveis enquanto a fotografia era tirada, posto que as primeiras câmeras exigiam um longo tempo de exposição. Ao garimpar essas fotografias originárias dos álbuns de família, retirá-las do espaço e do tempo que marcavam suas condições de produção, Linda as reuni em seu arquivo, marcando-o com o significante do ocultamento materno. Assim, o que se sobressai dessa provocadora intervenção político-poética é, justamente, a ausência-presença das mães, obliteradas nas fotografias que integram a série, escondidas por entre panos, trapos e caixas que compõe os cenários ou, ainda, postas fora do campo de visão da fotografia, de seu enquadramento, restando de seus corpos apenas fragmentos de braços ou mãos, vestígios dos processos de significação do sujeito mulher-mãe.

**Figuras 1 e 2:** Recortes do catálogo da exposição *The Hidden Mother*



Meu interesse consiste em versar sobre dois aspectos do catálogo fotográfico referido. O primeiro diz respeito à potência poético-política da arte para tecer uma apropriada crítica social sobre a condição feminina, enfatizando sobretudo sua disposição em desestabilizar processos de sedimentação de significações para as mães, admitindo sentidos outros à mulher, ao feminino e à maternidade, o que permite compreendê-lo discursivamente enquanto *prática de resistência*. Conforme Pêcheux pontua, “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Depreende-se disso que uma compreensão discursiva de resistência a localiza *nas* contradições próprias às falhas do ritual ideológico de interpelação, realizando-se *sob* a própria dominação.

Assim, os modos como a produção artística trabalha nas falhas e brechas próprias aos arquivos, dispondo de seus restos, constitui o segundo aspecto. Tentarei sustentar que, em seu gesto artístico, Linda poetiza e politiza um arquivo constitutivo de sentidos para o feminino e a maternidade da mulher burguesa no século XIX até os nossos dias, delata a contraditória condição de existência dessas mulheres; ao desarquivar e historicizar essas figuras fantasmáticas de nosso passado recente para trazer à tona silenciamentos e violências, seu gesto inscreve um arquivo por meio da arte, estabelece um jogo de linguagem irônico e equívoco que faz furo na evidência de sentidos para o feminino e a maternidade em nossa formação social.

Em outras palavras, trata-se de considerar *The Hidden Mother* enquanto *gesto de resistência* que, para se estabelecer, acolhe o equívoco constitutivo do discurso, compreendido como “ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica)”, conforme Gadet e Pêcheux (2010, p. 64). Ou seja, considera-se que o gesto poético-político constitutivo de *The Hidden Mother* se situa, justamente, face à abertura dos processos de significação, e a partir dela estabelece questionamentos importantes, permitindo historicizar a maternidade. Nessa direção, o gesto artístico possibilita forjar uma escuta possível para o que Robin (2016) descreve como memórias feridas, de passados impensados, que nos habitam sem que saibamos e que insistentemente retornam. Entretanto, neste retorno, *The Hidden Mother* estabelece uma deriva, funciona enquanto *acontecimento discursivo*: ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 2002) a ressignificar versões historicamente estabilizadas para o feminino e a maternidade.

## A constituição de sentidos para a maternidade no imaginário da modernidade

*Uma criatura muito estranha, complexa, emerge então.  
Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é  
completamente insignificante. Atravessa a poesia de uma ponta à  
outra; por pouco está ausente da história. Domina a vida de reis e  
conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer  
rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo.  
(Virginia Woolf, Um teto todo seu)*

Em sua intervenção artística, Linda se apropria de fotografias que compunham álbuns de família na Europa do século XIX até o início dos anos 1920, deslocando-as de suas *condições de produção*, num gesto que possibilita historicizar essas notáveis imagens de bebês (precursoras dos atuais ensaios *newborn?*) que se apresentam ao nosso olhar e demandam interpretação. Vestígios da consolidação do ideário da modernidade a estabelecer processos de individuação (ORLANDI, 2010) dos sujeitos, essas fotografias surgem em uma conjuntura histórica marcada pela industrialização, urbanização, organização da vida pelos parâmetros da eficácia industrial e da moralidade burguesa, nascimento da família nuclear e separação nítida entre espaços públicos e privados, segundo Kehl (2016, p. 26).

Nessa configuração que modificou profundamente a sociedade europeia, nasce - no seio da família burguesa - o indivíduo, sujeito moderno, que ao longo do século XIX vai definindo seus contornos; a família nuclear e a noção de vida privada são, portanto, fundamentais na compreensão dessas estranhas fotografias de bebês expostos como admiráveis itens colecionáveis, produtos de capciosos dispositivos de controle que, segundo Foucault (1988), possibilitou à família nuclear funcionar como espaço privado.

Com o advento da modernidade, observa-se uma densa transformação nos sentidos atribuídos às crianças e o aparecimento, de acordo com Ariès (1981), da infância entendida como uma fase importante da vida. Segundo Perrot (1995, p. 163), foi apenas nesse período que a criança passou, inclusive, a constituir objeto privilegiado de investimento amoroso dos pais, como consequência de um lento movimento iniciado no século XVII e que concede paulatinamente atenção à infância ao considerar a especificidade da criança. Deste modo, quase dois séculos foram necessários para que os sentimentos de ternura e intimidade para com os filhos

pudessem ser reconhecidos, num processo que coincidiu com o advento da família moderna. Assim, é possível reconhecer que práticas atualmente consideradas “naturais” à maternidade, como o aleitamento materno, altamente valorizado em nossa sociedade, foram vagarosamente sendo implementadas no seio da família nuclear.

Para se ter uma ideia, na França urbana do século XVIII só uma minoria das crianças nascidas eram amamentadas pela mãe: na Paris de 1780, dos 21 mil bebês nascidos naquele ano, apenas mil foram por suas mães amamentados. Outras mil crianças foram aleitadas por amas-de-leite residentes. “Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária” (BADINTER, 1985, p. 19). Dos “bons burgueses” às classes populares, o hábito de enviar filhos às casas de amas para serem criados só não se estendia à nobreza e alta burguesia, que preferiam as amas residentes. Se entre os casais pobres a necessidade de trabalhar os impossibilitava de cuidar dos filhos, no caso da “pequena burguesia trabalhadora” a decisão era determinada pela ideologia dominante: “como a sociedade valoriza o homem, e portanto o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre os do bebê” (BADINTER, 1985, p. 77).

Segundo Badinter (1985), o *mito do amor materno* foi lentamente construído a partir do século XVIII, quando os discursos em circulação passam a exaltá-lo como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir os cuidados com os filhos. Nessa época, enquanto o discurso econômico alertava para os perigos e prejuízos do declínio populacional na Europa, a filosofia liberal favorecia ideias de liberdade, igualdade e felicidade individual. A noção de vida privada emerge nesse contexto. Ela dispôs espaços privados de vida, dentre os quais o lar se constituía como lugar reservado à família, e modificou o caráter da vida pública, por meio de tecnologias políticas, entendidas como um conjunto de práticas que investem sobre o corpo, a saúde, as formas de alimentação e habitação, enfim, sobre a existência humana.

Para Kehl (2016), a família nuclear e o lar burguês são tributários de um padrão de feminilidade que sobrevive ainda hoje, “cuja principal função é produzir um casamento, *não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar* (KEHL, 2016, p. 38 – grifo da autora). Os sentidos de feminilidade atrelados à domesticidade, à vida predestinada ao casamento e à maternidade fazem portanto parte da história da constituição dos sujeitos modernos e a adequação das mulheres a essas funções foi o resultado de insidio-

sas produções discursivas realizadas a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX.

Esses discursos, que “determinavam o que cada mulher deveria ser *para ser verdadeiramente uma mulher*” (KEHL, 2016, p. 38 – grifo da autora), cumprem seu objetivo de adequar as mulheres ao “conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominados feminilidade” (p. 40) e passam a compor o imaginário social moderno, transmitidos pela educação formal, pelas expectativas parentais, pela religião e pela produção científica e filosófica da época. “A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes”, relacionava-se, nesses discursos, com outra ideia, bastante recorrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação, para que as mulheres pudessem cumprir “naturalmente” seus destinos. A feminilidade consistia, então, num conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função de particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; “atribui-se às mulheres um pendor definitivo para ocupar um único lugar social – a família e o espaço do lar -, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade” (KEHL, 2016, p. 40).

## **A maternidade entre (des)aparecimentos e silenciamentos**

*A ética da psicanálise exige que o analista saiba que “homem”,  
“mulher” e “sujeito” são construções datadas, contingentes;  
portanto, “mutantes.”*

*(Maria Rita Kehl, Deslocamentos do feminino)*

O corpo constitui, assim, uma importante materialidade que estrutura *The Hidden Mother*, estabelecido no jogo entre presenças e ausências, a demandar gestos de interpretação que permitam compreender o modo como essas composições visuais, dispostas em uma série, materializam um discurso sobre o feminino e a maternidade crivado pelo questionamento e pela crítica. Em seus modos de enquadramento, essas fotografias produzem uma visibilidade para o corpo do bebê e, no mesmo gesto, constituem um apagamento o corpo da mãe, materializando um certo desaparecimento social e político. Destes corpos maternos desaparecidos, restam apenas vestígios de processos de significação da mulher que naturalizam uma “condição feminina” construída ideologicamente.

A visibilidade dessas crianças é indício de sua supervalorização a partir do século XIX até os nossos dias, quando os bebês passam, especialmente para as mães, a constituírem-se com um valor narcísico, como considera Kehl (2016). Segundo Roudinesco (2003, p. 48), em consequência da Revolução, sobretudo na França, desenvolveu-se uma nova atitude com respeito ao bebê, quando “o filho deixava de ser uma *coisa* para se tornar, ele também, um sujeito integral”. Até então, ele era visto como um objeto submisso à vontade dos pais que poderiam, inclusive, condená-lo à morte. Práticas como o infanticídio, criminalizado no século XVIII, e o abandono eram correntemente utilizadas para o controle da fecundidade e coexistiam com o amor parental, cuja significação adquire outros contornos ao longo do século XIX.

Assim, com o advento da família burguesa, o filho passa a constituir um “investimento na transmissão do patrimônio” e “um ser desejado”. Essa mutação que alicerça a família moderna em torno da criança explica, consoante Roudinesco, a revolução demográfica no século XIX, quando o casal passa a se sentir responsável pelo futuro das crianças e planejar seus nascimentos. A família operava, portanto, enquanto suporte de processos de individualização das crianças como sujeitos, processos cujas marcas reconhecemos nessas fotografias familiares, as quais constituem rituais de pertencimento que instalam a criança como membro da sociedade doméstica, atestando-a como filho legítimo. Desse modo, esses registros fotográficos reunidos em *The Hidden Mother* estabelecem, assim, discursos que participam de um amplo processo de naturalização da relação da fêmea humana com sua cria, comparecem na constituição dos sentidos das crianças como indivíduos modernos a partir do ideal de felicidade, dedicação, cuidado, em que “os filhos são valorizados como falo da mãe” (KEHL, 2016, p. 62).

Observa-se, assim, que a subjetividade da criança se forjava em prol do desaparecimento público da mãe, encerrada nos espaços privados do lar, produzindo um tipo de invisibilidade carregada, todavia, de ambivalências; embora crivada pelo desaparecimento de grande parte das mulheres nos espaços públicos e políticos, a mãe passa lentamente a ocupar uma posição valorizada dentro do grupo familiar fundado nos ideais do amor romântico. Seria ingênuo pensar, segundo Kehl, que as mulheres aceitaram passivamente os ditames da feminilidade e da maternidade que lhes foram impostos; há “um gozo que a maioria das mulheres sente com a maternidade, gozo do qual participam o narcisismo e a posse de um objeto idealizado e hipervalorizado pelas sociedades modernas, além de uma boa dose de gratificação erótica” (KEHL, 2016, p. 65).

Entretanto, embora as mulheres do século XIX possam ter gozado de sua feminilidade e maternidade, eram expressamente interdidas de viver outras possibilidades de identificação, constituir atributos e escolhas de destino tidos como masculinos. Feminilidade e maternidade constituem, portanto, especificidades das subjetividades dessas mulheres, as quais vislumbramos, nas formulações visuais analisadas, por meio de uma ética e uma estética de (des)aparecimento em que a “pessoa é deliberadamente omitida”, expressa pela metade ou por partes, o que pode “fornecer explicações preciosas sobre o funcionamento de suas subjetividades” (HAROCHE, 1992, p. 163).

Ao argumentar em favor de uma concepção ao mesmo tempo psicanalítica, histórica e ideológica da subjetividade, Claudine Haroche (1992) busca, na história religiosa e jurídica, os elementos que contribuíram para estruturar a subjetividade e definir a própria ideia de sujeito. Embora trate particularmente do problema da subjetividade na língua e na gramática, suas considerações permitem ponderar sobre a questão da falta concernente à linguagem, e das diferentes formas da incompletude na formulação visual. Ancorados em suas ideias, insistimos que as formulações visuais são constituídas pela incompletude e pelo indizível; uma fotografia não pode tudo mostrar, tudo capturar; nela habita um resto, ou seja, da cena que o enquadramento torna visível, discernível, há bordas inacessíveis ao olhar do fotógrafo, há sempre um fora do campo de visão da fotografia: outras cenas. Assim, se o enquadramento delimita aquilo que pode e que deve ser visto, demarcando o reconhecível, ele contudo só pode fazê-lo a partir de uma exigência imaginária de completude.

Isso nos mostra que o gesto fotográfico, enquanto operação de linguagem que busca tornar o real discernível, não se dá a despeito de falhas. Nas formulações visuais que compõem o recorte a seguir, o manto comparece como tentativa de obliterar uma falha (de ordem técnica, pois diz respeito ao tempo de exposição de que as primeiras câmeras necessitavam) e esconder aquilo que não pode ser visto. Entretanto, nessa tentativa de escamotear a mãe e seu desejo, um efeito de *infamiliar (Unheimliche)* (FREUD, [1919] 2019) é produzido de maneira extraordinária. Assim, imagens familiares, de inquietante estranheza, que dão a ver o conhecido, o costureiro, por serem atinentes à privacidade do lar evocam, também, o secreto e o desconhecido, o estranho que deve permanecer obliterado, dado seu caráter angustiante e assustador.



O desaparecimento do corpo, recalcado nessas fotografias, coloca, evidentemente, o corpo feminino no campo do indiscernível: secreto, furtivo, que deve permanecer encoberto ou oculto (ou, de outro modo, que necessita ser descoberto, conhecido), dissimulado. Significantes que, em seu incessante deslizar, traçam contornos para o feminino e para a maternidade, especificando para eles sentidos que indiciam uma relação com a diferença sexual pensada em termos de complementaridade, em que a feminilidade é associada à maternidade para que a mulher possa realizar a tarefa procriadora a ela imposta pela cultura. O resto que inevitavelmente essa relação esconde e escamoteia é, justamente, aquilo que vem dissociar essa associação, a sexualidade feminina, cuja representação máxima pode ser evocada na figura da prostituta.

**Figuras 3:** Recorte do catálogo da exposição *The Hidden Mother*.



Nos recortes que compõem *The Hidden Mother*, pode-se considerar que, do ponto de vista estritamente jurídico, não há sujeito, já que o rosto é a expressão do jurídico, segundo Levinas (*apud* FELMAN, 2014, p. 82). De fato, o movimento pelo sufrágio feminino confirma que as mulheres do século XIX não gozavam do estatuto de sujeito de direito, o que nos mostra que é necessário examinar com cuidado as formas de seu assujeitamento. Contudo, se tomarmos a constatação de P. Legendre de que os sujeitos de direito procedem dos escritos da lei, constatamos sem muita dificuldade que eram as leis familiares aquelas impostas às mulheres, em que o amor à

família faz as vezes do amor ao Estado, substituindo o desejo do sujeito, em uma “relação de subordinação, de opressão, de disciplinarização da subjetividade” (HAROCHE, 1992, p. 189).

As formas limites desse assujeitamento talvez possam ser descritas pela interdição ao próprio corpo e, como indiciam as fotografias, a censura do rosto, pela via do recurso a uma fisionomia convenientemente mascarada, a impor uma distância impassível, impenetrável. A opacidade e o silêncio dos rostos ocultos dessas mulheres jogam com o equívoco; eles têm por efeito uma ambiguidade que vai da ameaça ao mistério, da fascinação ao medo, sustentado pela ideia de que a expressão do rosto revelaria, talvez, os desejos mais secretos e impossíveis de admitir.

Em uma sociedade em que “os conflitos políticos e sociais são traduzidos por uma polêmica das aparências”, onde “o rosto do outro libera na amplificação grotesca do detalhe visível a natureza oculta de sua moralidade corrompida” (HAROCHE; COURTINE, 1987, p. 27), o manto guarda e protege, impede olhares inquisidores a espreitar a marca de caracteres morais, oculta qualquer possível traço de degenerescência. “Os rostos fecham-se no momento em que o realismo fixa a verdade das fisionomias e caracteres na arte do retrato” (p. 29). Contudo, é a fotografia que fixará a instantaneidade da expressão e garantirá a reprodutibilidade dos rostos, conforme Haroche e Courtine, contribuindo para “conformar a identidade à fisionomia, para confundir identidade e aparência de maneira definitiva” (1987, p. 29).

## **De arquivos e equívocos: o gesto artístico na contradição histórica**

Sabemos, considerando as elaborações de Pêcheux (2002), que o batimento entre estrutura e acontecimento requer a compreensão do processo discursivo referido a um objeto simbólico. Nessa trilha, tomamos a composição visual do catálogo da exposição *The Hidden Mother* a partir de Lagazzi (2017, p. 35), que estabelece a “composição como uma relação pela contradição” entre “diferentes estruturas materiais constitutivamente falhas e incompletas”, dado o caráter estrutural da falha e da incompletude simbólica. A contradição estabelece a impossibilidade de síntese na interpretação; ela só tem espaço se “as relações de estruturação permitirem reestruturação e se as relações simbólicas permitirem derivas de sentidos” (LAGAZZI, 2017, p. 35).

Perguntando-se sobre a materialidade do discurso no tratamento de objetos simbólicos heterogêneos, a autora estabelece, a partir de Pêcheux, que a materialidade do discurso é a linguagem em suas diferentes materialidades significantes. Tendo em vista suas elaborações conceituais e analíticas, considero que o material em análise se estrutura por meio de imagens, palavras e corpos (des)aparecidos, organizados e catalogados em um arquivo em que diferentes relações estruturais são simbolicamente organizadas pela intervenção do sujeito. A consideração do sujeito mostra-se, então, imprescindível para a compreensão do lugar teórico atribuído à ideologia e à língua quando tratamos de materiais visuais: “a língua concebida como materialidade do discurso não está dissociada do sujeito, que por ela se constitui” (LAGAZZI, 2017, p. 36).

Assim, Linda estabelece seu gesto artístico poético-político nas falhas do ritual ideológico para permitir, a partir delas, derivas de sentidos para essas fotografias, ressignificando-as em condições de produção outras. Consideramos o caráter lacunar da memória e sua inexorável relação com o esquecimento, que em *The Hidden Mother* se apresenta como uma tentativa de fazer justiça a uma “memória impedida”, que segundo Paul Ricoeur (2000) é da ordem do recalque e do retorno do recalçado; memória silenciada ou desaparecida. Há, por assim dizer, corpos deslocados do espaço-tempo em que foram retratados, desterritorializados de suas formações discursivas para significarem em espaços outros, constituindo sentidos de denúncia das condições de existência de mulheres-mães e da maternidade nas sociedades ocidentais, delatando, também, a ilusão da simetria e homogeneidade que ignora as relações de força e denega as contradições sociais e ideológicas.

Em *The Hidden Mother*, coloca-se, portanto, em questão, a materialidade das imagens, palavras e corpos que figuram no catálogo, mas também a materialidade do próprio arquivo em sua relação com o silêncio, ou melhor, com as políticas de silenciamento, posto que nas imagens elas ressoam significativas aos processos de constituição de sentidos para a mulher, para a maternidade e para o feminino. A elaboração conceitual discursiva do arquivo, segundo a qual não há arquivo sem memória e, portanto, sem esquecimentos, estabelece que, embora consinta na estabilização de sentidos, o arquivo abriga também faltas, furos e restos ignorados e esquecidos de memória. O modo discursivo de apreensão do arquivo impõe, então, considerar a falta como constitutiva do próprio arquivo, de sua materialidade, pois embora funcione na evidência da completude o arquivo comporta também ruínas, lacunas, silêncios e silenciamentos.

Assim, ao deslocar arquivos privados de meados do século XIX e torná-los públicos, Linda estabelece um gesto de autoria crivado por uma estética de desterritorialização, gesto que joga com os sentidos ao constituir um arquivo outro, que surge como vestígio material do (des)aparecimento social da mulher-mãe. A reapresentação dessas fotografias, deslocadas de suas condições originais de produção, produz uma torção na produção de sentidos para essas mulheres, torção marcada por um reaparecimento. Trata-se de uma prática discursiva irônica, constituída por meio de discursos derrisórios que dão a ver os embates nos processos de produção de sentidos para a mulher, o feminino e a maternidade. Considera-se, assim, que toda a resistência possível articula-se a um trabalho de linguagem, quando, na falha do ritual, o sem-sentido passa a fazer sentido.

## Considerações finais

Enquanto sujeitos de linguagem, somos confrontados com o fato de que o significante está aberto ao possível da significação, visto que significante e significado não estão fixados um ao outro. Conforme Pêcheux ([1975] 2009), o *primado da metáfora sobre o sentido* sintetiza a tese de que o sentido é produzido pelo deslizamento sem origem do significante, consentindo na polissemia, compreendida enquanto possibilidade mesma do movimento entre o significante e o significado, isto é, enquanto consequência necessária da incompletude da língua. Pêcheux convoca, assim, a materialidade da língua para traçar um percurso de reflexão sobre a resistência, situando-a como lugar do deslocamento, da possibilidade, do sentido outro, e cujo funcionamento comporta relações entre “o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Assim, a compreensão discursiva da resistência constitui um trabalho com o real, em que se conjugam o equívoco (real da língua e a abertura ao deslizamento dos sentidos) e a contradição (real da história sujeito às contingências do acontecimento).

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litânias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; to-

mar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (PÊCHEUX, 1990, p.17)

Pêcheux estabelece, então, as práticas de resistência como “vitórias ínfimas”, formas de aparição esquivas, que “no tempo de um relâmpago” instalam alguma coisa de uma outra ordem, desestabilizando a ideologia dominante ao tirar partido de seu desequilíbrio. Ao ressignificar um ritual enunciativo constitutivo de sentidos acerca da mulher-mãe nas sociedades modernas do século XIX, *The Hidden Mother* desloca processos interpretativos ao instalar, em seus arquivos, um reaparecimento equívoco, forjando uma crítica da condição social, política e simbólica das mães. Isso confirma, conforme Pêcheux, que a resistência se realiza no jogo da linguagem e é tributária do caráter equívoco da materialidade da língua: ela é a possibilidade de deslocar sentidos já esperados, ao dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis; ao apresentar imagens improváveis, que beiram o impossível, sob a forma de um equívoco, *The Hidden Mother* incorpora o non sens, forjando sentidos outros.

Depreende-se daí que os mecanismos de resistência são decorrentes do próprio processo de interpelação ideológica, posto que a interpelação é incompleta; ela jamais se efetiva de uma vez por todas. Assim, a afirmação de Pêcheux de que “não há dominação sem resistência” torna-se discernível a partir da compreensão de que a relação entre um dizer e suas rupturas funcionam simultaneamente; ainda que em uma fração de segundos, os sentidos são sempre suscetíveis à versões outras, por causa/e apesar da interpelação ideológica.

## Referências

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico: julgamentos e traumas no século XX**. Trad. Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1.** Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, Sigmund [1919]. **O infamiliar [Das unheimliche]**. Obras incompletas de Sigmund Freud. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (1981). **A língua inatingível**. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Editora RG, 2.ed., 2010.

HAROCHE, Claudine; COURTINE, Jean-Jacques. O homem desfigurado – Semiologia e Antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 13, pp. 7-32, set./fev. 1987.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino:** a mulher freudiana na passagem para a modernidade. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAGAZZI, Suzy Maria. Trajetos do Sujeito na Composição Fílmica. *In: FLORES, Giovanna; GALLO, Solange; LAGAZZI, Suzy; KECKEL, Nadia; PFEIFFER, Claudia; ZOPPI-FONTANA, Mónica. (Org.). Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. 1ª ed. Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 23-39.

ORLANDI, Eni P. Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. *In: Bolema*, Rio Claro (SP), v. 23, n. 36, p. 625-638, agosto 2010.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *In: Caderno de Estudo Linguísticos*. Campinas, (19): 7-24, jul./dez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. “Papel da memória”. *In: ACHARD, Pierre. [et al]. (Org.). Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas (São Paulo): Pontes, 2009.

PERROT, Michele. **Escrever uma história das mulheres**: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 4, 1995.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris : Seuil, 2000.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sobre o anarquívamento – um encadeamento a partir de Walter Benjamin. *In*: **Revista Poiésis**, nº24, pp. 35-58, Dezembro de 2014.





## MULHERES E VIOLÊNCIAS: A HUMILHAÇÃO PELA PALAVRA NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Ana Paula Peron

*Minha vida começa num vergel colorido,  
por onde as noites eram só de luar e estrelas.  
Levai-me aonde quiserdes! – aprendi com as primaveras  
a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira.  
(Cecília Meireles)*

### Uma violência que (se) arrebenta em palavra

Pensar a relação entre mulheres e as muitas violências que cotidianamente lhes alcançam, nas distintas esferas da vida, é algo sofrido. A despeito de todas as lutas, percursos, avanços e conquistas femininas, a violência contra a mulher continua existindo e se apresenta de muitos modos; extremamente “democrática”, essa prática não escolhe a quem atingir: basta que seja mulher. É certo que muito se tem falado acerca das violências contra a mulher e, por isso, é lugar-comum dizer que este tema que me proponho a discutir não é novo. Mesmo assim, quero, com a insistência de mulher, continuar me embrenhando nestes caminhos nos quais ainda há muita estrada para se percorrer.

No caminho pelo qual me leva esta reflexão, gostaria de tomar como alvo uma porção daquela violência que não se mostra no corpo, mas se manifesta enquanto ferida invisível que devasta vidas e sonhos: a violência psicológica. Falar sobre essa ferida permanece urgente e necessário, uma vez que tal prática se desenha, muitas vezes, como algo sutil e até mesmo naturalizado, sobretudo, nas relações conjugais. Dada sua difícil mensuração e ausência de marcas visíveis e fisicamente “diagnosticáveis”, ainda é comum que a violência psicológica sofra certo apagamento em relação às outras formas de violência contra a mulher.

Essa prática tão nefasta se materializa de inúmeras formas e, de acordo com a Lei Maria da Penha, se relaciona a condutas que causam “dano emocional e diminuição da autoestima”, atrapalham o “pleno desenvolvimento” da mulher, ou ainda, que visam “degradar ou controlar [...] ações, crenças, comportamentos e decisões”, causando “prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” feminina (BRASIL, 2006, art. 7º).

Dentre as muitas formas sob as quais a violência psicológica ocorre, uma que fez meu olhar demorar-se durante a pesquisa de doutorado foi a da humilhação. Demorando-me, pois, sobre esse ponto, pude observar que, nos relatos de mulheres que sofre(ra)m os efeitos da violência doméstica e familiar em suas relações conjugais, enunciar a humilhação a que eram submetidas por seus parceiros consistia em uma regularidade.

Encontrei-me com tais relatos, que compuseram o *corpus* dessa minha pesquisa, ao ouvir mulheres que, para enfrentar tal violência, buscaram atendimento em um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher, situado em um bairro de periferia da capital paulista. Nessa instituição – que não é um abrigo, mas um lugar de acolhimento e orientação para mulheres em condição de violência doméstica e familiar – eu passei longas horas ouvindo narrativas e memórias de vidas permeadas e constituídas por violências de todos os tipos, mas que enunciavam, quase sempre, a respeito de humilhações sofridas pela violência no relacionamento afetivo-conjugal. Ao me contarem sobre as práticas de humilhação que o parceiro exercia sobre elas, as mulheres discursivizavam o sentimento de humilhação que tais práticas lhes ocasionava.

Assim, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente pecheuxiana, tal recorrência me permitiu dizer que, na condição de violência, o sentimento de humilhação é um indício, um sintoma (aquilo que se mostra) da violência conjugal, de modo que a humilhação funciona enquanto algo próprio de uma mulher constituída, também ela, pela violência. Ou seja: na condição de violência conjugal, ser mulher é ser um sujeito constituído pelo sentimento de humilhação (PERON, 2016).

Consistindo este texto em um recorte da referida pesquisa, proponho-me a realizar aqui um gesto de leitura sobre o modo pelo qual o sentimento de humilhação é discursivizado e produz efeitos de sentido no campo do que é dito e que se materializa pela retomada da fala do outro nos

relatos dessas mulheres em *condição* de violência conjugal<sup>1</sup>. Para tanto, percorro os relatos nos pontos em que o parceiro humilha a mulher em sua condição de mulher-amante, e tomo enquanto materialidade linguística de análise a narração das palavras humilhantes que ele utiliza para se referir a ela. Pousar o olhar sobre tal modo de discursivizar essa violência é, pois, o meu empenho agora.

## O sentimento de humilhação enquanto discurso

Pensar os sentimentos enquanto discurso implica, primeiramente, refletir sobre as formas de interpelação ideológica do sujeito, que é considerado enquanto uma posição em uma formação social – determinado, pois, ideologicamente – e não enquanto sujeito empírico, “senhor e centro” de seus atos, uma vez que ele está sujeito à língua, na história, para significar, e suas palavras produzem (efeitos de) sentido conforme as posições que o sujeito assume ao se identificar com uma determinada formação discursiva. Como explica Leandro Ferreira (2003, p. 43),

[...] na teoria do discurso, abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas.

De acordo com Orlandi (2002, p. 65), o sujeito é “[...] posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Dessa

---

<sup>1</sup> Gostaria de esclarecer o motivo de utilizar a expressão *condição* e não *situação* de violência conjugal. Na formulação *situação* de violência conjugal, a violência é significada como um fato pontual, localizado no espaço e no tempo; uma “situação”, portanto. Em outras palavras, a violência contra a mulher passa a ser classificada, categorizada em oposição a gestos (também pontuais) de não violência. Assim, a expressão *em situação* de não especifica qualquer duração, mas deixa implícita a existência de uma duração. Já a *condição* remete a processos históricos que se referem à subordinação da mulher em relação ao homem em uma sociedade de modelos patriarcais; um processo histórico que coloca a mulher como objeto de grandes discriminações – expressão que figura na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU, 1979). Dessa forma, em face de toda a condição histórica de discriminação da mulher em nossa sociedade, parece-me mais pertinente falar de mulheres em *condição* de violência.

forma, na perspectiva materialista da Análise de Discurso, a subjetividade é, pois, deslocada do campo biológico e trazida para o campo do histórico, de modo que o indivíduo não é considerado origem, mas, ao contrário, para tornar-se sujeito, ele ocupa uma posição e é o suporte das significações dessa posição; assujeita-se, portanto. Nesse sentido, é necessário frisar que assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito sob o prisma dessa vertente teórica. “Ser assujeitado significa, antes de tudo, ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos.” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 43).

Sendo assim, nenhum processo discursivo constrói significações individuais (ainda que essas ocorram com um indivíduo), pois tal processo sempre abrange um conjunto de relações significativas inseridas em um processo histórico, de modo que as significações são produzidas sempre a partir das posições que os sujeitos assumem e/ou com as quais se identificam para enunciar: as posições-sujeito são lugares de interpelação ideológica a partir dos quais o indivíduo se constitui em sujeito e nas quais esse sujeito se inscreve para significar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). O sujeito de discurso está, assim, configurado por determinações que produzem identificação à certa posição, tornando-se determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes. A esse respeito, Lagazzi (2013) esclarece que conceber o sujeito como posição implica considerar a identificação, que consiste no processo de reconhecimento no desconhecimento ideológico, ou seja: “[...] desconhecimento imaginário que habita o “eu” em seu efeito de unidade, em suas certezas e na evidência dos sentidos. Desconhecimento da alteridade constitutiva do sujeito e dos sentidos.” (LAGAZZI, 2013, p. 317).

Identificando-se a uma posição sujeito, que aqui nomeio como “mulher em condição de violência conjugal”, as mulheres que procuram o Núcleo de Atendimento narram sobre suas vidas permeadas e constituídas por violências. Ao fazer isso, elas enunciam também sobre os sentimentos que experimenta(ra)m nessa condição. E muitos são os sentimentos enunciados naqueles relatos: medo, raiva, culpa, humilhação, amor, coragem, carinho, insegurança, ansiedade, arrependimento, entre tantos outros. Contudo, não se trata de enumerar e/ou descrever tais sentimentos, mas sim de olhar para o modo como eles são enunciados e discursivizados, produzindo, assim, efeitos de sentido a respeito da própria constituição do sujeito mulher em condição de violência conjugal.

Ao olharmos, discursivamente, para a enunciação dos sentimentos – e aqui, em específico, para o sentimento de humilhação – podemos pensá-los para além de aspectos puramente individuais e interpretá-los como mecanismos historicamente determinados. Assim, em consonância com Orlandi (2012), considero os sentimentos enquanto “práticas ideológico-discursivas” – e, conseqüentemente, como parte do processo de produção de sentidos sobre o sujeito mulher em condição de violência –, observando-os como elementos constitutivos de uma posição-sujeito; constitutivos, portanto, desse lugar de interpelação no qual o sujeito se inscreve para significar, tornando-se determinado pelos efeitos de sentido ali apresentados como “evidentes” (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Partindo dessa perspectiva, os sentimentos não estão, assim, relacionados a vontades ou a inclinações pessoais para alguns comportamentos recorrentes e nem mesmo a representações sociais, mas, compartilhando do posicionamento de Orlandi (2012), os sentimentos podem ser vistos enquanto processos de significação que, em condições de produção determinadas, significam pelo simbólico e pelo equívoco na linguagem e na história. Eles são, portanto, discurso.

Orlandi (2012, p. 219) explica que, sob a perspectiva materialista, os sentimentos “[...] são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática”, enfatizando que “[...] a humilhação, ou outro sentimento, é um discurso, portanto é uma prática em que se confrontam o simbólico com o político.” (ORLANDI, 2012, p. 219). E se, visto sob esse prisma, o sentimento é uma prática, então não se trata de nenhuma reação comportamental, mas sim de uma relação simbólica estabelecida pela língua, na história, visto ser nas práticas discursivas que os processos de interpelação ideológica se manifestam em uma conjuntura histórica.

Desse modo, os sentimentos podem ser tomados enquanto construtos sócio-históricos – ou seja: eles não são produzidos aleatoriamente, mas são traços constitutivos de uma posição-sujeito –, podendo ser interpretados em uma relação enunciativa específica com as condições de produção e com as projeções imaginárias da referida posição. Assim, no caso deste recorte analítico, o sentimento de humilhação é enunciado em diálogo com e a partir das imagens de mulher relacionadas à sexualidade presentes na posição-sujeito mulher em condição de violência conjugal.

Considerando isso, é possível dizer que ser mulher, nesta posição, é ser um sujeito constituído pela humilhação, pois, na condição de violência, o parceiro humilha a mulher justamente nos lugares em que ela se projeta imaginariamente. Dessa forma, a humilhação funciona enquanto algo próprio de uma mulher que está, também ela, constituída pela violência na conjugalidade.

Ao refletir sobre a humilhação no campo da História, Ansart (2005) compreende que ela é “[...] uma *situação* particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência” e na qual não há reciprocidade entre quem “ferir” ou “ultraja” e quem sofre essa situação humilhante: existe, pois, um exercício de domínio “[...] em proveito do ator e em detrimento da vítima” (ANSART, 2005, p. 15, grifos do autor), o que sinaliza para o fato de que a humilhação é resultado de relações de poder entre atores sociais. A compreensão do historiador sobre a humilhação é de que ela representa uma das experiências da impotência daquele que se encontra em situação humilhante. Segundo ele,

*Ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado em sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem. (ANSART, 2005, p. 15).*

Debruçando-me sobre o *corpus* de minha pesquisa, observei que a condição de violência que marca a mulher na conjugalidade produz a humilhação, a qual se dá em termos de *práticas* por parte de quem inflige a humilhação (o parceiro) e de *sentimentos* em quem se torna o alvo dessas práticas (a mulher). Por exemplo, uma das mulheres que me empresta sua voz durante a pesquisa afirma que o companheiro leva a namorada para a casa de ambos; outra, por sua vez, me conta que o marido a traiu com a mãe de sua vizinha. Desse modo, a traição – seja dentro ou fora de casa – figura como uma prática de humilhação realizada pelos autores da violência e se traduz em sentimento de humilhação na mulher.

Todavia, com o material de que disponho, não é possível analisar a presença da prática (enquanto ação) de humilhar alguém e nem atestar ou fixar algum possível significado para o ser humilhada, o sentir-se humilhada

e/ou o sofrer a humilhação em um relacionamento afetivo. O que os relatos me oferecem ao gesto de interpretação é sempre o modo como tal sentimento é enunciado e, portanto, discursivizado: o que interpreto é, pois, o processo de enunciação que produz a discursivização da humilhação como sentimento constitutivo de uma posição-sujeito.

Enunciar um sentimento é representá-lo pela linguagem, atualizando sentidos sobre ele. Isso implica colocá-lo em funcionamento na língua, estabelecendo fronteiras entre ditos e não-ditos, palavras e silêncios, sempre levando em conta o processo de interpelação ideológica que constitui o sujeito em uma posição. Desse modo, a enunciação dos sentimentos é tomada como efeito de formulações produzidas por sujeitos constituídos por sua inscrição em uma posição-sujeito no interdiscurso.

Ao inscrever-se em uma posição, o sujeito é tomado por uma relação de identificação/desconhecimento (PÊCHEUX, 2009 [1975]) que, na interpelação ideológica, faz com que esse sujeito se identifique com as formações imaginárias fornecidas pela posição, desconhecendo que a forma como tais imagens estão recortadas e estabilizadas poderiam ser diferentes e produzir outros modos de significar, a partir de outros recortes históricos. Como declara Pêcheux (2009 [1975], p. 146), o sentido de uma palavra não existe “[...] em sua relação transparente com a literalidade do significante [...]”, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas.

Em se tratando da conjugalidade, os (des)afetos que constituem os sujeitos se formulam também em relação à sexualidade da mulher amante/desejante (aquela que quer amar e ser amada, desejar e ser desejada – também sexualmente – pelo parceiro). Assim, ter anseios, ter vida sexual, ter vida social são enunciados, nos relatos, como algumas das condições do ser mulher. Nesse sentido, ao relatarem suas histórias, as mulheres falam, entre tantas coisas, da violência sexual e das humilhações no tocante à sexualidade, ao mesmo tempo em que produzem uma afirmação de si enquanto sujeito que tem desejos e os assume. Consequentemente, quando tais desejos não são assumidos igualmente pelo parceiro, na conjugalidade, enuncia-se e discursiviza-se o sentimento de humilhação.

A violência que perpassa essa posição-sujeito acaba com os anseios, desejos, prazeres e relacionamentos que significam a mulher enquanto sujeito amante/desejante, o que se materializa no fio do dizer:

[...] eu não tinha:: anseios nenhum:: já num... pra mim a vida sexual já não existia::... a vida social::... também não tinha... (Clara, 38)<sup>2</sup>.

Nessa matriz de sentidos, são também formuladas imagens do que seriam o parceiro da relação conjugal e a própria conjugalidade, em termos daquilo que se espera do outro e do relacionamento. Em virtude dessas imagens, é possível enunciar a humilhação, uma vez que os sentimentos acontecem determinados sócio-historicamente: quando seu companheiro e seu relacionamento não podem ser, por ela, significados a partir dos já-ditos que sustentam essa posição-sujeito, são produzidos efeitos de humilhação sobre a mulher:

[...] eu... não tenho ninguém... .. nunca tive assim... um companheiro que me disse assim::... assim::... não que eu queira um homem que me dê:: tudo de dentro de casa porque eu gosto de trabalhar... .. mas uma pessoa assim que me escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá... construir alguma coisa... um sonho né... sei lá... .. .. (Beatriz, 25).

O laço afetivo que a mulher estabelece com o parceiro fica enunciado, no relato de Beatriz, pelo *sonho* de um casamento no qual o homem seja seu *companheiro* – não para *dar* coisas à mulher, mas para *construir* coisas com ela. O gesto de *construir* aponta para sentidos de união, que é dada, sob essa matriz de sentidos, como “certa” para que haja um casamento. Esse *construir* fica complementado, ainda, no fio da sintaxe, pela expressão *alguma coisa*, cujo efeito aponta para algo que, em princípio, não é determinado, contudo efetiva-se em *um sonho né... sei lá... ..*<sup>3</sup>.

Esse sonho de construir algo conjuntamente é a imagem que se projeta para o casamento e que se imbrica à imagem do *companheiro*: alguém que *ouça* e que se disponha a estar junto da mulher para o que ela

---

<sup>2</sup> Todos os nomes das mulheres são fictícios. O número que aparece após o nome corresponde à idade da mulher quando os relatos foram coletados, em 2013, por ocasião da pesquisa de doutorado. Saliento que a obtenção desse material obedeceu aos protocolos da ética em pesquisa, tendo sido o projeto aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas (Parecer nº 183.054, de 18/12/2012).

<sup>3</sup> A “transcrição” das falas das mulheres participantes foi direcionada pelas normas do Projeto NURC, mas, em virtude dos objetivos da pesquisa, foram realizadas adaptações especialmente no tocante à marcação das pausas. Vale ressaltar, no entanto, que, como o escopo desta análise incide sobre as palavras e expressões humilhantes, mecanismos como pausas, prolongamentos silábicos e ênfases prosódicas não serão aqui abordados.



precisar. Concebendo dessa maneira o casamento e o companheiro, o sentimento de humilhação se discursiviza quando tais imagens se despedaçam e/ou não se realizam, uma vez que *eu... não tenho ninguém... .. nunca tive assim... um companheiro que me disse assim::... assim::...* No fio intradiscursivo do relato de Beatriz, os advérbios de negação “não” e “nunca”, aliados ao pronome indefinido “ninguém”, bem como à repetição da expressão indefinida “sei lá”, atuam no sentido de produzir essa quebra das imagens do companheiro e do casamento. Diante dessas imagens, a violência humilha essa mulher amante quando, na conjugalidade, não existe o outro, *um companheiro [...] uma pessoa assim que me escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá...*

A ausência desse outro – o companheiro, tal como imaginariamente projetado pela posição-sujeito – sinaliza para efeitos de humilhação também quando se fala especificamente da relação desejante e da vivência da sexualidade entre o casal:

ANA PAULA: e o que significa pra senhora se sentir mulher?

BÁRBARA: é me sentir LIBERTA é liberDAde... saber que não é ISSO.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL... saber que ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor é curtir a vida é ter outra... é ter um namorado... é sair andar de mão dada por aí é um respeitar o outro... é ter um carinho... entendeu bem... é um dormir do lado do outro – coisa que eu nunca tive com ele – ter um abraço... um preocupar com o outro... é flores... (Bárbara, 47).

Assim, os laços conjugais são também sinalizados por Bárbara pela “liberdade” que se refletiria em “sentir-se mulher”, sabendo que *não é ISSO.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL... .* O pronome *isso* faz alusão, neste caso, à violência que acaba com a conjugalidade, com o *casal*, com o respeito que se espera do outro em um relacionamento no qual *ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor [...] é um respeitar o outro... é ter um carinho... [...] é um dormir do lado do outro – coisa que eu nunca tive com ele* (Bárbara, 47). Dessa forma, a conjugalidade fica enunciada em plural: “nós”; mas a violência desata esse laço e, nessa posição-sujeito, oprime e humilha a mulher desejante, transformando-a até mesmo em objeto que pode ser usado, sob a retomada do discurso do outro que lhe diz: “*deita lá que eu vou usar você*”. Portan-

to, na relação conjugal constituída pela violência, a humilhação também é um sentimento que constitui esse sujeito mulher.

Tendo visto algumas das imagens construídas a respeito do outro, do casamento, da sexualidade e do desejo desse sujeito mulher na condição de violência conjugal, passo agora a percorrer a formulação das palavras humilhantes advindas do parceiro na relação conjugal e retomadas pela mulher nos relatos, vez que tais designações a ela atribuídas são algumas das formas materiais que me permitem dizer que está sendo enunciado e discursivizado o sentimento de humilhação. Assim, proponho-me a traçar um percurso de interpretação que, neste recorte específico, incide sobre as designações humilhantes do parceiro a respeito da mulher relativamente à sua sexualidade, em sua condição de mulher amante/desejante.

### **A humilhação pela palavra: “eu não sou carne podre”**

Para abordar discursivamente a humilhação na linguagem é necessário atentar-se para o modo como o sujeito coloca em funcionamento um discurso sobre a humilhação, jogando com o que é dito e com o que é silenciado no processo discursivo da formulação das narrativas, possível a partir da matriz de sentidos legitimada por aquela posição-sujeito.

Todo discurso se materializa na língua por meio das formulações a respeito de um objeto discursivo, construindo, assim, esses objetos. Ao abordar a importância da formulação, Orlandi (2008, p. 9-10) ressalta que “[...] é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que o sujeito se mostra (e se esconde) [...]. Formular é dar corpo aos sentidos”. E complementa que esse gesto efetiva “o momento em que o sujeito diz o que diz”, assumindo-se como autor e representando-se na origem do dizer com sua responsabilidade, suas necessidades, seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação.

Para ver como ganham corpo, na condição de violência conjugal, os sentidos sobre a humilhação, cabe considerar que, discursivamente, todo dizer se constitui no ponto em que atravessa o interdiscurso. Desse modo, “[...] os significantes não estão soltos, eles se realizam na historicidade e se espacializam na medida em que se coloca o discurso em texto” (ORLANDI, 2008, p. 94). Ao analisar uma formulação no campo do dizer é necessário, pois, pensar a língua em sua ordem significativa e não apenas em sua organização sintática, estrutural; é necessário pensar o funcionamento da língua, em que estrutura relativamente autônoma e História se encontram

para constituir os sentidos. Como ressalta Orlandi (1998), o importante para estudarmos a produção de sentidos, na língua, é o que a estrutura sintática pode nos fazer compreender a respeito dos mecanismos de produção que funcionam nessa estrutura enquanto ordem significante.

No fio da sintaxe dos relatos, considerando o campo do que é dito, levemos, então, em conta a enunciação da humilhação pela retomada que a mulher (sujeito enunciador) faz da palavra do outro a respeito dela.

Enunciar a fala do outro é representar, discursivamente, a divisão do sujeito, sinalizando para a sua alteridade constitutiva. Ao trazer para o relato a voz do outro, o sujeito enunciador inscreve esse outro na sequência do discurso, produzindo casos de “heterogeneidade mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 1990), e que ficam situados no campo daquilo que é dito, vez que, nos relatos, essas vozes são reproduzidas, em geral, por discurso direto ou pelo discurso indireto livre e representam a enunciação do outro sobre a mulher. Esse mecanismo de inserir no discurso uma outra voz, marcada na materialidade linguística, e significar-se – seja para identificar-se ou não ao discurso trazido por aquela voz – a partir dessa voz é uma constante no *corpus* desta pesquisa.

Para refletir sobre essa voz do outro que fica marcada explicitamente no intradiscurso, optei por trazer este longo trecho, sem cortes, de um dos relatos que mais me marcou em termos de retomadas de vozes e de designações enunciadas pelo parceiro para significar a mulher a partir da humilhação relativamente à imagem da mulher amante/desejante. É o relato da mulher que chamei de Bárbara (porque, se eu pudesse designá-la com um elemento qualificador, eu diria que ela é, realmente, bárbara) e de cuja voz ainda me recordo:

[...] ele fala assim:... “eu QUERO me deitar com você” e eu falo assim: “NÃO comigo você não vai se deitar MAIS”... daí eu acho que:... ele se tornou um MONSTRO... dentro dele... um maniaco... toda vez:: que:... ele me olhava... ele dizia assim: “Você não quer transar comigo... porque você é uma mulherZinha porque você é vulgar... porque você é uma mulher de rua... você transa com um... com outro... você já transou com beltrano e com cicrano... mas não comigo”... eu falei assim: “NÃO... não vou transar com você”... eu acho que isso tornou ele doENTE... raivoso... ... né... tornou ele um cão raivoso uma pessoa doente:... né::

ANA PAULA: Mas por que que você decidiu assim não ter mais relacionamentos com ele?

BÁRBARA: porque::... ele chegou em mim e disse que eu e-ra:: mulher de rua..... que eu era vagabunda... e carne PODre... .. e eu falei pra ele: “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne PODre... CO-Mlgo você não deita mais você não vai coMER dessa carne PODre... procura uma carne meLHOR uma carne de primeira”... .. aí eu decidi que CO-migo ele não vai deitar mais.

ANA PAULA: E faz tempo isso?

BÁRBARA: Ah já tem um tempinho que ele repete essas palavras pra mim... essas frases... é repetitivo... tem uns dois anos... e nós somos separados de QUARto e essas frases ele sempre rePEte::... carne PODre vagaBUNda mulher de rua... mulher que deita com qualquer um... que vive com tudo quanto é::... tipo de gente... e eu falo pra ele: “se eu sou uma mulher TÃO... ordiNÁria assim o que que você quer comigo? porque você tem que se deitar comigo? Com tanta mulher que tem? Com tantas outras mulheres”... É sempre aquela agreSSÃO... se ele/ele sempre se aproxima de mim dirigindo a mim como mulher de RUa... como a piOR... mulher entendeu bem... aí eu disse pra mim: “eu posso ser a piOR mulher... mas comigo você não vai se deitar mais” entendeu bem... isso me machucou MULto... carne PODre... .. entendeu bem... .. ((voz embargada)) carne podre é uma palavra::... bem FORte... então se eu sou carne podre porque que você tem que se deitar? Mesmo que eu tivesse ganhando:: dinheiro... .. teve várias vezes que ele falou: “você quer TANTo?... .. Só você se deitar você ganha... .. eu cubro a CAsa eu compro o que quiSER eu organizo isso eu organizo a CAsa ponho TUDo que precisar pros filhos... é SÓ você se deitar”... .. aí ele tava me/se pondo a mim como prostituta:: como carne PODre... .. aí eu disse assim: “eu NÃO sou carne PODre eu NÃO vou me deitar com você”... há dois anos que eu sou separada de quarto com ele... – é lógico que eu me deitei com outras pessoas... eu sou ser humano – mas com ele eu disse: “eu NÃO vou mais me deitar com você”... eu tinha um namoradinho aqui... me deitei com outras pessoas sim... mas com ele eu disse pra mim: “NÃO... .. com Ele NÃO”... ele disse assim pra mim: “você é uma orguLHOsa”... eu não sou orgulhosa... mas a partir do momento que ele olhou pra mim e me disse “você é uma carne PODre” ( ) você não vai comer mais dessa carne PODre... Ele me humilhou de várias vezes... de vários JEItos... e não foi uma vez só era frequente... era frequente... hoje eu e minha filha sustentamos a casa... ele não coloca NAda dentro de casa...

ANA PAULA: mas ele está lá?

BÁRBARA: ele está lá... ele tem uma::... uma namoRAda... há cinco meses... ele está lá... ... e chega joga as coisas joga tudo que quer... ele se encontra lá... (Bárbara, 47).

Nesse relato de Bárbara, as designações dadas a ela por seu parceiro – “mulherzinha”, “mulher vulgar”, “mulher de rua”, “vagabunda”, “carne podre”, “mulher que transa com um, com outro”, “mulher que deita com qualquer um”, “mulher que vive com tudo quanto é tipo de gente”, “a pior mulher”, “mulher orgulhosa” – constituem marcas de um processo de produção de um referente discursivo (PÊCHEUX, 2010 [1969]). Não precisariam ser, necessariamente, essas as marcas; poderiam ser outras, pois tais formulações não são o referente discursivo, são as *designações* desse referente e, como tais, o constituem.

Quando o homem que vive com Bárbara utiliza todas essas designações para dirigir-se a ela, para falar dela, cria-se um efeito de sentido de que ela é uma mulher desprezível, uma mulher “que não presta”. O referente discursivo criado aqui é esse sentido ao qual, pelas designações, se pode chegar. Sendo assim, o referente é sempre efeito de um processo discursivo e “[...] se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 82, grifos do autor). Em matéria de linguagem, não temos “coisas”, temos o modo de produzir a referência, que não coincide com as coisas como elas são, uma vez que o real só existe discursivizado.

E, com as designações humilhantes que o companheiro usa para referir-se à Bárbara, este sujeito também é discursivizado como alguém desprezível, “podre”. Temos, assim, a constituição simultânea dos sujeitos e dos sentidos. Dessa forma, todo esse processo discursivo que constrói o sujeito como alguém “que não presta, que é podre e pode, portanto, ser jogado fora” humilha a mulher em virtude da posição na qual ela se inscreve para interpretar a enunciação do outro. Ou seja, quando o sujeito mulher se identifica com os sentidos de ser mulher amante/desejante a partir dos trajetos imaginários possíveis pela posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, pode-se falar de humilhação; se as condições de produção e a matriz de sentidos fossem outras, talvez o efeito pudesse ser diferente. Mas esse sujeito se constitui sob uma matriz de sentidos na qual a mulher casada deve ser amada e respeitada, inclusive e especialmente em sua sexualidade e, dessa forma, em face do modo como o parceiro usa frequentemente a linguagem para referir-se a ela – *ele repete essas palavras*

*pra mim... essas frases... é repetitivo... [...] Ele me humilhou de várias vezes... de vários JEltos... e não foi uma vez só era frequente... era frequente... – é que se discursiviza o sentimento de humilhação que constitui o sujeito nessa posição.*

As posições-sujeito são lugares de interpelação ideológica a partir dos quais o indivíduo se constitui em sujeito e nas quais esse sujeito se inscreve para significar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). O sujeito de discurso está, assim, configurado por determinações que produzem identificação à determinada posição, de modo que o sujeito torna-se determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes. Assim, a violência que se materializa pela humilhação acontece, justamente, porque, na conjugalidade, a mulher tem o anseio de uma sexualidade vivenciada pela troca e pelo tratamento de amor e de desejo mútuos. Como não ocorre essa contraparte e as designações que o outro usa para se referir a ela criam um referente discursivo de valor negativo, a humilhação fica discursivizada como parte dessa mulher que ocupa essa posição de “mulher em condição de violência conjugal”.

Contudo, a retomada da voz humilhante do outro produz ainda, nesse relato, um efeito de sentido distinto, que aponta para um processo de resistência da mulher em face da humilhação discursivizada pela construção desse referente discursivo “vil”, “podre”, “que não presta”. Ou, nas palavras de Bárbara: *eu falo pra ele: “se eu sou uma mulher TÃO... ordiNÁ-ria assim o que que você quer comigo? por que você tem que se deitar comigo? (grifo meu).*

Esse processo é muito significativo na medida em que o sujeito que se torna o alvo dessas designações apropria-se do dizer do outro e inverte os valores dessa construção discursiva depreciativa para poder, pelo próprio dizer do outro, distanciar-se da humilhação. Cria-se, portanto, um movimento subjetivo de se apropriar do insulto para inverter os valores e, dessa forma, sinalizar para um movimento de resistência, “[...] não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir.” (ORLANDI, 2012, p. 234). E Bárbara, enquanto suporte das significações da posição-sujeito que ocupa, teima e teima e teima... E, assim, existe, resiste e se afirma enquanto mulher forte que é, mesmo sendo referenciada como “carne podre”, essa *palavra:.... bem FORte....que a machucou MUIta...*, deixando até mesmo embargada sua voz e lacrimejantes os seus olhos no momento de atualizar essa memó-

ria que, mesmo em meio à angústia de lembrar a humilhação, ela me dava a conhecer.

O discurso que sustenta a humilhação ocasionada pela criação desse referente “desprezível”, por exemplo, a partir de todas aquelas designações, poderia ser dito da seguinte forma: “se você é carne podre, então vou te jogar fora”. Mas, na medida em que o sujeito se apropria da fala do outro e a desloca, ele se apoia em outro discurso e muda essa significação diante da humilhação pela inversão daquele discurso que sustentava a enunciação humilhante do outro sobre ela. O sujeito apoia-se, assim, em um discurso outro, que sustentará diferentemente os sentidos sobre a humilhação, e que poderia ser descrito como: “se eu sou carne podre, você não me merece”. Esse discurso, agora ressignificado, fica, inclusive, articulado na sintaxe enunciada por esse sujeito:

[...] e eu falei pra ele “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne PODre... CO-Mlgo você não deita mais você não vai coMER dessa carne PODre... procura uma carne melHOR uma carne de primeira”... .. (Bárbara, 47).

Nesse sentido, pela retomada e inversão do dizer do outro, é construído um movimento subjetivo de se aproveitar da designação que lhe fora atribuída pelo outro para inverter o valor daquela designação e construir um novo valor para si: é construída uma ressignificação sobre a humilhação. Em retomadas assim, eu ousaria dizer que se constrói, como materialização de um processo de resistência, um efeito de coragem para esse sujeito antes humilhado nessa posição. Coragem que supera a condição humilhante e o medo que esta poderia causar ao sujeito para criar uma tomada de posição na qual o sujeito se encontra em movimento de contraidentificação (PÊCHEUX, 2009 [1975]), mesmo permanecendo nas categorias do outro: *ai eu disse assim: “eu NÃO sou carne PODre eu NÃO vou me deitar com você”*.

Dessa forma, olhar para os relatos das mulheres em condição de violência conjugal sinaliza para o fato de que os sentimentos são da ordem da constituição do sujeito em determinado lugar de interpelação ideológica – eles são constitutivos de uma posição-sujeito – e se configuram enquanto objetos de efeitos paradoxais, em que o simbólico e o político se confrontam para produzir sentidos.

## Últimas palavras: resistir para “voltar sempre inteira”

Tendo observado como o gesto de retomar a palavra humilhante do outro, na enunciação, produz sentidos sobre o sentimento de humilhação enquanto elemento constitutivo da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, gostaria, para produzir um fechamento provisório a esta reflexão, de retomar os versos de Cecília Meireles usados na epígrafe deste trabalho, sobretudo estes: “aprendi com as primaveras a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira”. Tais versos me tocam profundamente na medida em que produzem significados sobre o modo pelo qual o sentimento de humilhação marca e constitui a mulher na condição de violência conjugal, ao mesmo tempo em que me remetem às memórias e às narrativas das mulheres com quem convivi ao longo da pesquisa que, junto delas, pude realizar.

A palavra do outro a respeito da mulher funciona como instrumento que “corta” a dignidade das mulheres, aniquilando-as em seu próprio “ser e sentir-se” mulher. Desse modo, ao serem enunciadas essas designações humilhantes, temos, na formulação, a enunciação do sentimento de humilhação que constitui esse sujeito mulher.

Contudo, é necessário ter em mente que os sentidos e os sujeitos são constituídos pela contradição e, desse modo, conseguem, pelas representações imaginárias que têm sobre si enquanto mulheres constituídas pela violência, encontrar novamente a “força de mulher”, reafirmando aquele pré-construído da força feminina que não deixa de produzir seus efeitos nem mesmo diante da condição humilhante. E, dessa forma, ao enunciar a humilhação, pela retomada das designações do outro sobre ela, o sujeito pode também posicionar-se e enunciar sua força e sua coragem. Assim, quando a voz humilhante do outro é trazida para o relato da mulher e ela toma aquelas designações que a humilham para reverter-lhes os efeitos, são produzidos, na trama discursiva, efeitos de coragem para um sujeito mulher que não se permite perecer na humilhação, mas, deixando-se cortar, volta inteira, sempre disposta a recomeçar de muitos modos, sempre pronta a inverter o discurso do outro, assumindo sua condição feminina de resistência:



[...] “eu NÃO sou carne POdre eu NÃO vou me deitar com você”... há dois anos que eu sou separada de quarto com ele... [...] me deitei com outras pessoas sim... mas com ele eu disse pra mim: “NÃO... ... com Ele NÃO”... (Bárbara, 47).

Desse modo, o movimento de retomar, nos relatos, a palavra do outro implica um deslocamento de sentidos: é como se houvesse uma “aceitação” preliminar e provisória dos sentidos produzidos pelo discurso humilhante para negar aqueles sentidos e produzir um movimento de resistência: resistência à humilhação que constitui esse sujeito nessa posição, bem como resistência a todas as formas de violência contra a mulher.

## Referências

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. *In*: MARSON, Isabel; NAXARA, Marcia. **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 15-30.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas-SP, n. 19, p. 25-42, jul./ dez., 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 04 jun. 2020.

LAGAZZI, Suzy. Delimitação, inversões e deslocamentos em torno do Anexo 3. *In*: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson C.; TASSO, Ismara (Org.). **Estudos do texto e do discurso. O discurso em contrapontos**: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013, p. 311-331.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria-RS, n. 27, p. 39-46, jul./ dez., 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>. Acesso em: 16 maio 2016.

ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Nova York, 1979. In: BRASIL. Alice Libardoni (Coord.). Secretaria de Estado dos direitos da Mulher – SEDIM. **Direitos humanos das mulheres... em outras palavras**: subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília, DF: AGENDE, 2002.

ORLANDI, Eni P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas-SP: Pontes, 2012, p. 213-234.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

ORLANDI, Eni P. O próprio da Análise do Discurso. **Escritos 3**: Discurso e política. Campinas-SP: Laboratório de Estudos Urbanos - LABEURB - NUDECRI - UNICAMP, n. 3, p. 11-13, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD - 69) [1969]. In: GADDET, Françoise e HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad.: Bethânia S. C. Mariani [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [1975]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

PERON, Ana Paula. **Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos**: um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal, 2016. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2016.

## AS FILÓSOFAS DA ANTIGUIDADE E DO MEDIEVO: PRESENÇA E AUSÊNCIA EM DISCURSO

Anna Deyse Rafaela Peinhopf  
Dantielli Assumpção Garcia

*Filosofia, a que(m) será que se destina?*

Tradicionalmente, a Filosofia é considerada como a ciência original, por excelência questionadora. Para se fazer filosofia, argumentam os dizeres mais apaixonados, é preciso estar em constante espanto, sem se acostumar ao extraordinário da vida. Porém, tal como em outras disciplinas do saber, a Filosofia foi moldada a seu próprio tempo, com os contextos de exclusão de cada período nela refletidos. Em outras palavras, a História que conta a Filosofia, e que, ao mesmo tempo, a constitui como disciplina, parece excluir de sua produção as mulheres filósofas. Deslizando sobre o primeiro verso da belíssima canção Cajuína, queremos problematizar a que(m) será que se destina a Filosofia?

Como aponta Gaspar (2009), em vez de questionar as posições discriminatórias e excludentes, durante séculos, os filósofos e os historiadores da Filosofia, em sua maioria, limitaram-se a racionalizar o senso comum e os preconceitos de seu tempo, geralmente sem problematizar, refletir ou analisar criticamente a posição social das mulheres. Somos levadas a acreditar que poucos são os exemplos de mulheres que elaboraram algo com importância suficiente para ser narrado na história. Basta pensar na quantidade de autoras que estudamos na escola, e também na universidade, comparado com o número de autores.

Filiadas à Análise de Discurso pecheutiana, entendemos que o discurso é opaco, isto é, não é transparente e que o sentido é, na verdade, um efeito obtido a partir das condições de produção históricas em que o dizer foi proferido<sup>1</sup>. Assim, propomos uma reflexão sobre alguns efeitos de

---

<sup>1</sup> De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975), o enlace dos três campos de conhecimentos científicos, isto é, do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, atravessado pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, leva a reformulação do sujeito como constitutivo de si mesmo. O sujeito, assim, constitui-se como um efeito que, para se realizar, “é necessário que as condições de existência deste efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito” (PÊCHEUX; FUCHS [1975], 1997, p. 164).

sentido já dados na Filosofia, pois entendemos que há uma presença que é formulada pela ausência das mulheres enquanto filósofas, isto é, um apagamento histórico por meio de um silenciamento sobre e das mulheres intelectualizadas.

Essa presença que se faz pela ausência parece corroborar com o discurso de que não existiram pensadoras ou mulheres cientistas, uma vez que quase não ouvimos, não lemos e não estudamos sobre elas nos ambientes educacionais. Por isso, é importante questionarmos alguns já-ditos sobre as mulheres e a produção de conhecimento, pois queremos conhecer as muitas que resistiram, ao longo da história, ousando ensinar, escrever e produzir conhecimento.

Nesse sentido, propor um gesto de leitura sobre a existência das mulheres na História da Filosofia é considerar a presença que se faz pela ausência. Por séculos, não se falou ampla ou abertamente sobre mulheres protagonistas, seja por contribuições intelectuais seja por atos históricos. Em vez de informações concretas e circunstanciadas, houve um excesso de imagens e de discursos sobre as mulheres em geral, determinando o que supostamente seria sua essência, e desconsiderando sua existência, isto é, atribuindo-lhes um juízo de valor antes de refletir criticamente sobre suas condições de vida na sociedade. A história das mulheres e de sua presença na Filosofia foi, assim, escrita e conceituada por homens, filósofos, cientistas e historiadores que, em sua maioria, silenciaram sobre a presença de sujeitos femininos na produção intelectual ou em qualquer outro espaço que não fosse o doméstico.

Como afirmam Duby e Perrot (1990), muito antes de ter “direito” sobre a palavra, as mulheres foram descritas e narradas pelas figuras de autoridade masculinas. Eram participantes ou, às vezes, personagens principais da organização social sem, no entanto, serem dela protagonistas. Paradoxo social, os homens admiraram imagens de mulheres, mas as rebaixavam simultaneamente: ora escreviam e festejavam as deusas que povoavam o Olimpo, sem admitirem cidadãs, ora adoraram a Virgem que reinava sob os altares onde comandavam os padres, sem autorizar mulheres na pregação. Do mesmo modo, desde o teatro, da época trágica dos gregos, até os romances e as comédias, da Modernidade, as aparições femininas como personagens, às vezes até mesmos protagonistas, serviam apenas para dar voz às ideias dos homens.

Assim, neste capítulo, nosso objetivo é tecer um dizer sobre algumas filósofas da Antiguidade e do Medievo. Para isso, retomamos Aspasia

de Mileto, Diotima de Mantinéia, Hildegarda de Bingen, Christine de Pisan, tentando compreender como essas mulheres filósofas resistiram e produziram um saber científico em tais períodos históricos.

### ***Aspásia de Mileto***

Há muitos dizeres, na História da Filosofia, que produzem um efeito de inexistência de filósofas ao longo da História. Isso compõe um jogo linguístico/ideológico que materializa a existência de filósofas, mas, simultaneamente as exclui, pois as entendem como metáfora<sup>2</sup>, como veremos a seguir.

Tal como outras mulheres do período Antigo, Aspásia de Mileto é conhecida por meio de textos de autoria masculina. Dessa forma, encontramos suas maiores menções em textos de Plutarco e Platão, sendo a filósofa citada por Sócrates<sup>3</sup> em um dos diálogos platônicos, e considerada, por ele, não só uma de suas mestras, como também excelente oradora.

A Formação Discursiva<sup>4</sup> que atravessa a Filosofia produz um efeito de sentido de que Sócrates seria mestre de si mesmo, validando-o, portanto, como um dos maiores nomes do conhecimento, já que teria “fundado” um novo método de investigação. Porém, segundo os textos de Platão, interlocutor de Sócrates, essa nova forma de pensamento “criada” por Sócrates, que corresponde ao amor pelo conhecimento, foi a ele ensinada por Diotima de Mantinéia, sobre quem falaremos na sequência. Então, o fato de conhecermos tanto Aspásia quanto Diotima por meio dos dizeres masculinos indica não só que as mulheres possivelmente eram impedidas de escre-

---

<sup>2</sup> Pêcheux ([1969] 2014, p. 96) chama de efeito metafórico o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, para falar de um deslizamento de sentido entre um termo e outro que é constituído de sentido.

<sup>3</sup> Isso levanta a questão sobre por que não costumamos ouvir sobre quem teria ensinado filosofia a Sócrates, uma vez que este serve como mestre a Platão, que, por sua vez, ensina a Aristóteles, e fundamenta a base do que é estudado na formação em Filosofia.

<sup>4</sup> Pêcheux (1997, p. 160-161, grifos e destaques do autor) assim define “Formação Discursiva”: “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). Isso equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na ‘linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

ver sobre si mesmas ou de preservar suas produções, como também que, para a história as rememorar, era preciso que estivessem ligadas às figuras masculinas proeminentes.

Dessa forma, de acordo com Berquó (2016), Aspásia, natural de Mileto, viveu aproximadamente no século V a.C., chegando em Atenas em torno do ano 450 da mesma era. A autora afirma que as mulheres que eram estrangeiras em Atenas, perfil de Aspásia, não possuíam direitos políticos e pagavam uma taxa de residência, já que vinham à cidade-Estado provavelmente a trabalho. Quando precisavam resolver algum assunto público, dependiam de um cidadão que as representassem, posto que apenas estes dispunham de autoridade no regime ateniense.

Dado tal contexto histórico, de que somente os homens eram considerados cidadãos, excluindo-se dessa denominação as mulheres, os estrangeiros e os escravos, as metecas, isto é, as mulheres estrangeiras, eram duplamente preteridas: primeiro porque não tinham os mesmos direitos que os cidadãos; depois porque seus trabalhos eram menosprezados, ora por se tratarem de serviços manuais, considerados inferiores, ora por serem trabalhos em locais públicos, como acompanhante feminina em eventos sociais, sendo vistas como prostitutas.

Contudo, segundo Berquó (2016), enquanto as atenienses tinham sua mobilidade reduzida devido à ideologia que tentava mantê-las no espaço doméstico, as metecas tinham maiores possibilidades de contato exterior, uma vez que, dada as condições sociais, estas necessitavam trabalhar fora de casa para se sustentar. Assim, exerciam os ofícios de amas de leite, artesãs, tecelãs ou heteras. Segundo a autora, estas últimas “[...] eram mulheres treinadas em canto, dança ou música, que faziam companhia para os cidadãos nos simpósios (banquetes)” (BERQUÓ, 2016, p. 33).

Aspásia, mesmo influente no espaço público, era alvo frequente da crítica humorística de Plutarco, já que, para muitos, os ofícios das metecas eram sinônimo para prostituição, muito embora tal ocupação não incluísse a prestação de serviços sexuais. Essa Formação Ideológica<sup>5</sup> a que, por ora, chamaremos de Patriarcal, que atravessa os dizeres de Platão, Aristóteles,

---

<sup>5</sup> “Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX, FUCHS, 1997, p. 166).

Plutarco e diversos comentadores da História da Filosofia, entende os sujeitos femininos apenas enquanto ocupantes de lugares destinados à satisfação dos sujeitos masculinos. Tais autores, independentemente de serem antigos ou modernos, constituem uma Formação Discursiva da Filosofia que produz um efeito de sentido de silenciar a existência das filósofas, uma vez que entendem que a presença feminina nesses espaços de desenvolvimento intelectual era, exclusivamente, para oferecer satisfação sexual aos homens ali presentes.

No entanto, encontramos furos, brechas nessa Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, a partir, por exemplo, dos escritos de Platão em Menêxemo, no qual aprendemos que Aspásia de Mileto foi professora de retórica de Sócrates:

SÓCRATES – Pois para mim, pessoalmente, Menêxeno, não é nada espantoso que eu seja capaz de discursar [de improviso na câmara], uma vez que, por sorte, tenho por mestra aquela que certamente não é insignificante na retórica; pelo contrário, tem formado muitos outros bons oradores, dos quais um se destacou entre os helenos: Péricles, filho de Xantipo.

MENÊXEMO – E quem é ela? É evidente que fala de Aspásia, não?

SÓCRATES – Falo, decerto; e me refiro também a Conos, filho de Metróbios; Pois esses são os meus dois mestres: ele em música, ela em retórica. Logo, não é espantoso que um homem educado desse modo seja hábil em falar. [...]

MENÊXEMO – E o que terias a dizer, se devesse discursar [sobre os mortos na guerra]?

SÓCRATES – Eu, de minha parte, talvez nada; mas ontem mesmo estive escutando Aspásia enquanto entoava um discurso fúnebre sobre esses homens. Pois ela ouviu isso que dizes: que os atenienses estão prestes a eleger quem discursará. Então, de improviso narrou a mim uma parte, da forma como deveria dizer, enquanto a outra parte já havia previamente preparado, pelo que me parece, quando compunha o discurso fúnebre que Péricles proferiu, a partir de fragmentos que uniu aquele discurso. (PLATÃO, 2001, 235e-236c).

O que escapa da superficialidade do texto contradiz aquilo que estamos acostumadas a aprender: que não existiram mulheres importantes na história da Filosofia, em específico na Antiguidade, seja no âmbito da reflexão, seja no de ensino; que as mulheres não desenvolviam a intelectualidade, porque não tinham o “pendor natural” para isso; que as mulheres ti-

nham a exclusiva função de servir aos homens; e que estavam condicionadas ao espaço doméstico, sem vida ou ofício na *polis*.

Pelo contrário, por meio do dizer platônico, que ganha forma no discurso de Sócrates, (re)conhecemos que Aspásia: 1) Expunha publicamente suas ideias e era excelente nisso, sendo responsável pelo sucesso de outros ocupantes do púlpito (“[...] por sorte, tenho por mestra aquela que certamente não é insignificante na retórica; pelo contrário, tem formado muitos outros bons oradores [...]”); 2) Conhecia os assuntos da cidade (“Pois ela ouviu isso que dizes: que os atenienses estão prestes a eleger quem discursará”); 3) Ocupava espaços públicos e de instrução intelectual (“[...] ontem mesmo estive escutando Aspásia enquanto [ela] entoava um discurso fúnebre [...]”); e 4) Preparava os pronunciamentos de Péricles e tinha grande habilidade tanto em refletir previamente e depois expor publicamente suas ideias quanto improvisá-las na frente de expectadores (“Então, de improviso narrou a mim uma parte, da forma como deveria dizer, enquanto a outra parte já havia previamente preparado, pelo que me parece, quando compunha o discurso fúnebre que Péricles proferiu, a partir de fragmentos que uniu aquele discurso”).

Diante das afirmações de Sócrates/Platão à contribuição de Aspásia, não podemos deixar de nos perguntar como ela e outras filósofas foram apagadas da e pela História da Filosofia. Ou seja, se mesmo Sócrates/Platão, com crenças “limitantes” acerca das mulheres, reconheceram a contribuição de Aspásia, por que esta não é estudada, lida ou mencionada nos cursos de Graduação de Filosofia e em manuais de História?

Uma das justificativas para isso encontra-se nos comentadores da (História da) Filosofia. Segundo Berquó (2016),

No diálogo intitulado *Menêxemo*, Platão afirma que Aspásia ensinou retórica a Sócrates. Esse tópico gerou muita controvérsia, porque, devido à ideologia ateniense de rígida separação entre masculino/público e feminino/doméstico, os estudiosos tendiam a considerar impossível que uma mulher pudesse ensinar homens na arte de falar bem em público (BERQUÓ, 2016, p. 35).

Assim, de acordo com Berquó (2016), a explicação para essa desconfiança sobre as realizações de Aspásia se baseia nas hipóteses de que ou Platão teria criado uma “personagem oradora” como elemento burlesco contra a retórica, ou esta seria uma “invenção da comédia” para criticar Péricles a partir da convivência com sua esposa. Há ainda a teoria que



supõe que a filósofa era uma criação de Ésquines, presente no diálogo intitulado *Aspásia*, em que sua “personagem” teria sido copiada pelos demais autores. Qualquer uma das teorias, porém, aponta que Aspásia mestre/oradora seria apenas uma metáfora.

Novamente nos deparamos com nossa problemática paradoxal: se enquanto filósofas, as mulheres estão presentes neste campo do saber por sua ausência, já que não são citadas pela e na História da Filosofia, nem são referenciadas em seu ensino, enquanto mulheres presentes na História, estão ausentes na Filosofia, posto que a evidência de sua ocorrência é considerada uma metáfora.

### ***Diotima de Mantinéia***

À Diotima de Mantinéia, filósofa responsável por ensinar Sócrates a pensar sobre o amor, citada no diálogo *O Banquete*, de Platão, é “estendida” a mesma “cortesia” histórica e intelectual que Aspásia de Mileto recebe. Isto é, contrariando a presença histórica dessa pensadora, imortalizada nos escritos platônicos, a tradição do ensino da Filosofia tende a diminuir ou mesmo negar sua importância intelectual. Sobre sua vida, conhecemos o que nos fala Sócrates, refletindo sobre o amor:

E agora vou deixar-te em paz, a fim de referir-vos o discurso a respeito de Eros que há tempos eu ouvi da mulher de Mantinéia, Diotima, sobretudo entendida neste assunto como em muitos outros, a mesma que, de uma feita, antes da peste, aconselhou os atenienses a fazerem os sacrifícios que protelaram por dez anos a epidemia. Foi ela quem me doutrinou sobre as questões do amor (PLATÃO, 2005, 201d).

Dessa citação, então, podemos apreender algumas informações, segundo Berquó (2016): Diotima de Mantinéia era uma sacerdotisa, que foi chamada em Atenas a fim de dar conselhos sobre como afastar uma peste; as medidas sugeridas por ela afastaram o mal que assolava os atenienses; ela ensinou a Sócrates uma doutrina sobre o amor.

Sabendo, então, que Filosofia pode ser traduzida como o amor pela sabedoria, que Sócrates foi um divisor do conhecimento filosófico, posto que temos a Filosofia “pré” e “pós” socrática, e que este filósofo foi ensinado a refletir sobre o amor por meio de Diotima, podemos entender que o

desenvolvimento da Filosofia depende de uma mulher filósofa que foi apagada e silenciada.

Tanto é assim, que Sócrates nos descreve qual foi a sabedoria lhe dada por Diotima, reafirmando que seu conhecimento foi apenas recontado daquilo que a sacerdotisa e pensadora lhe ensinou:

Foi ela quem me doutrinou sobre as questões do amor. Suas palavras é que vou tentar reproduzir, de acordo com o que eu e Agatão combinamos, do melhor modo possível e sem ajuda estranha de qualquer espécie. O que é preciso, Agatão, conforme explicaste, é começar por dizer o que seja o Amor e como se manifesta, para depois tratar de suas obras. Por isso, o melhor caminho se me afigura reproduzir-vos a conversação mantida com a estrangeira, na ordem das questões por ela formuladas. O que então lhe disse foi mais ou menos o que Agatão acabou de afirmar: que Eros é um deus poderoso e amante das coisas belas. Ela contestou minha proposição ponto por ponto, como o fiz neste momento com a dele, para mostrar que, de acordo com meu próprio argumento, ele não podia ser nem belo nem bom. [...] Foi isso, Fedro e todos vós que me escutais neste momento, o que Diotima me narrou e ao que eu dei inteiro crédito. Convencido dessa verdade como fiquei, procuro, do meu lado, convencer os outros de que, para alcançar semelhante bem, de maravilha se encontrará colaborador mais excelente para a natureza humana do que o Amor (PLATÃO, 2005, 201d-212b).

Contudo, conforme Berquó (2016), tanto os trechos citados do *Banquete* quanto a existência de Diotima vêm sendo objetos de controvérsia por muitos teóricos da Filosofia Antiga. Tais estudiosos consideram que seria impossível que uma mulher fosse mestra de um filósofo, uma vez que havia uma marcada ideologia de gênero na Atenas clássica. Assim, tal como fazem com Aspásia, os historiadores tentam justificar a existência de Diotima como uma personagem fictícia que corresponderia à autoimagem de Sócrates, à metáfora para valores, ou à imagem da submissão feminina, mesmo que estes admitam que Platão sempre utilize figuras históricas em seus diálogos:

Atualmente, as teses sobre a Mantinéia são as mais variadas. Especula-se que Diotima seria uma “autoalegoria de Sócrates” (PINHEIRO, 2001, p. 65) ou uma figura criada por Platão para “representar dois valores propriamente filosóficos (i.e. masculinos): reciprocidade e cri-

atividade” (HALPERIN, 1990, p. 150). Ou como parte de uma “tríade entre esposa, prostituta e sacerdotisa” que possibilitaria a Platão, “oferecer uma versão distinta da pederastia filosófica” (GILHULY, 2009, p. 97). Ou, ainda, “que Diotima fale em lugar de Sócrates porque este não quer assumir para si o conhecimento pleno das coisas do amor, haja vista que, segundo Alcibiades, ele se recusa a se sujeitar à posição de amante” (SANTOS, 2009, p. 10). Ou então que, “Platão [...] necessitava de uma mulher demoníaca [inspirada por seus poderes divinatórios] em cena e, por não poder introduzi-la física e diretamente por imperativos sociais, o faz por meio de Sócrates [...]” (RAMOS JURADO, 1990, p. 86). (BERQUÓ, 2016, p. 51-52, [acréscimos da autora]).

Com isso, percebemos a opacidade nos dizeres desses teóricos que servem para demonstrar possíveis efeitos de sentido produzidos por uma Formação Discursiva da Filosofia acerca das mulheres, mas também compondo o que é a Filosofia. Isto é, dizeres que formulam um possível efeito de sentido de que o desenvolvimento do conhecimento filosófico é oriundo do trabalho de homens. Como reforça Berquó (2016), esse malabarismo retórico sofisticado dos comentadores da Filosofia Antiga serve como recurso para apagar a existência de filósofas e pensadoras tão importantes que influenciaram o modo como pensamos esse conhecimento ao longo dos séculos.

### ***Hildegarda de Bingen***

Na Idade Média, o conhecimento científico estava submetido à fé cristã. Por isso, os mosteiros eram os locais em que se conservava o conhecimento, recuperado da Antiguidade, e se produzia novos, a partir dos estudos de latim, gramática, álgebra etc. Desse modo, a primeira filósofa que comentaremos, desse período, era monja e utilizou de sua posição para estudar e produzir conhecimento intelectual.

Hildegarda de Bingen foi uma religiosa beneditina do século XII, pertencente a uma família de nobres alemães, que aos oito anos foi mandada para o mosteiro de Disibodenberg. Confiada à abadessa Jutta de Sponeheim, sua primeira mestra e tutora, recebeu os ensinamentos básicos de latim por meio dos salmos, posteriormente, aprendendo também sobre manipulação de plantas medicinais e cuidados com os doentes (PINHEIRO; EGGERT, 2016; POLL, 2010). Tendo revelações divinas desde os três anos de

idade, conforme relato próprio, escreveu sua primeira obra, *Scivias*, obedecendo a um chamado de Deus recebido durante uma visão. Para a filósofa, sua obra consistia na transcrição de mensagens divinas e, como tal, era composta de ensinamentos ortodoxos de caráter doutrinário e profético.

Acreditamos, assim, que Hildegarda é um exemplo de resistência que aconteceu por meio do sistema. Isso porque sua escrita produz um furo a uma Formação Imaginária das mulheres da/na Idade Média que, dada as condições de produção da época, entendia os sujeitos femininos a partir de uma posição/função para a procriação/castidade e voltada aos homens. Entendemos que esse furo acontece *dentro e por meio do* Aparelho Ideológico Igreja: dentro, porque Hildegarda era monja, mas também abadessa, profetisa, compositora, musicista, entre outras posições voltadas para o funcionamento desse Aparelho Ideológico; e por meio dele, pois graças à influência da Igreja, Hildegarda, enquanto monja, teve suas interpretações divinas legitimadas, aceitas e conservadas historicamente.

Sua aceitação no meio eclesiástico e a fama de profetisa foram concedidas porque a filósofa tinha suas visões sempre na presença de testemunhas, sendo Volmar, monge amigo e confessor da abadessa, um dos primeiros a assegurar a veracidade das revelações. Além disso, ela seguia com alguns dos princípios que orientavam à conduta dos sujeitos religiosos, como, por exemplo, a estrita humildade, assumindo-se como incapaz de escrever ou falar sobre as graças divinas sozinha, sendo, portanto, suas escritas e interpretações nada mais do que revelações de Deus.

Nesse sentido, considerando que o Aparelho Ideológico Igreja determinava o contexto medieval e atravessava as produções intelectuais desse período, na medida em que Hildegarda se via, e era legitimada por colegas monges, como mensageira divina, negar suas interpretações seria também negar a veracidade da comunicação entre Deus e os seres humanos. Assim, considerando que, por meio do Aparelho Ideológico Igreja no contexto da Idade Média, o conhecimento viria de Deus e por Ele seria dado em graça, Hildegarda obteve o aval do papa Eugênio III, que a reconheceu enquanto intérprete e autorizou suas reflexões e escrita.

Conhecendo e utilizando de suas condições de produção, Hildegarda usou do sistema eclesiástico para produzir resistência a ele, encontrando brechas para se colocar no espaço de estudiosa e escritora e produzindo furos na hegemonia da Formação Discursiva da Filosofia que se filia à ideologia patriarcal. Em outras palavras, consideramos que Hildegarda resiste às opressões da época e rompe com o eco do silenciamento à medida que uti-

liza de suas condições de produção, isto é, da dominação do Aparelho Ideológico Igreja, para autorizar e legitimar suas obras. Nesse sentido, a aprovação papal garantiu à filósofa a veracidade e a possibilidade da escrita, mesmo diante da constante deslegitimação masculina do período. Além disso, ao ler seus escritos publicamente, o papa “protegeu-a da censura a que ela estava fadada por violar as escrituras deuteropaulinas sobre o silêncio e a submissão das mulheres” (BINGEN, 2015, p. 27).

Além de *Scivias*, concluída em 1151, Hildegarda escreveu mais duas obras de cunho religioso: *Livro dos méritos da vida* e *Livro das divinas obras*, esse último contendo várias pinturas. Compôs trabalhos voltados ao estudo da medicina, contidos no *Livro das sutilezas das várias naturezas da criação*, divididos posteriormente em *Física* ou *Livro de medicina simples* e *Causas e curas* ou *Livro da medicina composta*. Também manifestou suas ideias em cerca de 400 epístolas, dirigidas às várias classes e tipos de pessoas da Alemanha e de outros países. Foi musicista, deixando 77 canções sacras. Seu legado ainda inclui diversos outros textos de variados assuntos e pequenos tratados.

Hildegarda foi uma das monjas autorizadas a proferir sermões em público. Além disso, foi autora de uma espécie de dicionário, chamado de *Língua desconhecida ou secreta*, formada por um alfabeto em que lista mais de mil termos por ela inventados, traduzidos para o latim e o alemão. A filósofa escreveu essa obra para explicar, às suas leitoras e aos seus leitores, as alegorias e metáforas usadas por ela em seus textos, e também para falar de assuntos científicos em termos mais comuns à população em geral (POLL, 2010).

### ***Christine de Pisan***

Apesar do silenciamento das mulheres do/no medievo, que ecoa até nossos dias, Christine de Pisan é uma das mais (re)conhecidas filósofas, sendo considerada a mais importante poetisa medieval e a primeira mulher a viver da escrita no Ocidente. Para Karawejczyk (2016), um breve resumo da vida dessa pensadora nos mostra que Christine nasceu em 1364, em Veneza, e com seis anos se mudou para a França acompanhando o pai Thomaz de Pisan, convidado a viver na corte de Carlos V. Inclusive, foi seu pai, astrônomo, quem primeiro lhe ensinou Latim e Filosofia, disciplinas que não eram ensinadas, tradicional e oficialmente, às mulheres na época. Seguindo os costumes do período, casou-se aos 15 anos com Etienne Castel, nomea-

do secretário do rei um ano após o casamento. Precocemente, devido ao falecimento de seu pai, em 1386, e de seu marido, em 1389, Christine, então com 25 anos, passou a ser a responsável pelo sustento da família: sua mãe, seus dois irmãos e seus três filhos.

Entre suas obras mais conhecidas, destacamos *Le Livre des Trois Vertus*, publicada no século XV, que recebeu, no século XVI, uma versão portuguesa intitulada *O Espelho de Cristina*. De acordo com Mendonça (2013), os livros conhecidos com “Espelhos”, que se popularizaram na Europa do século XV, direcionavam-se à alta sociedade para educá-la, destacando os modelos sociais e religiosos a serem seguidos, a partir das concepções políticas e filosóficas da época. Em um primeiro momento, esses manuais de bons modos e bons costumes constituíam a literatura moralizadora destinada a príncipes e reis, proeminentes figuras masculinas que deveriam ser os espelhos de virtudes. No entanto, a partir do século XV, com a necessidade de uma formação feminina com diretrizes próprias e específicas, esses manuais passaram a fazer parte da essência da educação das moças e mulheres da corte, isto é, os “Espelhos de Rainhas”.

Com isso, em sua obra, Christine iguala homens e mulheres no âmbito da responsabilidade:

[...] o estado real dos grandes senhores é levantado sobre os estados do mundo, é necessário que aqueles, assim homens como mulheres... sejam melhor acostumados que outra gente... [...] Que eles possam ser, a seus súditos... espelho e exemplo de bons costumes... (PISAN, 1987, p. 164).

Além disso, o manual escrito por Christine dirige-se não só para as senhoras da nobreza, como também para as mulheres das diferentes classes sociais. Porém, considerando a cultura da época, afirma que “[...] se endereçará a nossa lição, primeiramente às Rainhas e Princesas e outras Senhoras... seguindo de grau em grau... cantaremos nossa doutrina em todos os estados das mulheres...” (PISAN, 1987, p. 170).

Nesse “espelho” que as mulheres deveriam seguir, Pisan aborda, para *Rainhas e Princesas*, assuntos direcionados ao comportamento e o modo de resolver os conflitos. Os capítulos intitulavam-se, por exemplo, em *Como resistir às tentações; Como conseguir bons pensamentos, por amor e temor de Nosso Senhor; O caminho correto de uma Princesa temente a Deus; Como a boa Princesa quererá ter todas as virtudes; Como conseguir a*

*paz entre o Príncipe e seus vassallos; Como relacionar-se com o seu Senhor; Como relacionar-se com os parentes de seu marido; Como a princesa deve cuidar do “estado e governança” dos filhos; Como ser discreta com aqueles que sabe que não a amam; Como comportar-se para ser amada e respeitada pelos súditos; Como deve ter “em boa ordenança” as mulheres da sua corte; Modelo de carta a enviar a sua senhora, se a souber desencaminhada; entre outros (PISAN, 1987).*

Já no capítulo para *Senhoras e Donzelas*, Pisan escreveu, entre outros assuntos, *Como evitar o vício da inveja; Como evitar maldizer; Não é próprio difamar ou dizer mal umas das outras; Como as que vivem em quintas devem organizar os seus bens; Conselhos sobre a “soberba” de algumas donas*. E, para a última parte intitulada *Mulheres*, a filósofa disserta sobre *Mulheres de Estado e burguesas; mulheres de mercadores; mulheres viúvas; moças; velhas entre as mancebas; moças entre as velhas; mulheres dos mestres; mulheres servas de casa; mulheres da mancebia; mulheres honestas e castas; mulheres dos lavradores; pobres (homens e mulheres); etc. (PISAN, 1987).*

Percebemos, assim, que embora destinado a diferentes tipos de mulheres, o texto de Pisan elabora um manual para que estas se saiam bem, isto é, tenham uma vida “melhor”, furando, tal como Hildegarda, com uma hegemonia da/na Formação Discursiva da Filosofia que se filia à ideologia patriarcal. Em outras palavras, consideramos que Pisan é uma filósofa que fura com a hegemonia de uma Formação Discursiva da Filosofia na medida em que reflete sobre uma Formação Imaginária das mulheres, a partir de seu contexto de produção medieval, escrevendo sobre si e sobre outras mulheres *para* outras mulheres.

Podemos refletir sobre a escrita de Pisan em o *Espelho*, comparando-a com a de Agostinho, em *Confissões*, em que ambos elaboram um manual de boa conduta para as mulheres. Contudo, devemos lembrar que Christine de Pisan era uma mulher, nos fins da Idade Média, escrevendo sobre e para mulheres, orientando suas contemporâneas a como se comportar da melhor maneira para obter segurança, poder, felicidade e sanar outras necessidades para si mesmas.

## **Para concluir...**

Em nossa análise, consideramos que, ao produzirem conhecimento, as mulheres vêm resistindo, por séculos, a essa estrutura já dada, que as ex-

cluiu e silenciou. Longe de findar as reflexões que aqui trazemos, mas já nos encaminhando para o fim deste texto, sobre a questão do silêncio, podemos nos interrogar, em vez de “Há filósofas?” ou “Mulheres estudaram ou escreveram filosofia ao longo da história?”, se estamos reconhecendo a produção dessas mulheres:

Ainda em relação a essa questão do silêncio, a minha posição é a de que não acredito que apenas não se esteja *dizendo* o suficiente. Não se está *ouvindo* o necessário. Nem há separação entre essas coisas e vejo nisso um processo. Há um momento no processo do discurso pedagógico ou outro discurso (autoritário?) qualquer em que o outro ouve no esmagamento, tentando reproduzir, repetir, copiar a voz autossuficiente do locutor; em outro momento há a ambiguidade de falantes sem ouvinte: à força de tentar resistir aos que procuram nos relegar à posição de apenas ouvintes (e ouvintes de discursos já cristalizados), deixamos de ouvir mesmo os nossos pares, o que não nos ajuda a deslocar efetivamente a relação de dominação (ORLANDI, 2001, p. 36-37, *grifos da autora*).

O que buscamos neste trabalho foi tentar ouvir algumas das inúmeras filósofas e teóricas, no recorte da Idade Antiga e Medieval, utilizando-as enquanto mulheres pesquisadoras. Assim, muito embora (ainda) não ouvimos muito da discursivização que entende mulheres como filósofas e pensadoras ao longo da História da Filosofia, esse fato não implica na inexistência de pensadoras. Que a Filosofia possa se destinar a nós, mulheres, filósofas, escritoras, pensadoras, cientistas, pesquisadoras, e o que mais couber neste grande e bastante simbólico do ser Mulher(es).

## Referências

BERQUÓ, Thirzá Amaral. Aspásia de Mileto: Mulher e Filosofia na Atenas Clássica I. In: PACHECO, Juliana (Org.). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 28-43.

CURADO, Ana Lúcia. Introdução. In: **Contra Neera – [Demóstenes] 59**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/en/livro/contra\\_neera\\_dem%C3%B3stenes\\_59](https://digitalis.uc.pt/en/livro/contra_neera_dem%C3%B3stenes_59). Acesso em: 09 fev. 2019.



DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. 5 v.

GASPAR, Adília Maia. **A representação das Mulheres no Discurso dos Filósofos**: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet. Rio de Janeiro: Uapê, 2009.

HILDEGARDA DE BINGEN. **Scivias**: conoce los caminos. Madri: Editorial Trota, 1999.

HILDEGARDA DE BINGEN. **Scivias**: conhece os caminhos do Senhor. São Paulo: Paulus, 2015.

KARAWEJCZYK, Mônica. Christine de Pisan: uma filósofa no medievo?!. *In*: PACHECO, Juliana (Org). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

MENDONÇA, Manuela. O espelho de Cristina (sec. XV). *In*: **História Revista**, Goiás, v. 18, n 1, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/29903>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MÉNAGE, Gilles. **Historia da las Mujeres Filósofas**. Barcelona: Herder Editorial, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel [1969]; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel [1969]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINHEIRO, Mirtes Emília; EGGERT, Edla. Hildegarda de Bingen: As autorias que anunciam possibilidades. *In*: PACHECO, Juliana. **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

PISAN, Christine de. **O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas**. CRISPIM, Maria de Lourdes (ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

PISAN, Christine de. **O espelho de Cristina**. Intr. de Maria Manuela Cruzeiro, 1ª. edição fac-similada, Lisboa, 1987.

PLATÃO. **Mênnon**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.

PLATÃO. **Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

POLL, Maria Carmen Gomes Martiniano de Oliveira van de. **A espiritualidade de Hildegarda von Bingen**: profecia e ortodoxia. 2010. 211 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08032010-113221/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2019.

# O RASGO DE IDENTIDADE DO NOME QUE SE FAZ PRÓPRIO NA CLANDESTINIDADE

Andréia da Silva Daltoé

*“O exílio é insuportável [...] Somos folhas jogadas ao vento, não temos raízes [...] É uma dor fininha machucando o peito...”*  
(De Luca, 2002, p. 298)

## Introdução

Ao ser convidada para escrever este capítulo sobre Mulher e Ditadura, pensei, num primeiro momento, que não teria grandes dificuldades, já que venho estudando o discurso da/sobre a Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) desde 2014 e, inclusive (dou-me conta apenas agora), que o estudo tem sido principalmente a partir do testemunho de mulheres.

Só que então vem a primeira linha... e a escrita já se anuncia difícil: o enfrentamento com a complexidade do tema surge-me sempre como se fosse pela primeira vez. É o espanto com o sofrimento do passado e seu reconhecimento nas práticas do presente. Todavia, aceito o desafio deste projeto importante, o livro *Mulheres e...*, bem como, no sentimento de que sempre devemos muito à história de luta das mulheres contra a Ditadura, enfrento a complexidade da escrita.

Volto, então, a uma das mulheres à qual já dediquei outros trabalhos (DALTOÉ, 2016, 2019): a ex-presa política Derlei Catarina De Luca, que nos deixou em 2017, mas cuja voz permanece potente e nos ajudando até hoje a produzir sentidos sobre o passado e o presente. Recupero novamente sua voz, mas agora tratando, em específico, da sua vida na clandestinidade, para pensar o modo de subjetivação do sujeito nestas condições, cuja incursão farei a partir das pistas deixadas pelos nomes que Derlei<sup>1</sup> precisou assumir neste período, tentando, desse modo, contribuir com uma discus-

---

<sup>1</sup> Tomo a liberdade de me referir, durante todo este trabalho, a Derlei pelo seu primeiro nome, mesmo que à norma metodológica possa parecer estranho. Assim também, para me referir às sequências discursivas em análise, não quero usar o termo sujeito-enunciador. Falo da amiga Derlei e é assim, de forma íntima e próxima, que a ela me refiro.

são teórico-analítica sobre o funcionamento do nome próprio. Do terreno da Análise de Discurso de linha materialista, tomaremos sua autobiografia *No Corpo e na Alma* (DE LUCA, 2002) como materialidade de análise de onde recortaremos as passagens (tomadas aqui enquanto Sequências discursivas = Sd) que falam destes nomes, procurando, por este meio, tentar compreender os modos de o sujeito se subjetivar mesmo quando é preciso “deixar de existir”.

Rancière (2014, p. 53) vai nos dizer que “as palavras da história são nomes” (2014, p. 53) e, em pesquisas anteriores (DALTOÉ, 2016, 2019), vimos o peso deles no testemunho das vítimas da Ditadura a partir dos diferentes funcionamentos que adquiram nesta narrativa: a importância em identificar/lembrar o nome verdadeiro ou falso dos personagens deste período e o jogo titubeante desta memória que se mistura entre o que julgamos ter controle sobre e aquilo que vem e atravessa o dizer à sua revelia; a identificação do nome torturador, ou mesmo de um companheiro que ainda possa ajudar a provar alguma coisa; o modo como os registros falsos eram aproveitados pelos torturadores para enterrar corpos em vala comum; a listagem dos procurados espalhadas pelas cidades; os nomes de pessoas que os militantes precisavam procurar em caso de perigo; os inúmeros arquivos com fichamentos dos subversivos; os nomes desta história que entraram para a história e os que ficaram no anonimato...

Cada um destes funcionamentos parece nos possibilitar puxar um fio desta história e problematizá-la, mas neste estudo queremos pensar o funcionamento do nome próprio na clandestinidade, investigando como, nesta condição, o sujeito se significa (ou pode se significar), bem como é significado. E ainda: o que diz a clandestinidade sobre os modos de subjetivação do sujeito? Como pensar a referência de um nome falso, cujo portador não existe, mas precisa ser assumido como se existisse? Como colar uma história de vida fictícia a um nome não seu? Como preservar a própria identidade e assumir outra(s)? Que fio liga o nome falso ao nome verdadeiro? E o que isso diz da relação do sujeito e o modo como se re(a)presenta para o outro?

Nessa busca, deslocamo-nos de uma concepção de história que remontaria aos fatos do passado para desvendá-los, bem como daquela que se estrutura em torno dos nomes dos heróis para, conforme Rancière (2014, p. 7), pensá-la com a multidão dos desconhecidos, cuja enunciação deve se distanciar da objetividade da distância temporal e neutralização da

pessoa para dizer dos acontecimentos e sua explicação numa narrativa do tempo presente, tentando regerar o “tumulto das palavras” (2014, p. 139).

Considerando, portanto, que, conforme Pêcheux (2006, p. 42), a história se faz como uma disciplina de interpretação e que, conforme Rancière (2014, p. 53), só “existe história porque os seres falantes são reunidos e divididos por nomes, porque eles nomeiam a si mesmos e nomeiam os outros com nomes que não têm ‘a mínima relação’ com o conjunto de propriedades”, objetivamos investigar como a história da clandestinidade em Derlei, pelas pistas que ela vai deixando nos nomes que assume na militância, pode nos falar desta condição de estar/não estar; ser/não ser; poder existir/não poder; falar/não falar.

### **Um pouco sobre o nome próprio antes**

A questão do nome próprio como forma de designar um referente, não só pessoa, mas qualquer objeto no mundo, é interesse de muitos estudos filosóficos, linguísticos, matemáticos, etc. A relação mundo/palavra passa por aí. Maingueneau (2002), em seu estudo sobre textos de comunicação, nos traz o modo de apresentação do sujeito a partir da relação entre enunciador e co-enunciador que, partilhando de uma competência enciclopédica e/ou dos componentes da enunciação, entram numa atividade de cooperação para compreender o referente. Neste caso, ou a própria palavra ou o contexto dariam conta de identificar uma realidade por meio de suas designações. Para o autor, “o nome próprio designa diretamente seu referente [...] se refere a um objeto particular presumidamente já identificado pelo co-enunciador” (2002, p. 183-185) e não diz nada a respeito das características dos indivíduos assim designado.

Nos estudos semânticos de Lyons (1977, p. 176), também o nome próprio identifica seu referente, “não os descrevendo em termos de uma propriedade relevante que o nome denota, mas utilizando a associação única e arbitrária entre um nome próprio e seu portador”.

Frege (1978), na tentativa de aplicar princípios da lógica matemática ao sistema linguístico, discute a questão do nome próprio como o que representa um objeto específico no mundo, seja pessoa ou coisa. Diferencia, então, símbolo, sentido e referência: a) símbolo seria a expressão linguística que designaria um objeto no mundo; b) referência: “aquilo sobre o

que queremos falar”<sup>2</sup>, o objeto empírico no mundo real; e c) sentido seria o que identifica este símbolo em condições de verdade, ou seja, aquilo que garantiria um padrão comum de significação. Frege descola sentido e referência: “aprender um sentido nunca assegura a existência de sua referência” (1978, p. 130) e compreende o nome próprio como aquilo que, numa linguagem perfeita, deve designar um objeto no mundo = sua referência.

Interessando-se pelo valor de verdade dos elementos comutáveis, o autor procura explicar a diferença cognitiva que parece haver nas expressões “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”, defendendo que, para a semântica formal, mesmo que tenhamos mais de uma forma de designar um objeto no mundo, isso não alteraria o sentido desta referência: e é sobre as garantias em relação ao sentido que seu estudo tenta se apoiar. Embora Frege busque este objetivo com nomes próprios ou sentenças, aqui nos atentaremos apenas à questão do nome próprio, tomado pelo autor como aquilo que remete a um objeto singular no mundo, e cuja questão da igualdade, que toca a questão da identidade (“ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”), não seria uma relação entre objetos no mundo, mas entre modos de apresentação do mesmo objeto.

Não vamos nos ocupar da relação  $a = a$ , dada *a priori*, e sim de  $a = b$ , em que teríamos, segundo o autor, duas formas diferentes de apresentação do objeto para a mesma referência, logo não interferindo no sentido. O exemplo clássico de Frege é: *A estrela da manhã* e *a estrela da tarde* são duas formas diferentes de apresentar a mesma referência = Planeta Vênus, logo  $a$  e  $b$  indiferentemente fariam chegar ao mesmo sentido: Vênus.

Tentando segurar a língua nos princípios da lógica formal, Frege (1978, p. 144) menciona certas questões como imperfeição da linguagem: uma delas é que há sentidos que nos remetem a nenhuma referência precisa no mundo (a voz do povo, por exemplo); vai ainda admitir que nem sempre uma mesma referência é compreendida do mesmo modo para sujeitos diferentes, dizendo que, neste caso, a subjetividade ganha o caráter de representação e obedeceria a leis psicológicas (1978, p. 151); então admite: “é difícil exaurir todas as possibilidades que a linguagem pode apresentar (1978, p. 156). E, tentando segurar o sentido em termos de valor de verdade, para ele, na poesia, as palavras têm apenas sentido, e não referência; e na ciência não poderíamos nos contentar apenas com o sentido, precisamos da referência: o que o leva a distinguir sentido psicológico e sentido lógico (1978, p. 111).

---

<sup>2</sup> Tradução do artigo por Tradução de Sérgio R. N. Miranda (UFPO) e publicado em: FUNDAMENTO – Rev. de Pesquisa em Filosofia, v. 1, n. 3, maio – ago. 2011.

Com estas abordagens iniciais, vemos a força dos sentidos sobre o nome próprio como: identificador de um objeto único no mundo; portador de um significado descolado do significante que lhe abriga; elemento referencial. E então nos perguntamos: seria possível pensar a questão do nome próprio em relação ao nome falso? Se sim, como ficaria a relação entre os co-enunciadores (MAINGUENEAU, 2002) se o nome falso é justamente para não fazer referir a verdadeira identidade? Ou voltando a Lyons (1977), no caso da clandestinidade, também falaríamos da arbitrariedade e vazio do sentido no nome? E, por fim, a partir de Frege, as várias identidades que uma pessoa assume na clandestinidade representariam uma única referência no mundo?

Tais perguntas vêm nos colocar em um outro lugar: começamos por Pavéau (2015, p. 260), para quem o nome próprio atua como um nome de memória, e vamos a Guimarães (2002), que parte do nome próprio de pessoa como este nomear um objeto único, mas avança relacionando a hipótese de unidade do nome com a relação linguagem/mundo/sujeito, afastando-se de uma posição estritamente referencial ou cognitiva para contribuir com as determinações que constituem um nome em nossa sociedade.

Para o autor (2002, p. 42), “a capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo”. Estamos diante, portanto, usando palavras de Guimarães (2002, p. 39), do percurso social do nome, que não se coloca de forma homogênea, funcionando univocamente, mas é determinado pela força do efeito de temporalidade do acontecimento. É esta temporalidade do acontecimento que passa a nos interessar quando estendemos a discussão de Guimarães (2002) para o caso do nome falso usado na clandestinidade, a partir do que nos diz a seguir (2007, p. 95):

[...] a referência não é a designação da palavra. Não é o que a palavra indica no mundo que é sua designação. E nem a designação é um modo de apresentar o referente. A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas.

Segundo Guimarães (2007, p. 78), portanto, a relação de uma expressão com as coisas não é a classificação de objetos, mas a relação de

sentido entre palavras produzida no acontecimento pelo processo enunciativo, o que o autor chama Domínio Semântico de Determinação.

Parece que esta abordagem vai abrindo caminho para pensarmos como significam os nomes da clandestinidade, lembrando que, por esta condição, são nomes que se inscrevem no terreno da ilegalidade. Conforme Silva (2004, p. 292-293), na terminologia jurídica, clandestinidade (do latim *clandestinus*) “indica ato jurídico que se praticou às escondidas, seja para contrariar princípios instituídos em lei, seja para ludíbrio a outrem”. Viver na clandestinidade, assim como assumir um nome falso também são crimes previstos em lei.

Do ponto de vista jurídico, o unívoco do nome próprio é tomado em sua obviedade, a partir da prescrição da Constituição Federal de 1988, em específico, inciso III, que dispõe acerca da “dignidade da pessoa humana”, já que o nome comporia esta garantia; a partir do estatuído no Código Civil de 2002, “art. 16: Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”; bem como a partir da Lei de Registros Públicos, Lei 6.015 de 1973, que prevê, art. 1º, o registro civil de pessoas e documentos; art. 55, o registro do nome; e arts. 56 e 57, a possibilidade de sua alteração, mediante justificativa.

Todavia, embora na letra da lei o nome apareça como um direito, é mais um dever, pois, conforme os 2 últimos textos legais mencionados acima, o registro civil é obrigatório dentro do prazo de 15 dias a contar do nascimento, podendo ser ampliado em até 3 meses para os lugares distantes da sede do cartório. O não cumprimento, o chamado registro tardio, é, inclusive, passível de multa, podendo ainda envolver burocracia maior dependendo do caso.

Tais determinações apontam para o fato de que o Estado demanda que tenhamos um nome com seu devido registro civil, sem o qual não há existência jurídica enquanto cidadão brasileiro. Ou seja, do ponto de vista legal, o homem é naturalmente um sujeito e a ele é dado um direito essencial de ter um nome, sem o qual não pode exercer seus direitos e deveres dentro da normatividade de uma sociedade. Nome próprio e reconhecimento civil significam, portanto, em dependência.

Não podemos desconsiderar a necessidade deste regramento/condição na vida de qualquer pessoa que viva em sociedade, do sujeito pragmático que somos, no entanto, importante também lembrar que já pela via no nome, com seus números de identificação, que se dá, conforme Orlandi



(2017, p. 72), a constituição do sujeito individuado pelo Estado, seus discursos e instituições.

Em Althusser ([1969]1985, p. 93), vamos encontrar a importância da categoria “sujeito de Direito”, noção ideológica do aparelho jurídico, que, numa sociedade burguesa representa o modo como o sujeito é interpelado em sua plena autonomia para que, “por vontade”, realize seu assujeitamento: a ilusão de liberdade é a ilusão jurídica que o inscreve enquanto sujeito para poder submetê-lo às determinações do capital. Não seria, portanto, um registro civil que fundaria o sujeito para que ele fosse livre e pudesse gozar da vida em sociedade, com as garantias que o Estado diz lhe dar, mas o processo de interpelação ideológica que faz com que este sujeito se reconheça como sujeito de direito e aceite como natural sua condição de submissão.

Este processo começa mesmo antes de nascer quando já, na barriga da mãe, a criança passa a ser interpelado por todas as expectativas de sua chegada, de sexo, de nome, de características físicas, etc. Interpelado, portanto, desde sempre pela ideologia, poderíamos dizer, a partir de Althusser (1985, p. 95-96), que o sujeito não se apresenta com seu nome; ele se reconhece em seu nome: “o fato de sermos chamados por nosso nome, o fato de saber que você ‘tem’ um nome próprio, mesmo que eu o ignore, que faz com que você seja reconhecido como sujeito único etc.” nos fornece a evidência do reconhecimento ideológico, mas não nos dá o conhecimento deste processo.

Podemos, então, dizer que, nas palavras do autor, o nome próprio funciona como pista do processo de interpelação ideológica do sujeito que “recruta” a todos ao modo de uma interpelação policial: “ei, você aí!” (1985, p. 96-97), diante da qual um indivíduo se volta, “acreditando-suspeitando-sabendo que se trata dele, reconhecendo portanto que ‘certamente é ele’ quem está sendo chamado”. Sendo assim, se nos identificamos a um nome, organizador da evidência do sujeito, é porque somos já a partir dele interpelados e assujeitados pela ideologia. Logo o nome significa para o sujeito mais do que uma identificação.

Desse modo vemos que pensar o sujeito a partir de seus documentos e da ideia que este registro o faz um ser único no mundo, já é resultado do trabalho da ideologia em produzir, daí trazendo Pêcheux ([1975] 1988, p. 155) a partir de Althusser: a “evidência do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo”, ou seja, a evidência da identidade: cada nome representa uma pessoa no mundo, que justamente esconde o trabalho “de

uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, ‘estranhamente familiar’” (1988, p. 155).

Pêcheux recupera este *estranho familiar* de Freud e nos diz deste processo que retorna ao sujeito numa mistura de evidência e absurdo, colocando em questão com base em Althusser, a relação de sua identidade com alguma coisa fundamental que está em jogo antes: o processo de interpelação-identificação, pelo qual “todo sujeito ‘se reconhece’ como homem, ou também operário, empregado, funcionário, chefe, etc., ou ainda como turco, francês, alemão, etc., e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*” (1988, p. 117). E acrescentamos, se reconhece como Adélia, Roberto, Maria...

Esta entrada em Freud nos permite pensar o nome, portanto, fora da ideia de unicidade e totalidade do sujeito para pensar o estranho que o constitui. Ao discutir o nome próprio a partir da psicanálise, Mariani (2014) nos fala do modo como o nome está sempre envolto ao enigmático, sinalizando o funcionamento do inconsciente: “às vezes ao dizermos nosso nome próprio não somos compreendidos por quem nos escuta; ou ainda, às vezes precisamos soletrar, insistir numa determinada forma linguística” (2014, p. 136).

Isso nos ajuda a pensar que o nome próprio se insere nesta cadeia significante que fala do sujeito enquanto ele se significa, num processo que lhe é familiar, mas sempre, em alguma medida, estranho. Desse modo, o “ei, você aí!” continua proveitoso pois fala da interpelação do sujeito que, ao se mover em relação ao chamado, nunca sabe exatamente se é dele que se fala ou não. Ou seja, a interpelação ideológica também joga com estas dúvidas, afinal, nunca temos a compreensão de como ela funciona, só sabemos que ela funciona. Logo, se é verdade que a ideologia nos recruta a todos, como nos disse Althusser, “é preciso, então, compreender de que modo os ‘voluntários’ são designados nesse recrutamento” (PÊCHEUX, 1988, p. 157). Para o autor, isso se liga à existência do que ele chama, trazendo Lacan, de “*processo do significante*” (1988, p. 156), não como um poder que as palavras teriam de designar alguma coisa ou alguém, mas a maneira pela qual um significante representa o sujeito para outro significante: “a questão do *sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é ‘preso’ nessa rede – ‘nomes comuns’ e ‘nomes próprios’, [...] etc.*”, de onde esta ilusão do sujeito “*como causa de si*” (1988, p. 157).

É o que tentaremos ver nas materialidades a seguir, acreditando, conforme Robin (2016, p. 99), que “[...] de pista em pista, retalhos da vida aparecem”.

## **O nome, um rasgo de identidade**

Derlei entrou na clandestinidade em 13 de dezembro de 1968, não por coincidência enquanto ouvia no rádio a leitura do Ato Institucional nº 5, e assim permaneceu até 31 de outubro de 1973. Muitos militantes viveram nesta condição até serem presos, torturados, assassinados; outros até a anistia em 1979, ou mesmo até o fim da Ditadura em 1985; e, conforme Steffen e Becker (2014, p. 116), há quem permaneça até hoje nessa espécie de “refúgio”, quando a clandestinidade se impõe como forma de sobreviver.

Nestes quase 5 anos, Derlei precisou assumir outras identidades, quais foram:

### *a) Derlei é Deise:*

Derlei era dirigente de movimento estudantil na UFSC em 67 e integra o grupo da Ação Popular (AP), movimento que surgiu em 1962, após um congresso da esquerda católica em Belo Horizonte (MG). Com a decretação do AI-5, muitos militantes e Derlei entram na clandestinidade:

**Sd 1:** 13 de dezembro de 1968 foi minha primeira noite na clandestinidade [...] um pouco de tristeza enche nossos corações. Vamos nos conhecendo e nos acostumando com nomes recentemente mudados (2002, p. 27, 34-35).

**Sd 2:** Gente que mudou de nome, vida e trabalho, confiando seu destino, sem vacilações à organização (2002, p. 34).

Com a decisão da AP de fazer a inserção de militantes nas fábricas para organizar a classe operária, Derlei é mandada a Curitiba para trabalhar numa fábrica e, desse modo, integrar o movimento operário. Naquele momento, Derlei passa a se chamar Deise Campos, e isso não significava apenas alterar documentos, mas criar uma outra história para si, *se acostumar* (Sd 1) com ela:

**Sd 3:** Aprendo a criar uma história, uma lenda, a estabelecer uma cobertura com dados coerentes (2002, p. 37).

Conforme Sd 2, não era só um novo RG, era assumir uma nova narrativa de si, o mais verossímil possível, ao mesmo tempo em que precisava fazer o aprendizado de vida operária, para que tudo parecesse de verdade (2002, p. 37). A complexidade em ser Deise Campos vem, portanto, com o *nos acostumando* (Sd 1), como quem leva um tempo para este “aprendizado” de ser outro alguém, só que em um enredo que não permite falhas, nem volta à vida normal: qualquer piso em falso, colocaria em risco a vida do militante, de sua família e da organização (Sd 2). Na complexidade que tudo isso representa, *criar uma história* oscila para o significante *lenda* (Sd 3), mostrando que esta narrativa se amplifica e assume o caráter do fantástico, ficcional, combinando fatos reais com a imaginação aventuresca humana: o *estranho familiar*, que Pêcheux trouxe de Freud para dizer do que retorna ao sujeito numa mistura de evidência e absurdo. Obedecendo às regras da organização, Derlei batiza Deise:

**Sd 4:** Deise Campos nasceu no Mato Grosso, perdeu os pais, veio buscar trabalho no sul. Quem sabe não encontra os parentes da família que eram daqui? Mato Grosso é a nova fronteira agrícola do país, formada por imigrantes do sul, onde as terras já não são suficientes para todos os filhos. A excessiva compartimentação da terra empobrece a segunda geração de imigrantes nascidos no Brasil. Quem permanece na agricultura precisa buscar novas terras. Ou mudar de ramo. Dirigir-se às fábricas ou dedicar-se ao comércio (2002, p. 37-38).

Ou seja, a troca de um nome por outro implica uma nova maneira de o sujeito se relacionar consigo mesmo, sua subjetividade se refaz tentando apagar o que é verdade sobre si para assumir como verdade uma história não sua. Narrativa esta pensada a partir de Orlandi (2017, p. 309) como a narratividade que textualiza a memória na formulação: é ali que se cria a narrativa e é ali mesmo que o sujeito se significa a partir de agora.

Como vimos em Frege (1978), o nome próprio tem o poder de identificar um objeto no mundo real por meio de um sentido tomado em termos de verdadeiro ou falso. Mesmo que se tenham nomes diferentes para o mesmo objeto, o que importa é que o sentido continua igual. Ou seja, o nome próprio designa um objeto singular no mundo, que poderia aparecer em diferentes referentes, mas denotando uma mesma referência. Mas en-

tão como ficaria o sentido em Deise se, na verdade, ela não remeteria a alguém no mundo? Não teria este nome falso referência? Ou ainda, independente de Derlei ou Deise, o sentido sobre esta única referência não muda ou temos uma dupla referência? Haveria para os nomes falsos uma referência fora do ficcional?

Por Frege, parece que poderíamos entender que, em Derlei e Deise, independente do nome, o sentido e a referência são os mesmos, porque ambos remetem à verdadeira Derlei e, neste caso, só o modo de apresentação mudaria. Mas vemos que não, pois a troca por um outro nome precisa justamente se colar como se fosse uma nova referência: a Deise, que *nasceu em Mato Grosso*, etc. (Sd 4). Derlei e Deise remetem à mesma pessoa, só que não se trata de reduzir a questão do nome a um corpo físico-biológico, mas sim pensar este corpo na clandestinidade e no modo como, para sobreviver, precisa funcionar como um descolamento do sujeito de si mesmo. E é nesta divisão do sujeito que podemos compreender um pouco da complexidade da questão do nome próprio na condição de clandestinidade: por mais que se julgue na dominância do comportamento de uma personalidade fictícia, para a qual crio uma história e a enceno como minha, sabemos, conforme Pêcheux (1988, p. 93), que a autonomia do sujeito e do sistema linguístico é sempre relativa, expondo-o permanentemente ao conjunto contraditório dos processos discursivos.

Derlei deixa pistas disso que falha quando no primeiro dia na fábrica, antes de assinar a papelada, perguntou ao responsável se poderia lê-la antes. E se dá conta:

**Sd 5:** Nenhuma operária, precisando de emprego, lia nada antes de assinar o contrato. O moço olha meio atravessado, percebo o deslize, assino rápido e saio mais rápido ainda, sentindo-me uma idiota (2002, p. 45).

Isso nos ajuda a pensar o jogo titubeante destes sujeitos em sustentar uma história fictícia que os protegeria e que, ao mesmo tempo, pode comprometê-los. Conforme Mariani (2014, p. 139), estamos diante do sujeito do inconsciente que,

[...] para além do sujeito da gramática [...], marca-se uma divisão com a presença de um outro sujeito, pontual, evanescente, que comparece com sua própria enunciação. E esse outro sujeito, que comparece sem ser convidado, fala à revelia e, com isso, provoca efeitos de re-

tração, ou seja, é na temporalidade de um ‘só-depois’ que nos damos conta de que esse sujeito do inconsciente se manifestou.

Ou seja, a clandestinidade instaura uma luta permanente entre o que era e precisa deixar de ser: Derlei; e o que deve ser e precisa passar a ser: Deise. O militante, com o nome falso, constrói uma outra identidade, com novos documentos, e passa a tentar viver “normalmente” a partir daí, tentando apagar/esquecer os vestígios do nome verdadeiro, sua outra referência no mundo. O *nome frio* procurará não estabelecer relação com o nome verdadeiro; precisar ser uma despista. Todavia, nesta divisão subjetiva inscrita no sujeito, ao mesmo tempo em que o segundo nome surge para proteger o primeiro, sobreviverá o militante à espreita de ser descoberto também pelo nome falso. Ou seja, se um nome é ameaça; o outro também o é.

Por mais que tudo isso esteja claro para o militante, não podemos esquecer que, em AD, a autonomia do sujeito em relação à língua é sempre relativa, e este ritual pode sempre falhar (*uma operária militante não deveria ter pedido para ler* (Sd 5), dada a natureza material do sentido, segundo Pêcheux (1988, p. 93). Logo não se pode dissociar a expressão linguística, o nome Derlei ou Deise do modo como este sujeito se significa, se subjetiviza em torno de uma identidade em particular, seja ela falsa ou verdadeira. Não podemos pensar que, de um lado, estaria a língua, o nome próprio, e de outro estaria o objeto no mundo, a referência. Conforme Pêcheux, é sobre a base linguística “que se desenvolvem os processos discursivos e não enquanto expressão de um pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (1988, p. 91), portanto Deise não é um significante vazio e sem referência, mas um significante que assume seu sentido nestas condições, se dualizando em duelo com o nome verdadeiro. Longe da ideia de estabilidade, unidade, unicidade, identidade do nome e, portanto, do sujeito, vimos pesar sobre ele o “jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (PÊCHEUX, 2010, p. 53).

#### *b) Deise é Derlei:*

De Curitiba, a organização decide mandar Derlei para São Paulo e assim realizar os trabalhos internos da AP:

**Sd 6:** Outra coisa vou aprendendo [...]. A vida se torna uma constante despedida, sem possibilidades nem prazo para o reencontro [...]. Eu sofria com a clandestinidade, precisava ver gente com vida normal (2002, p. 56-57).

Apensar das dificuldades elencadas na Sd 6, Deise precisa desaparecer e virar novamente Derlei:

**Sd 7:** [...] documentos verdadeiros outra vez e Deise Campos, nascida no Mato Grosso, deixa de existir [...]. A identidade de Deise Campos, utilizada na fábrica, fora entregue para a direção do Paraná e não sabia o que se fizera dela (2002, p. 57-76).

Como quem rasga e queima uma página, Deise “deixa de existir” sem deixar vestígios: a ambiguidade em “dela” (Sd 7) assim oscila entre uma pessoa, parece de carne e osso, e um registro de RG. Neste momento, Deise antes presa ao eu, agora é referida em terceira pessoa, como quem já se descola do sujeito obedecendo às novas regras. Todavia, nada volta ao normal na vida de Derlei, mesmo que ela volte a ser a própria Derlei, seu trabalho na AP vai exigir-lhe ainda mais: se pega, tinha muito a informar pela especificidade das tarefas que desempenhava no interior da organização:

**Sd 8:** [...] aprender a cobrir os pontos de chegada, é envelopar, endereçar e colocar no correio centenas de cartas às autoridades, jornalistas nacionais e estrangeiros, CNBB, OAB, denunciando a prisão de um grupo de companheiros [...]. Imprensa, propaganda, contados, organização de finanças. Cobertura de pontos de chegada, envio e recepção de material. Orientações enviadas pela direção a todos os núcleos operários da Grande São Paulo, são minhas tarefas. A atividade implica riscos, responsabilidade, disciplina, pontualidade e firmeza ideológica (2002, p. 61-63).

Neste caso, vemos que a clandestinidade oscila entre ser outro e voltar a ser ela mesma, mas sempre sob a ameaça do que representava saber tantos nomes e endereços. Se pega, sob tortura, o que garantiria fidelidade às regras da AP? Com um nome falso, uma certa garantia de estar num outro papel com toda uma história criada não sua; com o nome verdadeiro, o pavor de entregar seus companheiros pelo tudo que sabia. E se lamenta:

**Sd 9:** Se eu fosse de ação de massas seria mais fácil. Só saberia dados compartimentados, sem arriscar o resto da organização. O diabo é o tipo de tarefa que fazia. Conhecia todo mundo: quadros, dirigentes, militantes, simpatizantes. Conhecia os códigos, senhas, áreas prioritárias, pontos de encontros, entre os companheiros no Brasil e pontos dos que chegam do exterior [...] Acumulara uma quantidade de dados que não permitia retorno. Racionalmente é fácil tomar decisões. Inferiorizá-las, vivenciá-las, fazê-las acontecer, mantê-las custa uma vida (2002, p. 256).

Embora o sujeito não tenha acesso aos modos de sua constituição e subjetivação, não deixa de suspeitar: Derlei compreende que *racionalmente é fácil tomar decisões* (Sd 9), mas não somos regulados só pela razão.

Frege afirma que um nome próprio nunca pode ocupar o lugar de um predicado gramatical (neste momento ele estava diferenciando objeto e conceito), e nesse sentido não poderíamos ter a construção: *Derlei é Derlei*, apenas *Derlei é natural de Içara*, *Derlei foi presa e torturada*, etc. todavia, mostrando que a tautologia não necessariamente significa uma redundância, já que precisamos entender o enunciado nas condições de produção em que ele se dá: *Derlei é Derlei* joga com os sentidos de *Derlei não é mais Deise Campos* e também que *Derlei sendo Derlei* implica uma tentativa de controle sobre o dizer ainda muito maior, pois não é proteger uma história deslocada de si mesma, mas a própria história.

### *c) Derlei é Maria Aparecida Costa*

Em 23 de novembro de 1968, Derlei, que já tinha 2 prisões anteriores por conta da militância, com processos correndo na justiça, companheiro de trabalho preso, precisaria novamente trocar de identidade, mas antes disso, marcou de se encontrar com um companheiro da AP. A polícia chega e, sem explicações, Derlei foi presa pela Operação Bandeirantes sob a acusação de ser Maria Aparecida Costa, procurada por assalto a banco, cujo nome constava nos cartazes de procurados pelo regime. Derlei portava seus próprios documentos, mas não foi ouvida, no carro em que era levada já começa a apanhar:

**Sd 10:** Em nenhum momento perguntam meu nome. Querem aparelhos e pontos (2002, p. 83).



É nesta parte do livro que conhecemos toda a tortura que Derlei sofreu: pau de arara, cadeira do dragão, telefone, choques elétricos... e a luta de Derlei com ela mesma para não entregar o que sabia, que, por consequência, seria entregar companheiros:

**Sd 11:** Somos peças pequenas de uma grande engrenagem. [...] Se o elo se rompe é preciso consertá-lo o mais rápido possível ou tirá-lo de circulação. [...] Quem se meteu não pode falhar sob pena de prejudicar todos os demais. [...] Não podia falar nem inventar nenhuma história. A única alternativa era preparar-me para calar e, se necessário, morrer (2002, p. 85).

Derlei sempre se orgulhou por não “ter caído” ninguém por sua culpa, e isso para um militante da organização era realmente motivo de orgulho. Mas isso não diminui a dificuldade que enfrentou nas situações de tortura, quando a dor lacerante pode colocar abaixo qualquer convicção, qualquer treino mnemônico que a organização impunha, afinal, conforme Pêcheux (2011, p. 141): “[...] é forçoso [...] associar diretamente a memória ao organismo vivo, sob a forma de traços que constituem a inscrição individual interna de fenômenos exteriores a esse organismo”.

Interessante pensar que, se Deise Campos se transformava em uma espécie de álibi para Derlei, pois, caso fosse presa, não falaria a partir de uma identidade falsa; Maria Aparecida Costa mais ainda, já que Derlei não sabia nada da vida desta outra militante, então, conforme ela relata em seu livro, tudo que perguntavam ela não sabia de fato e, portanto, não mentiria.

Neste momento, vemos que se se considerasse que Deise e Derlei remetiam à mesma referência, o que já problematizamos anteriormente, como podemos pensar aqui sendo que Derlei é presa como se fosse Maria Aparecida: são então duas referências distintas, no entanto é quando Derlei vai sofrer as piores torturas na prisão. Ou seja, a questão no nome próprio fica em segundo plano. Mesmo que ela portasse os próprios documentos, estes nem foram conferidos e são as conjunturas daquele momento que atribuíram ou não uma identidade ao militante.

Sobre este episódio, conforme trabalho anterior (DALTOÉ, 2019, p. 229):

Derlei portava documento verdadeiro, mas consideraram-no falso. Talvez ela já fosse desde sempre culpada: pega num bar ao anoitecer,

com um rapaz que fugiu e deixou um envelope para trás. A questão do nome não é, então, uma questão de identificação e, na ânsia de prender o criminoso, um fugitivo terrorista, ou alguém que pudesse delatá-lo, o nome torna-se irrelevante.

Depois de dois meses na prisão, prendem Maria Aparecida no RJ e só aí verificam que Derlei era quem dizia ser.

**Sd 12:** [...] se eu não era ela, quem era eu? Haviam encontrado minha ficha no DOPS de São Paulo. Meu nome não era falso, portanto (2002, p. 91).

Esta descoberta, porém, não aliviou a situação de Derlei, pois daí tomaram ciência de que ela já tinha ficha no Dops<sup>3</sup>, por conta da prisão em Ibiúna/SP durante o congresso da UNE. Todavia, de tão machucada, Derlei não tinha mais condições de apanhar e foi levada para o Hospital do Exército.

#### *d) Derlei é Maria Luiza Vitali*

Em 1972, quando vai para a militância em Feira de Santana (BA), Derlei precisará assumir um outro nome, e escolhe Maria Luiza Vitali, juntando o nome da sobrinha e um sobrenome que poderia ligá-la à região sul por causa de sua cor: “O nome dava um rasgo de ascendência italiana” (2014)<sup>4</sup>.

Na escolha de um novo nome, vemos um fio de memória que significa em Derlei como o laço com a família; e, ao mesmo tempo, *um rasgo*, a dor pelo sofrimento vivido. Novamente é preciso abandonar Derlei e assumir-se Maria Luiza, mas agora com uma ancoragem naquilo que constitui a identidade do sujeito, que, longe de reduzir-se a um registro civil, a um nome que a individualiza no mundo, abrange uma subjetividade constituída pelas condições em que este sujeito se (re)significa numa situação de clandestinidade, amarrado ao laço social que não se desfaz.

---

<sup>3</sup> Departamento de Ordem Pública e Social, criado em dezembro de 1924, como órgão do governo responsável por assegurar e disciplinar a ordem militar no País. Foi utilizado no Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar.

<sup>4</sup> In: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/vale-a-pena-lutar-pela-verdade-diz-derlei-de-luca-ex-presa-politica>. Acesso em 15 abr. de 2018.

Novamente aqui poderíamos problematizar o sentido em Frege pensando que, neste caso, o nome próprio guarda algo de uma outra referência, a sobrinha, mas que se desmembra na vida clandestina que Derlei vive longe da família: Maria Luiza é Derlei e também um pouco da sobrinha; Vitali é De Luca, um pouco da região sul de onde ela era. É o sujeito apegando-se a um fio de memória que não o deixa se perder na ficção de uma vida não mais tão sua.

Podemos recuperar Orlandi (2017, p. 86), para dizer que o sujeito aí se perde na perda do nome próprio e se funde como um corpo memória: “Movimento no tempo e no espaço, e movimento na identidade, afetando o corpo, o sujeito, os sentidos” (2017, p. 89). Na clandestinidade, o novo nome de Derlei é um estranho do sujeito, mas é um estranho familiar, porque o liga à sua casa, buscando criar, palavras de Orlandi (2017, p. 90), “novas possibilidades de vida”.

É preciso abandonar um nome “real” e significar-se em um nome falso, num trabalho, conforme Orlandi (2017), da “memória que, na relação com o esquecimento que a estrutura, cria, para si, a possibilidade dinâmica de compor-se de outra(s) identidade(s), não descartável(is) e sem o risco de se cair fora (da órbita) de si” (2017, p. 90).

#### *e) Derlei é Derlei*

Contrariando as recomendações da AP, Derlei casa, engravida e dá à luz um menino. Só que seu companheiro foi pego e, com medo, ela deixa o filho num hospital de Londrina com uma conhecida, para que o levasse a sua família em Içara. Derlei deixa o filho e foge para o exílio: passa pela Argentina, Chile até chegar em Cuba. Consegue ver seu filho alguma vez neste período mas somente depois de 3 anos o teria novamente nos braços. E ele ainda levaria 1 ano para chamá-la de mãe. Na volta do exílio, Derlei então assume novamente seu nome de mãe e de Derlei:

**Sd 13:** Hoje [31/10/73] assinei meu nome verdadeiro, pela primeira vez, depois de 5 anos: Derlei Catarina De Luca. Até dezembro de 68 fui Derlei Catarina De Luca. Agora volto a ser outra vez. Foi tão engraçado. Parecia que não era eu e sim uma pessoa distante. (2002, p. 291).

Nesta Sd temos pistas da estranheza do sujeito consigo mesmo: *Foi tão engraçado. Parecia que não era eu e sim uma pessoa distante* (Sd 13), mostrando que a divisão do sujeito nas determinações que o atingem marcam todos nós, seja pelo nome que formos chamados. Depois de tanto tempo, tantas histórias e lugares, na divisão que o sujeito fez de si, como se organizar novamente na pretensa unidade e reconhecer-se no nome de batismo, se a vida que se viveu não se encerra assim como quem entrega uma identidade falsa para ser rasgada?

Guimarães (2002) problematiza a questão da univocidade do nome próprio e nos possibilita pensar outros lugares de enunciação que renomeiam o nome próprio atribuído ao sujeito em seu nascimento. Para o autor, é porque o processo de construção deste nome é esquecido que ele nunca mais se cola a uma essência e isso se dá pelo cruzamento de lugares enunciativos diferentes que levam à nomeação relacionados com uma história de enunciações que vai afetando o nome. Desse modo, em vez de nos enredar na narrativa dos tantos nomes de Derlei e por uma ingenuidade pensar que, voltando a ser ela mesma, tudo estaria resolvido no modo como o sujeito se individualiza, se subjetiva, se constitui, vemos que não se trata deste lugar seguro nunca mais. Cada nome, no seu momento, no acontecimento enunciativo e discursivo em que se deu, garantiu uma certa ancoragem ao sujeito e algo fica da memória do dizível, reverberando para além de uma carteira de identidade. Para além de um nome verdadeiro ou falso.

Voltando a Frege, o que não pode ser explicado pela lógica binária verdadeiro/falso constituirá o resíduo, o contingente, aquilo que deve ser ou desprezado, ou explicado pela mesma lógica formal na fixidez da referência. São esses resíduos que permitirão a Pêcheux (1988, p. 56) problematizar o empirismo lógico de Frege e defender que a referência dependerá da inscrição do sujeito em uma ordem social e histórica. Ou seja, se localizamos estes “resíduos”, é para compreender que o sentido se define justamente na contingência dos acontecimentos discursivos. Pêcheux (2010, p. 51) irá admitir sim a fixidez da base linguística, mas não sem desafiar-nos ao tratar o sentido em relação ao processo discursivo enquanto acontecimento, no “incontornável da eficácia simbólica ou significante”, colocando em jogo “a passagem do visível ao nomeado”.

Para Haroche (1992):

Pêcheux procurou dissociar duas questões até então confundidas: a da determinação e a do sujeito. Ele aí mostra que a determinação,

longe de encontrar sua origem no sujeito (como o postula a tradição), ao contrário, o estrutura de fora, pelo viés dos processos discursivos responsáveis pelo efeito de sustentação e o efeito de pré-construído. Estes contribuem, pelo mecanismo ideológico do reconhecimento e da identificação, para descentrar a determinação, colocando-a fora do sujeito. (1992, p. 200).

Neste caso, vemos que a união entre sentido e referência, dentro da possibilidade de uma semântica universal em Frege, é dissociada em Pêcheux para mostrar que o que determina o sentido do sujeito não nasce nele, mas resulta das condições em que este sentido se dá nele. No caso dos nomes falsos em Derlei, vemos que este processo discursivo precisa ganhar contorno de um pré-construído também fictício, por isso o perigo sempre à espreita de algo furar nesta narrativa. Nestas condições, parece que a regulação de uma Formação Discursiva, que, conforme Pêcheux (1988, p. 160), determina o que pode e deve ser dito” ganha aqui uma outra configuração: numa situação de clandestinidade, parece que o que determina estes limites entre o que pode/não pode ser dito oscila entre o que pode um sujeito pragmático na ilusão de dominar sua memória e seu discurso; e o que pode diante de um estado de exceção totalitário, que claramente determina que não há lugar para saberes de resistência, militância, rebeldia contra o sistema. O lugar é fora, restando ao sujeito a clandestinidade.

## **Algum fecho**

*Derlei, Deise, Maria Aparecida, Maria Luiza, Derlei...*

Por meio delas, percorremos um pouco da história de Derlei e discutimos a singularidade do nome próprio significando o sujeito na temporalidade do acontecimento discursivo que, longe de pertencer a qualquer cronologia, se marca num espaço de memória tal como nos traz Pêcheux (2010, p. 56): um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Vimos que os sentidos enredados por estes nomes nos falaram bem mais do que uma forma de designação e sua referência; de um suposto vazio do significante; ou de uma questão de identidade legal ou ilegal. Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 155), “a questão da realidade da referência se

encontra de fato ‘colocada em suspenso’, e os nomes, então, nos falaram, independentemente de falsos ou verdadeiros, deste processo de subjetivação na condição de clandestinidade, mostrando, no caso de Derlei, que o sujeito não suspende sua vida “real” enquanto luta, mas (r)existe em nome da luta e de nome em nome.

Eis, para nós, o funcionamento da metáfora: “‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, 1988, p. 301): um nome por outro e os sentidos que se fazem nesta relação intervalar do ser/não poder ser, cuja ancoragem em um registro falso ou em uma história “bem contada” pode sempre deslizar. Assim, “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 2010, p. 53).

Para o autor (1988, p. 300), temos aí o primado da metáfora sobre o sentido, que é produzido no *non-sens* do deslizamento sem origem do significante, que desliza, mas “*não desaparece sem deixar traços*” no sujeito identificado com a evidência de um sentido. Quando Derlei sai da clandestinidade e pode, enfim, voltar a ser “ela-mesma”, parece que temos aí (Sd 13) pistas destes traços que ficam, e isso nos remeteu a quatro passagens que recuperamos aqui: primeiro de Robin (2016), que nos dizia no início deste artigo sobre *os retalhos da vida* que, de pista em pista, aparecem; depois recupero Nora (1993, p. 12) e a ideia de que os lugares de memória são *restos* (estamos pensando o nome próprio como um lugar destes); e ainda Mariani (2014), em sua reflexão a partir de Lacan sobre o *rastro de um traço do significante*; e, por fim, volto à própria Derlei (2011)<sup>5</sup>, para quem o nome da sobrinha que ela tomou para si representava *um rasgo de identidade*.

Destes excertos, parece que as palavras *retalhos*, *restos*, *rastro* e *rasgo* em cadeia, para além da aliteração produzida, nos ajudam a organizar por fim, em alguma medida, o tumulto das palavras, como nos trouxe Rancière, ressignificando a potência do nome próprio em dizer do/sobre/para o sujeito neste lugar de limite, de fronteira, de estar à margem da lei, de fora do seu lugar: são fiapos de uma história de renúncia, de desprendimento, de enfrentamento, de resistência e de dores que vão passando de cidade em cidade, de país em país, mas que nunca somem por completo, sempre

<sup>5</sup> In: <https://www.youtube.com/watch?v=4yrcZut3lv4>> Acesso em: 07 abr. 2020.

algo fica e ressoa nos modos de subjetivação deste sujeito. Mas não só. *Retalhos* e *restos* das memórias que nos constituem, o *rastros* que deixam e *rasgos* que produzem colocam em questão a ideia de unicidade, centro, totalidade de todo e qualquer sujeito em sua constitutiva e inevitável divisão, na sua estranheza consigo mesmo, nas contingências e no acaso do ser alguém no mundo.

*“Poderia ter uma vida simples, como professora,  
mas não era esse o meu destino [...]”  
Acho que faria tudo de novo”.*  
(Derlei)

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

DALTOÉ, Andréa da Silva. O direito de ser esquecido, o direito de ser lembrado: memória, esquecimento e o funcionamento da metáfora. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 16, p. 9-276, 2014.

DALTOÉ, Andréa da Silva. O relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC: o papel da memória e as formas do esquecimento. *In: ORLANDI, Eni P.; CHIARETTI, Paula; RODRIGUES, Eduardo A. (Org.). Linguagem, tecnologia e espaço social*. 1ed. Campinas; Pouso Alegre: Campinas: Editora RG; Pouso Alegre: Ed. da UNIVÁS, 2016, v. 1, p. 13-184.

DE LUCA, Derlei C. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

FREGE, Gottlob. (1892). Sobre o Sentido e a Referência. *In: ALCOFORADO, Paulo (Org. e Trad.). Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria C. **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer querer dizer**. São Paulo, Editora Hucitec, 1992.

LYONS, J. **Semântica I**. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIANI, Bethania. Nome próprio e constituição do sujeito. *In: Revista Letras*, Santa Maria, v. 24, nº 48, jan./jun. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História da PUC-SP*, v. 10, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In: ACHARD, Pierre [et.al]. (Org.). Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Orlandi**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.



SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2004.



# A JUSTIÇA DE BRAÇOS CRUZADOS: IMPEDIMENTO ÀS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS POR MULHERES SURDAS<sup>1</sup>

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki  
Ana Cecília Rebelo<sup>2</sup>

## Introdução

Levantamentos de dados estatísticos a partir da contabilização de denúncias e registros de casos de violência contra a mulher, assim como a observação do número de matérias jornalísticas que noticiam tais casos, apontam para aumento no número de denúncias que trazem tais casos ao conhecimento público nos últimos anos. No ano de 2019, segundo relatório da Rede de Observatórios de Segurança<sup>3</sup>, o crescimento do número de feminicídios foi de 13% em relação ao ano anterior. O dia 25 de novembro foi escolhido, em 1981, como data marco para lembrar a importância de se lutar contra a violência de gênero e, desde o ano 2000, por resolução da ONU, passou a ser denominado como Dia Internacional para Eliminação da Violência contra Mulheres<sup>4</sup>. Ao ratificar a importância da data, em 2019, observaram-se dados indicadores de que “um terço de todas as mulheres e meninas no mundo enfrentaram violência física ou sexual durante a vida” (ONU, 2019), e mais ainda, que “[m]etade das mulheres mortas em todo o mundo foram assassinadas por seus parceiros ou familiares, e a violência perpetuada contra mulheres é a causa de morte e geração de incapacidade mais comum entre mulheres em idade reprodutiva” (*idem*) Ainda que a transformação dessa realidade em números possa ser passível de questionamentos e possa exercer funções discursivas diversas, de acordo com o grupo social que delas se apossa ou manipule, revela-se que o fato da violência contra a mulher, como uma forma de desobediência à Lei e aos prin-

---

<sup>1</sup> Agradecemos a leitura atenta e comentários feitos pelo prof. Dr. Luiz Felipe Andrade Silva (UFBA).

<sup>2</sup> Agradecemos a CAPES pelo financiamento por bolsa de doutorado.

<sup>3</sup> Disponível em:

<http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf>. Acesso em 14 dez. de 2019.

<sup>4</sup> Disponível em:

<http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/1relatoriorede.pdf>. Acesso em 14 dez. De 2019.

cípios tácitos do que se convencionou chamar “direitos humanos”, é uma pauta importante e necessária de se vir a lume.

A chancela de um boletim de ocorrência, um processo, um artigo de jornal, como instrumento não só de validação de uma narrativa, mas como produtor de um efeito de concretude conferido ao fato narrado coloca em silêncio e apaga dizeres que não chegam a ser validados ou a terem a possibilidade de produzirem o efeito de sua concretude. Esse silenciamento pode ocorrer por diferentes motivos: a vergonha em se assumir vítima; a injunção histórica a se reconhecer em certo grau de culpa pela situação, em uma sociedade que busca constantemente tornar a mulher vítima de si mesma, ao questionar quais atos e posturas levaram a tal situação; ou mesmo o medo de represálias, de ser julgada, de ser morta, em última instância, entre outros motivos que concernem à disponibilidade da vítima em buscar sua própria segurança. Para além de tais motivos, há uma realidade ainda mais complexa quando, somado às inseguranças e incertezas de quem sofre violência, nota-se outro silenciamento, quando aquela que deveria lhe proteger lhe cerra os braços e lhe recusa a acolhida. A Justiça, em seus vários sistemas de funcionamento, ao não prover os meios necessários para que a formalização da denúncia seja realizada, preferencialmente em um ambiente que não se mostre violento por não ser receptivo ou por questionar a denúncia da vítima, acaba colocando em funcionamento um silenciamento e um apagamento desse sujeito, vítima de violência. Tudo parece indicar uma forma de impedir que a denúncia se efetive.

Para uma mulher surda, a situação se apresenta com outro impedimento. Se já é possível observar um silenciamento da mulher ouvinte que sofre violência por razões de ordem social, moral, religiosa; para a mulher surda, a situação mostra-se acrescida pela sua vulnerabilidade linguística. Se há a dificuldade de se estabelecer a agressão sofrida como um caso de violência contra mulher no sistema de leis atual; se há a falta de delegacias especializadas em atendimento à mulher vítima de violência em número suficiente no país; se há a falta de preparo dos profissionais que atendem tais mulheres e facilitam ou não o registro dos casos, ao nos depararmos com a questão da falta de intérpretes para possibilitar/facilitar a comunicação entre os envolvidos no processo, vemos que há vários outros dispositivos em funcionamento que podem manter essa mulher à margem, no silêncio aqui tomado como a impossibilidade de dizer e de fazer sentido.

De tal forma, nos propomos aqui a trazer uma reflexão sobre a interdição do sujeito mulher-surda-vítima-de-violência de assumir a posição

de sujeito mulher-surda-vítima-de-violência-reconhecida-legalmente, a partir de análise de matéria jornalística veiculada em abril de 2019, além de textos produzidos por e para mulheres surdas, totalizando nove sequências discursivas. Fundamentamos nossas análises nas noções teóricas da Análise de Discurso Materialista, seguindo os preceitos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, principalmente. Assim, gostaríamos de, a partir de tal reflexão, trazer uma discussão que possa se agregar e se solidarizar ao movimento dessas mulheres em luta por sua visibilidade e direitos linguísticos.

## **Violência contra a mulher: de braços cerrados e mãos fechadas**

Historicamente, em nossa e em outras formações sociais, a mulher foi tratada como submissa ao homem, primeiro de seu pai e, quiçá, posteriormente, de seu marido. Tratada como propriedade, o homem era posto no gerenciamento da família. Dentro desse amplo aspecto machista, a prática da violência contra a mulher foi, e ainda é, regularmente perversa, calcada em determinações históricas e sociais que produziram, entre outros, a imagem de mulher-propriedade-do-homem. Assim, podemos assumir que

[o] machismo aparece nos discursos como uma memória, um discurso outro, o qual deve ser rompido, pois produz discursos que violentam a mulher e colocam-na em uma posição de submissão naturalizada pela sociedade. Já a FD feminista formulará discursos que buscam constituir uma outra posição à mulher, seja ela hétero, homo, bi, transexual. (GARCIA; ABRAHÃO SOUSA, 2014, p. 90)

O trabalho de (re)atualização da memória machista ressoa em diferentes textualidades e temporalidades. Por exemplo, no Código Civil de 1916, “à mulher era conferido o lugar de colaboradora do homem na organização familiar” (SILVA; ZATTAR, 2013, p. 185). De acordo com esses autores, este código civil promovia tratamento diferenciado para homens e mulheres, o que teria sido modificado apenas com a Constituição Federal de 1988, igualando os direitos civis de homens e mulheres. Com a ampliação da promoção no âmbito da lei dos direitos humanos e civis, compreendeu-se que a defesa da mulher em situação de violência (domiciliar ou não) também deveria ser incluída no rol desses direitos. A ONU reconhece, na década de 1990, que a violência contra a mulher é um problema social, de maneira que, na “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulhe-

res” (1993), tal forma de violência foi definida, nos termos do art. 1, como podemos ler a seguir:

O termo “violência contra mulheres” significa qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte, ou provavelmente resulte, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, que ocorram em público ou na vida particular. (ONU, 1993)

Contudo, poderíamos argumentar que para que o termo “violência doméstica” produza efeitos de sentido e faça trabalhar a memória discursiva que teça redes entre o termo e a necessidade de se combater, punir, e, em última instância, diminuir progressivamente a incidência de casos de tal tipo de violência, seria necessário, além da formulação explanatória do que se constitui como um ato de violência doméstica (como o faz a declaração da ONU), meios de propiciar a circulação de tais sentidos permeando as práticas sociais.

De certa forma, podemos observar que somente no início do século XXI, em nosso país, houve certo deslocamento da memória do dizível sobre a proteção à mulher em situação de violência domiciliar. Com a implementação da lei 11.340/2006<sup>5</sup>, conhecida como Lei Maria da Penha, “o jurídico cria instrumentos específicos de proteção à mulher contra a violência doméstico-familiar” (SILVA; ZATTAR, 2013, p. 181). Pela primeira vez a representação da segurança da mulher foi textualizada em lei (*idem*). Com efeito, somente depois da promulgação dessa lei que são criados instrumentos jurídicos específicos para a proteção à mulher contra a violência doméstico-familiar. Assim,

[de]vido à violência sofrida e a ocultação das agressões, pela história de dominação/exploração a que as mulheres sempre foram/são expostas, criou-se uma Lei específica na tentativa de proteção à mulher: a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em relação à legislação, observamos o deslocamento ou deriva de sentidos no tratamento jurídico dado à mulher comparando às leis anteriores, no tocante à vio-

---

<sup>5</sup> A implementação da lei foi uma exigência *por omissão* do Estado brasileiro, uma textualidade legal, já que o sistema legal e o discurso jurídico brasileiros não estavam sendo suficientes nem para proteger as vítimas, coibir os atos violentos ou menos ainda punir aqueles que cometiam tais atos, uma ferramenta retroativa do sistema para forçar o próprio sistema a sair de um estado de omissão. Trata-se de uma legislação infraconstitucional.

lência doméstica: a representação da segurança não era textualizada nas leis e passa a ser instituída com a criação dessa lei. (SILVA; ZATTAR, 2013, p. 182)

As referidas autoras nos lembram de que, “com a emancipação relativa da mulher, na segunda metade do século XX, tinha-se a expectativa que com a conquista de igualdade de direitos sociais, civis e políticos, a violência familiar se reduzisse” (SILVA; ZATTAR, 2013, p. 183). Todavia, esse quadro não se alterou. Muito pelo contrário, assistimos às notícias, nos diversos meios de comunicação impressos e digitais, e denúncias variadas nas redes sociais sobre mulheres que permanecem sendo agredidas, abusadas física, emocional, moralmente e de outras formas diariamente. Certamente, tal textualização legal de amparo à mulher pode ser mais um elemento para “a constituição de um dizer sobre a mulher que busca legitimar sua posição na sociedade” (GARCIA; ABRAHÃO SOUSA, 2014, p. 89). Mas não se mostra suficiente.

Voltando ao texto da lei, no artigo 2º da Lei Maria da Penha, temos:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006).

Podemos produzir um gesto de leitura desse artigo da lei começando por uma pergunta: como a mulher surda se encaixaria nas determinações de categorias de mulher às quais os direitos fundamentais são assegurados? Há, na atualidade, movimentos de defesa da surdez como diferença cultural, o qual considera “os surdos como sujeitos culturais que partilham de uma cultura surda, marcada através da língua de sinais, sendo as identidades dos sujeitos constituídas a partir da experiência visual” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 3), e assim as mulheres surdas poderiam estar contempladas dentro da categoria “independentemente de [...] cultura” para a garantia de seus direitos. Contudo, ainda é bem presente na sociedade contemporânea a imagem de surdez como deficiência (cf. PERLIN; VILHALVA, 2016), e assim podemos questionar se a mulher surda é acolhida nas práticas jurídicas e, por conseguinte, reconhecida enquanto mulher com direito à proteção contra a violência doméstica, ou se, apesar desse acolhimento,

ela se encontra à margem, invisível, silenciada, sem direitos – (em)coberta manto da deficiência atribuída.

Se já era possível afirmar que, apesar da legislação e de esforços de movimentos sociais, “a contradição em relação à igualdade de direitos entre homens e mulheres continua a existir” (SILVA; ZATTAR, 2013, p. 195), ao pensarmos na mulher surda, outras contradições não cessam produzir sentidos outros. A dificuldade, que beira a impossibilidade em certos casos, de denunciar a “situação de vulnerabilidade em que muitas dessas mulheres [surdas] se encontram” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 2), está associada a múltiplas camadas de discriminação e silenciamento, que passam pelo gênero, pela raça e pelos aspectos cultural e linguístico relacionados à surdez (que muitas vezes torna sujeito-mulher-surda invisível para o restante da sociedade e para as instâncias institucionais, no caso em questão, o sistema judiciário). Para buscar compreender o funcionamento de discurso sobre a mulher-surda-vítima de violência, retomamos textualidades em diferentes domínios teóricos e em diferentes temporalidades, observando a narratividade associada aos mesmos.

Para Mariani (1998), a narratividade é um processo que, atuando junto à memória discursiva, promove a ilusão de completude. É, como a própria autora sugere, um fio invisível que tece e conduz sentidos parafrásticos que direcionam deslizamentos de sentidos. Os mecanismos de poder que apontam para sentidos possíveis que silenciam outros em função de mudanças históricas são exercidos por meio da narratividade, uma vez que esta

[...] possibilita a reorganização imaginária do movimento histórico, é o que permite que fatos antes ‘descartados’ passem a fazer sentido para a história. A narratividade, enfim, é o efeito que permite o contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e consequências, com personagens e cenários explicativos (MARIANI, 1998, p. 231).

Entendendo a narratividade como um fio restritivo dos sentidos possíveis para a imagem de mulher surda ou até mesmo para a possibilidade do dizer da mulher surda, podemos verificar que circulam, em nossa formação social, enunciados inscritos em certa narratividade que supostamente definem como é ser mulher surda, o que é ser mulher surda *etc.* São enunciados que apontam para a mulher surda como deficiente, ou seja, o



“estigma de ser mulher deficiente” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 7). Na formulação de tais discursos, a imagem produzida é da falta. Podemos sublinhar que é uma mulher falada pela pretensa insuficiência do seu corpo, que geraria, entre outras, uma deficiência linguística.

Para mulheres surdas ativistas e líderes de movimentos surdos, por exemplo, a “significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual” (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 151). As autoras complementam isso ao afirmar que “não somos a mulher deficiente, e sim a mulher que usa outra língua, que tem suas tradições culturais com suas experiências visuais e que precisa conservá-las para poder viver de forma condizente” (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 153). Moreira (1998), em uma orientação foucaultiana, pondera que a “emergência da mulher surda” (MOREIRA 1998, p. 94) está ligada ao dizível e ao visível sobre essa mulher. Em outras palavras: “a mulher emergente que busca se tornar visível, está conectada ao silêncio do corpo incapaz” (MOREIRA, 1998, p. 100). Acrescentaríamos, no entanto, que por ser tratada como linguisticamente incapaz, é silenciada – como observaremos em diferentes recortes operados em nosso *corpus*.

Nas sequências discursivas (SD), recortadas de textos acadêmicos e aqueles designados como textos de opinião, podemos observar, entre outros, algumas regularidades que indicam o funcionamento do discurso sobre a violência, ou melhor, a impossibilidade de efetivar a denúncia de violência contra a mulher surda.

SD1: “A covardia nos casos de estupro se repete. **Os homens ficam seguros, por exemplo, de que: a surda não terá como se expressar**” (PRATES<sup>6</sup>, 2016, s.p.)<sup>7</sup>

SD2: “**mulheres que foram abusadas sexualmente por homens ouvintes, que ficaram impunes devido à dificuldade de as surdas se comunicarem com os familiares**” (KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 4)

O que os recortes acima nos apontam para além da problemática de uma “cultura do estupro”, na qual, segundo Bourdieu (2015),

---

<sup>6</sup>Texto de Débora Prates publicado em:

<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/407079037/precisamos-falar-sobre-violencia-contra-mulheres-com-deficiencia>. A autora é a única advogada cega a compor *Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)*.

<sup>7</sup> Usamos o negrito como forma de destacar nas SDs as marcas linguísticas analisadas.

Práticas como, por exemplo, os estupros coletivos praticados por bandos de adolescentes – variante desclassificada da visita coletiva ao bordel [...] – têm por finalidade pôr os que estão sendo testados em situação de afirmar diante dos demais sua virilidade pela verdade de sua violência, isto é, fora de todas as ternuras e de todos os enternecimentos desvirilizantes do amor, e manifestar de maneira ostensiva a heteronomia de todas as afirmações da virilidade, sua dependência com relação ao julgamento do grupo viril. (BOURDIEU, 2015, p.65-66)

Haveria, dessa forma, um pré-construído da pertinência social e de certo estímulo de impunidade do ato de estupro/abuso sexual. Nas sequências apresentadas, assinalamos a existência de uma dupla determinação da mulher surda como sujeito passível de ser violentado: ser mulher e ser surda, já que em uma sociedade patriarcal, sexista e linguisticamente excludente (ao dificultar os meios de acesso a formulações em outras línguas), a imagem de mulher surda passível de ser violentada (de variadas formas) produz o efeito de certeza de impunidade do ato, pois conta-se, em alguma medida, com a impossibilidade de denúncia de tal ato – já que é assujeitada a outra língua (de sinais), desconhecida por muitos. Observa-se que a noção de narratividade evocada anteriormente, promove um efeito de encadeamento “sem falha” entre a mulher surda como vítima impossível de denunciar e a eficácia “sem falha” da impunidade do estupro.

Em outras textualidades, há relatos feitos por mulheres surdas ou ainda relatos feitos por outras mulheres sobre mulheres surdas que foram vitimadas, seja por violência doméstica seja por violência sexual. Vejamos:

**SD3: ‘o marido me batia no casamento anterior porque eu não o entendia’**, ‘como ligar para a delegacia da mulher, lá não tem intérprete, comunicação por vídeo, nada para nós que usamos libras’ (PERLIN; VILHALVA<sup>8</sup>, 2016, p. 152)

**SD4: Outra mulher surda foi brutalmente agredida pelo marido** e ao chegar na delegacia não conseguiu formalizar a notícia em decorrência de não haver profissional conhecedor da LIBRAS. Contundente violência! (PRATES, 2016, s.p.)

---

<sup>8</sup> Artigo que tem por objetivo registrar a “Consulta Nacional para as Mulheres Deficientes e as Mulheres Ciganas” que aconteceu em Brasília, em março de 2016.

Perpassando tais relatos, além da confiança do sujeito homem/marido em seu direito de atuar no corpo da mulher como bem lhe aprouver (direito este construído imaginariamente como natural em uma sociedade patriarcal na qual a mulher é considerada objeto de posse do homem), temos a inépcia do Estado brasileiro em prover às mulheres surdas o direito ao acesso a direitos fundamentais. Para além dos garantidos em uma lei específica como a Lei Maria da Penha, como o direito à preservação da vida e da integridade física e o direito ao uso da Libras, como uma das garantias de direitos apregoados na Lei de Libras (lei nº 10.436/2002) e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, direitos esses interligados ao fato de as delegacias brasileiras não estarem preparadas (um dia estarão?) para receber denúncias de mulheres surdas por falta de profissionais intérpretes ou funcionários com conhecimento de Libras ou qualquer outra ferramenta que permita a realização da denúncia. Seguimos as SDs:

**SD5: A acessibilidade é dificultada por serem poucas as informações visuais e isso carece à mulher surda.** Os relatos de experiências tristes se acumulam. A falta de tradução é imensa em seu rol (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 151)

**SD6: se nota a falta de intérpretes e o não conhecimento da Libras por parte dos profissionais,** acaba por afetar às mulheres surdas em momentos que por si só já são complexos, no caso de relatos em relação à violência sexual observa-se a importância da sensibilização do tecido social, dos órgãos gestores, dos serviços sociais para que esse público venha a ter um atendimento humanizado (OLIVEIRA; LAMBERG, 2017, p. 8)

As duas últimas sequências apresentados acima adicionam ao exposto anteriormente a marca da invisibilidade e silêncio da mulher surda vítima de violência pela falta: falta de informação visual, falta de tradição, falta de língua de sinais, falta de aparato profissional, falta de aplicação da lei quanto ao que deve ser feito em auxílio à mulher vítima de violência. Além da falta, temos a marca da incapacidade: tanto a da mulher surda em ser compreendida e atendida enquanto vítima de violência, quanto das instâncias jurídicas, de acolher tal mulher, de forma que “[a] visão de incapacidade, atribuída à mulher surda pela sociedade, prevalece inconsequente” (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 152).

Podemos vislumbrar, por meio desses recortes, que a falta de atendimento à mulher surda passa pelo duplo silenciamento: silencia-se sua voz, por meio da interdição à sua língua; silencia-se a violência que essa mulher sofre(u). Em relação ao silêncio, há de se considerar que são vários e muitos: “o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” (ORLANDI, 2007, p. 42). Acrescentamos o silêncio da proibição, o silêncio no sofrimento (FERRARI, 2017), entre outros. Ferrari (2017), ao retomar as formas de silêncio propostas por Orlandi (2007), expõe que a diferença que separa o silêncio fundador e a política do silêncio se encontra “no ‘poder dizer’ que funciona no primeiro mas que é cerceado no segundo no qual se produz um recorte entre aquilo que pode ser dito e o que não pode ser dito” (FERRARI, 2017, p. 234). Nas sequências recortadas, observamos o funcionamento atrelado ao não poder dizer, ou melhor, ao calar-se atribuído à interdição da língua de sinais.

Parece-nos que a interdição sofrida pela mulher surda se inicia na própria forma de produção de discursos materializados na língua de sinais, que se caracteriza por ser espaço-visual. Em outras palavras, uma interdição à língua, ou melhor, uma “forma de controle – de se enunciar em Libras” (BAALBAKI, 2016, p. 325) antecede a interdição à denúncia da violência sofrida. Um duplo silenciamento, portanto, marcaria a inserção dessa mulher à textualidade da proteção validada e promovida por lei. Por um lado, a pluralidade linguística do país não é socialmente reconhecida; por outro, tem-se a manutenção da promoção de exclusão pela língua e discriminação por ser mulher e surda (OLIVEIRA; LAMBERG, 2017). Tais fatores contribuem para replicação da violência em diferentes níveis, já que, como destacam Oliveira e Lamberg (2017), “os profissionais não estão preparados para atender a comunidade surda, [e] por falta de conhecerem Libras os mesmos podem reproduzir violências significativas em seus atendimentos” (OLIVEIRA; LAMBERG, 2017, p. 5), de forma que o sujeito mulher surda vítima de violência se constitui como “minoridade da minoria” (PERLIN; VILHALVA, 2016, p. 155), mantido não somente à margem, mas forçado para além de; naquilo que poderíamos chamar de a zona do apagamento dos sujeitos.

Segundo Perlin e Vilhalva (2016), no documento “Mulher surda: política linguística nas políticas sociais”, dos seis grupos de elementos elencados, alguns elementos para o desenvolvimento de uma política contra a violência à mulher surda seriam:

a questão de capacitar a mulher surda a construir resistência aos abusos psíquicos e morais que abrem porta à progressiva instalação da violência doméstica ou no trabalho;  
as delegacias da mulher, com acesso em libras, mediante intérprete ou tecnologia específica que pode ser WhatsApp, Skype ou outros mais recentes;  
traduzir para a libras a lei Maria da Penha e outros documentos;

Observamos que, nesse documento reivindicativo, ao menos em parte, entremisturam-se questões de políticas linguísticas relacionadas a um grupo linguístico minoritário e minorizado e políticas de proteção à mulher.

### **Análise de uma notícia: mulheres surdas com mãos atadas**

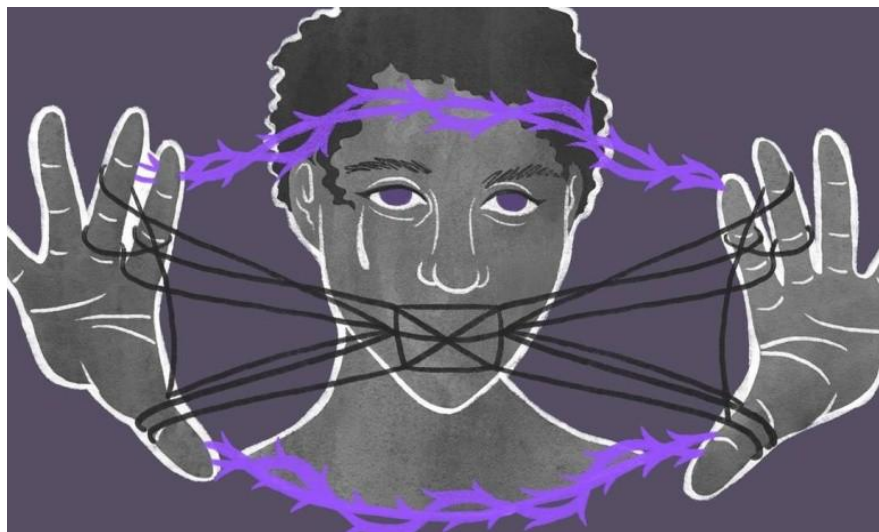
Antes de tecer os fios da memória discursiva de sujeito mulher surda silenciada em que se insere este debate, é preciso lembrar que “diante de qualquer fato, de qualquer objeto simbólico, somos instados a interpretar, havendo uma injunção a interpretar [...]. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá” (ORLANDI, 2000, p.10). Em outros termos, somos compelidos a interpretar, mas há modos historicamente determinados de se interpretar. O que pretendemos apresentar é uma possibilidade, dentre várias, de análise de uma notícia cujo título é “Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes”, notícia que foi publicada no site de notícia G1<sup>9</sup>, em 14 de abril de 2019. Em linhas gerais, a notícia retoma aquilo que Perlin e Vilhaça (2016) já apontavam: a impossibilidade de mulheres surdas denunciarem violência sofrida.

O primeiro recorte operado foi imagético. Cabe-nos frisar que nosso gesto teórico metodológico possibilita trabalhar “materialidades significantes” (LAGAZZI, 2010). Dessa maneira, é possível, na perspectiva materialista da AD, observar sob diferentes olhares “o trabalho simbólico sobre o significante” (LAGAZZI, 2010, p. 173) – no caso do objeto de nossa análise, composição de materialidade imagética e verbal. Vejamos a imagem que compõe, junto à textualidade verbal, a notícia:

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-intepretes-23597017>. Acesso em 23/11/2019.

**Figura 1** – Representação imagética da impossibilidade de dizer da mulher surda vítima de violência



**Fonte:** [https://ogimg.infoglobo.com.br/sociedade/23597006-c94-8bf/FT1086A/652/sur-das-mudas\\_violenciadomestica\\_WEB.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/sociedade/23597006-c94-8bf/FT1086A/652/sur-das-mudas_violenciadomestica_WEB.jpg)

A imagem nos traz uma mulher que chora (com a lágrima desenhada abaixo do olho esquerdo) por sofrer alguma forma de violência (representada pelos espinhos em forma semelhante a uma coroa, remetendo à violência bíblica da Paixão de Cristo, ou ainda pelo arame farpado de algum tipo de aprisionamento; e em cor roxa, remetendo ao martírio, na iconografia cristã, ou ainda ao símbolo do feminismo), mas que é impossibilitada de denunciar o ato ou até mesmo pedir para que cesse, pois suas mãos e boca estão fechadas e atadas em um emaranhado de fios pretos como em uma mordaza – provavelmente, indicando a impossibilidade de denunciar, em um gesto de amordaçar bocas de mulheres surdas oralizadas e atar mãos de mulheres surdas sinalizantes<sup>10</sup>. A violência aqui, como aparece, também

<sup>10</sup> Atar as mãos pode ser compreendido como um gesto, um ato simbólico que remete a um período compreendido entre meados do século XIX e do XX em que se amarravam as mãos de surdos em escolas. Assim, acreditava-se que, ao impossibilitar a sinalização, os alunos surdos conseguiriam ser oralizados na língua oral do país. É possível estabelecer uma relação de intericonicidade (COURTINE, 2011) entre os efeitos de sentido produzidos pela imagem que compõe a notícia e pelo desenho da surda Betty G. Miller, intitulado *Ameslan Prohibited* (1972), que denuncia a proibição da língua de sinais em escolas de surdos na década de 1970, mostrando as mãos com correntes nos pulsos e dedos cortados.

pode significar que a própria violência impede a movimentação das mãos. A posição das mãos espalmadas para frente poderia remeter a uma imagem de tentativa de remoção, rompimento da mordaca e cordas, de resistência ao silenciamento. Contudo, a análise da notícia nos apontará que silenciamento se apresenta mais forte que o movimento de resistência do sujeito mulher-surda-vítima-de-violência.

Já o recorte das sequências discursivas da materialidade textual foi operado por meio do discurso relatado (DR). Posto em linhas gerais, o DR é considerado como a inscrição de um enunciado outro dentro de um fio de discurso, de modo que se produz, entre outros, um efeito de eximção de responsabilidade do sujeito-jornalista. Buscamos observar o funcionamento do discurso relatado, identificar quais foram as vozes autorizadas a enunciar para e pela mulher surda e quais efeitos de sentidos produzidos para violência em tal notícia. Ao deprendermos as formas de incidência de discurso relatado (DR), observamos duas modalidades: discurso direto e discurso indireto. Para Authier-Revuz (1998), no entanto, as formas consagradas não são suficientes para englobar a complexa relação existente entre discurso citado e citante. Para a autora, a estratégia discursiva do DR pode atender a formas mais ou menos marcadas, conforme a criação de contornos exteriores nítidos ao redor do enunciado citado ou até mesmo atenuá-los, chegando, em alguns casos, a um total enfraquecimento de suas fronteiras. Assim sendo, o distanciamento que o discurso citante, ao relatar, produz com o DR é muito variável, podendo haver outras formas, como, por exemplo, ilhas textuais, discurso direto livre, discurso segundo, dentre outros. Na notícia analisada, a voz da mulher surda é trazida, sobretudo, na forma de discurso direto (DD). Nas sequências a seguir, podemos observar o corte no fio do discurso promovido pelo travessão, funcionando como uma forma de demarcar a voz do sujeito-jornalista em relação à da voz do sujeito-mulher surda.

SD7: - Na polícia, não havia intérprete para me auxiliar. Tive de fazer o registro escrito, de um jeito bem informal, fazendo mímica. Me senti exposta - **disse ela, por meio de uma intérprete.** - Se eu vou até lá é porque realmente estou precisando de ajuda. Tem de haver um apoio humano e tecnológico.  
- Eu não tenho autonomia. Se eu vir ele chegando, me ameaçando ou algo do tipo, vou ter que mandar mensagem pedindo para alguém chamar a polícia.

A voz da mulher surda ganha destaque ao produzir a exposição sofrida por meio do uso do DD. Este tipo de discurso relatado caracteriza-se por dissociar, no fio do discurso, as duas situações de enunciação – o discurso citado e o discurso citante – por intermédio de formas tipográficas como, por exemplo, o uso do travessão, e por indicar, pelo uso de verbos ou de locuções verbais, que há outra enunciação. Os verbos destinados a introduzir o DD (verbos *dicendi*) podem ser colocados antes ou no final do enunciado. Eles acabam por fornecer pistas para a construção de efeitos de sentido ao que foi citado. Assim sendo, na SD7, a palavra é atribuída exclusivamente à mulher surda que sofre violência, parece promover um apagamento do processo de seleção e recorte do discurso jornalístico. Cria-se a ilusão de que a veracidade do dito é responsabilidade da mulher surda e não do sujeito-jornalista. Recorre-se ao discurso relatado que funciona, na materialidade textual, como um relato-denúncia, o qual remete a um sujeito que constrói e responsabiliza-se por seu “próprio dizer”. A forma de introdução do discurso relatado é feita pelo travessão e do verbo *dicendi* (“disse”). No trecho “ela disse”, além de marcar o DD atribuído à mulher surda, há o trecho “por meio de uma intérprete”, que indica que, na transposição produzida pelo ato tradutório, houve um dito seguido de um redito por outrem em língua que seria inteligível. Nesse movimento de redizer em outra língua, a quem teria sido atribuída a voz? O sintagma preposicionado “por meio de” pode apontar para um instrumento ou ferramenta que produziria, entre outros, um efeito de apagamento da inteligibilidade do dizer da mulher surda.

Na próxima sequência, temos:

SD8: Lygia, que já foi vice-coordenadora da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, **diz que** as dificuldades das mulheres surdas são pouco discutidas.

- A Carla conseguiu uma intérprete só porque ela se voluntariou. Não era uma obrigação dela, esses profissionais cobram por hora. O certo seria o governo pagar - **afirma Lygia**.

Na SD8, outra forma é inserida no fio do discurso; além do DD, há também o discurso indireto. A ex-dirigente da FENEIS<sup>11</sup> é introduzida ora

---

<sup>11</sup> Há de se destacar o papel histórico da FENEIS no movimento social surdo em relação ao processo de legalização da Libras, da educação bilíngue para surdos entre outras pautas de luta. Podemos dizer que se trata da construção discursiva de um espaço institucional que produz um efeito de acolhimento ao surdo pelo surdo e de organização de suas lutas.



por travessão ora verbo dicendi (“diz que”, “afirma”). Ter sido dirigente de uma federação de surdos parece dar sustentação legitimidade aos dizeres de Lygia. Ao comparar, por exemplo, “Tem de haver um apoio humano e tecnológico” (SD7) e “O certo seria o governo pagar” (SD8); há um mesmo tema que atravessa os dois enunciados, como um efeito de eco. Contudo, a inscrição do dizer da representante da instituição (sem ser a vítima de violência) pode promover um caráter “objetivo, universal” à mesma questão. Dito de outra forma, se por um lado a inserção do DR da representante da instituição pode produzir um efeito de corroboração, por outro, pode (re)produzir um efeito de falta de credibilidade da mulher surda agredida. Embora vítima (denunciante da violência domiciliar e da violência do Estado, por não garantir seus direitos linguísticos) e vice-coordenadora da entidade filantrópica reafirmem a necessidade de intérpretes ou de alguma forma de mediação na delegacia, o sujeito-jornalista insere a última como se precisasse conferir veracidade à fala da primeira – como se também não acreditasse na mulher surda-vítima-de-violência; como se o seu relato não tivesse tanta credibilidade e precisasse ser conferido e confirmado por outro com maior “valor” social.

Também recortamos os dizeres do sujeito-jornalista

SD9: Com **a ajuda de uma profissional que se voluntariou para intermediar a comunicação**, Carla finalmente conseguiu, no mês passado, que a polícia encaminhasse o pedido à Justiça para restringir o acesso de seu ex-companheiro a ela.

**A falta de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em delegacias, hospitais e outros órgãos públicos é uma dificuldade adicional** para as deficientes auditivas que precisam registrar agressões domiciliares.

A SD9 indicaria que a notícia, ao denunciar a falta de intérpretes, cria um efeito de foco na questão linguística da barreira de comunicação e não na questão das práticas sociais que se traduzem em violência sofrida por uma mulher surda. A dificuldade adicional (a falta de intérpretes; profissional para intermediar a comunicação) parece assumir centralidade do fio que conduz a narratividade.

Por meio das formulações em DR, hierarquizam-se essas vozes atribuídas às diferentes posições-sujeito assumidas (surda-vítima; surda-representante-institucional; intérprete-voluntária; jornalista), de forma que o sujeito mulher-surda-vítima-de-violência se encontra na base de tal hierar-

quia, intermediada em seu impedimento de relatar a agressão sofrida. O problema da violência parece ser sobredeterminado pela questão linguística: como é outra língua, não reconhecida em seu *status* social como uma das que circulam no país, não há intérpretes, muito menos atendimento especializado – um gesto de impedimento da condição de denúncia.

Com efeito, retomando a imagem, tem-se a produção de uma mulher surda vítima de violência que está com as mãos e bocas atadas em cordas e fios emaranhadas que se mostram difíceis de romper, reforçando o efeito de que o problema está tão somente na questão linguística e não que a questão linguística está em si emaranhada com as práticas sociais que silenciam essa mulher, ficando para a materialidade imagética (a lágrima que escorre de um olho, os fios que atam as mãos e a mordaca que cobre a boca) é o efeito de perpetuação da violência sofrida tanto física quanto de direitos em relação à proteção e integridade da vida da mulher surda.

### **Para descruzar braços e começar a sinalizar: algumas considerações**

Os textos aqui recortados para análise foram tomados como certa discursividade sobre a proteção de mulher surda vítima de violência. Observamos que os discursos que atravessavam os dizeres produzidos estavam atrelados à questão de gênero, do feminismo, da denúncia e da resistência da mulher, no caso, surda. Por outro lado, os dizeres que descreviam o “motivo” da violência contra a mulher surda estavam atrelados ao patriarcado, ao machismo, à ideia de propriedade, à opressão. Perpassados e sustentados pelo discurso da diferença linguística produz-se um efeito de mulheres *mais* vulneráveis: ***pela própria interdição/impedimento à língua de sinais.***

Por a diferença linguística não possibilitar a efetivação da denúncia, já que a língua de sinais não circula de forma ampla na nossa formação social, a “solução” estaria pautada na acessibilidade linguística. Ficam amalgamadas a manutenção da contínua luta pelo reconhecimento social da língua de sinais – uma política multilíngue – e a luta de proteção à mulher (surda, indígena, pobre, negra, trans...)

Por fim, destacamos que a invisibilidade da denúncia de violência contra mulheres surdas ocorre também em trabalhos de cunho acadêmico na área de Estudos da Linguagem, uma vez que pesquisas sobre a temática são praticamente inexistentes. Ao acolhermos e analisarmos certa discursividade sobre a mulher surda vítima de violência, assumimos, como

nos lembra Pêcheux (1997 [1993], p. 57), uma tomada de posição ética e política; decerto, “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas** – as não-coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Línguas, escola e sujeito surdo: análise do “Relatório sobre a política linguística de educação bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”. *In: Cadernos de Letras da UFF*, v. 26, p. 323-342, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006** (Lei Maria da Penha). Brasília, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERRARI, Ana Josefina. O silêncio da Dona Amélia. *In: ZOPPI-FONTANA, Mônica G.; FERRARI, Ana Josefina. (Org.). Mulheres em discurso*: identificações de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017, p. 231-251.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO SOUSA, Lucília Maria. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *In: Conexão Letras*, v. 9, p. 83-97, 2014.

KLEIN, M.; FORMOZO, D. P. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, v. 15, p. 100-112, 2007.

LAGAZZI, Suzy. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. *In: RUA [online]*. Portal Labeurb, 2010, n. 16. v. 2.p. 172-182.

LAMBERG, Doriana T.; OLIVEIRA, Glacielli T. S. Mulheres surdas e a violência de gênero. *In: 13th Women's Worlds Congress; Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*, 2017, Florianópolis. 13th Women's Worlds Congress ; Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918\\_ARQUIVO\\_ARTIGOSURDASrevisado\(1\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf). Acesso em: 09 dez. 2019.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Renavan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MOREIRA, Sandra Z. A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade. *In: SKLIAR, Carlos. A Surdez*: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação, 1998, p. 93-101.

ONU. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres**. 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 2ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**: nos movimentos dos sentidos. 6 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007b.

PERLIN, Gladis; VILHALVA, Shirley. Mulher Surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa. *In: Revista Forum – INES*. Rio de Janeiro, n. 33, p. 146 – 160, jan-jun2016. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/article/view/89/74>. Acesso em: 05 set. 2019.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997 [1983].

PRATES, Deborah. Precisamos falar sobre violência contra mulheres com deficiência. 2016. Disponível: <http://www.justificando.com/2016/11/21/precisamos-falar-sobre-violencia-contra-mulheres-com-deficiencia/>. Acessado em: 06 jan. 2020.

SILVA, Leila C.; ZATTAR, Neuza. B. S. Violência doméstico-familiar: a representação da mulher nos dispositivos jurídicos brasileiros. In: ZATTAR, Neuza. [et al]. (Org.). **Acontecimento de linguagem**: espaços de enunciação. Campinas: Pontes Editores, 2013.



# MULHER E TRABALHO

Belmira Magalhães  
Geice Silva

## Introdução

Vê se é gente que quer te pôr  
Numa redoma – um lindo – objeto  
A vegetar  
Alheia a tempo e lugar  
Acorda e toma cuidado:  
Olha que te levam para o mesmo lado  
De tanto destino mal-aventurado  
(GEIR CAMPOS)

Para a compreensão sobre a posição da mulher na sociedade capitalista contemporânea, a temática do trabalho é fundamental. Tanto do ponto de vista do lugar das relações econômicas e políticas, como das culturais, que ditam para sociedade o que é ser mulher.

Nossa primeira abordagem será teórica, buscando a ontologia que cria a discriminação das mulheres. Precisamos partir da Grécia antiga e do maior filósofo dessa época. Aristóteles deve ser considerado um gênio clássico, pois seus textos mostram uma busca ontológica das relações sociais de sua época. Para ele, as mulheres livres poderiam ser vistas como iguais aos escravos. “Essa afirmação fica mais nítida ainda quando se toma como referência a noção de família que, para os gregos antigos, está associada à noção de espaço (*oikós*) e de um dono” (Magalhães, 2005, p. 39).

Como afirma Chauí (1994, p. 325), os *despótes*, responsáveis pelo *oikos*, têm um poder absoluto sobre os membros que ocupam o espaço e que serão, todos, considerados membros da família, evidentemente que com relações de classes e de sexo bem acentuadas:

*Na família, a autoridade é exercida pelo chefe familiar segundo a vontade pessoal, individual e arbitrária desse chefe, cuja única lei ou regra é sua vontade e seus interesses. A autoridade do despótes é uma autoridade privada, é o poder de vida e morte inquestionado*

*que detém sobre todos os membros da família e o poder absoluto de dispor de todos os bens móveis e imóveis familiar.*

Dando um salto histórico até a colonização do Brasil, que instala a escravidão chamada moderna, e mantendo as diferenças de classes necessárias à nova etapa histórica, persistem, em essência, as mesmas relações familiares. Por que dois sistemas econômicos diferentes (antigo e capitalista) mantêm as mesmas relações familiares? Essa resposta só poderá ser dada a partir do conhecimento do trabalho humano como fundante das relações humanas.

Para desenvolver essa temática vamos nos basear no materialismo histórico/dialético, que sustenta um dos pilares da análise do discurso pecheutiana. Nossa pergunta agora é: o que é o trabalho humano, qual a sua essência? Para Lukács (2013, p. 43), “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade”.

Marx, em *O Capital* (2013, p. 120), afirma que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição da existência do homem<sup>1</sup>, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediações do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana”.

Nesse sentido, todas as outras atividades humanas estão diretamente relacionadas com a forma do trabalho de cada sociabilidade. Essas relações são dialéticas e formam complexos que só serão entendidos a partir de uma busca metodológica que parte da particularidade de cada sociedade, em seu tempo histórico, e alcançam a totalidade das relações entre essência e aparência, isso é, sua totalidade. O trabalho se torna o fundante de todas as práticas humanas; evidentemente, não há sempre uma relação direta entre o trabalho e as práticas sociais, porquanto existem mediações que tornam complexo o alcance dessa relação.

Uma categoria fundamental para se compreender a relação entre mulher e trabalho, entendida como reprodução dos futuros componentes da sociedade, é a funcionalidade da família. Esse é o objetivo que se impõe a todas as sociedades: ter pessoas que se ocupam de reproduzir. Essas ocupações são realizadas pela família: às mulheres é dado o cuidado dos mem-

---

<sup>1</sup> Ser Social.



bros da família, e aos homens, a manutenção e o poder sobre todos os membros.

Nas sociedades contemporâneas, são poucas as famílias em que as mulheres não precisam trabalhar. No entanto, a ideologia liberal continua a dizer que esse lugar é o delas; as mulheres podem ajudar nas despesas, mas devem sempre priorizar as atividades da casa.

Essa forma de manter a reprodução da própria sociedade existe em todas as sociedades e tempos históricos, embora de maneiras diferentes para cada sociabilidade e para cada momento histórico. Nos primórdios do ser social, essa diferença de papéis era ligada diretamente à natureza da espécie humana: as mulheres gestam e amamentam, logo o aleitamento teria de ser realizado por elas. Não estamos nos referindo aqui às mães, mas às mulheres.

A necessidade mais primária da espécie humana, como a dos animais, é sobreviver enquanto indivíduo e enquanto espécie; por isso, tem como premissa básica um estrito relacionamento com a natureza, através do trabalho. O trabalho fundamenta o ser social; na sua realização cotidiana é que o ser social se constitui. Na perpetuação da espécie, mesmo nas sociedades contemporâneas, a reprodução da prole é fundamental. Assim, tanto na Grécia Antiga como nas sociedades contemporâneas, com formas específicas de família, as mulheres são seres preciosos que precisam ser confinadas, guardadas e submissas ao homem, sempre com o aplauso dos poderosos dos diferentes modos de produção e dos respectivos Estados.

O conceito de maternidade, embora implique evidentemente uma função biológica da mulher, está muito mais ligado às características sociais da mulher, a seu papel dentro da reprodução social e à reprodução da prole. Não basta ter filhos; tem de ser a responsável por todos os filhos e pela família. Atividade, como já vimos, fundamental para a reprodução de cada sociabilidade.

Para que essas atividades não sejam questionadas pelas mulheres, a ideologia dominante deve ser internalizada por todos e, principalmente, pelas mulheres. Discursos como o da “rainha do lar” valorizam seu *status* doméstico, fazendo com que mesmo aquelas mulheres críticas da realidade acabem por apresentar sentimentos de culpa em relações aos filhos. Muitas tomam a decisão de não ter filhos, para não sofrerem o impasse que essa questão coloca em suas vidas.

## Capitalismo, família e gênero

Na família se reproduz a força de trabalho, e, também, a dicotomia entre os diferentes papéis entre homens e mulheres. Essa tarefa é fundamental para a manutenção da exploração de classe. Desde o nascimento, a prole deve manter as divisões de sexo e, mais que isso, a ideologia de classe. À família explorada cabe entregar à sociedade um ente pronto para ser explorado, sabendo comportar-se como tal, pois esse é o seu lugar destinado pelas relações sociais. Da mesma forma, as famílias dominantes têm de mostrar aos filhos que eles mandam e são muito melhores do que os outros.

A força de trabalho futuro de qualquer sociedade é uma mercadoria produzida pelo trabalho doméstico de modo invisível. A maioria das mulheres faz esse trabalho de modo inconsciente, sem reservas, mas com muito amor e satisfação.

A separação espaço e tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo se faz no processo de construção da vida social no sistema capitalista. A partir dela se estrutura a divisão sexual do trabalho, elemento central na constituição das relações sociais de sexo/gênero. (ÁVILA, 2014, p. 15).

No regime capitalista, embora a mulher, além do trabalho doméstico, sempre haja trabalhado na produção de outras mercadorias, sua atividade nesta produção é sempre vista como secundária, pois o sistema afirma em suas ideologias que o seu lugar na reprodução da força de trabalho é o que faz parte da “essência” das mulheres: a maternidade. Todos os outros são secundários, mesmo quando elas se tornam chefes de famílias. Sintetizando: as mulheres reproduzem os trabalhadores e produzem, nos empregos que conseguem, a mais-valia; são duas formas de gerar lucro para o sistema.

Para Magalhães (2005), em relação à imagem feminina tem-se também um discurso dúbio: transformar-se numa nova mulher significa entrar no mercado de trabalho, competir com os homens sem se tornar um deles; paralelamente, é construída uma fala na qual são ressaltados os benefícios de ficar em casa, tomando conta do lar, como afirma o caderno Mulher, do jornal Gazeta de Alagoas, na coluna Opinião, que funciona como um editorial do Caderno.

Você que trabalha sem remuneração, tem afinal, no calor do lar, o carinho dos filhos, o convívio mais estreito com as amigas, algumas vantagens de inúmeras executivas de altos contracheques.

Afirmações desse tipo de discurso reforçam o lugar prioritário das mulheres: a casa, pois seu trabalho não remunerado e realizado para a família, segundo o jornal, consiste na alegria de ser a “Rainha do Lar”, como já referimos. A divisão de tarefas domésticas não aparece como uma forma de inviabilizar o trabalho feminino fora do lar. Desde que ela faça as duas atividades bem. Uma dupla jornada.

A lógica liberal exalta a individualidade, mas afirma, no tocante ao trabalho doméstico, sua subalternidade econômica em relação aos homens. Pois a escolha é dela!

Segundo Ávila (2014, p. 14):

A divisão sexual do trabalho está associada de maneira inextricável a outra configuração, o que se expressa em termos de relações que associam homens/produção/esfera pública e mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura, e da segunda como sendo da ordem da natureza.

Duas questões são fundamentais para entendermos como o sistema capitalista determina a relação da mulher com o trabalho de produção. A primeira se apresenta como uma forma de lucro dos capitalistas, que não precisam se preocupar com a alimentação e outras tarefas, e também com as crianças, que se tornarão trabalhadores no futuro. E se fôssemos contabilizar o quanto de investimento seria necessário para manter os trabalhadores aptos para sua jornada de trabalho?

As horas que as mulheres se dedicam ao trabalho doméstico são enormes, como veremos mais adiante. Por outro lado, a ideologia que idolatra a mãe e esposa de família, torna o emprego fora do lar, para as mulheres, algo que não é visto como prioritário. Mais ainda, é desvalorizado porque elas estão sempre divididas entre trabalhos em casa e trabalhos fora. Ademais, paga-se menos às mulheres e não há incentivos para cargos de chefia quando por elas exercidos.

O trabalho doméstico não remunerado proporciona um lucro de que o capitalista não abre mão e do qual a maioria da população não tem consciência. Mesmo algumas femininas e intelectuais, não levam em conta

a relação direta do trabalho não remunerado na produção com a segregação das mulheres, com todo o peso da reprodução social dos membros da classe trabalhadora. Por isso, a ideologia dominante precisa exaltar esse lugar das mulheres como mães e esposas.

Precisamos compreender essas relações econômicas e sociais no sistema capitalista, a fim de poder resistir, e mais que isso, mudar as relações familiares e trabalhistas.

Federici (2017, p. 18) enfatiza a relação do trabalho reprodutivo com a produção capitalista:

Desse modo, a assimetria do poder das mulheres e homens na sociedade capitalista não podia ser atribuída à irrelevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista – o que vinha sendo desmentido pelas regras estritas que governavam a vida das mulheres – nem à sobrevivência de esquemas culturais atemporais. Pelo contrário, devia ser interpretada como efeito de um sistema social de produção que não reconhece o trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as místicas como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido.

Nossa proposta agora é mostrar o real da história a partir dos dados do trabalho em tempos de crise do capitalismo.

## **Crise do capital e divisão sexual do trabalho**

A atual pandemia da Covid-19 está expondo profundamente as contradições econômicas e políticas do sistema capitalista de produção. Na entrada da segunda década do século XXI, estamos vivendo efeitos devastadores das políticas neoliberais, impostas progressivamente do centro do capital para o mundo, desde a década de 1970.

Em seus últimos documentos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece uma relação entre a pandemia, a crise econômica e a precarização do trabalho. Tem explicitado preocupação com a perda de empregos representada pela progressiva diminuição “das horas de trabalho”<sup>2</sup>. Diz a OIT, a partir dos dados econômicos que o mundo apresentava antes da pandemia:

---

<sup>2</sup> Ver “OIT: A COVID-19 causa perdas devastadoras de empregos e horas de trabalho” (OIT, 2020).

Mais de quatro em cada cinco pessoas (81%) das 3,3 bilhões que compõem a força de trabalho global estão sendo afetadas pelo fechamento total ou parcial do local de trabalho [...]. 1,25 bilhão de pessoas estão empregadas em setores considerados de alto risco de aumentos “drásticos e devastadores” de demissões e de reduções de salários e de horas de trabalho. Muitas dessas pessoas trabalham em empregos mal remunerados e de baixa qualificação, onde uma perda imprevista de renda acarreta consequências devastadoras. No nível global, dois bilhões de pessoas trabalham no setor informal (a maioria em economias emergentes e em desenvolvimento) e estão particularmente em risco. (OIT, 2020)<sup>3</sup>.

A crise na saúde pública tem, sem dúvida, efeitos desastrosos para a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Contudo, é preciso situar essa crise em sua processualidade histórica.

Em 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirmava que a transição para a economia formal seria essencial para garantir proteção social e trabalho decente, pois 61% da população empregada no mundo já se achava na economia informal (ONU, 2018)<sup>4</sup>.

Analisando esses textos da OIT e da ONU, percebemos que a pandemia não criou o desemprego, nem o número enorme de trabalho informal, que já se mostrava crescente, como única forma de obter uma renda mínima para uma grande parte da população mundial. A pandemia, claro, cria uma crise maior para esses trabalhadores, pois nem isso pode ser realizado.

A análise do discurso pecheutiana permite que ao analisarmos os dados das pesquisas, tenhamos conceitos que abarcam a totalidade das relações sociais, a partir da problemática dos discursos em que se está trabalhando. O sujeito pecheutiano nunca é um sujeito individual, nem mesmo quando se trata de organizações, pois elas têm sempre um lugar nas relações de produção que sustentam seus lugares de fala.

*A primeira modalidade* consiste em uma superposição (um recobrimento) entre o sujeito da anunciação e o sujeito universal, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob

---

<sup>3</sup><https://nacoesunidas.org/oit-covid-19-causa-perdas-devastadoras-de-empregos-e-horas-de-trabalho-no-mundo/>

<sup>4</sup><https://nacoesunidas.org/quase-dois-tercos-da-forca-de-trabalho-global-estao-na-economia-informal-estudo-da-onu/>

a forma do “livremente consentido”. (PÊCHEUX, 2009, p. 199, grifos do autor).

Nesses discursos analisados, embora suas atuações ressaltem sempre o humanismo, há uma relação direta com o sistema capitalista, de classes, que impede sua posição fora do âmbito ideológico do capitalismo. Por esse lugar de discurso, os dois textos estabelecem uma relação entre precarização do trabalho e riscos sociais. Contudo, o texto de 2020 (OIT) revela preocupação com a renda, trazendo como pano de fundo não a precarização do trabalho efetivamente, mas a diminuição das horas de trabalho em virtude da pandemia; em outras palavras, o *stand by* da produção de capital em 2020.

O documento não diz que está havendo uma diminuição das horas de trabalho excedente, produtor de mais-valia. E inversamente, o aumento das horas de trabalho das mulheres no espaço doméstico – horas não pagas. Por isso, os discursos só podem chegar ao que afirma Rider, diretora-geral da OIT: “[...] Nosso objetivo deve ser reconstruir de forma melhor, para que os nossos novos sistemas sejam mais seguros, mais justos e mais sustentáveis do que aqueles que permitiram que essa crise acontecesse”. (OIT, 2020). Nesse sentido, só se pode enfatizar “um sistema mais seguro e mais justo”; não há nunca a busca de um sistema igualitário.

Não sabemos o que Rider chama de “novos sistemas”, mas sabemos o que permitiu que a crise acontecesse: a forma de gerir a crise estrutural do capital<sup>5</sup>. A chamada reestruturação produtiva e o neoliberalismo determinaram a precarização do trabalho que vivemos hoje, a quase total desproteção social e um maior incômodo das mulheres com a divisão sexual do trabalho, nesse processo aprofundada.

Nas sociedades de classes, as soluções encaminhadas afetam, necessariamente, de forma diferenciada e contraditória os interesses das classes envolvidas. No entanto, os discursos legitimados implementam ações, que tomam forma de generalizações. Aí reside o caráter ideológico do político que se explicita ora com a roupagem da ciência, ora como senso comum e tradição. (MAGALHÃES, 1996).

O discurso do “Estado mínimo” nunca convenceu as reflexões e ações feministas. O famoso manifesto de 1975, “Salários contra o trabalho

---

<sup>5</sup> Ver Mészáros, 2002.

doméstico”, anunciara que ser “dona de casa” é exercer um trabalho para a sociedade, politizando a divisão sexual: “eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (in: Federici, 2019, p. 40).

A insistente política de mercantilização dos serviços sociais públicos, que responde à crise estrutural do capital, tem suporte central no trabalho doméstico e de cuidado não pagos. Na verdade, a lógica do sistema que explora e hierarquiza produção e reprodução só é possível com a garantia das mulheres no lugar social, econômico e político em que se encontram majoritariamente.

Ao dizermos “não pagos”, não nos referimos a uma falta de salário para a “dona de casa” (como reivindicado em 1975); referimo-nos a não serem pagos pela política (econômica!) de seguridade das demandas coletivas da família trabalhadora. Durante suas jornadas de trabalho e estudo, não há restaurantes adequados a suas realidades salariais, nem creches para seus filhos em idade não escolar; tampouco há serviços públicos de cuidado às trabalhadoras e aos trabalhadores idosos. Ao contrário, saúde, previdência social e educação são consideradas pelo Estado e pelo capital como gastos sociais.

As pesquisas e movimentos feministas relacionados à classe trabalhadora passaram a defender os estudos sobre o uso do tempo<sup>6</sup>. Em 2011, o extinto Observatório Brasil da Igualdade de Gênero<sup>7</sup> afirmou que:

Os estudos sobre uso do tempo são importantes para subsidiar a elaboração de políticas públicas que transfiram parte da responsabilidade pelas atividades de reprodução da sociedade das mulheres para o Estado. Equipamentos sociais e serviços como creches, restaurantes populares, lavanderias comunitárias e transporte escolar contribuem para que as mulheres aumentem seu tempo disponível para outras atividades, que incluem desde sua inserção no mercado de trabalho até o descanso e lazer. (SPM, 2011)<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos*. Cad. Pesquisas [online]. 2007, vol. 37, n. 132, p. 537-572. ISSN 1980-5314.

<sup>7</sup> Fórum de estudos e pesquisas da também extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), após o impedimento do governo Dilma Rousseff em 2016.

<sup>8</sup> <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/uso-do-tempo>

O Observatório discutiu dados sobre divisão sexual do trabalho no Brasil, oriundos da primeira PNAD<sup>9</sup> contínua, realizada pelo IBGE<sup>10</sup> em 2011. Seguem trechos da discussão produzida pelo *Observatório*:

Uma das manifestações da desigualdade de gênero é a divisão sexual do trabalho. Certas tarefas são realizadas majoritariamente por pessoas do sexo feminino, como as tarefas domésticas. Tais tarefas, não remuneradas e não reconhecidas socialmente como formas de trabalho, incluem o cuidado da casa, dos filhos, de idosos etc. [...]

No Brasil, os homens trabalham fora de casa, em média, seis horas a mais que as mulheres por semana [...]. Entretanto, no espaço doméstico, as mulheres têm jornadas bastante superiores aos homens: enquanto elas dedicam 22,3 horas por semana às tarefas domésticas, eles gastam somente 10,2 horas (considerando somente as pessoas ocupadas, ou seja, que trabalham fora de casa). Assim, somando-se as horas de trabalho dentro e fora de casa de homens e mulheres, percebe-se que os homens trabalham em média 52,7 horas por semana, e as mulheres, 58,5 horas. (Dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011, grifos nossos).

Destacamos que “enquanto elas dedicam 22,3 horas por semana às tarefas domésticas, eles gastam somente 10,2 horas”; entre parênteses, alerta-se que tais dados referem-se “[...] somente às pessoas ocupadas”. Temos, portanto, que há dez anos no Brasil, as trabalhadoras laboravam no mínimo 12 horas a mais por semana.

Considerando apenas as mulheres “ocupadas” (termo do IBGE para designar quem está em alguma atividade laboral para o mercado), as 12 horas não significam apenas que os homens descansam nessas horas e que as mulheres, em atividade constante em casa, trabalhem para a própria família. Na verdade, essas horas, sejam 12, menos ou mais, apontam um problema histórico: a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher no sistema capitalista de produção, silenciadas pelo capital e pelas políticas públicas, porque não são contadas como trabalho, e sim como algo que está na natureza das mulheres, que “realizam essas atividades por amor”.

---

<sup>9</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetiva mapear a dinâmica social e econômica da força de trabalho.

<sup>10</sup> Os domicílios pesquisados passam a ser visitados trimestralmente, somando cinco visitas no período de um ano. A PNAD anterior fazia apenas uma visita anual ao domicílio pesquisado.



Em 2012, o “Data Popular” e a “SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia” entrevistaram “800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado”. A “Agência Patrícia Galvão” observou que o estudo “comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas” (2012).

Destaca ainda que,

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas. Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. **A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado.** A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%). (Data Popular, SOS Corpo, 2012, grifos nossos)<sup>11</sup>.

A falta de estrutura pública para o cuidado da família trabalhadora, mesmo durante suas jornadas trabalho, é justificada ideologicamente por uma suposta condição feminina de natureza para o cuidado e/ou como ato de amor das mulheres a suas famílias. Chegando ao final da década, os dados da divisão sexual do trabalho que continuamos a ver no mundo e a particularidade da formação social brasileira (colonial, racista e patriarcal) mantêm marcas de profunda desigualdade.

Nos gráficos<sup>12</sup> a seguir da PNAD 2017, notamos as desiguais horas de trabalho, bem como se dá a divisão dos tipos de atividade:

---

<sup>11</sup><https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/para-mulheres-trabalhadoras-rotina-extenuante-e-salario-menor/>

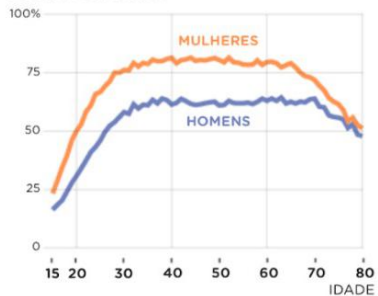
<sup>12</sup> ZANLORENSSI, G.; ALMEIDA, R. As horas de trabalho doméstico de homens e mulheres do Brasil. Nexo Jornal. São Paulo, 30 de abr. de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/30/As-horas-de-trabalho-dom%C3%A9stico-de-homens-e-mulheres-do-Brasil>. Acesso em: 29 mar. 2020.

## Fazer compras

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

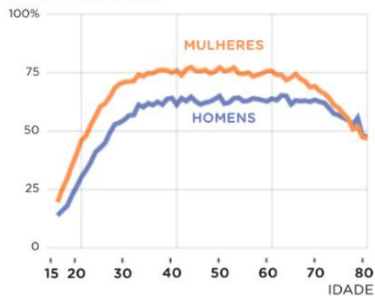


## Gerenciar contas e serviços

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



## Realizar reparos domésticos

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

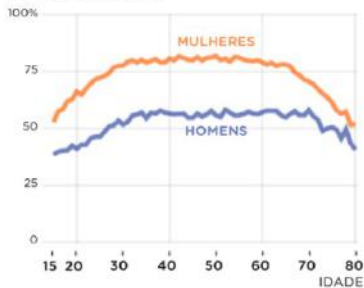


## Limpar

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



## PERCENTUAL DE HOMENS E MULHERES QUE REALIZAM CADA ATIVIDADE DOMÉSTICA

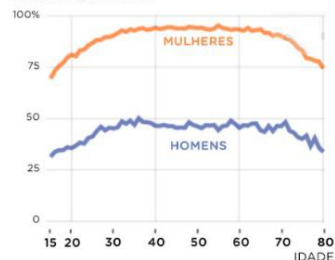
De acordo com a idade

### Cozinhar e lavar

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE

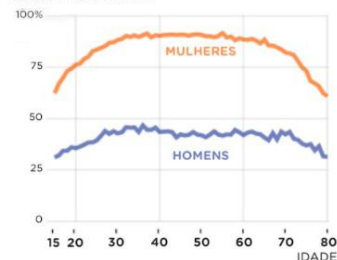


### Cuidar de roupas e sapatos

MÉDIA GERAL



MÉDIA POR IDADE



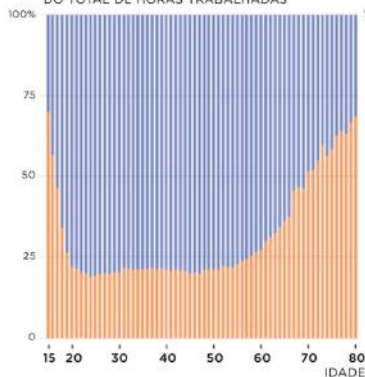
## PROPORÇÃO DE HORAS SEMANAIS DE TRABALHO POR IDADE

Categorizado entre trabalho doméstico e profissional

■ TRABALHO DOMÉSTICO ■ TRABALHO PROFISSIONAL

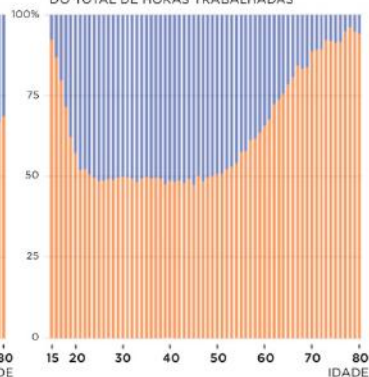
### Homens

DO TOTAL DE HORAS TRABALHADAS



### Mulheres

DO TOTAL DE HORAS TRABALHADAS



A condição biológica de gestar e aleitar é explorada pela moderna versão da propriedade privada, o capital. Esta exploração da condição biológica feminina condicionou as colonizações do século XVI e tem sido o su-

porte das neocolonizações que mantêm trabalho forçado, análogo à escravidão<sup>13</sup>, além da precarização geral do mundo do trabalho.

O “poder do macho”, termo cunhado por Saffiotti (1989), é, portanto, justificado pela ampla e contraditória ideologia de naturalização da história, seja “por vocação divina” nos sistemas de classe anteriores ao capital, seja por “condição biológica”, em nossa época. As ideologias que naturalizam desigualdades dificultam a visibilidade da função econômica e política da práxis determinante das relações de gênero e raça (inter e intraclases). No Brasil, essa práxis é a de concentração de poder econômico e político nas mãos dos sujeitos “machos”, brancos e misóginos<sup>14</sup>.

Nesse momento em que o mundo passa por uma crise econômica e sob uma ideologia conservadora, o papel da mulher na família é ressaltado como algo além do natural – uma forma religiosa de estar, que esperam que ela ocupe. Há várias formas ideológicas de enaltecer o amor materno, como propagandas<sup>15</sup>, novelas etc.

Para além do trabalho doméstico e de cuidado não pagos, as mulheres lidam também no mundo do trabalho com uma desigualdade salarial global. Em 2015, o jornal BBC Brasil publicou a matéria “Desigualdade: mulheres brasileiras trabalham ‘de graça’ desde 19 de outubro”. A matéria data de 11 de novembro de 2015.

Se alguém te pedisse para trabalhar de graça até o final do ano, você aceitaria? Provavelmente não.

Mas é o que de certa forma ocorre com as mulheres, na visão de um grupo de ativistas por igualdade de salários, que, levando em conta a diferença salarial entre homens e mulheres na Grã-Bretanha (14,2%),

---

<sup>13</sup> Ver: “OIT alerta para formas contemporâneas de escravidão no Brasil e no mundo” (OIT, 2019).

<https://nacoesunidas.org/oit-alerta-para-formas-contemporaneas-de-escravidao-no-brasil-e-mundo/> e “MA [Maranhão] lidera *ranking* de mulheres resgatadas em situação análoga de trabalho escravo no país” (Portal G1, 2019).

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/03/08/ma-lidera-ranking-de-mulheres-resgatadas-em-situacao-analoga-de-trabalho-escravo-no-pais.ghtml>

<sup>14</sup> “Para a médica Maria José Araújo, o machismo e a desigualdade entre gêneros são alguns dos fatores que explicam o fato de mulheres serem 74% da população que consome remédios para transtornos psiquiátricos.” Com o título, “Casamento é um risco para a vida das mulheres”, a matéria do jornal Opera Mundi (2015), discutiu a relação entre saúde psiquiátrica feminina e machismo.

<https://operamundi.uol.com.br/samuel/41005/casamento-e-um-risco-para-a-vida-das-mulheres-diz-especialista-em-saude-mental>

<sup>15</sup> Ver, Samuel Silva, 2019.

calculou que as britânicas “pararam de receber” neste ano na segunda-feira passada, dia 9.

Em um mundo com salários iguais para o mesmo trabalho, homens e mulheres trabalhariam 365 dias por ano recebendo o mesmo. No Brasil, devido à desigualdade de salários entre homens e mulheres, elas já estão trabalhando “de graça” desde o dia 19 de outubro.

O cálculo foi feito com base em estatísticas do IBGE pela especialista em economia de gênero Regina Madalozzo, do Insper, a pedido da BBC Brasil. (BBC, 2015)<sup>16</sup>.

A explicação dessa realidade está exatamente no lugar conferido às mulheres, a saber, “Do Lar”, como já visto. Em uma sociedade de classes, a contradição entre as classes é a forma como as sociedades se reproduzem. Desse modo, ao tempo que a ideologia neoliberal exalta o papel das mulheres como rainha do lar, ela advoga que as mulheres devem receber menos que os homens, pois exercem o trabalho no lugar que não é o da sua especialidade, isto é, mãe, esposa e cuidadora no espaço familiar.

Trazendo o jornalismo como panorama dos dados divulgados na última década, destacamos ainda duas matérias. Em 2015, a revista *Época* publicou a matéria “Desigualdade entre homens e mulheres dispara no Brasil em 2015”<sup>17</sup>: “*Ranking* publicado pelo Fórum Econômico Mundial mostrou o país na posição 85 entre 145 nações. Em 2014, estava em 71º lugar”. Cerca de um ano antes, o jornal *El País* havia publicado uma matéria sobre o surgimento da “Geração NoMo”: “[...] a rebelião das mulheres que não contemplam a maternidade [...] *Not ‘Mothers’*”<sup>18</sup>.

A histórica reivindicação feminista sobre a necessidade imperativa de educação para a diminuição da desigualdade de gênero<sup>19</sup> no trabalho doméstico e de cuidado, combinada à discussão sobre o papel do Estado na garantia de serviços públicos de cuidado (creches, cuidado a pessoa idosa,

---

<sup>16</sup>[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110\\_mulheres\\_trabalho\\_gratis\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_mulheres_trabalho_gratis_lab)

<sup>17</sup><https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/desigualdade-entre-homens-e-mulheres-dispara-no-brasil-em-2015.html>

<sup>18</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287\\_310188.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/23/sociedad/1408813287_310188.html)

<sup>19</sup> Ver: “Estereótipo de que 'matemática é para garotos' afasta meninas da tecnologia, diz pesquisador” (BBC Brasil, 2015).

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831\\_entrevista\\_andrew\\_meltzoff\\_cc.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_entrevista_andrew_meltzoff_cc.shtml)

restaurantes públicos, lavanderias públicas etc.), tem reafirmada a sua assertividade.

Sob uma pandemia mundial, a importância socioeconômica do trabalho de cuidado ganha novos contornos de visibilidade. O mecanismo mais importante de prevenção tem sido seguir a orientação de isolamento social, higienização redobrada e cuidado dos idosos. Nesse contexto, é imensurável a sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres e, ressaltamos, também sobre as meninas.

Contudo, cumprir as orientações de prevenção passa pelas contradições de classe e raça, gênero e sexualidade, que envolvem enormes contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade social, econômica e política. O discurso neoliberal perde lugar. O Brasil do Estado “mínimo” para as famílias trabalhadoras precisou liberar alguma renda mínima para as famílias vitimadas pela desregulamentação ampliada do trabalho, informais e mães solo.

Chamada de “auxílio”, a política de renda mínima é silenciada. Esse silenciamento produz um efeito de sentido de ajuda, e do Estado como um ente que socorre. Esvazia o sentido de direito e de responsabilidade pública. Inferimos ainda que contribui para o silenciamento do trabalho reprodutivo, logo, para a naturalização da divisão sexual do trabalho que já discutimos com dados qualitativos e quantitativos.

O capitalismo tem exigido jornadas de trabalho cada vez mais extensas e mal remuneradas, com modalidades novas de des-emprego, a exemplo dos processos de *uberização*. Cria o “fatalismo” da desregulamentação geral do trabalho e amplia o trabalho não pago das mulheres em suas famílias: o *care* não pago é fundamental para a administração capitalista da crise social em que nos achamos imersos.

O Covid-19 desvela que estivemos reproduzindo um sistema econômico que priva 99% das pessoas dos meios de produzir, numa perspectiva de classes que é racial e sexista. Para o 1% que priva os demais dos meios de produzir, uma interrupção em seus lucros é “a grande catástrofe”. Para quem recebeu parca renda por essa riqueza que trabalhou para produzir, não poder gerá-la tem na morte a verdadeira catástrofe.

Para as famílias trabalhadoras negras, especialmente, a atual crise tem significado pagar com a vida os resultados do neoliberalismo, como evidenciam as últimas pesquisas que relacionam pandemia e desigualdade racial: “a chance de pretos e pardos sem educação for-

mal morrerem devido ao novo coronavírus é quatro vezes maior do que a de brancos com nível superior”<sup>20</sup>.

## O cotidiano das mulheres

Passa-se a analisar a fala/discurso das mulheres que mostram como o trabalho doméstico não deixa de ser realizado mesmo para aquelas que trabalham fora de casa, desde as empregadas domésticas até as pesquisadoras que fazem ciência. Os dados mostram que a pandemia afeta diretamente a produção científica de mulheres. Mais da metade das mulheres com filho(s) deixou de entregar artigos, mesmo isoladas; só 38% dos homens com filhos deixaram de publicar, afirma o repórter da UOL (uol.com.br, 27 de maio de 2020)<sup>21</sup>.

O discurso a seguir é título da matéria da jornalista que tentava entrevistar a cientista.

### **SEM TEMPO, IRMÃO**<sup>22</sup>

A jornalista relata que

A tentativa de entrevista é rapidamente interrompida pelo choro da criança. “Posso te mandar áudio?”, ela pede. As respostas que chegam ilustram bem o cenário: no meio do relato, dá para ouvir “mãe, quero comer” e alguns gritos<sup>23</sup>.

O pedido da entrevistada – “posso mandar um áudio?” – provavelmente, era para que pudesse responder às perguntas em um momento que ela não poderia marcar, porque não sabia quando estaria sem alguma atividade doméstica. Percebe-se como é grande o tempo destinado à sua atua-

---

<sup>20</sup>Ver:

[https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-negros-covid-19-desigualdade\\_br\\_5ecfd1e2c5b6c89ea4ef0728](https://www.huffpostbrasil.com/entry/mortes-negros-covid-19-desigualdade_br_5ecfd1e2c5b6c89ea4ef0728).

<sup>21</sup> A vida não anda fácil para a professora Juliana Fedoce Lopes, 39. Como tantas outras mulheres, ela tenta conciliar as aulas remotas do curso de química da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) com a pesquisa pela qual ela é bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a atenção a Felipe, o filho único de quatro anos... Veja mais em <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>22</sup>Ver:

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>

<sup>23</sup> Idem.

ção como dona de casa. Mesmo quando responde à jornalista, através do áudio, ouve-se a fala do filho a pedir comida – “Mãe, quero comer” – e alguns gritos. As escolas estão fechadas durante a pandemia. Onde anda o pai?

É importante ressaltar que a publicação de artigos é fundamental para a progressão da carreira, assim como para conseguir bolsas de pesquisa.

Por outro lado, uma doméstica, Elizabeth<sup>24</sup>, respondeu à pergunta do entrevistador sobre o que sente quando deixa o trabalho e chega em casa; “Horror”. Perguntada sobre o porquê, disse: “Porque agora vai começar tudo de novo. No final, é sempre repeteco”.

Embora não se possa comparar o tipo de exploração de uma empregada doméstica ao de uma professora universitária, queremos ressaltar a prevalência para as duas dos afazeres domésticos no cotidiano. A professora provavelmente não pode manter a empregada doméstica por causa da transmissão da Covid-19, então deve responsabilizar-se pelas tarefas domésticas. A doméstica, se não puder trabalhar, ficará sem o dinheiro para manter a sua família.

## Conclusão

Não encontramos documentos de órgãos oficiais que discutam preocupações econômicas e soluções econômicas para a divisão sexual do trabalho na pandemia (antes dela ou em perspectiva). Não são discutidos como dados o *aumento das horas de trabalho reprodutivo não pago* e a *diminuição das horas de trabalho reprodutivo pago*, horas majoritariamente femininas em todo o mundo.

No Brasil, horas majoritariamente femininas e negras. Nas duas situações de trabalho reprodutivo, a divisão sexual do trabalho é desvelada como a causa fundamental do empobrecimento das mulheres, em todos os âmbitos de suas vidas. Discutir as crises globais sem discutir trabalho reprodutivo é silenciar a ideologia e a prática da divisão sexual do trabalho.

A crise não está ligada apenas à necessidade de desocuparmos as ruas devido à pandemia, pois guarda relação com os efeitos globais das políticas nacionais de austeridade do serviço público e com a ausência de políticas para a divisão sexual do trabalho. Esta, por sua vez, é agravada pelo

---

<sup>24</sup> Pesquisa em andamento.



esvaziamento de serviços nacionais de saúde pública e de políticas de seguridade social, somado à regularização do trabalho precário, com destaque aos processos de *uberização* (que transfere a realidade do sujeito empregado precariamente para a ilusão do empreendedorismo individual).

Assim, não estamos escrevendo uma conclusão porque não há conclusão sobre esse tema. A subserviência das mulheres continua sendo abrangente em todas as sociedades contemporâneas, cada uma de forma diferente, mas com o mesmo objetivo.

Não se vislumbra uma mudança próxima, e isso nos mostra que o entendimento das causas dessa subordinação é fundamental, assim como o estudo de como poderemos nos apropriar de nossa individualidade, trazendo o que aprendemos da solidariedade em nossas vidas.

Esperamos que este artigo contribua para uma melhor consciência de nosso papel na sociedade e para que lutemos em busca de uma sociedade que não seja desigual em todos os aspectos.

## Referências

ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, Instituto Patrícia Galvão, SOS Corpo, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo, Brasiliense, 11984.

FEDERICE, Sílvia. **Calibã e as bruxas: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Coletivo Sycorax, 2017.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história**. Maceió, UFAL-PPGLL, 2005.

MAGALHÃES, Belmira [et. alii]. **Mulher, saúde e Estado**. Curitiba, HD LIVROS Editora, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo, Boitempo, 2009.

SILVA, Samuel. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para a promoção do capital.** Curitiba: Appris, 2019.

# MULHERES E A QUESTÃO TRANS: REFLEXÕES SOBRE VIESES NO CAMPO DE SAÚDE DAS PESSOAS TRANS E FEMINISMO

Beatriz Pagliarini Bagagli

## Breve Introdução

Nos últimos anos, identificamos diversas vitórias sociais para a população transgênera<sup>1</sup>, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. No Brasil, podemos mencionar a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.4.275/DF<sup>2</sup>, em 2018; a resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2019 do Conselho Federal de Psicologia<sup>3</sup> e a resolução nº 2.265 do Conselho Federal de Medicina<sup>4</sup> de 20 de setembro de 2019. Internacionalmente, podemos citar a retirada das identidades transgêneras da lista de transtornos mentais pela Organização Mundial da Saúde e sua reclassificação na CID-11 como “incongruência de gênero” no interior das “condições relacionadas à saúde mental”<sup>5</sup>.

No entanto, pessoas transgêneras ainda enfrentam sérios obstáculos na efetivação de direitos básicos, além de discriminação e violência. Segundo dossiê organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) (BE-

---

<sup>1</sup> Utilizamos o termo “transgênero” no escopo deste trabalho para designar diversas identidades que não se adequam às expectativas do gênero originalmente assignado. Isto inclui, em nosso contexto brasileiro, particularmente as identidades travesti, transexual e não binária.

<sup>2</sup> A ação garantiu o direito à retificação de nome e gênero sem necessidade de apresentação de laudos médicos e processo judicial.

<sup>3</sup> A resolução determina que as psicólogas e psicólogos, na sua prática profissional, reconheçam a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero. Ela também preconiza que estes profissionais repudiem o preconceito em relação às pessoas transexuais e travestis e veta a participação em eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias e de viés patologizante. A resolução também proíbe terapias de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero nesta população.

<sup>4</sup> A resolução estabelece os cuidados para jovens trans ou de gênero diverso menores de idade com bloqueadores hormonais, permitindo a utilização da hormonioterapia cruzada a partir dos 16 anos e cirurgias a partir dos 18 anos. Além disto, estabelece inúmeras rupturas com as resoluções anteriores, sinalizando a importância do uso de uma linguagem não estigmatizante. Conferir Bagagli (2020).

<sup>5</sup> Conferir Bagagli (2018).

NEVIDES; NOGUEIRA, 2019), 82% das pessoas trans assassinadas no Brasil em 2018 eram negras. Isto revela que a transfobia deve ser compreendida a partir de intersecções com outros fatores de opressão e vulnerabilidade, como raça. No âmbito internacional, o relatório *F&M Global Barometer of Transgender Rights*<sup>6</sup> publicado por pesquisadores da *Franklin & Marshall College* revelou que apenas cinco países no ano de 2017 receberam a classificação "protecting" (protetores) quanto à proteção dos direitos dos indivíduos transgêneros: Dinamarca, Noruega, França, Malta e Uruguai.

Aproximar a categoria de "mulheres" com a de "transgêneros" e pensar em uma relação entre ambas certamente passa pela constatação de como as identidades femininas de mulheres transexuais, transgêneras e travestis são deslegitimadas, estigmatizadas e patologizadas. Tanto a não conformidade de gênero como a feminilidade tendem a serem recebidas com hostilidade na medida em que são posicionadas, respectivamente, como o outro em relação à conformidade de gênero e à masculinidade (estas tidas como superiores em relação às primeiras) (TOSH, 2016, p. 49). Quando homens e/ou pessoas que foram assignadas com o sexo masculino ao nascer demonstram interesse em comportamentos ou aspectos considerados femininos, eles frequentemente são ostracizados ou vitimizados (TOSH, 2015, p. 78). Assim, diante uma perspectiva que toma a masculinidade como superior, a transição de mulheres trans é vista como algo da esfera do irracional, pois não faria "sentido" "renunciar" de uma posição superior em direção a uma posição tida como inferior.

Como aponta Tosh (2016, p. 77), muitas perspectivas feministas abordam a psicopatologização das identidades trans de forma acrítica. A hostilidade no interior do feminismo às questões trans se associa fortemente com as correntes feministas radicais autodesignadas "críticas de gênero" e algumas vezes, "trans-excludentes". Estas correntes reivindicam serem radicalmente críticas das normas de gênero que violentam mulheres e pessoas trans mas endossam posições autoritárias em relação às expressões de gênero de pessoas trans, reiterando inúmeros estigmas de natureza transfóbica, como a noção de que mulheres trans constituem um grande espectro de "perigos" para o feminismo por serem inerentemente "coniventes" com o sexismo. Uma das noções mais utilizadas por estas perspectivas feministas autodesignadas radicais são os "estereótipos de gênero". A demanda por alteração corporal por pessoas trans já foi sistematicamente descrita como incompatível com valores feministas por supostamente reiterarem

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.fandmglobalbarometers.org/>

estereótipos normativos de gênero (RAYMOND, 1979; JEFFREYS, 2014, 1997). Em razão disto, este texto pretende abordar alguns vieses na área de saúde das pessoas trans e fornecer uma crítica transfeminista<sup>7</sup> a estas perspectivas autodesignadas feministas radicais.

## **Vieses no campo de saúde das pessoas trans**

Segundo Bouman et al (2017), nos últimos anos houve um progresso significativo e positivo na área do cuidado à saúde de pessoas transgêneras. Este progresso envolve também, apontam os autores, questões que dizem respeito à própria linguagem, isto é, os termos e expressões pelas quais os profissionais da saúde referenciam as questões concernentes às pessoas trans e realizam suas pesquisas. Este uso da linguagem deve estar alinhado aos princípios éticos do cuidado à saúde trans atual e adotar, portanto, uma perspectiva respeitosa, não patologizante, baseada nos direitos humanos, além de levar em consideração nuances ou mudanças de sentido em função do caráter contextual e cultural complexos (ibid.). Abaixo, selecionamos um dos dez tópicos de recomendação:

Evite uma linguagem que tenha a intenção (ou o provável efeito) de estigmatizar ou patologizar a diversidade de gênero e corporal (incluindo uma diversidade de expressões e identidades de gênero, bem como características corporais). A linguagem estigmatizante e patologizante (por exemplo, "desordem" ou "anormal" ou "malformação") deve ser totalmente evitada. Embora o diagnóstico de Disforia de gênero e transexualismo ainda seja usado em muitos sistemas de saúde para dar acesso a serviços de saúde trans financiados pelo estado, os autores devem abster-se de reificar a condição (isto é, deve referir a pessoas diagnosticadas com disforia de gênero ou pessoas com diagnóstico de disforia de gênero, ao invés de pessoas disfóricas ou pessoas com disforia de gênero). De qualquer forma, deve-se dar preferência à linguagem afirmativa, como "diversidade de gênero e corporal", "crianças de gênero diverso", "pessoas trans". Quando pessoas que não vivem com uma expressão de gênero / identidade de gênero diferente do gênero atribuído ao nascimento são abordadas, os autores devem evitar o adjetivo "normal" e usar o termo "cisgênero" (ou suas variantes).<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Conferir [transfeminismo.com](http://transfeminismo.com) e Bagagli (2019)

<sup>8</sup> Tradução nossa.

T'Sjoen et al (2017, p. 1495) entendem que o código de conduta gerado por estes princípios éticos de cuidado que estão associados a este uso da linguagem vão ajudar a "regenerar a confiança entre médicos, pesquisadores e a comunidade transgênera". Nestas formulações, a adoção de críticas ao modelo patologizante está intimamente ligada a questões do uso da linguagem.

É também através do uso da linguagem que podemos identificar os vieses nas pesquisas científicas a respeito de questões como a saúde das pessoas LGBT. Herek et al (1991, p. 957) definem o viés heterossexista como o ato de conceber ou conceitualizar a experiência humana estritamente através de termos e perspectivas heterossexuais e conseqüentemente ignorando, invalidando e depreciando o comportamento e modo de vida de lésbicas, homens gays e bissexuais. De nossa posição, entendemos paralelamente a especificidade do viés cisnormativo ou cissexista direcionado às questões que concernem a população transgênera. Um viés particularmente comum em pesquisas sobre pessoas LGBT diz respeito à procura unidirecional da origem ou causa das identidades ou sexualidades minoritárias, excluindo ou omitindo a heterossexualidade e/ou a cisgeneridade da investigação.

Neste aspecto, não é mais aceitável, tendo em vista estes avanços, que pesquisadores e profissionais da área de saúde continuem referenciando as pessoas trans a partir de pronomes de gêneros com os quais elas não se identificam, por exemplo, ou ainda supor que a identidade transgênera seja fraudulenta, patológica e de alguma forma menos autêntica que as identidades que apresentam alinhamento com as expectativas do gênero originalmente assignado, isto é, cisgêneras. Ansara e Hegarty (2012), analisaram a presença de linguagem cisnormativa em artigos científicos na área de psicologia publicados entre 1998 e 2008 e atestaram a presença frequente do viés cisnormativo na linguagem usada para descrever comportamentos e identidades nestes artigos, pois o uso de termos como "extremo"; "persistente"; "comorbidade"; etc, não são usados para descrever as mesmas características presentes em sujeitos cisgêneros, em especial, nas crianças e jovens (ibid., p. 150). Isto significa que a linguagem cisnormativa, assim como qualquer outro viés, se caracteriza pela ausência de paralelismo e na aplicação de conceitos ou noções assimétricas. Os autores apontam a influência do trabalho de Kenneth Zucker (o que inclui a participação deste pesquisador como editor da *Archives of Sexual Behavior*) na persis-

tência de linguagem patologizante na área de psicologia e cuidados de saúde de pessoas trans (ibid., p. 149).

Segundo Bouman et al (2018), a pesquisa em saúde da população trans deve estar eticamente guiada a partir de critérios baseados e alinhados aos padrões de cuidado atuais. Estes padrões, segundo o autor, reafirmam a conversão, reorientação ou terapia reparativa. Ao explicitar a recusa por abordagens de conversão da identidade transgênera em cisgênera, os autores mostram que a discussão sobre práticas que envolvem uma linguagem mais respeitosa e inclusiva não diz respeito apenas a adoção de certos termos tidos como “corretos” e do abandono de outros “incorretos”<sup>9</sup>, mas diz respeito também a uma reconfiguração ética de perspectivas de forma mais ampla, como a adoção das melhores práticas de cuidado e a redescritção das experiências transgêneras a partir de uma perspectiva despatologizante pela própria crítica à cisnormatividade. As contribuições das próprias pessoas trans para o avanço teórico e ético nesta área são imprescindíveis:

[O conhecimento é socialmente situado...]. O fato de sermos todos inescapavelmente moldados por nosso contexto social não implica que todos os conhecimentos sejam equivalentes; no entanto, grande parte da epistemologia feminista foi dedicada a demonstrar que o conhecimento dos grupos marginalizados sobre sua própria marginalização é mais do que frequentemente superior. Os médicos devem adotar uma postura de humildade em relação às críticas dos estudiosos e comunidades trans e trabalhar para integrá-los ao seu trabalho.<sup>10</sup> (ASHLEY, 2019b).

Já no ano de 1996, Parlee (1996, p. 634) anteviu a necessidade da discussão da relação entre ética e uso da linguagem na abordagem das questões transgêneras na psicologia:

Psicólogos escrevendo sobre sexo/gênero/transgênero necessariamente fazem - eu estou fazendo - não apenas escolhas linguísticas, mas também, simultaneamente, decisões éticas e políticas sobre a sua/minha relação com pessoas transgêneras e com os objetivos po-

---

<sup>9</sup> Vale a pena apontar que um foco exclusivo ou preponderante no estabelecimento de regras no uso terminológico pode ser interpretado criticamente como uma mera expressão do que frequentemente se designa contemporaneamente como “politicamente correto”. Este argumento foi utilizado por Zucker para se defender das críticas contra a sua linguagem psicopatologizante.

<sup>10</sup> Tradução nossa.

líticos e reivindicações morais que elas articularam. Ao escrever essa seção do meu artigo eu gostaria que tivesse existido alguma discussão coletiva entre os psicólogos que eu poderia fazer um paralelo com o que ocorre entre antropólogos durante a década passada em relação à ética das práticas representacionais.

A partir do momento em que pessoas trans passam a ganhar maior visibilidade e reconhecimento social, novas questões podem ser traçadas e pensadas. Falar sobre a experiência e identidade trans na infância e adolescência é certamente uma delas. O caráter de “novidade” aqui decorre precisamente do fato de que até então as infâncias e adolescências eram presumidamente cisgêneras. Contudo (ou justamente em função disto...), pensar a respeito do reconhecimento de infâncias e adolescências trans é algo que ainda pode gerar muitas ansiedades e questionamentos bastante apreensivos.

Crianças e jovens trans ou de gênero diverso podem estar ainda mais propensos a serem vítimas de terapias de conversão de suas identidades de gênero. Médicos e “especialistas” constataram que práticas psicológicas não seriam capazes de “transformar” adolescentes e mulheres trans adultas em homens masculinos, por exemplo, então a “preocupação terapêutica” volta-se rapidamente para crianças, pois pode-se imaginar que a intervenção precoce nestas crianças poderia “preveni-las” de se tornarem transexuais e/ou homossexuais<sup>11</sup>. Por isso, nesta perspectiva, a conversão é vista como uma prática terapêutica válida e viável tendo em vista evitar a discriminação futura que essas crianças estariam expostas caso persistam com uma identificação LGBT. A premissa subjacente destas abordagens é de que uma identificação transgênera é um “resultado” (*outcome*) menos desejado que uma identificação cisgênera, o que configura um julgamento de valor (SERANO, 2016). Estas perspectivas ignoram, obviamente, o próprio dano<sup>12</sup> que estas terapias acarretam para a saúde mental destes jovens, além de reificar e naturalizar a opressão contra pessoas trans, ao simplesmente assumir que seria melhor se os jovens se adequassem à cis-

---

<sup>11</sup> Sobre esta questão, conferir a série de artigos de Cristan Williams (2017) denominada “Disco Sexology”, no TransAdvocate.

<sup>12</sup> Uma pessoa que passou pela terapia de conversão relata ter a impressão de que “as pessoas mais próximas e que eu mais confiava me desaprovavam de uma forma profunda”; relata ainda que é difícil mensurar o dano psíquico desta impressão e que a terapia a fez se sentir “errado, que algo sobre mim e o meu interior era ruim” e que instilou nela “um senso de vergonha que permaneceu por um longo tempo depois” (Schwartzapfel, 2013).



hetero-normatividade. Forçar uma criança a fingir uma expressão de gênero com a qual ela não se identifica por si só é causa de sofrimento psíquico. Impor um binário rígido de gênero como norte de um modelo terapêutico acaba por coadunar com a exclusão social daqueles que desafiam construções hegemônicas e normativas de gênero, acirrando ainda mais a própria discriminação que se pretendia a princípio evitar (TOSH, 2011a, p. 10). Para Drescher e Pula (2014), as tentativas clínicas para "prevenir o transexualismo", não importam o quão bem intencionadas, são antiéticas porque elas depreciam a dignidade das crianças de gênero diverso. Em razão desta vulnerabilidade específica, Cabral et al (2016) defendem que haja a remoção completa do diagnóstico de incongruência de gênero na infância. Uma das melhores formas para reduzir os sentimentos de ostracismo, rejeição e ansiedade são as terapias familiares nas quais os responsáveis são encorajados a aceitar a diversidade de gênero, ao invés de buscar mudar o comportamento de seus filhos (TOSH, 2011b, p. 52).

Muitos trabalhos que visam prever as "chances" de uma criança de gênero diverso se tornar lésbica, bissexual, gay ou transgênera na vida adulta acabam aumentando o estigma contra a população LGBT em vez de atenuá-lo (HEGARTY, 2008), além de não estarem condizentes com a ética de pesquisa neste campo, que simplesmente não mais endossa tentativas de "prever" ou "adivinhar" a identidade de gênero final ou verdadeira de uma criança (WINTERS et al, 2018, p. 247), mas sim fornecer as melhores e efetivas formas de apoiar a saúde e bem estar das crianças, priorizando as suas identidades, percepções e necessidades declaradas no momento presente (TEMPLE-NEWHOOK et al, 2018; SERANO, 2018). Apesar das terapias de conversão estarem atualmente desacreditadas pelas evidências científicas e em desacordo com as melhores práticas de cuidado com a saúde, os seus defensores não definem explicitamente suas abordagens como terapias de conversão, fazendo com que muitas vezes seja difícil identificar, denunciar e combater esse tipo de "terapia".

Como mostra Serano (2016), atualmente, a terapia de conversão gênero está sendo propagada como se estivesse protegendo as crianças de gênero diverso de acessarem formas de alteração corporal pois alegadamente iriam se arrependar futuramente, já que seriam "na verdade" homossexuais cisgêneros. Como ainda demonstra Ashley (2019), alguns apontam que perspectivas de cuidado afirmativas para jovens trans representariam uma forma de terapia conversão de sexualidade, pois de alguma forma estes jovens que seriam homossexuais cisgêneros se tornariam coerciva-

mente heterossexuais transgêneros. No entanto, atribuir o caráter homofóbico ao acesso a cuidados para transição é infundado, além de ignorar a presença da homossexualidade e bissexualidade entre pessoas trans. Ashley (ibid.) argumenta que estas comparações não se sustentam pois se baseiam unicamente em uma compreensão superficial da orientação sexual, assumindo que a mera troca de termos (heterossexual, bissexual, gay, lésbica) é equivalente a mudar a orientação sexual de alguém sem que se efetivamente mude o alvo desta atração sexual. Alegações de que os pais ou responsáveis prefeririam filhos transgêneros ao invés homossexuais cisgêneros se chocam com inúmeras evidências contrárias (ibid.).

Em algumas pesquisas psicológicas<sup>13</sup>, por exemplo, a mudança da compreensão dos jovens a respeito de suas identidades de gênero foi descrita a partir do binômio “persistência” versus “desistência”, isto é, aqueles jovens que persistem ou desistem de uma identificação transgênera. Temple-Newhook et al (2018) nos mostram como o enquadramento da subjetividade transgênera neste binômio pode ser capcioso. A palavra “desistência”, lembram os autores, remonta à memória discursiva da criminologia: “a desistência é definida como a cessação de ofender ou cessar outro comportamento antissocial” (ibid., p. 8). Por uma associação metafórica, é como se a subjetividade transgênera fosse enquadrada no âmbito da transgressão não somente as normas de gênero, mas das leis de uma sociedade.

Além disto, há uma discrepância na forma como a temporalidade é interpretada na constituição subjetiva da identidade de gênero entre posições cis e trans, pois a asserção de uma identidade cisgênera em qualquer ponto da trajetória de vida de um jovem é frequentemente considerada válida e como a sua “verdadeira” identidade, tornando qualquer eventual legitimação e reconhecimento de uma asserção de identidade transgênera menos provável; por outro lado, uma identidade transgênera tende a ser mais dificilmente reconhecida e validada, pois só é considerada válida se for estática e inabalável ao longo da vida (TEMPLE-NEWHOOK, ibid., p. 8). Assim, tanto a “persistência” quanto a “desistência” são interpretadas diferentemente em função das posições cis e trans. Neste enquadre, não somos instados a pensar com a mesma frequência ou facilidade que um jovem desiste em ser cisgênero porque é “na verdade” transgênero. Por outro lado, a persistência na cisgeneridade é simplesmente assumida como uma pré-condição de todos os sujeitos, tendendo igualmente escapar do escrutínio da investigação crítica. O par opositivo autoexcludente “persistente” e “de-

<sup>13</sup> Conferir Drummond et al (2008) e Steensma et al (2011).

sistente" também não dá conta das especificidades de experiências de gênero mais fluidas e indeterminadas em função da trajetória de vida individual, como mais nitidamente presentes nas identidades trans não binárias. A escolha desta terminologia, portanto, não é totalmente “neutra”, pois posiciona o desenvolvimento da identidade de gênero como um caminho de identidade que distingue o “normal” do “desviante” (ibid., p. 8). Podemos conceber, observar e até mesmo medir, neste sentido, o arrependimento em função da desistência pela escolha ou caminho da identificação transgênera, enquanto não tendemos fazer o mesmo em relação à escolha ou caminho pela identificação cisgênera. Segundo uma nota<sup>14</sup> publicada em 2019 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA):

Se concebemos que jovens cisgêneros podem equivocadamente serem levados a pensarem que são transgêneros temos que conceber reciprocamente que jovens transgêneros podem equivocadamente pensarem que são cisgêneros em virtude de normas sociais, pressão entre pares, colegas, “modas” nas redes sociais, “fenômenos midiáticos” mais diversos possíveis... O problema aqui justamente é que a recíproca nunca chega a ser verdadeira, e os pesquisadores só parecem se importar com as dores e sofrimentos psíquicos de jovens que pensam equivocadamente que são transgêneros, ao invés de cisgêneros.

Estas considerações corroboram as formulações de Ashley (2019b, p. 228) quanto à existência de um viés na medicina em relação às formas de “justificar” uma transição de gênero:

A maioria dos médicos assume que o ponto de partida clínico deve ser a ausência de transição, com o desvio desse ponto de partida exigindo justificativa. Em outras palavras, qualquer passo em direção à transição deve ser justificado, mostrando que a criança é suficientemente trans ou criadora de gênero para justificá-la. Sem justificativa, o padrão é ausência de transição. Essa suposição é baseada em uma organização social que centraliza as formas de ser cisgêneras como o padrão. Em uma sociedade alternativa que usasse os pronomes de escolha da criança em qualquer dia, a ideia de alterar os pronomes

---

<sup>14</sup> Trata-se de um documento intitulado *Réplica a Alexandre Saadeh a respeito de “disforia de gênero de início rápido” e “contágio social”*, cujo objetivo foi criticar a forma como Saadeh veiculou no portal de mídia brasileiro UOL, em uma entrevista, os estudos de Lisa Littman (2018) a respeito de sua hipótese da disforia de gênero decorrer de “contágio social”.

como parte de uma transição social não seria vista como uma intervenção que deve ser justificada clinicamente; seria o padrão, o status quo e, em vez disso, desencorajar a transição social seria percebido como intervencionista.

Diante do que foi exposto, não fica difícil atestar os vieses nas pesquisas a respeito do alegado “arrependimento” dos desistentes, pois não estamos igualmente propensos a observar o arrependimento dos jovens pela identificação ou caminho cisgênero. Além disto, o próprio número de supostos “desistentes” foi equivocadamente ampliado de antemão. Isto se deveu ao fato de algumas pesquisas que citam números altíssimos de desistência (até 90%) utilizaram critérios diagnósticos que hoje em dia estão desatualizados, pois crianças que nem ao menos cumpriam com os critérios atuais para disforia de gênero foram contadas equivocadamente como transgêneras, como mostram Ashley e Baril (2018) e Temple-Newhook et al (2018). Outras falhas metodológicas presentes nestes estudos são apresentadas por Tannehill (2016) e Temple-Newhook et al (ibid.), como o fato de les categorizarem equivocadamente como desistentes os indivíduos que simplesmente deixarem de serem atendidos como pacientes nas clínicas, excluindo diversas outras hipóteses potencialmente válidas que não a desistência pela identificação transgênera. Alegações de que jovens estariam sendo levados a acreditar equivocadamente que são trans (e posteriormente se arrependem) em função de uma alegada nova “moda midiática” simplesmente ignoram o fato de que a pressão social pela conformidade de gênero na posição cis é muito maior.

Muitas pessoas que foram submetidas a intervenções corporais relacionadas à transição e mais tarde vieram a se identificar com o gênero que foi designado no nascimento não se arrependem das intervenções, mas são gratas pela oportunidade que elas lhes proporcionaram (ASHLEY, 2019, p. 230). De acordo com uma pesquisa (JAMES et al, 2016) realizada com 28 mil pessoas transgêneras ou de gênero diverso dos Estados Unidos, 8% delas relataram alguma forma de destransição ou arrependimento em relação à transição de gênero. No entanto, 62% das pessoas que relataram experiências de destransição ou arrependimento falaram que destransicionaram apenas temporariamente, vivendo atualmente em tempo integral em um gênero diferente daquele que foi designado ao nascimento. Algumas das principais causas de destransição foram: pressão de algum familiar (36%); excesso de discriminação e constrangimento (31%); dificuldade em encon-

trar emprego (29%) e pressão do seu empregador (17%). Das pessoas que destransicionaram, 5% disseram que destransicionaram porque perceberam por si mesmas que a transição não era adequada para elas (totalizando apenas 0,4% do total da amostra). Estes dados sugerem que 95% das pessoas que passaram por alguma experiência de destransição estariam mais predispostas a afirmarem uma identidade trans em um ambiente social mais favorável. Por fim, não há nenhuma evidência consolidada capaz de corroborar a ideia de que as pessoas sejam intrinsecamente mais predispostas ao autoengano em relação à identificação transgênera do que à cisgênera ou mesmo de que o autoengano em relação a própria identidade de gênero seja um fenômeno comum (ASHLEY, 2019, p. 8).

### **Mulheres trans e feminismo: uma questão de estereótipo?**

Perspectivas feministas radicais apoiadas em escritos de autoras como Raymond e Jeffreys não consideram a legitimidade do gênero com que mulheres trans se identificam. Isto é, para elas, mulheres transexuais não passariam de homens que se identificam com papéis ou estereótipos femininos. Esta associação remonta ao livro de Janice Raymond, originalmente publicado em 1979, *The Transsexual Empire*, e desde então tem sido reiterada e repetida como um mantra em diversos espaços feministas radicais trans-excludentes, o que inclui a blogosfera contemporânea e as redes sociais. A autora chega ao ponto de afirmar que a “causa primária” do “transsexualismo” sejam os estereótipos de gênero (ibid, 1994, p. xviii).

Estereótipo não é nada mais do que uma palavra para designar o lugar comum, o modelo, o prototípico. Por isso estereótipo diz respeito à repetição da mesma coisa. Neste aspecto, curiosamente, podemos dizer que o estereótipo das posições trans-excludentes no feminismo reside em associar pessoas trans aos estereótipos de gênero, tendo em vista a alta frequência com que falas em relação a este tema são proferidas por estas feministas. Isso significa que radfems alegam sistematicamente que pessoas trans se identificam como pessoas trans porque se identificam com comportamentos prototípicos do gênero com a qual elas se identificam. Um comportamento prototípico feminino pode se referir a gostar de usar maquiagem, acessórios e roupas tipicamente femininas.

Dizer isso por si só ainda nos parece dizer pouca coisa. O fato de reconhecermos que muitas mulheres trans gostam de comportamentos prototipicamente femininos parece dizer pouca coisa. A posição trans-exclu-

dente no feminismo não se resume a esta afirmação, aliando esta informação a outras alegações, tais como a de que mulheres trans apenas se reconhecem como mulheres em virtude de estereótipos. A diferença pode soar sutil, mas é bastante significativa. A primeira afirmação comporta o reconhecimento de que muitas ou algumas mulheres trans aderem a comportamentos estereotipicamente femininos. A outra implica considerar que a causa “primária” da identidade feminina de todas as mulheres trans sejam os estereótipos de feminilidade. Tratam-se de afirmações com escopos completamente diferentes que se amalgamam no discurso radfem e precisam ser desfeitos a partir de uma crítica transfeminista. Outra alegada “causa” para a transfeminilidade seria a expressão de um desejo sexual masoquista (JEFFREYS, 2005, p. 46).

Ao associar, de forma determinista, os estereótipos de gênero às identidades trans, muitas feministas radicais concluem que caso gênero seja abolido, pessoas transgêneras simplesmente deixarão de existir. Neste enquadre, pessoas trans são vistas como vítimas alienadas das técnicas de alterações corporais proporcionadas pela medicina. Tosh (2016, p. 92) compara então esta interpretação feminista radical às próprias interpretações cisnormativas provenientes da psiquiatria e psicologia, pelo fato de ambas suporem deter um saber a respeito da transgeneridade que escaparia às próprias pessoas trans a respeito delas mesmas.

Alegar sistematicamente que mulheres trans reforçam estereótipos de gênero subentende que mulheres trans, de alguma outra forma, deveriam subverter estes estereótipos. Esta expectativa por subversão de gênero, mesmo que tácita, é designada com Serano (2007) como “subversivismo” (*subversivism*). A perspectiva subversivista muitas vezes não coincide com a das próprias pessoas trans a respeito de suas identidades, pois, além de não cultivarmos a mesma expectativa de subversão para com a identidade de gênero de pessoas cis, o subversivismo estabelece uma hierarquia de valores, na qual as identidades vistas como mais conservadoras são inferiorizadas. O subversivismo contrasta com uma posição transfeminista, segundo a qual entende que a expressão de gênero de pessoas trans, ao contrário, não deve ser avaliada como legítima em virtude de sua suposta capacidade de subverter normas de gênero. Pessoas trans, antes de tudo, querem habitar o espaço social sem terem constantemente seus gêneros avaliados.

Achar que uma pessoa trans se reconhece como trans tão somente em virtude de estereótipos simplesmente não condiz com a forma como as pessoas trans se reconhecem como trans. Quando nos reconhecermos

como trans não pinçamos aspectos aleatórios de nossas preferências e vivências para que isso possa então servir de "prova" que somos trans, ou da "origem" da transgeneridade. Neste sentido, resumir as identidades femininas de pessoas trans à expressão de um desejo sexual "masoquista", por exemplo, também é desumanizante e estigmatizante, pois ignora a forma como as próprias pessoas trans relatam suas vivências para além de supostos aspectos parciais de nossa sexualidade. Além disto, simplesmente não tendemos fazer o mesmo com identidades cis e masculinas. Se reconhecer como trans é algo que diz respeito à integridade da nossa forma de ser e estar no mundo. É um processo complexo de se reconhecer como pertencente a um grupo oprimido que não envolve necessariamente estereótipos do gênero com o qual nos identificamos.

Além disto, o próprio enquadramento desta questão em termos de uma busca de uma "prova", "causa" ou "origem" da identidade trans é problemática. Não precisamos dizer que o fato de uma mulher trans gostar de alguns estereótipos femininos causou propriamente a sua identidade feminina. Pessoas trans gostam também de atividades e aspectos que não são necessariamente o estereótipo do gênero com a qual elas se identificam e isso não as torna cisgêneras nem "menos trans". Falar em estereótipo é necessariamente falar sobre aspectos, comportamentos e preferências parciais da vida de qualquer pessoa. Achar que aspectos, comportamentos e preferências parciais de pessoas trans são a causa da identidade de gênero de uma pessoa é em si uma forma de estereotipação de pessoas trans que precisa ser criticada. Trata-se de uma redução violenta da complexidade das trajetórias e identificações trans. Neste aspecto, Ruin (2016, p. 203) sugere que a crença simplista de que seja possível saber, de antemão, "tudo sobre uma pessoa trans", está na base da associação entre transexualidade e ideais normativos sobre gênero ou estereótipos. Isto é, a crença de que pessoas trans possam efetivamente se resumir aos padrões hegemônicos de gênero pode ser interpretada criticamente como uma perspectiva reducionista sobre as identidades trans, pois ela enquadra as pessoas transexuais em "uma imagem estática, apagando os detalhes de vidas complexas que mudam com o tempo" (ibid., p. 204). Por isso parece ser muito mais interessante aderir a uma noção de causa imanente ou causa de si, isto é, a única "causa" possível da identificação trans é o próprio processo pelo qual uma pessoa se identifica como trans.

Perspectivas trans-excludentes não assumem simplesmente que a identidade trans seja resultado simples e direto de estereótipos de gênero

como também que esses estereótipos de gênero sejam misóginos e a origem das opressões que afetam as mulheres. Não fica difícil de entender neste sentido porque estas perspectivas elegem mulheres trans como as grandes antagonistas do movimento feminista. O alarmismo em relação ao que se entende ser a reprodução de estereótipos de gênero por pessoas trans, contudo, se baseia na noção equivocada de que pessoas trans teriam uma enorme influência social para estabelecer normas rígidas de gênero, enquanto ignora o impacto da reprodução de estereótipos por pessoas cisgêneras.

No interior desta posição, "performar"<sup>15</sup> um estereótipo é o mesmo que defender que o estereótipo ganhe status de norma compulsória, ou que a pessoa que "performe" o estereótipo tenha aderido por si só a uma defesa dos estereótipos como norma, o que me parece o principal erro desse raciocínio. E é através precisamente deste "erro" que a transfobia é discursivamente justificada. Mas um olhar mais atento é capaz de distinguir as relações de causalidade. O fato de uma mulher trans gostar de maquiagem - um estereótipo feminino - não implica automaticamente que ela endosse uma posição política de que as mulheres devem usar maquiagem para serem consideradas mulheres.

O fato de uma mulher trans dizer, por exemplo, que ela se reconhece como mulher em função do seu apreço por maquiagem não é a mesma coisa que defender politicamente que para ser mulher é preciso usar maquiagem. Pessoas transgêneras recorrem a explicações de suas identidades através de estereótipos de gênero porque precisam utilizar de estratégias de sobrevivência para navegar e habitar uma sociedade cisnormativa, em vez de um mero apreço político mesquinho pelo "reforço" destes estereótipos. Perspectivas cisnormativas não dão conta de reconhecer o impacto que a recusa social sistemática no reconhecimento das identidades trans possui na reprodução de estereótipos de gênero por pessoas trans, na medida em que pessoas trans buscam de mecanismos para driblar a falta de reconhecimento precisamente por meio dos estereótipos. Estigmatizar esses mecanismos (culpabilizando a expressão de gênero de pessoas trans supostamente estereotipada pela existência das normas de gênero) em vez de compreendê-los não irá nos ajudar na criação de estratégias feministas

---

<sup>15</sup> O sentido do verbo "performar" neste contexto é o de "expressar" um comportamento visto como um estereótipo de feminilidade. Vemos com muita frequência a importação do conceito de performatividade de gênero desenvolvida por Judith Butler neste contexto a partir de incompreensões teóricas. Conferir Butler (2011).



capazes de diminuir o impacto prejudicial das normas de gênero em nossas vidas. Por mais que todos estes aspectos pareçam na verdade bastante elementares, eles se tornam imprescindíveis em discussões contemporâneas a respeito de transgeneridade no movimento feminista.

## Referências

ANSARA, Y. Gavriel; HEGARTY, Peter. Cisgenderism in psychology: Pathologising and misgendering children from 1999 to 2008. **Psychology & Sexuality**, v. 3, n.2: 137-160., 2012

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Réplica a Alexandre Saadeh a respeito de “disforia de gênero de início rápido” e “contágio social”**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/04/24/o-mito-da-disforia-de-inicio-rapido-e-de-contagio-social-mencionada-por-alexandre-saa-deh/>. Acesso em 08 ago 2020.

ASHLEY, Florence. Homophobia, conversion therapy, and care models for trans youth: defending the gender-affirmative approach. **Journal of LGBT Youth**, p. 1-23, 2019b.

ASHLEY, Florence. Thinking an ethics of gender exploration: Against delaying transition for transgender and gender creative youth. **Clinical child psychology and psychiatry**, 2019a, 24.2: 223-236.

ASHLEY, Florence; BARIL, Alexandre. Why ‘rapid-onset gender dysphoria’ is bad science. **The Conversation**, 2018.

BAGAGLI, Beatriz P. **A retirada da transexualidade da classificação de doenças e o sofrimento psíquico**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@biapagliarinibagagli/a-retirada-da-transexualidade-da-classificacao-de-doencas-e-o-sofrimento-psiquico-a82c3913d357>. Acesso em 08 ago 2020.

BAGAGLI, Beatriz P. **Sobre a Resolução Nº 2.265 do Conselho Federal de Medicina**. 2020. Disponível em: <https://transfeminismo.com/sobre-a-resolucao-no-2-265-do-conselho-federal-de-medicina/>. Acesso em 08 ago 2020.

BAGAGLI, Beatriz P. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. 2019. 1 recurso online (174 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em 08 ago 2020.

BOUMAN, Walter Pierre et al. Transgender and gender diverse people's involvement in transgender health research. **International journal of Transgenderism**, v. 19, n. 4, 2018

BOUMAN, Walter Pierre, et al. Language and trans health. **International journal of Transgenderism**, v. 18, n.1, 2017.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: On the discursive limits of sex**. Routledge, 2011.

CABRAL, Mauro et al. Removal of gender incongruence of childhood diagnostic category: a human rights perspective. **The Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 5, p. 405-406, 2016.

COLL-PANAS, Gerard. La policía del género. In: MISSÉ, Miquel. **El género desordenado - Críticas en torno a la patologización de la transexualidad** (Spanish Edition). Egales. Edição e paginação do Kindle. 2011.

DRESCHER, Jack; PULA, Jack. Ethical issues raised by the treatment of gender-variant prepubescent children. **Hastings Center Report**, v. 44, n. s4, p. S17-S22, 2014.

DRUMMOND, Kelley D. et al. A follow-up study of girls with gender identity disorder. **Developmental psychology**, v. 44, n. 1, p. 34, 2008.

HEGARTY, Peter. Toward an LGBT-informed paradigm for children who break gender norms: Comment on Drummond et al. (2008) and Rieger et al. (2008). **Developmental Psychology**, 45, 2009.

HEREK, Gregory M. et al. Avoiding heterosexist bias in psychological research. **American psychologist**, v. 46, n. 9, p. 957, 1991.

JAMES, S. E. et al. **The Report of the 2015 U.S. Transgender Survey**. Washington, DC: National Center for Transgender Equality. 2016.

JEFFREYS, Sheila. **Beauty and Misogyny: Harmful Cultural Practices in the West**. New York : Routledge, 2005.

JEFFREYS, Sheila. **Gender hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism**. New York: Routledge, 2014.

JEFFREYS, Sheila. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. **Journal of lesbian studies**, v. 1, n. 3-4, p. 55-74, 1997.

PARLEE, Mary Brown. Situated Knowledges of Personal Embodiment: Transgender Activists' and Psychological Theorists' Perspectives on 'Sex' and 'Gender'. **Theory & Psychology**, v. 6, n. 4, p. 625-645, 1996.

RAYMOND, Janice G. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. Boston: Beacon, 1979.

RAYMOND, Janice G. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. New York: Teachers College Press, 1994.

RUIN. Discussing Transnormativities through Transfeminism Fifth Note. **Transgender Studies Quarterly**, v. 3, n. 1-2, p. 202-211, 2016.

SCHWARTZAPFEL, B. Born this way? The American Prospect. 2013. Disponível em: <http://prospect.org/article/born-way>. Acesso em 08 ago de 2020.

SERANO, Julia. **Placing Ken Zucker's clinic in historical context**. 2016. Disponível em: <http://juliaserano.blogspot.com/2016/02/placing-ken-zuckers-clinic-in.html>. Acesso em 08 ago de 2020.

SERANO, Julia. **Reframing “Transgender Desistance” Debates**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@juliaserano/reframing-transgender-desistance-debates-68648a4fd01a>. Acesso 08 ago 2020.

STEENSMA, Thomas D. et al. Desisting and persisting gender dysphoria after childhood: a qualitative follow-up study. **Clinical child psychology and psychiatry**, v. 16, n. 4, p. 499-516, 2011.

TANNEHILL, Brynn. **The end of the desistance myth**. 2016. Disponível em: <http://www.brynnannehill.com/the-end-of-the-desistance-myth/>. Acesso em 08 ago 2020.

TEMPLE-NEWHOOK, Julia et al. A critical commentary on follow-up studies and “desistance” theories about transgender and gender-nonconforming children. **International Journal of Transgenderism**, v. 19, n. 2, p. 212-224, 2018.

TOSH, Jemma. Academic debate or transphobic hate? A response to ‘Zuckergate’. **Clinical Psychology Forum**, n. 221, 2011b.

TOSH, Jemma. **Perverse psychology: The pathologization of sexual violence and transgenderism**. Routledge, 2015.

TOSH, Jemma. **Psychology and gender dysphoria: Feminist and transgender perspectives**. Routledge, 2016.

TOSH, Jemma. Zuck off! A commentary on the protest against Ken Zucker and his “treatment” of Childhood Gender Identity Disorder. **Psychology of Women Section Review**, v. 13, n. 1, p. 10-16, 2011a.

WINTERS, Kelley et al. Learning to listen to trans and gender diverse children: A Response to Zucker (2018) and Steensma and Cohen-Kettenis (2018). **International Journal of Transgenderism**, v. 19, n. 2, p. 246-250, 2018.

# DIZENDO (D)O FEMININO NA MÍDIA

Ceres Carneiro  
Silmara Dela Silva

## Introdução

Nosso envolvimento com pesquisas relacionadas à mídia e ao feminino vem de longa data. Em reflexões elaboradas conjuntamente, ou em parceria com outras pesquisadoras, voltamo-nos a análises discursivas de *corpora* diversos, contemplando questões como: a mulher como acontecimento jornalístico na mídia (DELA-SILVA, 2017); o discurso sobre mulher e beleza (DELA-SILVA; DAROZ; CARNEIRO, 2017); os lugares atribuídos à mulher na relação entre mídia e mercado (DELA-SILVA; GIMENES; TEIXEIRA, 2018); a mulher no poder político (GARCIA; LUNKES; DELA-SILVA, 2019). Em pesquisa anterior, Carneiro (2018) refletiu sobre o casamento a partir de discursos produzidos por mulheres, em posição de esposa ou de amante, em cartas publicadas no “consultório sentimental” da revista *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 2010. Optamos por avançar em nossas reflexões que decorrem dessa pesquisa (DELA-SILVA; CARNEIRO, 2019), refletindo, nesse momento, acerca de como o feminino e o casamento vêm sendo discursivizado na mídia digital, especificamente no *blog* da pastora evangélica Viviane Freitas, inserido no *site* da Igreja neopentecostal Universal do Reino de Deus.<sup>1</sup>

O paulatino crescimento da população evangélica no Brasil e a interferência dessa religião na política nacional, assim como o expressivo crescimento das redes sociais como fonte de informação, em detrimento da imprensa, são fatores que nos motivaram a analisar esse novo objeto, ou seja, discursos da/na mídia digital que se ocupam de dizer do e sobre o feminino, em nossa conjuntura sócio-histórica. Com esse movimento, nos

---

<sup>1</sup> As reflexões aqui propostas decorrem de duas pesquisas em andamento: da pesquisa de pós-doutoramento “*Casamento blindado*”: *sentidos in-esperados nos discursos religiosos de mulheres sobre o casamento*, em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF, desde abril de 2019; e da pesquisa “*O discurso midiático e seu funcionamento: entre o publicitário e o jornalístico*”, em desenvolvimento no Instituto de Letras da UFF, desde outubro de 2018, contemplada no Edital FAPERJ Jovem Cientista do Nosso Estado (2018-2021).

deslocamos dos discursos legitimados na mídia impressa para aqueles que ganham legitimidade no digital. E nos deslocamos também para a análise de um discurso religioso, ausente em Carneiro (2018). Nosso gesto de análise direciona-se a materialidades que, em diferentes condições de circulação, dizem da mulher e(m) sua relação com o casamento.

Da perspectiva teórico-metodológica da análise de discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux, na França, e reterritorializada, no Brasil, a partir dos trabalhos de Eni Orlandi, entendemos que os discursos – efeitos de sentidos para e por sujeitos – decorrem de condições específicas de constituição e formulação, mas também de circulação (ORLANDI, 2001). Como decorrência, buscamos compreender o modo como discursividades sobre a mulher e o casamento ganham lugar, produzindo efeitos sobre os sujeitos e o social, em duas distintas condições de circulação: o “consultório sentimental” da revista feminina *Claudia* e a seção “Casamento Blindado 2.0”, do *blog* de Viviane Freitas; nesse caso, trata-se de dizeres que se sustentam por um discurso religioso, que se propõe a falar para mulheres evangélicas, na rede eletrônica. Nosso foco, assim, é a discursivização sobre a mulher e o casamento que se marca nos dizeres em curso nos pedidos de conselho e nos aconselhamentos dados em diferentes condições de produção discursivas, em seus movimentos de dizer sobre o feminino na mídia.

## Da mídia impressa à digital

No campo dos estudos da comunicação e do jornalismo, são muitas as reflexões acerca do crescimento da mídia digital na atualidade e de seu impacto nas práticas jornalísticas e midiáticas. Para o percurso que aqui empreendemos, que compreende tais práticas como práticas discursivas, nos ocupamos de estabelecer alguns limites entre os discursos jornalísticos e midiáticos, de modo a refletirmos acerca das condições de produção dos discursos sobre a mulher e o casamento, que constituem o nosso *corpus* analítico. Isso porque, conforme adverte Pêcheux ([1969] 1997, p. 78, itálicos do original), “*não é integralmente linguístico*” o funcionamento dos processos discursivos; seu funcionamento se dá “em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo a que chamamos ‘condições de produção’ do discurso.” (*idem, ibidem*).

Conforme Pena (2015), mídia e imprensa são conceitos que não se confundem, mas que se relacionam historicamente. Na mídia, nos termos desse autor (PENA, 2015, p. 31), “estão incluídos todo o tipo de manifesta-

ção cultural presente no espaço público, como novelas e filmes, por exemplo, enquanto o segundo [a imprensa] refere-se à produção de notícias...”. Ainda conforme Pena (2015, p. 31): “Mas como a imprensa está no interior da mídia, sendo também uma de suas manifestações, as influências são mútuas.”. Por decorrência dessas influências mútuas entre mídia e imprensa, são notáveis as mudanças nas práticas jornalísticas e nas condições de circulação das notícias a que assistimos nas últimas décadas. Da constituição da imprensa de massa, que se efetiva na passagem dos séculos XIX ao XX, para a época do jornalismo que se caracteriza “pela informação eletrônica e interativa, com ampla utilização da tecnologia” (PENA, 2015, p. 33), e que se localiza temporalmente a partir da década de 1960, são visíveis as mudanças nas condições de circulação e, por consequência, as mudanças naquilo que pode e deve ser dito nessas diferentes condições sócio-históricas.

Discursivamente, entendemos a mídia como um espaço privilegiado para constituição, formulação e circulação de sentidos (DELA-SILVA, 2008), e o discurso jornalístico, por sua vez, como sendo uma das práticas discursivo-midiáticas a ocupar tal espaço. Assim, a mídia comporta em si o espaço do jornalístico, do publicitário, do entretenimento; e tais espaços se configuram imaginariamente, a partir dos efeitos de sentidos que neles estão ou não autorizados a circular. É no interior do jornalismo como prática discursiva no Brasil que se institui a imprensa feminina, ponto de partida para a constituição de nosso *corpus* de análise.

A primeira revista dedicada às mulheres no Brasil – *Espelho Diamantino* – teve circulação no Rio de Janeiro, entre os anos de 1827 e 1828, reunindo, conforme Scalzo (2003, p. 28), “textos leves e didáticos sobre política nacional e internacional, trechos de romances estrangeiros, críticas de literatura, músicas, belas-artes, teatro e notícias sobre moda além de crônicas e anedotas”. A essa publicação, seguiram-se inúmeras outras, como: *O Jornal das Senhoras*, *O Correio das Damas*, *O Espelho das Belas*, quase todas se caracterizando por demarcar, já em seu título, a sua condição de periódico destinado às mulheres. Como registra Carneiro (2018, p. 34), a partir da observação dos nomes dessas publicações, trata-se de “uma imprensa que segrega, marca que aquele periódico é destinado às mulheres porque ‘coisas de mulheres’ não seriam de interesse dos homens”.

A revista *Claudia*, uma publicação da Editora Abril, iniciou sua circulação no ano de 1961, apresentando-se, já em seu primeiro editorial, como “criada para ajudá-la a enfrentar realisticamente os problemas de todos os dias”, tornando-se, assim, “uma amiga simpática e moderna” (CARNEIRO,

2018, p. 45). Valendo-se desse efeito de aproximação com as leitoras, *Claudia* traz em suas páginas reportagens, entrevistas, mas também seções de cartas e colunas variadas, dentre elas, àquelas destinadas ao aconselhamento sentimental. Assim, em meio aos dizeres que circulam perpassando reportagens e colunas dedicadas a temáticas diversas, todas elas imaginariamente de interesse da mulher, o discurso jornalístico, nas revistas femininas, mantém uma de suas principais propriedades, qual seja: “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, [...] sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes.” (MARIANI, 1998, p. 63).

Da mídia impressa e, mais especificamente, da revista feminina *Claudia*, interessa-nos, conforme já mencionamos, o funcionamento do “consultório sentimental”. Presente na revista *Cláudia* desde as suas primeiras edições até o ano de 2016, a seção era destinada ao aconselhamento sentimental das leitoras, que encaminhavam relatos de seus problemas pessoais à revista por meio de cartas (CARNEIRO, 2018), a serem respondidas por uma consultora. Segundo Carmen da Silva (1967), a mais emblemática consultora sentimental de *Claudia*, entre as décadas de 1960 e 1970, eram enviadas, por mês, à revista uma média de quatrocentas e cinquenta (450) cartas de mulheres suplicando por conselhos, em sua maioria, relativos a conflitos matrimoniais. Tal seção deixou de circular na revista impressa em 2016, mas a prática de aconselhamentos se mantém no espaço digital, como é o caso dos *blogs*.

Inicialmente criados “com o intuito de funcionar como diários íntimos, em que as pessoas relatavam seu dia-a-dia despretensiosamente” (PERRET, 2008, p. 15), os *blogs* foram aos poucos comportando assuntos de maior interesse coletivo e, finalmente, passaram a ser assimilados pela mídia tradicional. Aos *sites* e portais de jornais e revistas na *internet*, atualmente, estão associados *blogs* de jornalistas das próprias empresas e de colunistas convidados. No caso das cartas sentimentais e suas respostas, com circulação na mídia impressa desde a década de 1960, o que antes era escrito, enviado pelas consulentes e lido e respondido, em uma página da revista, pela conselheira, deixou de ser uma prática em nossa formação social, pois, na era digital, novas condições de formulação e de circulação se constituíram: conselhos sobre quase tudo estão disponíveis em diversas plataformas digitais, expressos de forma atrativa para cativar mais e mais seguidores, como parte de um processo de integração das práticas cotidianas às plataformas digitais. Conforme afirma Freitas (2020, p. 80): “as tecnologias



digitais participam dos processos que conferem ao sujeito a necessidade de homogeneidade lógica” em nossa conjuntura sócio-histórica.

Nessa passagem do impresso ao digital, percorrido pelos consultórios sentimentais que se multiplicavam nas revistas femininas, voltamos nosso olhar ao *blog* de Viviane Freitas – filha de Edir Macedo<sup>2</sup> – disponibilizado no *site* da Igreja Universal do reino de Deus, que tem por intuito, segundo a blogueira, “compartilhar com todos os internautas as experiências que [viveu] ao longo da [...] vida, mas, sobretudo, como superou cada uma delas” (FREITAS, 2019). Especificamente, tomamos para análise uma das seções do *blog*, nomeada “Casamento Blindado 2.0”, dedicada a aconselhamentos sobre relações conjugais. Para tornar o acesso ainda mais convidativo, as repostas dadas às consulentes nesse *blog* deixaram de ser escritas e passaram a ser faladas: em gravações, que duram cerca de 5 minutos cada, Vivi (como também é mencionada), usando uma voz mansa e pausada, dá conselhos às esposas em conflito, tendo, ao fundo, uma música instrumental e lenta. Mulheres interessadas em “salvar” seu casamento podem ouvir os conselhos de Vivi a qualquer hora, em qualquer lugar e de graça. Uma vez no digital, a abrangência de cada conselho dela é ilimitada, já que a língua de vento (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004) se move, percorre fluidamente por entre frestas estreitas, por onde só o vento passaria.

## Da constituição do *corpus* e das análises

Diante de nosso propósito de analisar o modo como discursividades sobre a mulher e o casamento se produzem na mídia impressa e na digital, constituímos nosso *corpus* por sequências discursivas recortadas de uma das cartas e sua resposta publicada no consultório sentimental da revista *Claudia*, no ano de 1972<sup>3</sup>, e de uma pergunta e sua resposta disponíveis em áudio, datado de 2020, na seção de aconselhamento sobre casamentos, do *blog* de Viviane Freitas, pastora da Igreja Universal do Reino de Deus.

O título da seção em que se insere a carta publicada em *Claudia* é “Aqui, Carmen responde”, uma das diversas denominações da seção destinada às cartas sentimentais da revista (CARNEIRO, 2018). A seção do *blog*, por sua vez, recebe a nomeação “Casamento Blindado 2.0”, inspirada no título homônimo do livro de autoria do cunhado e da irmã de Viviane Freitas

---

<sup>2</sup> Edir Macedo é o bispo fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, proprietário do Grupo Record e da TV Record, a terceira maior emissora de televisão do Brasil.

<sup>3</sup> A carta é parte do arquivo da pesquisa realizada por Carneiro (2018).

(Renato Cardoso e Cristiane Cardoso). O livro, lançado no ano de 2012 e igualmente destinado ao aconselhamento conjugal, é uma reedição da obra “Casamento Blindado”, publicada cinco anos antes, e se apresenta como sendo a “ajuda que você precisa para continuar mantendo seu casamento à prova de divórcio.” (CASAMENTO, 2019). É interessante notar que a marca de atualização da edição do livro – que também nomeará a seção de consultoria sentimental no *blog* de Viviane Freitas – se dá pelo acréscimo, em seu título, de “2.0”, numeração que especifica um modelo de circulação de dados na internet, que se caracteriza pela criação de ambientes de interação (O’REILLY, 2005). Trata-se, assim, de uma marca do discurso sobre o digital no título da seção.

Tais títulos – das seções de *Claudia* e do *blog* – antecipam a finalidade dos aconselhamentos buscados em cada uma delas: enquanto os conselhos dados por Carmen podem ou não ser direcionados à manutenção do casamento, os conselhos (discurso religioso) dados por Vivi tem a missão de “blindar” quaisquer interferências que ameacem os matrimônios das consulentes. Assim, os conselhos solicitados tratam de conflitos matrimoniais, considerando que temos como objetivo compreender como as discursividades sobre a mulher e o casamento produzem efeitos sobre os sujeitos e o social, nessas distintas condições de circulação. Os conselhos, entretanto, atribuídos a Carmen da Silva, jornalista e psicóloga, e a Viviane de Freitas, pastora evangélica, seguem em direções opostas, visto as diferentes posições assumidas pelas consultoras: a primeira diz do lugar de colunista de uma revista feminina; a segunda, do lugar de blogueira do *site* de uma igreja neopentecostal. A primeira diz por si; a segunda, por Deus.

Como mencionamos, Pêcheux ([1969] 1997) nos aponta para a existência de um contexto sócio-histórico que possibilita a formulação e a compreensão do discurso, ou seja, as condições de produção: “estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção” (p. 74). Observemos, assim, as diferentes circunstâncias em que foram produzidos os discursos a serem analisados.

O sujeito-consultante, em *Claudia*, diz do lugar de leitora de uma revista feminina, cujo público, em sua maioria, era (e é) composto por mulheres da classe média, que não buscam, exatamente, conselhos pautados em preceitos cristãos. O sujeito-conselheiro, em *Claudia*, era empregada de uma revista feminina, reconhecida pelo meio jornalístico e acadêmico como uma importante feminista da época, não temos registro de qualquer evocação à palavra divina em seus conselhos. A carta que trazemos para análise

foi publicada em 1972, anteriormente à aprovação da lei do divórcio, que, no Brasil, aconteceu somente em 1977; entretanto, em uma década marcada pela “Segunda Onda Feminista”, quando muitas mulheres reivindicavam a igualdade de gêneros, colocando em jogo uma significativa mudança comportamental (CARNEIRO, 2018). Sujeitos-consultante e conselheira dizem de um lugar isento de uma religião, e de um Brasil em ebulição social, tendo a luta pela legalização do divórcio (e, por conseguinte, uma nova organização familiar) como a causa de muitos.

O sujeito-consultante do *blog*, por sua vez, diz do lugar de quem frequenta a Igreja Universal do Reino de Deus, de quem se submete “ao espaço religioso determinado pela Igreja e suas leis” (ORLANDI, 1983, p. 226). Diz, assim, do lugar de pastora evangélica atuante na Igreja que pertence a seu pai, produzindo, há anos, em diversos espaços (virtual ou não) da Universal do Reino de Deus, discursos religiosos, tornando-se uma representante do divino, pois, “fala do lugar de Deus, transmite Suas palavras” (ORLANDI, 1983, p. 228). O conselho e a resposta foram disponibilizados, em 2020, em uma mídia digital, de ampla circulação, podendo ser acessado por qualquer pessoa, apesar de destinado à comunidade evangélica, que tenha fé, que creia em Deus, que tenha o discurso religioso como uma promessa de bem-estar (ORLANDI, 1983).

Apesar de estarmos, *a priori*, inseridos em uma “Quarta Onda Feminista”, ou seja, dispostos “[...] a refletir sobre os ideais do movimento a partir das discussões que ocorrem na *internet*, ou da configuração de um ‘ativismo digital’” (CARNEIRO, 2018, p. 126), estamos em um Brasil, onde 29% da população, com mais de 16 anos, é formada por evangélicos, o que coloca a fé e a religião constitutivas de nossa formação social, nos levando a um retrocesso nas questões (entre outras) femininas e feministas, conforme verificaremos durante as análises. Ressaltamos, ainda, que a Igreja Universal do Reino de Deus é, atualmente, no Brasil “[...] um dos maiores conjuntos de empresas de comunicação do país” (ROCHA, 2006, p. 16 *apud* LIMA, 2017, p. 13), “[...] difundindo, sobretudo, a chamada ‘Teologia da Prosperidade’ e valores associados ao capitalismo e à lógica neoliberal de mercado” (*idem, ibidem*).

Face às diferentes condições em que cada discurso foi produzido, constituímos *corpus* de análise tendo em vista o funcionamento de um trajeto temático, buscando depreender (nas duas consultas e em seus respectivos conselhos) os textos de um acontecimento (conflito matrimonial) a outro (conflito matrimonial), de modo a colocar “o novo no interior da re-

petição” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 173). Entendemos que há, pois, conforme nos trazem Guilhaumou e Maldidier (2014), entre os discursos analisados, uma ligação social, uma relação com a história e, o mais importante, uma retomada do arquivo inicialmente constituído (cartas publicadas no “consultório sentimental da revista *Claudia* entre as décadas de 1960 e 2010). Temos, assim, os discursos atribuídos a mulheres casadas, pedindo conselhos sobre seus casamentos em crise, com circulação na mídia, e recebendo um conselho similar a uma “receita” para melhor viver, como um fio condutor de nossa pesquisa.

Para a constituição de nosso dispositivo de análise, mobilizamos também a noção de reversibilidade, ou de não-reversibilidade, para refletirmos sobre ambos os conselhos. Entendemos que a posição sujeito conselheira, nos dois casos aqui analisados, produzem discursos autoritários, impedindo, assim, uma condição elementar do discurso: a reversibilidade, pois, não há “dinâmica na relação de interlocução, o discurso não se dá, não prossegue, não se constitui” (ORLANDI, 1983, p. 214). No discurso autoritário se tem a ilusão de reversibilidade, porque a palavra é tomada unilateralmente não dando brecha a réplicas (ORLANDI, 1983). Na materialidade discursiva dos conselhos, fala a voz da razão; quem dá o conselho, *a priori*, assume uma posição de superioridade em relação aos sujeitos-consultentes, de sabedoria extrema sobre a questão posta no pedido de conselho, de modo a direcionar a vida do outro.

Apesar de os discursos em ambas as materialidades em análise se caracterizarem como autoritários e a reversibilidade de ambos os discursos tenderem a zero, o discurso produzido por Carmen não é um discurso religioso, como o de Viviane Freitas. O discurso religioso se difere abruptamente de outros discursos autoritários porque seu interlocutor é um “porta-voz” de Deus, do Espírito Santo etc.: ele não fala por si, mas como um representante do divino (espiritual) na Terra (temporal). No discurso religioso “fala a voz de Deus” (ORLANDI, 1983, p. 218). Enquanto Carmen fala por si, Vivi fala por Deus, preenche o mais onipotente de todos os silêncios: Deus (ORLANDI, 2007). Vivi seria, assim, uma representante da voz de Deus, uma voz, portanto, sem autonomia, regulada pelo Novo Testamento, pela Igreja Universal do Reino de Deus, pelos cultos etc.

No quadro a seguir, registramos semelhanças e diferenças entre os discursos materializados nas sequências discursivas que passaremos a analisar:

**Quadro 1:** Das características do *corpus* em análise

Revista <i>Claudia</i>		<i>Blog</i> Casamento blindado 2.0	
Mídia impressa		Mídia digital	
Discurso atribuído à colunista Carmen da Silva		Discurso atribuído à pastora evangélica Viviane Freitas	
Não-religioso, com autonomia	Discurso autoritário	Religioso, sem autonomia	
1972 – Segunda Onda Feminista		2020 – Quarta Onda Feminista	
Sujeito-conselheira fala do seu próprio lugar		Sujeito-conselheira fala do lugar de Deus	
Sujeito-consulente suplica conselho sobre casamento em crise			
Sujeito-consulente pode ou não se submeter ao conselho		Sujeito-consulente tende a se submeter ao conselho	

Para passarmos aos gestos de análise, apresentamos no quadro 2 as sequências discursivas recortadas do consultório sentimental da revista *Claudia*, seguido do quadro 3, contendo as sequências extraídas do *blog*:

**Quadro 2:** Sequências discursivas recortadas do consultório sentimental da revista *Claudia*

Revista <i>Claudia</i> . Seção Aqui, Carmen responde, nº 133, p. 05, outubro de 1972.
SD1: [...] Segundo ele, todo homem deve ter duas mulheres: a esposa e a amante. [...] Ainda não resolvi se largo tudo e tento recomeçar minha vida, com meu trabalho, em outra cidade, ou se espero dois anos para ver se consigo domar a ‘fera’. Ajude-me a encontrar um caminho. (Taciane Alves)
SD1a: [...] Esse homem está querendo reduzi-la a um trapo – e você lhe presta cumplicidade. Não vejo a possibilidade de tratar seu caso com panos quentes: se puder, saia dessa. Pegue seu título e vá trabalhar noutra cidade. E procure a ajuda de um psicoterapeuta para combater essa vocação de vítima; assim da próxima vez você poderá escolher melhor. (Carmen da Silva)

**Quadro 3:** Sequências discursivas recortadas do *blog* Casamento Blindado 2.0

<i>Blog</i> Casamento Blindado 2.0 – Resposta aos Internautas. Acesso em 07/02/2020
SD2: Não consigo ser submissa ao meu marido como ao senhor Jesus e isso traz muitos problemas. Ele é batizado com o Espírito Santo e eu não. (Joselaine Ribeiro)
SD2a: O que nos faz entender o real significado dessa palavra submissão é o Espírito Santo. [...] Minha amiga, ser submissa não tem nada a ver com ser oprimida, anulada, dizer sim pra tudo. [...] Deus criou a mulher como uma auxiliadora para o homem. Ela precisa

ser forte de espírito para trazer o bem ao seu esposo e não o mal. Talvez você seja aquela esposa que queira impor a sua vontade a seu marido e, ao invés de você ajudá-lo, você acaba se tornando aquela chatinha e acaba por afastá-lo. [...] O Espírito Santo ele fala sempre a verdade. [...] A sua prioridade deve ser receber o espírito santo, para você recebê-lo, você precisa primeiramente se submeter a ele, entregar toda a sua vida a ele e permitir que ele te molde, isso vai se refletir também no seu casamento [...]. (Viviane Freitas)

Iniciamos nossas considerações analíticas voltando-nos ao funcionamento do já-dito no discurso. Conforme Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014, p. 154), o já-dito constitui a “matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante, com a formação discursiva que o assujeita”, atualizando discursos que circularam em outra conjuntura sócio-histórica, mas que continuam produzindo sentidos. Observamos na SD1, que traz um fragmento de carta publicada no consultório sentimental da revista *Claudia*, no ano de 1972, a recuperação de já-ditos cristalizados no patriarcalismo que legitimam ao homem ter duas mulheres, mesmo naquelas circunstâncias enunciativas da segunda metade do século XX, quando já se tem como oficial o modelo monogâmico de casamento. No fio do discurso da SD1, o dizer do marido nos chega atravessado pelo discurso da esposa, movimento definido como “heterogeneidade mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 1998), por inserir a palavra do marido (outro) na constituição do seu próprio dizer (interlocutora em A), caracterizando uma alteridade enunciativa.

Em seu dizer, a esposa, sujeito-consulente, ainda que participando a contra gosto de um casamento a três, se coloca indecisa sobre como lidar com o marido bígamo e violento<sup>4</sup>. O advérbio de negação “não”, antecedendo ao verbo “resolvi”, marca a não definição da atitude a ser tomada em relação ao conflito; a conjunção “ou”, por sua vez, marca da disjunção lógica que opera na estabilização dos sentidos em nossa formação social, conforme Pêcheux ([1983] 2008) aponta as duas alternativas que ela se impõe para manter ou não o casamento: “domar a fera” ou “recomeçar” a vida em outra cidade. A expressão “domar a fera” traz a opção de se manter no casamento, desde que consiga amansar o outro (ou a outra) envolvidos na trama discursiva. A palavra “fera”, nesse caso, funciona em substituição a outra (marido, amante etc.), por meio do efeito metafórico (PÊCHEUX, [1969] 1997), ou seja, de uma substituição contextual.

---

<sup>4</sup> “Outro dia, ele tentou me atirar para fora do carro em movimento e, uma noite dessas, me deu uma surra.” (Fragmento recortado da mesma carta)

Ao final da SD1, temos a caracterização da carta enviada ao consultório sentimental da revista como sendo uma modalidade de carta destinada a obter uma “receita” do que fazer para se desvencilhar de um conflito. Ao pedir ajuda para encontrar “um caminho”, o sujeito-consultante suplica por um conselho, estabelecendo “uma relação de confiança e cumplicidade com a conselheira” Carmen da Silva, requerendo “um retorno, uma resposta” (CARNEIRO, 2018, p. 65).

Na SD1a, o sujeito-conselheira diz do lugar de colunista da revista feminina *Claudia*, de psicóloga e de jornalista engajada nas questões femininas e feministas, sem, com isso, deixar de assumir um discurso autoritário (ORLANDI, 1983), pois, busca anular o dinamismo na relação de interlocução, ao proferir a última palavra. Apesar do discurso autoritário no dizer da posição de colunista, para o casamento, não é projetado o imaginário de um bem indissolúvel; tampouco para o marido projeta-se a imagem de alguém a não ser confrontado. Já no início da SD1a, à imagem de um marido violento e dominador, expresso na SD1, é associada a imagem de esposa que se submete: a palavra “trapo” produz efeitos de sentidos de inferiorização para a esposa ao limite, afinal, o pano reduzido a trapo torna-se inútil e descartável.

Os verbos no imperativo caracterizam normalmente a modalidade aconselhamento, pois, em antítese ao pedido “do que fazer”, temos o “faça assim”. Os imperativos, materializados no discurso do sujeito-conselheira (“saia”, “pegue”, “vá”, “procure”), a tornam onipotente (autoritária) diante do sujeito-consultante: afinal, o sujeito-conselheiro sabe o que fazer mediante ao não saber o que fazer do sujeito-consultante. Na SD1a, marca-se o discurso médico, no aconselhamento de que a consultante precisa de ajuda psicoterapêutica para “combater essa vocação de vítima”; mas sem deixar de marcar a responsabilização dos sujeitos por suas escolhas, característico do sujeito de direito (PÊCHEUX, [1975] 2014): ao afirmar o parceiro como sendo uma escolha da mulher, diz-se da necessidade de a mulher assumir uma postura ativa e não submissa diante da busca pelo companheiro: “assim da próxima vez você poderá escolher melhor”, fazendo ressoar também, via já-dito, dizeres postulados no movimento da “Segunda Onda Feminista”, que trazia na pauta a igualdade entre homens e mulheres.

No conjunto das SDs 2 e 2a, por sua vez, temos na materialidade linguística marcas de já-ditos de um discurso interpelado por uma ideologia religiosa, um discurso relacionado ao sagrado (ORLANDI, 1983). O sujeito-consultante marca o seu lugar de mulher religiosa, ao fazer referências a Je-

sus Cristo e ao Espírito Santo, termos retomados da bíblia, e reclama por não conseguir ser submissa ao marido da mesma forma que é submissa a Jesus. O sujeito do discurso religioso é um ser submetido porque se sujeita “a uma autoridade superior, portando desprovido de toda liberdade, salvo a de aceitar livremente a sua submissão” (ORLANDI, 1983, p. 217), o que coloca o sujeito-consulente em uma situação de conflito: se, no “plano espiritual”, ela é submissa, no plano “temporal” isso não ocorre. Ao usar os termos “não” e “como”, compara as diferentes hierarquias: ao marido não se submete, mas a Jesus, sim. Em seu dizer, segue a comparação, dizendo do fato de o marido ser batizado com o Espírito Santo e ela não. Ela hesita entre ser um sujeito não submisso ao marido (e nem batizado) e ser um sujeito desprovido de toda a liberdade (ser submissa a Jesus), tentando escapar de ser obediente ao Espírito Santo e ao marido, o que cria para ela “muitos problemas”.

Na SD 2a, a conselheira diz do lugar de uma pastora evangélica, constrói “um discurso fictício religioso como um exemplar que funciona como um dicionário discursivo” (ORLANDI, 1983, p. 216). Deus (ou o Espírito Santo) é o locutor; Vivi é a voz que fala na voz de Deus, do qual se coloca como representante simbólica: a voz de Deus se fala na pastora (ORLANDI, 1983). A não submissão da interlocutora em A ao marido é o ponto nodal do pedido de aconselhamento e a interlocutora em B diz ser o Espírito Santo o real significado da submissão, porque no discurso religioso se impõe a submissão, a obediência: os que têm fé se submetem à Palavra divina.

Em seu dizer, no entanto, ao dizer da submissão, não diz da submissão (não tem nada a ver), em um movimento de trazer um sentido outro à palavra que não seja negativo, afinal, “o discurso religioso, para afirmar o que é positivo, deve negar o negativo” (ORLANDI, 1983, p. 233). Segundo o dicionário Houaiss (2009), submissão é “ato ou efeito de submeter(-se), condição em que se é obrigado a obedecer; sujeição, subordinação” que deslizam, no dizer de Vivi, para (não) oprimida, (não) anulada, (não) dizer sim pra tudo; ser submissa ao marido seria ser “auxiliadora” do homem, motivo pelo qual Deus criou a mulher, em uma retomada do discurso bíblico. Ao preencher o onipotente silêncio divino, o sujeito-conselheira determina que a mulher foi criada como auxiliadora de Deus, posição esta hierarquicamente inferior à do homem que, por sua vez, não auxiliará, mas será auxiliado. Caberia à mulher, assim, trazer o bem (e só o bem), ajudar ao homem, jamais ser “chatinha”, impondo a sua vontade, o que, consequente-



mente a levaria à “sujeição”, à “subordinação” trazidos, em um movimento polissêmico, pelo dicionário Houaiss, como sentidos outros de submissão.

Orlandi (1983) nos traz que o poder da Palavra na religião é evidente (p. 227). Assim, ao afirmar que o Espírito Santo fala sempre a verdade, faz retomar um sempre já-dito sobre a (inaudível) voz de Deus ser a voz da verdade, porque no discurso religioso há sempre uma voz que fala nele e essa voz é inquestionável. Assim, se o espírito santo “fala sempre a verdade” e a conselheira é a sua porta-voz, ela se apropriou do silêncio divino para colocar a sua fala (ORLANDI, 2007), portanto, ela também só fala a verdade e, como tal, deve ter seu aconselhamento seguido, obedecido. Sendo o discurso religioso um discurso autoritário, diz que sujeito-consulente precisa (verbo imperativo) se submeter a ele e se submeter a ele, significa “entregar toda a sua vida” a ele, permitir ser moldada por ele, aproximando aí o sentido de “submissão” para o contido no dicionário Houaiss (2009) e, por conseguinte, afastando do que disse não ser “submissão”. O “ele” a quem o sujeito-consulente deve ser submisso, no dizer do sujeito-conselheira, desliza do Espírito Santo para o marido, afinal, tal entrega “vai refletir no seu casamento”.

Apesar de circular em 2020, o modelo de casamento que se pretende no dizer da conselheira, no *blog* Casamento Blindado 2.0, retoma sentidos e práticas de uma formação social patriarcal, em que a hierarquia entre marido e esposa era uma condição basilar para a constituição da família, uma vez que o patriarcado era “um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista” (SAFFIOTI, 2004, p. 50).

## Considerações finais

No percurso que ora traçamos, propusemos direcionar nosso olhar para o funcionamento de dizeres sobre o feminino na mídia, por meio da análise de cartas de mulheres e os respectivos aconselhamentos por elas recebidos, em diferentes conjunturas sócio-históricas: no consultório sentimental da revista *Claudia*, na década de 1970, e na seção de aconselhamento conjugal do *blog* de Viviane Freitas, acessível na atualidade.

Com nossas análises, observamos que os discursos de/sobre a mulher e sobre o casamento, em circulação nessas diferentes mídias e com uma brecha temporal de cinco décadas, são produzidos de diferentes modos, porque são sempre decorrentes “de condições de produção dadas [...] situado no interior das relações de força” (PÊCHEUX: [1969] 1997, p. 76).

Entretanto, trazemos como especificidade bastante significativa às diferentes formas de discursivização sobre a mulher e o casamento nessas materialidades: as diferenças entre o discurso não-religioso e o religioso. No discurso religioso, evidencia-se uma mulher submissa e um casamento a ser blindado, pois, apesar de ter sido produzido em 2020, o discurso religioso (aqui analisado) se mantém pautado em já-ditos cristalizados durante o patriarcado; no discurso não-religioso, o aconselhamento segue em direção oposta: em uma conjuntura em que sequer havia sido legalizado o divórcio no Brasil, aconselha-se, imperativamente, ao sujeito-consultante sair do casamento, discursivizando a mulher como independente e o casamento, como dissolvível.

O *blog* trazido para análise assume, na atualidade, um funcionamento outrora atribuído às revistas femininas, de uma espécie de cartilha de bom comportamento a ser seguida incondicionalmente pelas mulheres (no caso, as evangélicas casadas); mas se mostra ainda mais contundente, uma vez que a pastora é representante simbólica de Deus, o que torna seus conselhos sobre casamento um dizer da voz da verdade. Em termos de funcionamento midiático, o *blog* aqui analisado nos coloca diante de mais um exemplo do que vem sendo chamado de “mídiatização da religião” (LIMA, 2017), uma vez que, conforme Sodré (2001, n.p.), por meio de algumas estratégias de marketing, “a vivência religiosa torna-se estilo de vida [...] Crença e mídia passam a ter mais afinidades do que supõe a vã teologia”; e as práticas midiáticas fazem movimentar o mercado religioso.

Em termos discursivos, no entanto, temos que as condições de reprodução dos discursos não se apartam das condições de transformação dos sentidos (PÊCHEUX, 1996). No dizer de ambos os sujeitos-consultantes, temos relatos de angústias sobre a relação com o marido e, por consequência, sobre o lugar destinado à mulher, no casamento, em nossa formação social. Enquanto na carta dirigida ao consultório sentimental de *Claudia*, o sujeito-consultante se encontra dividido entre suportar o marido violento e machista, ou recomeçar a vida sem ele em outro lugar, o sujeito-consultante do *blog* hesita entre se submeter ao marido tal qual se submete a Jesus ou não, apesar de se identificar com os saberes que circulam no seio da igreja a qual pertence. No gesto de pedir o conselho, há também um sujeito que resiste à obviedade dos sentidos que a ele se apresentam. É assim que entendemos que os dizeres dessas mulheres comportam “furos”, sentidos (in)esperados sobre o casamento, contraidentificações (PÊCHEUX, [1975] 2014) com saberes em circulação, podendo sempre fazer emergir

focos de resistência à dominação masculina e/ou à hierarquia entre homens e mulheres; lançando o corpo feminino para um lugar outro que não o da passividade.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BLOG Viviane Freitas. Disponível em: <https://vivianefreitas.com/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CARNEIRO, Ceres. F. **“A culpa (não) é da outra”? O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista *Claudia***. 2018. 240 p. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

CASAMENTO Blindado 2.0. Amazon. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Casamento-blindado-2-0-Renato-Cardoso/dp/8578609441/ref=dp\\_ob\\_title\\_bk](https://www.amazon.com.br/Casamento-blindado-2-0-Renato-Cardoso/dp/8578609441/ref=dp_ob_title_bk). Acesso em: 25 mar. 2020.

DELA-SILVA, Silmara C.; CARNEIRO, Ceres F. "Claudia responde": os títulos como um lugar de produção de sentidos. *In*: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari Soares. (Org.). **De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 207-227.

DELA-SILVA, Silmara C.; GIMENES, Tássia; TEIXEIRA, Karoline C. Sobre a mulher e(m) seus lugares: discurso, mídia e mercado. *In*: GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão; PRANDI, Maria Beatriz R.; BASTOS, Gustavo G. (Orgs.). **Quando o feminino grita no poético e no político**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, v. 1, p. 313-328.

DELA-SILVA, Silmara C.; DARÓZ, Elaine P.; CARNEIRO, Ceres F. Bela? Da construção de evidências no discurso sobre a mulher e a beleza. *In*: SILVA, Dalexon S.; SILVA, Francisco V. (Org.). **Pêcheux e Foucault: caminhos cruzados na Análise do Discurso**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2017. p. 27-48.

DELA-SILVA, Silmara C. O sujeito mulher como acontecimento jornalístico, uma questão discursiva. *In*: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção. (Org.). **Inquietações de gêneros e sexualidades**: leituras na contemporaneidade. Porto Alegre-RS: UNIOESTE/Evangraf, 2017, v. 1, p. 131-151.

DELA-SILVA, Silmara C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 225 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

FREITAS, Ronaldo A. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. [1981]. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GARCIA, Dantielli Assumpção; LUNKES, Fernanda L.; DELA-SILVA, Silmara C. O sujeito mulher no poder e(m) processos de silenciamento. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabielle S.; SOBRINHO, Helson F.S. (Org.). **Silêncio, memória, resistência**: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019, v. 1, p. 241-260.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. [1979]. Efeitos do Arquivo: A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura**: na história do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. p. 169-181.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico de Língua Portuguesa**. Objetiva, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8579837030>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIMA, Pedro H. **Entre a fé e o político**: o discurso do pastor Silas Malafaia nas entrevistas para a TVeja e o talk-show The noite. 2017. 83 p. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

MARIANI, Bethania S.C. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

O'REILLY, Tim. **What is web 2.0**. O'Reilly. 30 set. 2005. Disponível em: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1983.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-250.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pucinelli Orlandi [et al.] Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.143-152.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

PERRET, Raphael. Os *blogs* e a multiplicação das vozes. *In*: CAVALCANTI, Mario L. (Org.). **Eu, mídia**: a era cidadã e o impacto da publicação pessoal no jornalismo. Rio de Janeiro: Opus, 2008. p. 15-28.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Carmen. Consultório Sentimental. *In*: **Revista Realidade**, jan. 1967, p. 84. Disponível em: <http://carmendasilva.com.br/site/php/content.php?id=5&idc=33>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SODRÉ, Muniz. A salvação cotada em dólar. *In*: **Observatório da imprensa**. Edição 129, 11 jul. 2001. Acesso em: 25 mar. 2020.

## SOU MULHER, ELE SIM: IDENTIFICAÇÃO E LUGARES DE ENUNCIÇÃO

Evandra Grigoletto  
Mónica Zoppi-Fontana

O presente capítulo parte de um projeto mais amplo<sup>1</sup>, cujo objetivo é refletir sobre os movimentos de subjetivação e os modos de circulação de discursos nas redes sociais<sup>2</sup>, produzidos por mulheres eleitoras de Bolsonaro. A partir de um corpus mais amplo, extraído de duas páginas do Facebook, intituladas “Mulheres COM Bolsonaro #17” e “Mulheres com Bolsonaro”, elegemos, aqui, como recorte para análise, postagens dessas duas páginas e também uma postagem do Twitter que se relacionam com o movimento **Ele Sim**<sup>3</sup>. Em termos de marcas linguísticas, além da presença do **Ele Sim** (utilizado com ou sem o símbolo da hashtag), tomamos, como critério para seleção, postagens que traziam como argumento para essa tomada de posição questões relacionadas ao “feminino”. Observaremos, nesse corpus, o funcionamento de um enunciado em especial, que se repetiu de forma insistente, produzindo uma regularidade. Trata-se do enunciado “Sou mulher”<sup>4</sup>, que significa na contradição de dois lugares de enunciação (ZOPPI

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto de pós-doutoramento, intitulado *Movimentos de mulheres nas redes sociais: lugares de enunciação, identificação, memória*, realizado no Programa de Linguística da Unicamp, e que conta com financiamento de Bolsa Pós-Doutorado Sênior (PDS) do CNPq. Processo 104012/2019-6. O presente artigo traz alguns resultados dessa interlocução entre a pós-doutoranda e a supervisora do projeto.

<sup>2</sup> Entendemos redes sociais “como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes.” Mais especificamente, estamos tratando de “redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais” (MARTINO, 2014, p. 55).

<sup>3</sup> Embora o enunciado apareça formulado de diferentes formas, com ou sem hashtag, junto ou separado, com ou sem minúscula, optamos em sempre grafar assim ao longo do artigo, destacando-o em negrito, para uniformizar o uso, exceto nas situações em que retomaremos a grafia, tal como apareceu nas postagens, durante a análise. O mesmo critério foi utilizado para o **Ele Não**.

<sup>4</sup> Tal enunciado repete-se em muitas postagens dessas páginas, aparecendo associado não só ao **Ele Sim**, foco das análises deste artigo, mas a inúmeros outros discursos, hashtags, imagens etc. Observamos, no entanto, uma regularidade em termos de funcionamento discursivo desse enunciado; “sou mulher” aparece, quase sempre, como argumento para, ao mesmo tempo, reafirmar o lugar de enunciação de mulher-feminina e se opor ao lugar de enunciação de mulher-feminista. Essa discussão será aprofundada no tópico seguinte, por ocasião das análises.

FONTANA, 1999, 2017), quais sejam: *eu, mulher feminina X nós, mulheres feministas*.

No entanto, antes de entrar nas análises propriamente ditas das postagens selecionadas, trazemos ao leitor, ainda que brevemente, as condições de produção nas quais surge o movimento **Ele Não** e, por sua vez, o **Ele Sim**.

### **Do Ele Não ao Ele Sim: sobre as condições de produção e circulação.**

Para a Análise do Discurso de viés pecheuxiano, corrente teórico-metodológica na qual se inscreve este artigo, as condições de produção do discurso são fundamentais para entender o contexto sócio-histórico e ideológico, bem como as relações de força, quase sempre antagônicas, que estão em jogo na produção e circulação de todo e qualquer discurso. Tais condições, portanto, são determinantes para os efeitos de sentido que se produzem entre os interlocutores de um dado discurso.

Para Pêcheux ([1969] 1997a, p. 82), esses interlocutores, que ele chamou de pontos A e B, “designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”. Nas palavras do autor: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do outro.” (Op. cit, p. 82). Ao que ele acrescenta:

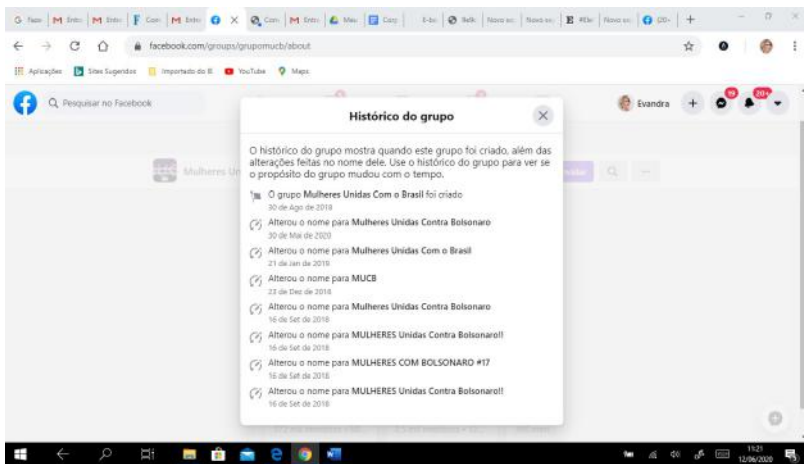
[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco. [...] supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas...” (PÊCHEUX, [1969], 1997a, p. 85 – 86 – Grifos do autor).

As formações imaginárias fazem parte das condições de produção. Como bem pontua Pêcheux, nenhum processo discursivo surge do nada,



mas está sempre atravessado por processos discursivos anteriores, por já-ditos, já-ouvidos. Podemos, assim, nos perguntar: quais são esses já-ditos, já-ouvidos no caso do movimento do **Ele Sim**?

O **Ele Sim** é um movimento que surgiu como resposta ao **Ele Não**. Por isso, para entendermos as condições de produção em que esse último se inscreve, precisamos retomar as do primeiro. O **Ele Não** foi um movimento que surgiu nas redes sociais, em 2018, durante a campanha eleitoral para Presidente da República, a partir de um grupo do Facebook, intitulado “Mulheres Unidas contra Bolsonaro”, criado por Ludimila Teixeira (mulher negra, nordestina, feminista etc), e que reuniu, em poucos dias, mais de 2 milhões de mulheres. Para entendermos como do grupo deriva o movimento, e também como esse movimento vai se relacionar com o **Ele Sim**, é preciso retomar o seu histórico de criação, a partir do *print* abaixo<sup>5</sup>.



No histórico do grupo, disponível na sua página atual do Facebook, podemos visualizar que ele foi criado em 30 de agosto de 2018, com o título “Mulheres Unidas Com o Brasil”. Em 16 de setembro, o nome foi alterado para “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”. Nesse mesmo dia, o nome do grupo foi alterado mais três vezes. Chama a atenção o fato de a primeira alteração ser para “Mulheres com Bolsonaro #17”. Isso aconteceu porque o

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/grupomucb/about>. Acesso em: 12 jun. 2020.

grupo sofreu o ataque de um hacker<sup>6</sup>, tendo seu nome alterado, bem como a foto da capa, que passou a ser uma imagem de Bolsonaro com a bandeira do Brasil. As administradoras do grupo foram excluídas e, somente após denúncia do ataque e registro na polícia, puderam reativá-lo<sup>7</sup>. Depois disso, em dezembro de 2018, o nome do grupo foi alterado para a sigla MUCB, que tanto faz referência ao nome original do grupo (Mulheres Unidas com o Brasil), quanto ao nome atual (Mulheres Unidas contra Bolsonaro).

A partir de sua criação, o grupo construiu um histórico de luta<sup>8</sup> e hoje está discutindo as bases para a criação de um novo partido político. O grupo assim se define em sua página: “somos mulheres, somos plurais, somos resistência e democracia”.<sup>9</sup> Atualmente, o grupo conta com 2,4 milhões de membros e é administrado/moderado por 58 mulheres das diferentes regiões do Brasil.

Foi das discussões desse grupo que surgiu a hashtag #EleNão<sup>10</sup>, a qual ganhou a adesão de milhares de pessoas, entre elas, muitas celebra-

---

<sup>6</sup> Informações sobre o ataque ao grupo podem ser visualizadas em várias reportagens na mídia, como é o caso dessa do Jornal Folha de São Paulo, assinada pelo jornalista João Pedro Pitombo, publicada em 16 de setembro de 2018, e disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/apos-ataque-de-hackers-grupo-de-mulheres-contra-bolsonaro-e-reativado.shtml>.

<sup>7</sup> É importante também pontuar que esse ataque ao grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” motivou, ainda em 2018, ações com o pedido de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão, impetradas, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos presidentiáveis Marina Silva e Guilherme Boulos. Tais ações, ainda sem conclusão, tiveram seu julgamento retomado pelo TSE, em junho de 2020. Maiores informações sobre esse julgamento podem ser vistas em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/tse-retoma-julgamento-da-chapa-bolsonaro-mourao-nesta-terca-30/>

<sup>8</sup> Maiores informações sobre o histórico de luta desse grupo podem ser encontradas no site do MUCB: <https://mucb.com.br/>.

<sup>9</sup> Destacamos o modo como essas mulheres se descrevem, pois serão analisados adiante, estabelecendo um contraponto com o “sou mulher”.

<sup>10</sup> Grigoletto; Souza, (2020), realizam uma análise da estrutura linguístico-discursiva desse enunciado-hashtag, e os efeitos de sentido que dele resultam, bem como observam o seu funcionamento discursivo em diferentes materialidades, que migraram das redes para as ruas. Mostram, ainda, como o #EleNão se produziu como um acontecimento, que retoma a memória de um outro enunciado, utilizado na campanha presidencial entre Lula e Collor em 1989: NelleNão! O artigo na íntegra pode ser acessado em: [https://81c56680-6f6a-43bc-beec-a108db9569fb.filesusr.com/ugd/9e9c35\\_80cbf723abca40be9a0c592f2fcff408.pdf](https://81c56680-6f6a-43bc-beec-a108db9569fb.filesusr.com/ugd/9e9c35_80cbf723abca40be9a0c592f2fcff408.pdf).

des, após o ataque cibernético da página do grupo<sup>11</sup>. Foi também a partir do ataque que o movimento ganhou as ruas das principais cidades brasileiras no dia 29 de setembro de 2018, uma semana antes do 1º turno das eleições presidenciais. Em resposta ao movimento #EleNão, apoiadores do então candidato à presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, passaram a aderir ao movimento do **Ele Sim**, e grupos intitulados “Mulheres com Bolsonaro”, foco da análise aqui, começam a aparecer.

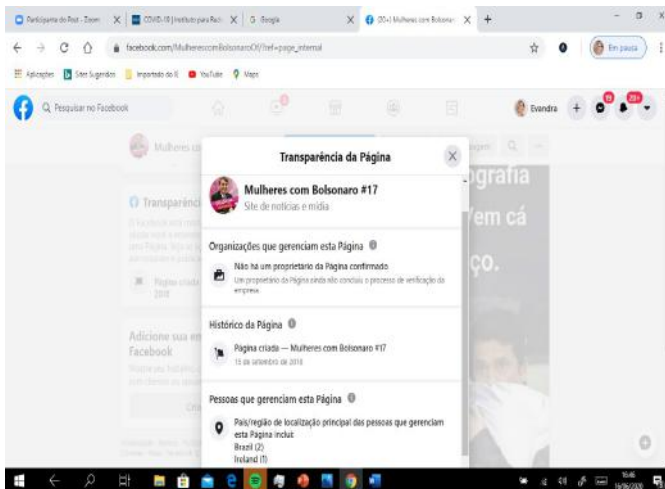
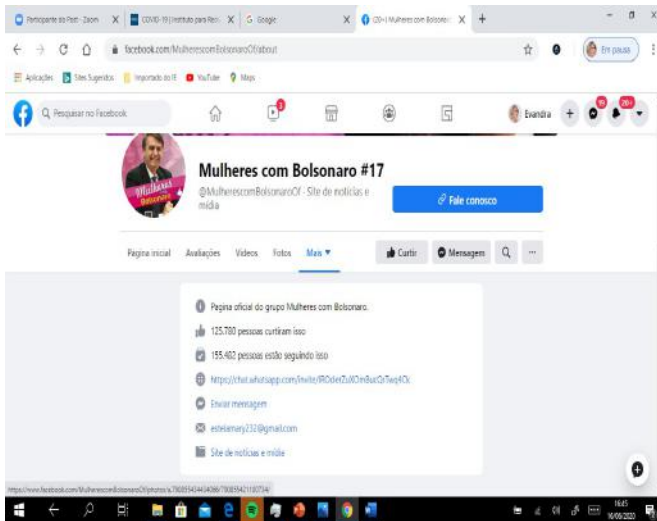
Voltaremos à discussão sobre as pautas desses dois movimentos, que se inscrevem em campos antagônicos da luta política, mas, antes, descreveremos, as duas páginas “Mulheres com Bolsonaro”, que são foco de nossa análise. Acatando a lição de Pêcheux ([1983], 1997b) de que é preciso trabalhar no batimento entre descrição e interpretação, entendemos que essa descrição permitirá melhor observar o funcionamento dos discursos presentes nesses grupos, sobretudo em relação aos movimentos político-ideológicos de identificação dos sujeitos que seguem tais páginas, bem como em relação aos modos de circulação desses discursos.<sup>12</sup>

Como destacamos acima, a página “Mulheres COM Bolsonaro #17” (doravante página 1), surge a partir do ataque cibernético à página do MUCB. Não é possível afirmar que se trata da mesma página, mas algumas coincidências nos chamam a atenção: i) o grupo foi criado um dia antes do ataque, isto é, em 15 de setembro de 2018; 2) possui o mesmo nome para o qual foi alterado o nome do MUCB, quando esse sofreu a ação de hackers; 3) mantém a mesma imagem que o grupo falso possuía. Também não deixa de ser curioso, para dizer o mínimo, algumas informações quando observamos a descrição do grupo na seção **sobre**, e quando vamos à seção **transparência** da página. Vejamos os dois prints abaixo:

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre a adesão do uso de hashtags nas redes sociais, contra e a favor de Bolsonaro, podem ser verificadas em estudos realizados pelo LABIC (<http://www.labic.net/>), e divulgados nesta reportagem do El País, em 30 set. 2018: #EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html). Acesso em: 03 jul. 2020.

<sup>12</sup> Partindo da discussão proposta por Orlandi (2001, p. 9), entendemos, em AD, que qualquer processo de produção do discurso implica três momentos igualmente relevantes: sua constituição, formulação e circulação. No entanto, é preciso pontuar que tanto os processos de formulação quanto de circulação dos discursos ganham outros contornos quando as suas condições de produção envolvem o tecnológico, as redes sociais.



No item **sobre**, temos a descrição de que se trata de um site de notícias e mídia, que é a página oficial do grupo Mulheres com Bolsonaro, e

que a página é seguida por um pouco mais de 150 mil pessoas<sup>13</sup>; há, ainda, um endereço de e-mail e um link que leva para a inscrição em um grupo de WhatsApp.<sup>14</sup> Já, no item de **transparência da página**, encontramos as seguintes informações: i) não há um proprietário da página confirmado; ii) a página foi criada em 15 de setembro de 2018 e, desde então, não sofreu alterações; iii) há duas pessoas no Brasil e uma em Ireland, uma ilha da Irlanda, que gerenciam essa página, no entanto, a identidade dessas pessoas não pode ser acessada, não é pública.

A outra página, intitulada “Mulheres com Bolsonaro” (doravante página 2), apresenta uma estrutura muito parecida, exceto por essas informações: i) foi criada em 02 de abril de 2018 (portanto, anterior à página 1); ii) na informação sobre o proprietário da página, há a descrição de que se trata de uma organização sem fins lucrativos; iii) há cinco pessoas no Brasil que gerenciam essa página, mas também não conseguimos visualizar a identidade dessas pessoas. A página conta, atualmente, com 68 mil seguidores<sup>15</sup>.

Diferentemente do grupo do MUCB, onde podemos visualizar a descrição do grupo, as regras para as administradoras do grupo, bem como temos acesso às suas identidades, as páginas das “Mulheres com Bolsonaro” ocultam tais informações. A partir, então, da observação da seção **transparência** das páginas, a pergunta que fica é: transparência ou manipulação de dados?

Tal questão nos impõe uma reflexão acerca das formas de dominação ideológica, as quais, segundo Araújo (2020, p. 2) “são eminentemente tecnológicas”, sendo que “a digitalização algorítmica age na modelagem

---

<sup>13</sup> Acompanhamos essa página desde março de 2019, e o número de seguidores, à época, era de 150 mil. Em novembro de 2019, subiu para 155 mil, número que se mantém até a escrita deste artigo, em julho de 2020.

<sup>14</sup> É de amplo conhecimento da população brasileira que esse aplicativo foi utilizado pela campanha de Bolsonaro em 2018, inclusive para disseminar notícias falsas contra o seu adversário. À época, o esquema de disparos em massa de notícias contra o PT, financiado por empresários, foi denunciado pelo jornal Folha de São Paulo. Reportagem, publicada em 18 de outubro de 2018, e assinada por Patrícia Campos Mello, pode ser acessada em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Essa reportagem-denúncia motivou outras ações no TSE, solicitando a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão. Tais ações não foram julgadas até a presente data.

<sup>15</sup> Como a página 1, acompanhamos essa página desde março de 2019, quando ela contava com 70 mil seguidores. De março de 2020 a junho de 2020, o número de seguidores oscilou entre 68 e 70 mil seguidores.

das subjetividades”. Portanto, segundo o autor, “a subjetividade humana se digitaliza robotizada em algoritmos por meio dos quais redes sociais como o *Facebook* ou *Instagram* remodelam os modos de perceber, sentir e interagir socialmente.” (ARAÚJO, 2020, p. 7). Ao que acrescentaríamos: remodelam os modos de os sujeitos se identificarem e os modos de dizer mobilizados na sua enunciação. Determinados pela lógica do capital, os algoritmos transformam os dados dos sujeitos da rede em mercadoria, em lucro. Nas palavras de Dantas (2014, p. 95), a internet, enquanto proporciona entretenimento, vende

[...] os cliques de busca, os perfis pessoais, o conteúdo dos e-mails, as situações das fotos, toda essa animada e midiaticamente estimulada “rede social” fornece para os servidores das grandes corporações e seus sofisticados algoritmos de rastreamento, registro e análise, dados extremamente precisos sobre gostos, vontades, expectativas, de um “consumidor” assim individualizado. *É o consumo produzindo a produção em tempo real, com uma precisão inaudita.* (Grifos do autor).

Assim, de forma contraditória e paradoxal, todas essas determinações produzem no sujeito uma falsa ideia de liberdade, de transparência, de fim das ideologias, etc, reforçando um discurso individualista e, supostamente, autoral, sem contradições. Conforme França e Grigoletto (2018, p.43), a “imagem do espaço virtual<sup>16</sup> como mais poroso, como menos suscetível de ordem, joga com a imagem que o usuário-sujeito tem de si, produzindo nesse sujeito o efeito de liberdade, de tudo poder dizer”.

No entanto, esse dado do sujeito usuário capturado pelo algoritmo está na base: 1) “do digital e dos processos de individuação<sup>17</sup> dos sujeitos” e

---

<sup>16</sup> Tomamos aqui espaço virtual, seguindo a reflexão de Grigoletto (2011), como um espaço intercalar que se situa no entremeio dos espaços empírico e discursivo, sofrendo determinações de ambos. Considerando que a internet tem provocado mudanças nas estruturas sociais, entendemos, junto com a autora, que “o espaço virtual tem provocado efeitos não só nas práticas sociais presentes no espaço empírico, mas também nas práticas discursivas que constituem o espaço discursivo” (GRIGOLETTO, 2011, p. 53), não podendo ser simplesmente observado como um lugar onde circulam diferentes discursos. Esses discursos são outros, tem outras características porque são produzidos na rede e, muitas vezes, só nas redes sociais, por exemplo.

<sup>17</sup> Pêcheux (1975) entende que o sujeito é, desde sempre, “um indivíduo interpelado em sujeito” pela ideologia, o que se oculta para o sujeito, que enuncia tomado pela evidência de ser “único, insubstituível e idêntico a si mesmo” (PÊCHEUX, 2009, p. 141). Orlandi (2002, p. 71), partindo desse entendimento da noção de sujeito, propõe um duplo movimento para

2) “dos procedimentos discursivos e dos dispositivos de poder que determinam o mundo e os processos de identificação.” (DIAS, 2018, p. 23).

Arriscamos a dizer, então, que essas mulheres, ao aderirem ao movimento do **Ele Sim**, já individuadas pelo Estado e pelo algoritmo da rede, passam a replicar enunciados e formulações de discursos conservadores de cunho patriarcal, reproduzindo sentidos que se inscrevem na enunciação como já evidentes, sustentando a argumentação. Como nos diz Araújo (2020, p. 13, 14): “No campo da subjetividade digitalizada, os memes e as *hashtags* são emblemáticos como formas ideológicas de replicação social e autônoma das ideias no espaço digital da internet sob a determinação da lógica social da mercadoria.”

Tanto no caso do #EleNão quanto do #EleSim, a utilização das tags<sup>18</sup> contribuíram de forma significativa para a circulação dos discursos nos quais esses enunciados-hashtags se fizeram presentes, fazendo viralizar esses movimentos nas redes sociais.

Nas palavras de Paveau (2013, p. 1), a *hashtag* “é uma forma linguageira cuja função é essencialmente social, permitindo uma adesão difusa (*ambient affiliation*) dos usuários, a tecno conversacionalidade, e a investigabilidade (*searchability*) do discurso.”<sup>19</sup> Ou seja, ela funciona tanto do ponto de vista da técnica, como de uma ‘espécie’ de marca linguística, própria das discursividades online, que nos guia a investigar determinadas regularidades nos discursos. Também é importante destacar a questão da

---

a compreensão da subjetividade: 1) um primeiro, que é a interpelação do sujeito pela ideologia, conforme já teorizado por Pêcheux, e que a autora chama de indivíduo em primeiro grau (I1), consiste no primeiro passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive. É o que produz a ilusão do sujeito como fonte do seu dizer; 2) um segundo, que consiste no processo de individuação do sujeito pelo Estado, que ela chama de I2. Nesse segundo movimento, que não deve ser tomado numa ordem cronológica em relação ao primeiro, é “o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção de sentidos.” (Op. cit., p. 71 – 72). Aqui, o indivíduo não é a unidade de origem, mas o resultado de um processo, materializado na forma sujeito capitalista. É nesse segundo movimento que o dado algorítmico intervém, junto com o Estado, no processo de interpelação do sujeito.

<sup>18</sup> As tags são termos comumente usados para identificar o tema do conteúdo a ser compartilhado no espaço digital da internet, ou seja, são palavras associadas a uma informação e disseminadas pelos usuários da grande rede.

<sup>19</sup> Tradução nossa: C’est une forme langagière dont la fonction est essentiellement sociale, permettant l’affiliation diffuse (*ambient affiliation*) des usagers, la technoconversationalité et l’investigabilité (*searchability*) du discours.

adesão difusa dos usuários de que nos fala a autora, pois é essa adesão que faz os discursos dessas campanhas circularem nas redes, como já pontuado acima. Entendemos que,

Ao fazer uso da tag, o sujeito-internauta se submete, antes de tudo, a uma estrutura de linguagem, que é o próprio símbolo da cerquilha, que representa um modo singular de inscrição dos sujeitos na rede, como uma forma de reunir discursos sobre um mesmo tema. Ainda que a proposta seja, do ponto de vista da técnica, reunir discursos que estão dispersos na rede, o efeito que se produz é difuso. Difuso do ponto de vista da circulação, mas também pelo modo como o sujeito-internauta se inscreve na rede, ao curtir, comentar, compartilhar as hashtags. (GRIGOLETTO; GALLI, 2019, p. 6)

É sobretudo acerca desse movimento de inscrição nas redes, a partir da tomada de posição pelo **Ele Sim**, que trataremos nas análises a seguir. Mas é fundamental destacar que a inscrição dessas mulheres nesses grupos, a adesão à hashtag #EleSim, vai além das redes, produzindo efeitos no social. Podemos dizer que, tanto o movimento do **Ele Sim** quanto o do **Ele Não**, vão além de simples *hashtags*; produziram-se como forma de luta, mobilizando pautas em campos antagônicos da política.

Enquanto o **Ele Não** produziu uma luta coletiva das mulheres, rechaçando a candidatura de Jair Bolsonaro e, posteriormente, o que representa o seu governo, o **Ele Sim** se produziu como resposta ao **Ele Não**, negando a luta coletiva feminista, ao mesmo tempo em que deu ênfase a conquistas individuais das mulheres. Enquanto o **Ele Não** grita “somos a fraquejada que vai te derrubar”<sup>20</sup>, o **Ele Sim** se orgulha em repetir “sou mulher, sou Bolsonaro”.

### **Entre o eu, mulher feminina e o nós, mulheres feministas: algumas análises**

Partindo da discussão apresentada no tópico anterior, onde tratamos das condições de produção, mas também de circulação do movimento

---

<sup>20</sup> Esse grito faz referência a uma fala de Bolsonaro, proferida em uma palestra na Hebraica, Rio de Janeiro, em abril de 2017: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Disponível em:

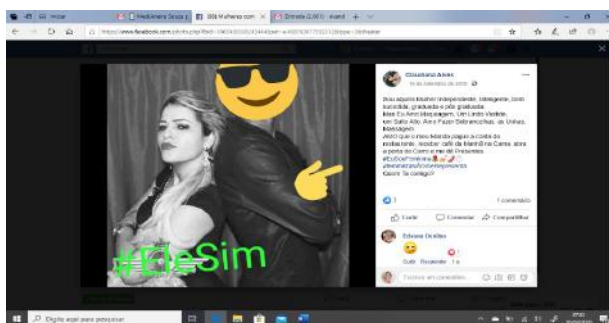
<https://revistaforum.com.br/noticias/bolsonaro-eu-tenho-5-filhos-foram-4-homens-a-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-e-veio-uma-mulher-3/>. Acesso em: 07 jul. 2020.



**Ele Sim**, em resposta ao **Ele Não** nas redes sociais, iniciamos as análises. Para a coleta do corpus, a partir da observação das páginas do Facebook descritas no item anterior, realizamos prints das postagens selecionadas, algumas seguidas de comentários/descrições do internauta que a postou e/ou de outros internautas leitores. Cada print foi considerado uma sequência discursiva (SD), a qual está composta por elementos verbais e imagéticos, o que configura uma regularidade nas discursividades online. Entendemos que cada SD se constitui como materialidade significativa (LAGAZZI, 2007), considerando-se as diferentes especificidades dos elementos que a compõe, não de forma complementar, mas contraditória. Segundo a autora, nesse tipo de recorte, ou de SD, como denominados aqui,

[...] não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda. (LAGAZZI, 2007, p. 3)

Vejamos a **SD1**, retirada da página 1.



Fonte:<sup>21</sup>

Essa primeira sequência discursiva remete a uma postagem realizada na página “Mulheres com Bolsonaro #17”, em 19 de setembro de 2018,

<sup>21</sup>Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php>

[fbid=1865185550243444&set=a.458763677552312&type=3&theater](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1865185550243444&set=a.458763677552312&type=3&theater). Acesso em: 26 mar. 2020.

época da campanha do 1º turno das eleições presidenciais em 2018. A postagem é composta de uma imagem em que aparecem duas pessoas, uma de costas para a outra, - possivelmente uma foto da mulher que fez a postagem com seu esposo, como aparece explicitado na descrição<sup>22</sup>. Na imagem, o rosto e a mão do homem são cobertos por emojis, sendo que o da mão remete ao símbolo de “arminha”, muito utilizado por Bolsonaro na campanha, já que ele é a favor do armamento da população. Como uma espécie de legenda da imagem, aparece a hashtag #EleSim, em verde, que era uma das cores da campanha do então candidato. Então, só pelos efeitos de sentido produzidos pela imagem, a qual sugere uma mulher segura de si e desafiadora, mas que ao mesmo tempo se apresenta acompanhada de um homem que simula estar armado<sup>23</sup>, podemos dizer que a internauta toma posição pelo #EleSim, identificando-se, ideologicamente, com as pautas defendidas por seu candidato. Mas chama mais a atenção a descrição que compõe a postagem, e que faz trabalhar a incompletude da imagem, como nos diz Lagazzi (2007). Assim, numa relação, não de complementaridade, mas de contradição com a imagem, essa descrição, retomada abaixo, funciona, discursivamente, como argumento para a tomada de posição desse sujeito-mulher que defende Bolsonaro Presidente.

### **SD1:**

Sou aquela Mulher Independente, Inteligente, bem sucedida, graduada e pôs graduada.

Mas Eu Amo Maquiagem, Um Lindo Vestido,

um Salto Alto, Amo Fazer Sobancelhas, as Unhas, Massagem.

AMO que o meu Marido pague a conta do restaurante, receber café da Manhã na Cama, abra a porta do Carro e me dê Presentes.

#EuSouFeminina 🗣️ 📝 📌 🕒 #feministaNÃOmeRepresenta

Quem Ta comigo? (Post realizado em 19 set. 2018)

---

<sup>22</sup> Essa mesma postagem pode ser encontrada na página pessoal da internauta e, na mensagem que a acompanha, se explicita a relação com o marido.

<sup>23</sup> A composição da imagem (a posição e gestualidade dos corpos retratados) reformula as representações da figura mítica de James Bond e suas Bond Girls, cujos sentidos se inscrevem no universo simbólico e estereotipado do homem representado como macho dominante e sedutor, que conquista poder e mulheres a partir de sua força e coragem. Cf. por exemplo os cartazes de divulgação do filme *Spectre* <https://imagens.app.goo.gl/GeMoAcmYBFkwZaV1A>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Ao falar de si, a internauta se descreve como uma mulher *independente, bem-sucedida, graduada e pós-graduada*<sup>24</sup>, o que produz a imagem de uma mulher realizada profissionalmente, com uma trajetória de superação pessoal. Em seguida, por meio da conjunção adversativa “mas”, introduz predicções que se mostram como contrárias às anteriores: amar *maquiagem, um lindo vestido, um salto alto, fazer sobancelhas, unhas, massagem*; pelo uso da caixa alta na grafia do verbo AMO, acrescenta, ainda, uma gradação na argumentação, introduzindo a predicção considerada mais forte: que o *marido pague a conta do restaurante, ofereça a ela café da manhã na cama, abra a porta do carro* e *lhe dê presentes*. E finaliza sua postagem fazendo o uso de duas hashtags: #EuSouFeminina; #feminista-NÃOmeRepresenta, seguidas da pergunta *Quem tá comigo?*, a qual funciona como uma forma de interpelar outras mulheres a aderirem a essas hashtags e, por sua vez, aos seus argumentos, replicando-as nas redes.

Observamos, nessa postagem, uma série de elementos que indicam a contradição pela qual o sujeito é atravessado e que podem nos dar pistas para a compreensão dos processos de identificação ideológica dessas mulheres. Antes de aprofundar teoricamente essa reflexão, é preciso lembrar, como já pontuado no item anterior, que o sujeito, para a teoria materialista do discurso, não coincide com a presença física do indivíduo humano. Os indivíduos, como nos mostra a tese althusseriana, são interpelados em sujeito pela ideologia (ALTHUSSER, 1985, p. 93). As ideologias, por sua vez, não são ideias, mas forças materiais, que não tem sua origem nos sujeitos, mas constituem os indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 2009, p. 120).

Uma vez interpelado pela ideologia, o sujeito sofre duas ilusões: de que é origem do seu dizer (esquecimento nº 1) e de que controla os sentidos daquilo que diz (esquecimento nº 2) (PÊCHEUX, 2009). E é justamente por estar afetado por essas ilusões que o sujeito é tomado pela contradição.

Voltando à descrição da postagem, observamos que funciona uma contradição entre ser mulher e ser feminista. Linguisticamente, a conjunção adversativa *mas* introduz um contra-argumento que opõe predicções que são apresentadas como excludentes entre si: as da ordem do “feminino” - usar *maquiagem, salto alto*, etc, receber um presente e outros agrados do marido - e as da ordem feminismo - ser *independente, bem-sucedida, graduada, pós-graduada*. Assim, aquilo que é da ordem do feminismo não se

---

<sup>24</sup> Os itálicos, aqui nas análises, servem como destaque para a retomada das marcas linguísticas das SDs.

inscreveria na ordem do feminino, o que é ratificado pelas *hashtags* que finalizam a postagem: *#EuSouFeminina*, *#FeministaNÃOmeRepresenta*. Essas *hashtags* significam a partir de uma oposição (as mulheres feministas NÃO são femininas), que se inscreve na formulação como discurso transversal, sustentando a articulação entre as duas *hashtags* na SD. Ou seja, a mulher feminista não representaria a mulher feminina PORQUE as feministas não gostariam de maquiagem e salto alto, nem de receber agrados do marido. Ao mesmo tempo, a partir desse lugar de enunciação de mulher-feminina se silencia que a independência da mulher e seu direito à educação e ao desenvolvimento profissional são conquistas do movimento feminista. Trata-se do funcionamento da contradição que, nas palavras de Pêcheux (2009, p. 142), se produz pela

[...] discrepância entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente (o pré-construído) e o sujeito responsável, identificável, que dá conta de seus atos [...]. O sujeito, pela sua ignorância, pode se submeter a essa contradição, ou apreendê-la por meio de sua agudeza de espírito.

No caso em análise, o pré-construído mobiliza justamente as conquistas do movimento feminista que são aqui silenciadas, já que o sujeito não apreende a contradição, mas a sofre, naturalizando sentidos que associam o “ser mulher” ao seu modo de se vestir e se comportar, declinados conforme o figurino conservador e machista. Considerando o histórico dessas páginas, conforme descrito acima, e principalmente as práticas de enunciação políticas adotadas pelo então candidato e atual presidente, Bolsonaro, reproduzidas por seus simpatizantes, é possível aproximar o funcionamento dessas afirmações, que mobilizam predicções próprias ao universo feminista – a realização profissional das mulheres - ao mesmo tempo que apagam sua inscrição no espaço de memória das conquistas do feminismo, ao funcionamento do cinismo (BALDINI, 2012), enquanto modo de dizer e de subjetivação que poderia ser descrito pelo enunciado: *Sei bem o que estou fazendo* [me apropriando de bandeiras feministas], *mas mesmo assim o faço* [apago a luta feminista e silêncio sobre suas conquistas históricas].

Entendemos, ainda, que, a partir dessa tomada de posição pelo **Ele Sim**, colocam-se em jogo dois lugares de enunciação, quais sejam: *Eu, mulher feminina X Nós, mulheres feministas*. Compreendemos a noção de lugar

de enunciação, a partir da discussão proposta por Zoppi-Fontana (1999, p. 23). Segundo a autora,

[...] os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições, porém consideradas as regras de projeção pelas quais as posições de sujeito, das quais esses lugares são parte integrante, se delimitam no interdiscurso, no processo contínuo de sedimentação das condições de produção.

Nessa relação com o Estado, o sujeito é individuado também pelo dado algorítmico, conforme discutimos no item anterior, sendo os lugares de enunciação um “modo de dizer” e de se representar imaginariamente o sujeito, sempre já determinado pela posição que ele ocupa discursivamente. Logo, esse modo de dizer - *#EuSouFeminina*, *#FeministaNAOmeRepresenta*, está determinado pela posição-sujeito que essa mulher ocupa, sua identificação com o movimento **Ele Sim**.

Essa mulher, então, diz do lugar de enunciação *Eu, mulher feminina*, e no seu dizer se opõe e nega o lugar de enunciação *nós, mulheres feministas*, representado como seu outro antagônico. Enquanto ela se reconhece como feminina, nega uma eventual identificação com as predicções que definem a mulher feminista, rechaçando esse lugar e o modo de dizer que o configura. Para avançar na reflexão sobre o que está em jogo nessa disputa entre esses dois lugares de enunciação, trazemos outra citação de Zoppi-Fontana (2017, p. 66):

Os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento. Esses modos de dizer mobilizam as formas discursivas de um *eu* ou de *nós*, de cuja representação imaginária a enunciação retira sua legitimidade e força performativa. É a partir desses lugares de enunciação, considerados como uma dimensão das posições-sujeito e, portanto, do processo de constituição do sujeito do discurso, que se instauram as demandas políticas por reconhecimentos e as práticas discursivas de resistência.

Partindo do que nos diz Zoppi-Fontana (2017a) sobre os processos históricos de silenciamento dos lugares de enunciação, bem como das formas discursivas de um *eu* e/ou de *nós*, entendemos que, nos discursos das

mulheres eleitoras de Bolsonaro, suas demandas se referem principalmente à reafirmação de uma tomada de posição, assumida enquanto tal (Pêcheux [1975] 2009) com imagens já estabilizadas e cristalizadas socialmente para a mulher pela dominação patriarcal. O lugar de enunciação *eu-mulher feminina* produz uma imagem de mulher definida pelas predicções de *mãe, esposa e vaidosa*, ou seja, as predicções que desenhavam o perfil de uma suposta mulher ideal, segundo o famigerado enunciado *Bela, recatada e do lar*<sup>25</sup>. O processo histórico que é aqui silenciado é justamente o das lutas dos movimentos feministas<sup>26</sup>, que conquistou para as mulheres o direito ao

---

<sup>25</sup> Zoppi Fontana (2018) desenvolve uma análise do funcionamento desse enunciado, descrevendo sua circulação e seus deslocamentos a partir da luta ideológica contra a imposição de uma imagem de mulher ideal defendida em publicação da revista *Veja*, datada em 18 abril de 2016, que propunha a figura de Marcela Temer como modelo.

<sup>26</sup> De acordo com Pêcheux (1990, p. 16) não é possível localizar a fonte de um processo revolucionário, tampouco pressupor “a existência de um germe revolucionário independente”. Se pressupormos isso, incorreríamos no equívoco, de atribuir ao feminismo, por exemplo, “o estatuto de contra-ideologias revolucionárias”. Isso supõe conceber as *ideologias dominadas* como “germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante”. É preciso, ao contrário, perceber que a dominação “se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas”, e não “em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente”. Assim, segundo Pêcheux (1990, p. 17), só poderíamos acessar os precedentes de um discurso revolucionário retornando “aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica”. Trazemos aqui essa reflexão de Pêcheux para pontuar que não será possível, no escopo deste artigo, retornar a esses pontos de resistência e de revolta do movimento feminista, reconstruindo a sua constituição histórica. Apenas lembramos que o movimento feminista está longe de ser homogêneo; ao contrário, é extremamente heterogêneo, e marcado por diferentes ondas, como ficaram conhecidas as fases da luta feminista em diferentes países. Sendo bastante reducionistas, retomamos algumas questões importantes sobre a constituição histórica do movimento feminista. No século XIX, surge a primeira onda do movimento feminista, cuja principal bandeira foi o direito ao voto, conquistado, no Brasil, somente em 1932. A essa primeira onda, seguem-se a segunda e a terceira. A segunda onda é marcada, principalmente, por reflexões acerca das questões de gênero, liberdade sexual, liberdade de escolha sobre a maternidade, direito ao aborto, entre outras opressões impostas às mulheres pela nossa sociedade patriarcal. Na terceira onda, iniciada nos anos 1990, começa a se desenhar uma heterogeneidade maior dentro do próprio movimento feminista, que passa por grandes transformações, marcadas pelo reconhecimento de uma pluralidade contraditória de mulheres e de demandas específicas, com destaque para o movimento feminista negro e LGBTTI. Hoje, vivenciamos a quarta onda do movimento feminista que incorpora a cibermilitância como forma de luta, na qual se situa, por exemplo, o movimento da Marcha das Vadias. No Brasil, essas quatro diferentes ondas não são bem demarcadas.

voto e ao acesso à educação, entre outros. Assim, o dizer das mulheres que enunciam a partir desse lugar de enunciação – *eu, mulher feminina* –, que está ancorado num processo de identificação individualizante, reforça os estereótipos de mãe, avó, esposa, beleza e docilidade já sedimentados como dominantes na sociedade patriarcal. Considerando os modos de dizer que configuram a enunciação de um sujeito, representados nas formas discursivas do *eu* e do *nós*, entendemos que, entre o *eu individual* e o *nós coletivo*, projeta-se imaginariamente, por antecipação, um *vocês* antagônico, no qual essa mulher feminina não se inclui nem reconhece: *vocês, feministas, não me representam*. É interessante observar, por fim, que a recorrência no corpus é o uso do *eu*, aparecendo bem raramente o *nós*, o que marca mais uma oposição entre o movimento do **Ele Sim** e do **Ele Não**, no qual a recorrência é o *nós*.

Portanto, o que se coloca em jogo, a partir desses dois lugares de enunciação, é uma disputa entre uma identificação como *mulher feminina*, ancorada na representação de um processo de superação das “limitações” a partir do empenho e mérito individual (sou *independente, graduada e pós-graduada*) e uma identificação ancorada em processos de luta coletiva e de construção de um sujeito político, *nós*, que denuncia a dominação estrutural e constrói demandas por equidade, a *mulher feminista*. A representação dos processos de identificação como uma trajetória de sucesso individual, descrita por Zoppi Fontana (2017b) como *alegoria do sucesso*, está no âmago do funcionamento do discurso neoliberal, que insiste na interpretação moral e mercantilista das relações sociais<sup>27</sup>. Os processos de identificação que configuram o lugar de enunciação da *mulher feminista*, ancorados na representação de um *nós* em luta coletiva, e que se materializam em movimentos como o **Ele Não**, se inscrevem em uma posição-sujeito antagônica, que tensiona, a partir do interdiscurso, a construção das evidências que sustentam os processos de interpelação projetados pelos enunciados *#EuSouFeminina, #FeministaNAOmeRepresenta*. Dessa forma, se configura, a partir do mecanismo da antecipação, a imagem do *vocês* antagônico, no qual nem o lugar de enunciação do *eu, mulher feminina* nem o do *nós, mulheres feministas* se incluem.

---

<sup>27</sup> Retomamos aqui as análises de Guilbert (2020) sobre as evidências construídas pelo discurso neoliberal.

Dando continuidade à análise, apresentamos essa outra postagem, que aparece como comentário-resposta da SD3, que analisaremos em seguida. Mas a trazemos aqui por considerar que ela dialoga com a hashtag *#feministaNÃOmeRepresenta*, que acabamos de analisar. Trata-se de uma postagem da página 2, realizada em 26 de setembro de 2018. Vejamos:

### SD2:



Fonte:<sup>28</sup>

Nessa SD, observamos uma postagem composta da imagem de Bolsonaro em branco, contrastando com sua silhueta em preto, e da formulação “Sou mulher e Bolsonaro me representa”, estando “mulher” e “me representa” destacados nas cores rosas. Na descrição da postagem, aparecem as seguintes hashtags: *#EleSim #Bolsonaro17*. Ao enunciar *Bolsonaro me representa*, esse sujeito-mulher rechaça o sentido contrário, que circula na formação discursiva (FD)<sup>29</sup> antagônica, na qual se inscrevem as mulheres que se identificam com o movimento do **Ele Não**. Podemos, assim, colocar

<sup>28</sup> Disponível em:

[https://www.facebook.com/photo.php?](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=946957065489108&set=p.946957065489108&type=3)

[fbid=946957065489108&set=p.946957065489108&type=3](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=946957065489108&set=p.946957065489108&type=3). Acesso em: 09 jul. 2020.

<sup>29</sup> Haroche, Pêcheux e Henry (1971) definem formação discursiva como “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada [...]” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p. 26). Courtine ([1981] 2009), ao retomar o conceito de Formação Discursiva em Pêcheux, afirma que a FD correlaciona, contraditoriamente, o nível do enunciado e o nível da formulação. E, ao propor essa correlação, insiste na importância do *interdiscurso como aquilo que regula o deslocamento das fronteiras da FD*, que passam a ser bem mais elásticas e porosas. É com tal noção de FD que operamos neste trabalho, entendendo que os movimentos **Ele Sim** e **Ele Não** se inscrevem em FD antagônicas, já que são determinadas por Formações Ideológicas igualmente antagônicas.



em relação de paráfrase essa formulação com a hashtag da postagem anterior: *#FeministaNAOMeRepresenta*.

Nessa mesma direção de sentido, entendemos que a formulação *Sou mulher* funciona como argumento tanto para o *#EleSim* quanto para *Bolsonaro me representa*, e está em relação de paráfrase com a formulação *#EuSouFeminina*, anteriormente analisada.

O argumento para o *#EleSim* funciona, então, como forma de negar o *#EleNão*. Embora estejamos diante de um enunciado afirmativo (**Ele Sim**), entendemos que, discursivamente, ele mobiliza dois tipos de negação, segundo as categorias propostas por Indursky (2013). A autora, ao discutir o discurso dos Presidentes militares, formula duas categorias para analisar o que ela chama de *negação externa*. Trata-se da *negação do discurso outro* e da *negação do pré-construído do discurso outro*. Tais negações, nas análises realizadas pela autora, funcionam em enunciados distintos, formulados por diferentes materialidades linguísticas. Diferentemente dos discursos analisados por Indursky (2013), no corpus aqui em análise, um mesmo enunciado, uma mesma formulação (o *Ele Sim*) vai colocar em funcionamento esses dois tipos de negação. Vejamos.

A *negação do discurso outro* apresenta duas características essenciais: a marca da negação é explícita e o discurso do outro é implícito (INDURSKY, 2013, p. 266, 267). No caso do **Ele Sim**, a marca da negação está explicitada pelo sim, já que essa afirmação só existe em função do que já é negado no discurso outro, no **Ele Não**. Estamos diante, portanto, de uma espécie de dupla negação. Assim, o dito em uma FD transforma-se em não-dito na outra, estando o **Ele Não** implícito na afirmação do **Ele Sim**. O funcionamento desse tipo de negação “transforma o *discurso do outro* em seu contrário e como tal o incorpora.” (INDURSKY, 2013, 267, grifos da autora). O **Ele Não** (discurso outro que é mascarado) transforma-se em **Ele Sim**, sendo que o primeiro funciona como *discurso transverso*<sup>30</sup>, fornecendo a matéria prima para que o sujeito enuncie o **Ele Sim** e, por sua vez, para que isso faça sentido.

---

<sup>30</sup> Segundo Pêcheux (2009, p. 154), o “discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*”, o qual fornece a *matéria prima* para o sujeito se constituir em “sujeito falante”, assujeitado à FD em que se inscreve.

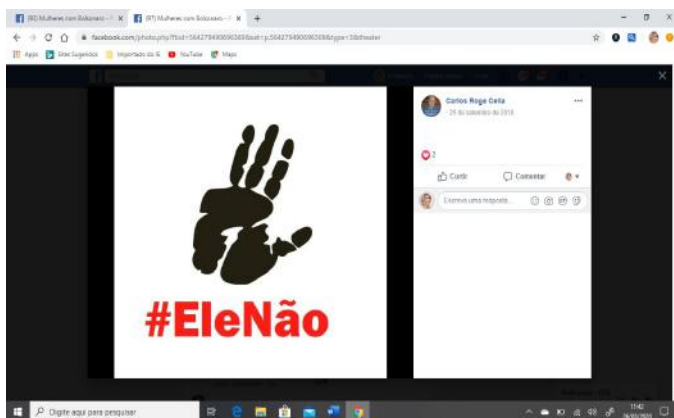
Já a *negação do pré-construído do discurso outro* “tem como escopo não o discurso do *outro*, mas o que lhe subjaz, o que lhe dá sustentação” (INDURSKY, 2013, p. 273, grifos da autora). Trata-se de negar enunciados pré-construídos provenientes do interdiscurso da FD antagônica, na qual o **Ele Não** se inscreve. “O escopo dessa negação visa desqualificar princípios que embasam e legitimam o discurso do outro” (INDURSKY, 2013, p. 275, 276), o que significa dizer, no caso em análise, que, ao afirmar **Ele Sim**, nega-se não somente o **Ele Não**, mas os argumentos que sustentam essa última tomada de posição, desqualificando, deslegitimando a luta dessas mulheres. Essa desqualificação pode ser apreendida em formulações como a que acabamos de analisar - *#FeministaNãOmeRepresenta* - bem como em formulações que incorporam pré-construídos a exemplo de *Ele não é machista* (que analisaremos adiante). O argumento apresentado na postagem em análise, materializado na formulação *Sou mulher*, mobiliza, por efeito de pré-construído, as evidências do que seria ser mulher e o que caberia/não caberia enunciar a partir desse lugar. A essa formulação se encadeia, por articulação sintática materializada na conjunção *e*, a outra formulação presente na imagem: *Bolsonaro me representa*. Discursivamente, um elemento de um domínio de pensamento (mulher não vota em Bolsonaro, que pertence à FD em que o **Ele Não** se inscreve) irrompe (pela operação da dupla negação já mencionada) num elemento do outro domínio (Sou mulher e Bolsonaro me representa, que pertence à FD em que o **Ele Sim** se inscreve) sob a forma do que Pêcheux (2009, p. 89) chamou de “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*.

Apresentando um funcionamento parecido de *negação do discurso outro*, um enunciado que circula na FD do **Ele Sim** é o **Ele Não** numa referência ao ex-Presidente Lula, de forma debochada, a partir da imagem de sua mão com 4 dedos, como na imagem abaixo. Consideramos que, nesse caso, opera uma espécie de negação às avessas, já que há uma apropriação do discurso que circula na FD antagônica para negá-lo, distorcer o seu sentido, usando-o como argumento por oposição (Ele [Bolsonaro] sim PORQUE Ele [Lula] não), mas mantendo a mesma formulação.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Não nos deteremos nessa análise, uma vez que esse não é o foco deste artigo. No entanto, não poderíamos deixar de mencionar a presença desse enunciado, que é recorrente nas páginas analisadas.

### SD3:



Fonte: <sup>32</sup>

A partir do *Sou Mulher*, coloca-se em jogo, mais uma vez, a relação entre ser feminina e ser feminista. Embora não se defina o que se entende por feminino, o modo como essas mulheres dizem, ao enunciarem “Sou mulher e voto em Bolsonaro”, reinscreve memórias a partir das quais o lugar social destinado à mulher suporta a determinação de predicções que definem papéis bem delimitados pela sociedade patriarcal: ser mãe, esposa, avó, bisavó; defender a família cristã; estar bem-arrumada (especialmente para o marido); predicções que seriam excludentes em relação de ser feminista. É a ideologia fornecendo “as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem” [...] o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Ao que acrescentamos: todo mundo sabe o que é uma mulher feminina, mas nem todos sabem o que é uma mulher feminista. Assim, sob o funcionamento do ideológico, um sentido se produz como evidente, homogêneo: a mulher feminista não teria traços interpretados como femininos, não gostaria de estar bem arrumada, rejeitaria a maternidade, entre outros efeitos. Tais sentidos fazem vir à tona um discurso conservador, moralista e, como já mostramos, neolibe-

<sup>32</sup> Disponível em:

[https://www.facebook.com/photo.php?](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=564279490696369&set=p.564279490696369&type=3)

[fbid=564279490696369&set=p.564279490696369&type=3](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=564279490696369&set=p.564279490696369&type=3). Acesso em: 11 jul. 2020.

ral, que nega as conquistas do movimento feminista, colocando em campos opostos o *eu* feminina e o *nós* feminista.

Dando continuidade à análise, apresentamos uma outra postagem da página 2, realizada em 26 de setembro de 2018, em que o enunciado *Sou mulher* comparece mais uma vez como argumento para o **Ele Sim**. Vejamos a **SD4**:

#### SD4:



Fonte: <sup>33</sup>

Como se observa, temos, mais uma vez, nessa materialidade significativa (LAGAZZI, 2007), uma relação, não de complementariedade mas de contradição, no sentido de que a imagem faz trabalhar a incompletude do enunciado verbal e vice-versa. Trata-se, na verdade, de um post de campanha do então candidato a deputado federal, Felipe Francischini, apoiador de Bolsonaro na campanha presidencial, e hoje líder do PSL na câmara federal<sup>34</sup>. O nome e número do deputado aparecem grafados no punho da mão de uma mulher-feminina, uma vez que está com as unhas feitas, e usa uma pulseira de pérolas (características da imagem de mulher-feminina, não feminista, produzida pelos efeitos de sentidos dominantes no corpus em análise). As marcas da contradição que atravessam esse sujeito se mostram no símbolo da arma, feito pela mão de unhas pintadas, que remete a sentidos armamentistas tradicionalmente associados ao universo masculi-

<sup>33</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/mulherescombolsonaroficial/photos/a.818711808317901/936988309823583/?type=3&theater>. Acesso em: 26 mar. 2020.

<sup>34</sup> Os posts com o nome desse deputado, ou assinados por ele, são recorrentes nessa página, o que demonstra que não se trata de uma página exclusivamente feminina.

no. Porém, dado que o argumento do armamento da população faz parte da FD na qual se inscreve o movimento **Ele sim**, o gesto de “fazer arminha” é incorporado como traço de identificação nesse lugar de enunciação<sup>35</sup>. Em letras brancas em destaque, sob um fundo rosa, cor do feminino, temos o enunciado *Sou mulher*, ao qual se encadeia *Sou Bolsonaro*. Tais enunciados apresentam o mesmo funcionamento discursivo da SD anterior. O @elesim aqui é marcado, não pela hashtag, mas pelo uso da arroba, com o prolongamento do ii, de forma a reforçar a tomada de posição pelo **Ele Sim**. Na descrição da postagem, uma sequência de enunciados-hashtags - funcionam #bolsomito #bolsonaro17 #felipefrancischini #felipefranciscini1777 #1777francischini #francischini #bolsonarobrasil #omitochegou - como paráfrases, de forma a buscar a adesão de outras/outros eleitores, tanto para Bolsonaro, o mito, quanto para Felipe Francischini, já que se destacam, além dos nomes dos candidatos, seus números. Trata-se de discursividades *prêt-à-porter*<sup>36</sup>, isto é, prontas para serem consumidas por outros internautas, eleitores. Ao se repetirem de forma exaustiva, alterando somente a ordem dos elementos apresentados, garantem o efeito cola a um sentido já evidente em torno dos significantes em destaque: Bolsonaro, Francischini, mito.

Voltando ao efeito de sentido paradoxal da mão da mulher fazendo símbolo de arma, que é uma regularidade no corpus em análise, entendemos que essa mulher, determinada pelo lugar de enunciação *Eu, mulher feminina*, identifica-se, ideologicamente, sob a forma da “intersubjetividade” e do “consenso”, com as pautas bolsonaristas. Daí o discurso do armamento. Trata-se da identificação do sujeito *consigo mesmo* e, simultaneamente, com o outro (com o minúsculo), no qual me reconheço, numa “mistura surpreendente de absurdo e de evidência, e do retorno do estranho no familiar”. (PÊCHEUX, 2009, p. 142).

Segundo o autor, é através do autocomentário (*Sou mulher, sou Bolsonaro...*), que o discurso do sujeito se desenvolve e se sustenta sobre si mesmo. O autocomentário caracteriza-se, então, como um

---

<sup>35</sup> A figura de Sara Winter, empunhando uma arma em cada mão e liderando o movimento dos 300, é emblemática nesse sentido e representa o funcionamento contraditório dos processos de identificação inscritos no lugar de enunciação *mulher-feminina*. Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53053329>. Acesso em: 29 jul. 2020.

<sup>36</sup> Denominamos aqui as discursividades *prêt-à-porter*, conforme Mariani (2018, p. 7), que as define como textos, vídeos, memes, imagens, hashtags etc, que são compartilhadas nas redes sociais, sem que, muitas vezes, o sujeito reflita sobre o que está compartilhando, produzindo um “efeito-cola, de adesão, como novos reenvios”.

[...] caso particular dos fenômenos de paráfrase e reformulação [...] constitutivos de uma formação discursiva dada, na qual os sujeitos por ela dominados se reconhecem entre si como espelhos uns dos outros: o que significa dizer que a coincidência (que é também conivência – e mesmo, cumplicidade) do sujeito consigo mesmo se estabelece pelo mesmo movimento entre os sujeitos, segundo a modalidade do “como se” (como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta), modalidade na qual a “incorporação” dos elementos do interdiscurso (pré-construído e articulação-sustentação) pode dar-se até o ponto de confundi-los, de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que isso é dito. (PÊCHEUX, 2009, p. 155).

É nessa perspectiva do autocomentário, do dizer sobre si mesmo que as relações parafrásticas em torno do enunciado *sou mulher* se produzem no interior da formação discursiva do **Ele Sim**. É pela busca da intersubjetividade e do consenso, pela busca do outro como espelho de si mesmo que as mulheres, eleitoras de Bolsonaro, reproduzem o projeto de país, o modelo de família cristã, o discurso da não corrupção, da nova política, etc, defendidos pelo seu candidato. É esse funcionamento que vamos observar na última SD, coletada no twitter. Vejamos a **SD5**:

### SD5:



Fonte:<sup>37</sup>

<sup>37</sup> Disponível em: <https://twitter.com/Cfogliene06/status/1236727926663581697?s=20>. Acesso em 11 jun. 2020.

Diferente das demais SDs, essa não foi produzida durante a campanha eleitoral, mas retoma uma manifestação da campanha, através do vídeo que acompanha a postagem, do qual trataremos a seguir. Esse tuíte foi realizado no dia 8 de março de 2020, dia em que se comemora o dia internacional da mulher, e apresenta uma série de enunciados-hashtags que funcionam, como já discutimos a partir da SD anterior, para produzir esse efeito cola a um sentido já evidente, tomado como homogêneo. Chama a atenção o modo como a internauta se identifica em seu perfil - *Cris, vovó do Joaquim* – reforçando a inscrição desse sujeito-mulher no lugar de enunciação *eu, mulher feminina, mãe, avó, que ama (com todo respeito) nosso presidente* e, por isso, vai à manifestação a favor do seu governo no dia 15 de março, tomada de posição materializada na hashtag #Dia15EuVou<sup>38</sup>. Na série de hashtags, temos #diadasmulheres, #MulheresComBolsonaro, #Dia15EuVou, que funcionam em relação parafrástica com o #EleSim. Observamos, portanto, uma retomada, pela incorporação de elementos do interdiscurso, do nome próprio dos grupos em análise - #MulheresComBolsonaro - reforçando a identificação com o #EleSim, mesmo após um ano de governo. Ao final da postagem, aparece um vídeo, que retoma um momento da campanha de Bolsonaro de 2018. E é nas falas das mulheres que aparecem nesse vídeo, que observamos os fenômenos de paráfrase e reformulação, no interior da formação discursiva do **Ele Sim**. Vejamos as formulações abaixo (SD4) que se constituem como autocomentários, e que são uma transcrição das falas de mulheres apresentadas nos momentos iniciais do vídeo.

- Mulher 1: E é por amor ao Brasil, por amor a Deus que nos encontramos aqui hoje, para defender a nossa família, a nossa nação.

---

<sup>38</sup> Acreditamos ser do conhecimento da maioria dos Brasileiros o fato de que, logo após o início da pandemia do coronavírus no Brasil, simpatizantes do Presidente, desrespeitando as recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde Brasileiro, compareceram às ruas no dia **15 de março** para um ato a favor do Governo Jair Bolsonaro. E o Presidente foi ao encontro dos seus apoiadores em Brasília, apertando as mãos de muitos manifestantes, tirando selfies, e sem utilizar máscara, embora, dias antes, tenha pedido, em rede nacional de rede e televisão e também nas redes sociais, que os atos fossem repensados/adiados. Daí surgiu, nas redes, as hashtags #Dia15EuVou, e #DesculpaJairMasEuVou. Outras informações sobre as manifestações do Presidente e a reação dos seus apoiadores podem ser encontradas em notícias como as disponíveis nos seguintes links: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/12/demascara-bolsonaro-faz-live-para-falar-sobre-coronavirus.htm>; <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/15/sem-aval-jair-bolsonaro-coronavirus-militantes-manifestacao-200-cidades.htm>. Acesso em: 14 jul. 2020.

- Mulher 2: Ele não está preso!
- Mulheres 3 e 4 juntas: Ele não é corrupto!
- Mulher 4: Ele não é machista! Ele não é homofóbico!
- Mulher 2 volta a falar: Ele não é racista!
- Mulher 5: Sou mulher e sou Bolsonaro!
- Mulher 3 volta a falar: Cristão, patriota, defensor da família!
- Mulher 2 volta a falar: que irá pôr fim à hegemonia da esquerda no país.
- Mulher 6: Sou mulher, sou Bolsonaro!
- Mulher 3 volta a falar: Sou mulher, sou mãe!
- Mulher 2 volta a falar: Sou mulher, esposa e sou Bolsonaro!
- Mulher 5 volta a falar: ... porque acredito que ele representa
- Mulher 7: sou mulher, sou bisavó com muito orgulho e sou Bolsonaro de cabeça e no coração. E a minha geração está indo embora, o futuro depende de vocês!

A partir das pistas linguísticas que observamos nessas falas, entendemos que elas se organizam, basicamente, em três famílias parafrásticas, (re)formulando o que (não) pode e (não) deve ser dito na FD antagônica, na qual se inscrevem discursos que tomam posição pelo **Ele Não**, de modo a reafirmar a sua posição pelo **Ele Sim**. Vejamos:

<b>Ele não está/é...</b>	<b>Sou mulher e...</b>	<b>Ele é/irá...</b>
<i>preso</i>	<i>sou mãe</i>	<i>cristão</i>
<i>corrupto</i>	<i>sou esposa</i>	<i>patriota</i>
<i>machista</i>	<i>sou bisavó</i>	<i>defensor da família</i>
<i>homofóbico</i>		<i>pôr fim à hegemonia da esquerda no país</i>
<i>racista</i>	<b>Sou Bolsonaro</b>	

Nessa primeira família parafrástica, esses sujeitos-mulheres, inscritos no lugar de enunciação *eu, mulher feminina*, reafirmam sua tomada de posição pelo **Ele Sim**, a partir de dois movimentos diferentes de negação que, no entanto, se relacionam entre si. Num primeiro movimento, desqualificam o candidato de oposição, que pertencia ao PT, e, ao mesmo tempo, defendem o seu candidato, comparando-o ao ex-presidente Lula que, no momento da campanha eleitoral, encontrava-se preso em Curitiba, acusado de corrupção. Daí a afirmação de que *ele não está preso* e *não é corrupto*. Nesse caso, o discurso do outro é revelado pelas características atribuídas a



esse outro (Lula especificamente aqui) e que não estariam presentes em Bolsonaro. Trata-se da *negação invertida do não-dito do discurso outro*: ele está preso, ele é corrupto. Ao incorporar o não dito da FD antagônica, há a transformação desse “discurso do outro em seu contrário” (INDURSKY, 2013, p. 267). No entanto, na passagem de uma FD a outra (do **Ele Não** ao **Ele Sim**), há também a mudança do referente. Assim, “Lula está preso”, “Lula é corrupto” transforma-se em “Bolsonaro não está preso”, “Bolsonaro não é corrupto”. É importante pontuar, por fim, que o movimento do **Ele Não** não defendia o ex-presidente, nem surgiu com esse propósito, como mostramos no primeiro tópico deste artigo.<sup>39</sup>

No segundo movimento, ao se apropriarem de elementos do inter-discurso vindos da FD antagônica, distorcem o sentido que lá circula de que Bolsonaro é *machista, homofóbico e racista*. Trata-se do funcionamento da *negação do pré-construído do discurso outro*, já analisado em SD2, que visa desqualificar o que dá sustentação à tomada de posição pelo **Ele Não**.

Tanto no primeiro como no segundo movimento, o referente é o mesmo, isto é, o **Ele** refere-se a Bolsonaro, mas o modo como a negação funciona em cada movimento tem suas especificidades, conforme já mostramos. Também na relação de disputa de sentidos entre uma FD e outra, o **Ele** continua fazendo referência a Bolsonaro. O que ocorre é que, a partir de um movimento de apropriação de uma formulação que circulou na FD do **Ele Não**, há uma distorção dos sentidos quando essa mesma formulação passa a circular na FD antagônica, a do **Ele Sim**. Isso é ratificado pela citação clássica de Pêcheux (2009, p.147) de que “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”, sendo “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, 2009, p. 146) de produção.

Na segunda família parafrástica, estão em relação de paráfrase com o enunciado *Sou mulher*, os enunciados *sou mãe, sou esposa e sou bisavó*, predicções que são associadas como evidências à identificação como *mulher (feminina)* na sociedade patriarcal. E esse conjunto de enunciados funcionam como argumento para o voto em Bolsonaro, já que ele é apresentado como um *defensor da família*.

Por fim, na terceira família parafrástica, aparecem outros enunciados que destacam as características de Bolsonaro, agora não mais por um

---

<sup>39</sup> Embora o **Ele Não** se descrevia como apartidário, muitas eleitoras do PT e defensoras da liberdade do ex-Presidente Lula aderiram ao movimento. Então, nas manifestações de rua ocorridas em 29 de setembro de 2018, apareceram sim bandeiras de **Lula Livre**.

funcionamento da negação, mas sim pela afirmação do que ele é, e do que irá fazer: ele é *cristão, patriota, defensor da família*.

Observamos, assim, que essas três famílias parafrásticas vão se reformulando, no interior da FD do **Ele Sim**, mas sempre apontando para a mesma direção de sentido. Os sujeitos, como diz Pêcheux ([1975]2009), ao produzirem o autocomentário, reconhecem-se como *espelhos uns dos outros*. O *eu* afirma o que o outro, que se identifica com as mesmas pautas, quer ouvir, produzindo um efeito de consenso, de se reconhecer na relação com o outro; o *eu* nega, por sua vez, sentidos que produzem consenso na FD antagônica, os quais ele não reconhece ou mesmo desconhece, necessariamente para se (re)afirmar na sua tomada de posição. Assim, num jogo entre reconhecimento e (des)conhecimento, essas mulheres se reconhecem no lugar de enunciação *eu, mulher feminina*, mas desconhecem a memória da luta feminista que as permitiu dizer desse lugar. Daí, a projeção imaginária da posição antagônica como um *vocês-mulheres-feministas*, no qual o *eu* não se inscreve, ao qual *eu* não pertence.

### **Efeito de fechamento...**

O percurso realizado nesse artigo partiu das condições de produção de dois movimentos que se produziram em campos antagônicos da luta política - o **Ele Não** e o **Ele Sim** -, observando, entre outros elementos do contexto sócio-histórico, o modo como o dado tecnológico determina os modos de subjetivação dos sujeitos nas redes sociais, e como as hashtags impulsionam a circulação de determinados discursos. Em seguida, buscando um movimento entre teoria e análise, procedemos à análise de sequências discursivas, retiradas de páginas do Facebook e do Twitter, enfocando o modo como, nessas SDs, funcionava a modalidade de identificação representada como uma tomada de posição pelo **Ele Sim**. Destacamos, aqui, os pontos principais das análises realizadas.

As mulheres, eleitoras de Bolsonaro, ao tomarem posição pelo **Ele Sim**, dizem de um lugar de enunciação que designamos como *eu, mulher-femina*, o qual reproduz um discurso conservador estereotipado sobre o que é ser mulher. Ao assumirem esse lugar de dizer a partir de processos de identificação individualizantes que configuram a representação do sujeito como um *eu (sou mulher, sou mãe, sou avó, sou esposa etc)*, a enunciação dessas mulheres se inscreve e reforça o funcionamento do discurso neoliberal, que produz as evidências da responsabilidade individual sobre a pró-

pria trajetória de (in)sucesso dos sujeitos, apagando as determinações históricas e estruturais que organizam as relações sociais a partir de práticas de dominação política, exploração econômica e opressão sociocultural. Essa ancoragem na enunciação de um *eu* que se reconhece espetacularmente em outros *eu*, *mulher-feminina*, plenamente identificados no funcionamento da *alegoria do sucesso individual e do feminino universal*, nega as formas coletivas de luta, sustentadas por processos de identificação ancorados na denúncia e em demandas plurais e desestabilizadoras da ordem patriarcal. Por isso, essas mulheres afirmam que as mulheres feministas não as representam e precisam se opor ao movimento do **Ele Não**, que é rechaçado como o outro antagonico. Ao enunciarem do lugar de enunciação representado como *eu*, *mulher-feminina*, as mulheres pró-Bolsonaro projetam por antecipação a imagem das mulheres às quais elas se opõem, que são representadas como: *vocês*, *mulheres feministas*.

Porém, entendemos que essa imagem, projetada do interior dos processos de identificação/reconhecimento/desconhecimento que configuram o lugar de enunciação do *eu*, *mulher-feminina*, funciona discursivamente no entremeio entre o *eu* que representa esse lugar e o *nós*, que representa o lugar de enunciação *mulher-feminista*. Como o *nós* é raramente convocado por essas mulheres eleitoras de Bolsonaro, mas é recorrente no modo de dizer do movimento feminista, o *vocês-feministas* surge como o simulacro do discurso-outro (MAINGUENEAU, 1990), no qual nem o *eu-mulher-feminina* nem o *nós-mulheres-feministas* se incluem ou reconhecem. É o lado de fora das identificações especulares, a terceira margem que traz a contradição para o interior dos processos de identificação, rompendo com a ilusão das identificações intersubjetivas: trata-se do engodo impossível de falar do lugar do outro: *se eu fosse você*. Essa impossibilidade de simetria e intercambiabilidade entre as posições-sujeito, belamente descrita por Pêcheux ([1975]2009) ao tratar do mito continuísta empírico-subjetivista, se materializa na dissimetria e contradição do funcionamento do lugar de enunciação *nós-mulheres feministas*. Se, por um lado, o lugar de enunciação *eu*, *mulher feminina* nega/rejeita as predicções atribuídas à imagem de mulher-feminista, a luta do movimento feminista e, especificamente, o lugar de enunciação representando como *nós-mulheres feministas* não rejeita necessariamente predicções atribuídas a um modo de ser interpretado como feminino, que comparece deslocado e equívoco no interior dessa FD. Mas essa já seria uma outra análise para um trabalho futuro. Apenas mencionamos, aqui, a título de exemplo, o modo como o movimento “Mu-

lheres Unidas contra Bolsonaro” se descreve em sua página: “O MUCB é formado por um coletivo de mulheres comprometidas e engajadas com a causa e tudo que envolve o **ser feminino**, que em sua grande maioria trabalha, tem família com maridos, companheiras, filhos – há uma vida inteira do outro lado da tela do computador.”

Os processos de identificação que configuram o lugar de enunciação *eu-mulher-feminina* estão, de forma concomitante, determinados:

1) por um lado, pelo modo como o dado algorítmico individualiza os sujeitos, pela replicação espontânea de hashtags do #EleSim. Ao replicarem tal hashtag, as mulheres pró-Bolsonaro buscam a aderência de outras mulheres e produzem uma ilusão de consenso nas redes sociais sobre o que é a mulher feminina;

2) por outro, pela ideologia da sociedade patriarcal, de modo a reproduzirem discursos conservadores, cuja pauta principal são a moral e os bons costumes (*a família cristã, patriota*, que defende a vida e também a utilização de armas). Ao reproduzirem tais discursos, de maneira contraditória, produzem “[...] um apagamento dos processos históricos que estabeleceram a desigualdade de gênero e a condição de opressão das mulheres pela sociedade patriarcal” (BRANDÃO, 2020, p. 107).

Buscando ir na contramão dessas identificações individualizantes que reforçam a ordem patriarcal, nos reconhecemos no lugar de enunciação do *nós* heterogêneo e contraditório, construído historicamente nas lutas feministas, que toma a voz e a palavra no grupo de Mulheres Unidas contra Bolsonaro:

Somos LIVRES! Não somos fraquejadas! Esse papel não nos cabe. Somos sim protagonistas da nossa própria história e não daremos sequer um dia de trégua aqueles que querem cercear a nossa voz e cercear nossos direitos!<sup>40</sup>

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª Ed., Rio de Janeiro: edições Graal, 1985.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <https://mucb.com.br/sobre-a-mucb/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

ARAÚJO, Wecio P. A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas tecnológicas de dominação social. *In: Academia.edu, Draft*, João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/43109518/A\\_IDEOLOGIA\\_NA\\_ERA\\_DIGITAL\\_A\\_IMAGEM\\_E\\_OS\\_ALGORITMOS\\_COMO\\_FORMAS\\_TECNOL%C3%93GICAS\\_DE\\_DOMINA%C3%87%C3%83O\\_SOCIAL](https://www.academia.edu/43109518/A_IDEOLOGIA_NA_ERA_DIGITAL_A_IMAGEM_E_OS_ALGORITMOS_COMO_FORMAS_TECNOL%C3%93GICAS_DE_DOMINA%C3%87%C3%83O_SOCIAL). Acesso em: 13 jun. 2020.

BALDINI, Lauro. Discurso e cinismo. *In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. (Org.) Discurso e...* Rio de Janeiro, 7Letras/Faperj, 2012, p. 103-112.

BRANDÃO, Renata O. Divisões nos sentidos de ‘mulher’: argumentação, enunciação e político. *In: Letras & Letras*. Uberlândia, vol. 36, nº 1, jan.-jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50529>. Acesso em: 16 jul. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. [1981]. **Análise do discurso político**: o discurso, comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DANTAS, Marcos. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Revista Eptic Online**, Vol. 16, Nº 2, p. 89-112, mai-ago 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/2167>. Acesso em: 03 jul. 2020

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

FRANÇA, Thiago A.; GRIGOLETTO, Evandra. Imagens do/no espaço virtual: sobre as condições de produção do discurso de ódio no Facebook. *In: SILVA, Francisco V. da; ABREU, Kelvya. F. (Org.) O império do digital*: teoria, análise e ensino. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2018, p. 33 -56.

GRIGOLETTO, Evandra; SOUZA, Fabiana F. N. de. O funcionamento discursivo do #EleNão das redes às ruas: entre a memória e a resistência. *In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabielle. S.; DELA SILVA, Silmara. (Org.) Discursos de resistência*: literatura, cultura, política. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, p. 216 – 235. Disponível em: <https://www.neplev.com.br/e-books>.

GRIGOLETTO, Evandra. O discurso nos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SCHONS, Carme R. (Org.) **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária - UFPE, 2011, p. 47 - 78.

GRIGOLETTO, Evandra; GALLI, Fernanda C.S. Discursividades online: o processo de (des)identificação pelas *hashtags*. Sead. 2019, Recife, **Anais...**, Recife, 2019. p. 1 – 6. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/9SEAD/SIMPÓSIOS/S5\\_EvandraGrigolettoe%20FernandaGalli.pdf](http://anaisdosead.com.br/9SEAD/SIMPÓSIOS/S5_EvandraGrigolettoe%20FernandaGalli.pdf). Acesso em: 07 jul. 2020.

GUILBERT, Thierry **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Trad. Mônica Zoppi Fontana *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Pierri. [1971] A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13 – 31.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo na memória. *In*: Sead. 2007, Porto Alegre, **Anais...**, Porto Alegre, 2007, p. 1-6. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad: Freda Indursky [et. al.]. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MARIANI, Bethania. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. *In*: **Entremeios - Revista de Estudos do Discurso** [on-line], Seção Estudos, Pouso Alegre, v. 17, p. 3-18, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/675.pdf> . Acesso em: 13 jul. 2020.

MARTINO, Luis M. S. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

PAVEAU, Marie-Anne. “Hashtag”, Technologies discursives. *In: Carnet de recherche*, maio 2013. Disponível em: <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=488>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a, p. 61- 161.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi [et.al.]. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. *In: Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 19, p. 7-24, jun./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997b.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Lugares de enunciação e discurso. *In: Revista Leitura*. Maceió, AL, Nº 23, p. 15-24, 1999.

PÊCHEUX, Michel. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *In: Conexão Letras*. Porto Alegre, RS, v. 12, n. 18, p. 63 -71, 2017a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Domesticar o acontecimento: metáforas e metonímias do trabalho doméstico no Brasil. *In*: ZOPPI FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. (Org.) **Mulheres em discurso**: identificações de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017b, p. 123-159.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Argu(meme)ntando: argumentação, discurso digital e modos de dizer. *In*: PIRIS, Eduardo L.; AZEVEDO, Isabel C.M. (Org.). **Discurso e argumentação**: fotografias interdisciplinares. v.1. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p.138-157.



## TRANSTORNO MENTAL E(M) MULHERES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Fernanda Lunkes

*O nome dela é  
Miss Lexotan 6mg garota  
O nome dela  
Miss Lexotan 6mg garota  
Ela não consegue relaxar  
Ela não consegue nem ao menos dormir  
Ela é tensa só porque seu amor não vive em São Paulo  
Nem em Porto Alegre, em lugar nenhum  
Ela tem andado meio frígida  
Tem se preocupado com as coisas do coração  
Ela teme intensamente que jamais conheça um carinha  
Que vai comê-la estando apaixonado*

### Ponto de partida

Para iniciar este texto, trago um fragmento da música “Miss Lexotan”, composta por Flávio Basso<sup>1</sup>, a fim de destacar alguns pontos que interessam nessa empreitada teórico-analítica. O primeiro deles diz respeito ao título da música, cujo sentido produz sobre a mulher uma forte relação com medicamentos. Produz-se o efeito de que a utilização do medicamento feito por essa mulher não tem como objetivo um tratamento esporádico e/ou específico: trata-se de um uso constante e necessário, o que permite designá-la pelo nome de fantasia do medicamento.

Também é necessário levar em conta o comparecimento da forma de tratamento ‘Miss’. A partir das diferentes acepções presentes no dicio-

---

<sup>1</sup> A música também foi regravada pela banda *Ira*, no álbum “Você não sabe quem eu sou” (1998).

nário *Houaiss*<sup>2</sup> (2009), o termo pode comparecer tanto para se falar para/ sobre uma mulher solteira, assim como para fazer menção aos clássicos concursos de beleza. Relacionemos os dois sentidos à letra da música.

No que diz respeito aos concursos de beleza, sabe-se que mulheres, que podem concorrer a partir de determinadas condições<sup>3</sup>, disputam pelo posto de representante de um determinado grupo e/ou espaço (cidade, estado, país) com base em critérios – beleza, inteligência, personalidade, talentos – que serão avaliados por um determinado número de jurados. As candidatas devem inscrever uma série de gestos do imaginário do corpo discursivo que sustentam a posição de *Miss*: elegância, delicadeza, generosidade. Não se pode aqui prescindir do político e de como há uma ordem inscrita “*nos corpos e entre os corpos*” (HAROCHE, 1998, p. 83, itálicos do original) da mulher. Assim, a candidata deve também, durante o concurso, conter e atenuar algumas emoções; tanto aquelas relacionadas à vitória quanto ao choro desgostoso da derrota devem ser limados, já que um excesso corre o risco de produzir sentidos indesejados (vulgaridade? histeria?) à maior representante – sobretudo de beleza, mas não apenas – em um concurso de mulheres.

Já o sentido dicionarizado do termo ‘miss’, relacionado à mulher solteira, encaminha para um reconhecimento de outra ordem. É ainda comum que, após o casamento, a mulher adote o sobrenome do marido<sup>4</sup>, o que passa a filia-la a outra árvore genealógica. A letra da música, por sua vez, silencia o sobrenome de um marido – e mesmo da família da mulher – para incluir o nome de um medicamento. Os efeitos produzidos pelas fren-

---

<sup>2</sup> O dicionário *Houaiss* traz as seguintes definições para a palavra *Miss*: “1 nos países de língua inglesa e internacionalmente, forma de tratamento formal que antecede o nome de uma mulher solteira 2 a primeira colocada num concurso que elege a jovem mais bonita de um lugar a que obteve a preferência da maioria dos julgadores, com relação a outras qualidades (simpatia, p.ex.) [...] 3 p.ext. moça muito bonita e vistosa.” (HOUAISS, p. 2009, p. 1299).

<sup>3</sup> Não ter filhos, não ser casada, não ter fotos ou filmagens nuas: eis alguns dos critérios que possibilitam (ou não) a participação de uma mulher nos tradicionais concursos de beleza. Fonte: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/miss-universo/entenda-como-funciona-o-concurso-miss-universo,54089567c3d4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 04 mar. 2020.

<sup>4</sup> Não discutirei as mudanças no Código Civil Brasileiro, em 2002, e que permitiram a adoção, pelo homem, do sobrenome da mulher, prática que vem aumentando (<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/01/aumenta-numero-de-homens-que-adotam-sobrenome-da-esposa.html>).

tes de luta feministas são silenciadas para retomar uma memória de submissão da mulher, não mais a um homem, mas a um medicamento.

Vale também ressaltar os motivos pelos quais a mulher faz uso de medicamento. A música aponta para algumas razões, que fazem comparecer no fio do discurso aspectos sexuais (frigidez) e amorosos (a mulher é tensa porque ainda não encontrou seu amor verdadeiro), cujos efeitos ressoam no cotidiano (como a insônia). Os sentidos do uso do medicamento pela mulher, portanto, não se relacionam a quadros depressivos graves ou outros transtornos que exijam prescrição, controle e supervisão por um profissional qualificado. Trata-se de um uso rotineiro, sem que isso deixe de apontar para uma extrema necessidade, relacionado ao imaginário construído sobre a mulher: *toda* mulher é *muito* preocupada, *toda* mulher ama e espera ser amada – nesse caso, *toda* mulher associa amor e sexo. Trata-se, de certa forma, de reinscrever a memória discursiva da mulher histérica, que precisa ser controlada e cujo merecimento de amor pode até mesmo ser questionado (quem ama/pode amar uma histérica/louca?).

Nas práticas discursivas que circulam em nossa formação social ainda se produz sobre a mulher a imagem de alguém não apenas potencialmente, mas necessariamente medicável. Desloca-se de um funcionamento contingente para necessário, produzindo efeitos nos dizeres sobre a mulher e suas emoções até mesmo nas instâncias mais ordinárias<sup>5</sup>.

Sem pretender esgotar os sentidos produzidos pelo fragmento recortado, é possível afirmar que a música mobiliza sentidos que estabelecem uma relação direta entre mulher e uso de medicamentos, sobretudo ansiolíticos, tranquilizantes e antidepressivos. É comum encontrar em outros objetos culturais<sup>6</sup> essa construção imaginária da mulher que deve e precisa recorrer ao uso de medicamentos, sob pena de romper com aquilo que dela é esperado – a moderação, a contenção das emoções.

---

<sup>5</sup> Relaciono esse ponto ao que Certeau, Giard e Mayol (2013, p. 47) afirmam sobre a conveniência: “Ela se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social proibindo que aí se distribua em qualquer ordem e a qualquer momento não importa que comportamento social. Ela reprime o que ‘não convém’, ‘o que não se faz’.”. Com essa perspectiva, compreendo que, se não convém a uma mulher expressar algumas – ou quase todas – emoções, o medicamento atua como recurso necessário para que sejam silenciadas.

<sup>6</sup> Objetos culturais são mencionados a partir de Davallon (2010, p. 35): “O conjunto dos objetos concretos [...] que resultam de uma produção formal e que são destinados a produzir um efeito simbólico”.

Deve-se questionar o que pode significar, no discurso sobre a mulher, a *explosão de emoções*<sup>7</sup>. De forma preliminar, compreendo que há um enlaçamento de sentidos entre mulher e efeitos de histeria, perda da calma, insanidade, loucura, escândalo. Sentidos que inscrevem a mulher ao incontrolável e incontornável – *toda mulher está sujeita a ataques*. O medicamento, portanto, atua como um elemento fundamental para que ela se mantenha ‘sob controle’, ‘calma’. Trata-se de um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002) naturalizado em nossa formação social e que foi ressignificado com o lançamento de medicamentos como tranquilizantes e ansiolíticos.

Em trabalho anterior, em parceria com Garcia (2019), analisamos o *discurso sobre* (MARIANI, 1998) Dilma Rousseff na mídia durante o período do golpe/*impeachment* em relação ao discurso sobre Michel Temer. Na análise do *discurso sobre* Dilma foi possível apreender, em diferentes materialidades significantes, um efeito de deslegitimidade e incapacidade para a posição de presidenta a partir da mobilização de um imaginário de descontrole e excesso nas ações (gritar, xingar, quebrar móveis). Nas análises, designou-se preliminarmente de “efeito de histeria” os sentidos produzidos sobre essa mulher que ocupava uma posição de poder, cuja força material se faz pela retomada de uma memória discursiva que relaciona histeria ao feminino.

O presente trabalho de alguma maneira dá continuidade ao estudo supracitado no que se refere ao *discurso sobre* (MARIANI, 1998) na mídia; neste caso, busco compreender as relações de sentidos no discurso jornalístico entre mulheres e transtornos mentais, buscando apreender tanto alguns dos efeitos de evidência produzidos nessa relação, assim como os processos de silenciamento (ORLANDI, 2002) produzidos em tais dizeres.

Acerca do funcionamento do *discurso sobre*, recorro a Mariani (1988), que propõe essa noção. Para a autora, o *discurso sobre* produz um efeito imediato de objetificação do assunto sobre o qual se fala e, por conseguinte, um efeito de distanciamento em relação àquele que diz – o que sustenta o imaginário de imparcialidade. Trata-se de uma “institucionalização dos sentidos [...] no efeito de linearidade e homogeneidade” (MARIANI, 1998, p. 60).

---

<sup>7</sup> Destaco a expressão para mobilizar a não casualidade desse uso. Poderia-se dizer, por exemplo, “perder o controle”, formulação dominante quando se fala sobre homens. Trata-se de apontar para um gesto de leitura nos processos discursivos sobre o que se pode e deve dizer sobre as emoções de uma mulher em relação às de homens.

Para esta pesquisa, duas matérias foram eleitas como objetos de análise. A primeira foi retirada da revista *Exame*<sup>8</sup>, de 17 de dezembro de 2018, sobre a síndrome de *Burnout*; a segunda, da revista *Saúde*, foi publicada em 11 de junho de 2019<sup>9</sup> e aborda as recentes pesquisas sobre depressão feminina. Situairei alguns processos de produção de sentidos sobre transtornos mentais em mulheres, os processos de silenciamento operados e os efeitos de sentidos produzidos sobre o corpo das mulheres em relação aos transtornos mentais.

## Saúde e transtorno mental

A Organização Mundial da Saúde (doravante, OMS) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”<sup>10</sup>. Concebida enquanto um direito, a OMS reconhece a saúde como um ponto inerente da prática cidadã e cujo acesso não pode ser obstaculizado por questões raciais, religiosas, políticas e de classe. O texto do documento ainda a define como um “valor coletivo, um bem de todos”.

Do ponto de vista discursivo, o discurso estabelece o encontro entre língua e ideologia. Esta é compreendida como mecanismo que produz efeitos de evidências do e para o sujeito (MARIANI, 1998) a partir de determinadas condições de produção. Com essa perspectiva, a ideologia funciona nos dizeres sobre saúde e transtorno mental produzindo sentidos por e para sujeitos que ocupam determinadas posições, operando recortes de uma ou mais formações discursivas. Ao analista cabe colocar em suspenso os efeitos de evidência em jogo em um determinado discurso e também apontar para o que não é dito, mas que não deixa de produzir sentidos (ORLANDI, 2002).

Retomando a definição de saúde divulgada pela OMS, é importante situar um processo de silenciamento bastante consequente para a discussão proposta neste trabalho. Dos pontos citados que devem ser superados para um acesso igualitário a bens e serviços relacionados à saúde, pode-se

<sup>8</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/entenda-a-sindrome-que-afetou-ex-apresentadora-da-globo/> Acesso em: 25 jan. 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/por-que-a-depressao-e-mais-comum-em-mulheres-novo-estudo-tenta-responder/> Acesso em? 25 jan. 2020.

<sup>10</sup> Fonte: [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro\\_internacional\\_saude/documentos/textos\\_referencia/00\\_palavra\\_dos\\_organizadores.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/00_palavra_dos_organizadores.pdf) Acesso em: 03 fev. 2020.

depreender um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002) em relação a gênero. Trata-se de um silenciamento que não deixa de produzir efeitos, entre os quais destaco: universaliza/homogeneiza os sujeitos e apaga a desigualdade no tratamento dispensado a homens em relação, por exemplo, a mulheres, que interessa neste momento<sup>11</sup>.

Com o propósito de destacar justamente a desigualdade em tais relações, trago o estudo de Sánchez (2017) sobre a vida e obra de Simone de Beauvoir, o qual aponta para a importância e o impacto do trabalho desenvolvido por essa intelectual no século XX. Para explicar o funcionamento do androcentrismo, Sánchez mostra como as práticas discursivas produzem diferentes efeitos sobre doenças por conta dos critérios empíricos que não escapam às questões de gênero. A autora cita como exemplo o diagnóstico tardio dado às doenças vasculares em mulheres, e afirma que

A descrição dessas doenças foi feita classicamente com base em pacientes homens; o mesmo aconteceu com os tratamentos e com os exames clínicos, nos quais se utilizavam predominantemente homens. O masculino apareceria como a norma, e o feminino como um desvio desse padrão. Da mesma forma, quando os homens não se encaixam dentro da norma androcêntrica e se ‘desviam’ dela, também são diagnosticados tardia ou erroneamente, como acontece nos casos de depressão masculina, já que a depressão é considerada uma doença ‘de mulheres’, da mesma forma que os enfartes ‘são próprios de homens’. (SÁNCHEZ, 2017, p. 69).

Pode-se depreender que, embora a OMS não faça menção a gênero para falar em práticas desiguais, Sánchez aponta para o que no discurso médico escapa ao que poderia ser “puramente técnico”, expressão que, a partir de Althusser (2008), mobiliza um funcionamento ideológico sobre o processo de textualização das doenças e sobre os sujeitos cujas doenças podem (ou não) ser associadas. Destaco uma discursividade médica que produz uma incidência diagnóstica de depressão de forma dominante sobre a mulher, ao mesmo tempo que opera processos de silenciamento em torno

---

<sup>11</sup> Faço tal recorte por entender que essa questão abre diversas e complexas possibilidades de análise, como por exemplo o tratamento dispensado a mulheres pobres, a mulheres negras, a portadores de necessidades especiais, a grupos LGBTQI+ e(m) suas especificidades. Em alguns casos, não se trata apenas de situar *como* ocorre o acesso ao sistema de saúde; a depender do grupo, o debate e a problematização passam antes por situar *se* há possibilidade de acesso.

da depressão em homens. Com base em Mariani (1998) é possível propor a seguinte “equação linguística”: mulher = transtorno mental.

Em uma abordagem que problematiza o discurso dominante de e sobre saúde, Dupuy e Karsenty (1980) afirmam que a saúde é uma “norma social”. Desse modo, a doença não escapa às formações ideológicas de uma dada conjuntura, de forma que enquanto um determinado estado físico é considerado mórbido em um espaço, em outro é reconhecido como normal.

Se diferentes questões e problemas se impõem para o que é da ordem do orgânico, posto que a ciência não escapa das coerções ideológicas de uma determinada formação social, o mesmo se pode afirmar em relação à saúde mental. Nesse sentido, devem ser destacados os critérios que o discurso médico estabelece para determinar quando o sujeito pode ser diagnosticado com transtorno mental. Em estudo anterior (LUNKES, 2018), problematizei a diferença entre o diagnóstico de doenças somáticas e transtornos mentais, apontando para alguns dos impactos dos critérios estabelecidos em relação e estes últimos. Na obra *Doença mental e psicologia*, Foucault questiona: “se parece tão difícil definir a doença e a saúde psicológicas, não é porque se tenta em vão aplicar-lhes maciçamente conceitos destinados igualmente à medicina somática?” (FOUCAULT, 1975, p. 7).

Mesmo os quadros clínicos somáticos, explica Foucault (*ibid.*), colocaram em xeque a distinção entre o normal e o patológico. O organismo apresenta reações que podem ser consideradas normais para o sistema fisiológico, enquanto no discurso médico são consideradas ciclos de uma doença. O autor busca em seu estudo colocar em suspenso a radicalidade dos sentidos construídos pelo discurso médico entre o normal e o patológico.

Tal percurso dá mais vigor para a tomada de posição do autor: não é possível assumir prontamente uma unidade entre processos orgânicos e psicológicos. Não é possível, assim, alçar o transtorno mental sustentado em critérios adotados para o diagnóstico de problemas somáticos. O autor faz um levantamento dos sintomas relacionados a alguns transtornos mentais e afirma: “A personalidade torna-se, assim, o elemento no qual se desenvolve a doença, e o critério que permite julgá-la; é ao mesmo tempo a realidade e a medida da doença.” (FOUCAULT, 1975, p. 15).

A histeria comparece como um de seus exemplos. Como já afirmado, a histeria tem sido historicamente vinculada à mulher, em uma trama

discursiva que coloca em jogo, ao mesmo tempo, uma falta de autocontrole e um excesso da mulher nas reações, nos vestígios dos sintomas inscritos no corpo e no simbólico. Nas palavras do autor, toda patologia mental depende de “um fato histórico” (*ibid.*, p. 21), o que aponta, da perspectiva discursiva, para uma historicidade do transtorno mental. Desenvolvendo um pouco mais esse ponto, é possível relacionar a histeria concebida por Foucault com a historicidade de um sentido que se regulariza no *discurso sobre a mulher* enquanto uma “produção ininterrupta que na linguagem organiza sentido para as relações de poder presentes em uma formação social, produção esta sempre afetada pela memória do dizer e sempre sujeita à possibilidade de rupturas no dizer” (MARIANI, 1998, p. 24)

Ainda em relação à afirmação de Foucault, destaco o estudo de Emil Kraepelin. Considerado o pai da psiquiatria moderna e autor da obra *Compêndio de psiquiatria*, ao classificar de formas de transtorno psiquiátrico, o autor inclui a histeria em duas rubricas: “reações psicogênicas” e “psicopatias”, nesse último caso, aliando justamente ao que se compreende como “personalidades históricas” (AMBRA et al., 2018, p. 294). Um imaginário biologizante sobre o corpo e que se torna dominante, conforme se pode depreender, por exemplo, na historicidade do *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais*, mais conhecido como DSM, que em 2013 teve sua quinta versão publicada.

A estrutura histórica na constituição do sujeito e seus quadros sintomáticos são questões complexas que não serão explorados nesse texto, considerando os objetivos propostos. A abordagem da histeria tem como intuito apontar para a historicidade de um discurso sobre a mulher, o qual faz laço com outros transtornos mentais.

## O transtorno mental na mídia

É importante situar as imagens que as revistas *Exame* e *Saúde* buscam construir sobre si frente ao mercado editorial brasileiro. Ambas pertencem ao grupo Abril, que abriga em seu site todas as revistas que publica. Nas seções referentes à assinatura, são disponibilizadas informações que orientam o leitor sobre cada uma das revistas. No link da revista *Exame*<sup>12</sup>, há a seguinte informação: “Fonte confiável para entender

---

<sup>12</sup>Disponível em:

[https://www.assine.abril.com.br/portal/paginasEstaticas!showPromocao.action?codPromocao=sr\\_ex\\_land&origem=sr\\_ex\\_botaocapa&utm\\_source=sites&utm\\_medium=sr&](https://www.assine.abril.com.br/portal/paginasEstaticas!showPromocao.action?codPromocao=sr_ex_land&origem=sr_ex_botaocapa&utm_source=sites&utm_medium=sr&)



o mundo dos negócios. Economia, movimentação do mercado, notícias e análises aprofundadas que ajudam na tomada de decisões”. Já no link da revista *Saúde*<sup>13</sup>, lê-se: “Qualidade de vida pede informação de qualidade. O melhor conteúdo sobre nutrição, medicina e novos tratamentos para quem busca bem-estar”.

As principais temáticas a serem tratadas nas revistas parecem se distanciar: enquanto a primeira trata do “mundo dos negócios”, a segunda relaciona-se a questões referentes à saúde (nutrição e medicina). Ambas constroem sobre si a imagem de que o leitor encontrará em suas páginas a melhor informação referente às áreas nas quais se concentram suas publicações (“fonte confiável” no que se refere amplamente à economia e aos negócios, “informação de qualidade” no que se refere à nutrição, medicina e tratamentos).

Embora tenham diferentes interesses para o que merecerá comparecer em suas edições, em ambas foram localizadas matérias referentes a transtornos mentais. Depreende-se que se trata de uma questão relevante para matérias jornalísticas de revistas com diferentes enfoques e leitores. Do campo do jornalismo, Erbolato (2006) elenca razões pelas quais um determinado assunto merece ser abordado, das quais destaco: interesse pessoal, interesse humano, descobertas e invenções.

Da perspectiva discursiva, é possível mobilizar a noção de “acontecimento jornalístico”. Proposta por Dela-Silva (2008, p. 15), essa noção coloca em questão os fatos que, por sua “relevância perante a avaliação dos jornalistas”, são considerados de interesse público e por isso estão presentes em jornais e revistas. Distanciando-se de um imaginário de neutralidade e objetividade, imagem dominante construída pelo e no discurso jornalístico, a autora assume, na proposição dessa noção, que o acontecimento jornalístico é “uma prática da/na mídia que instaura discursividades, produzindo efeitos de sentidos para e por sujeitos, em determinadas condições de produção” (DELA-SILVA, 2015, p. 05).

Com essa perspectiva pode-se interrogar sobre os processos de produção de sentidos mobilizados sobre transtorno mental em mulheres no discurso jornalístico e que efeitos de sentidos são produzidos.

---

utm\_campaign=sr\_ex\_botaocapa\_site\_desktop

<sup>13</sup>Disponível em:

[https://www.assine.abril.com.br/portal/paginasEstaticas!showPromocao.action?codPromocao=malho\\_saude&origem=sr\\_pa\\_botaocapa\\_revistas\\_sd&utm\\_source=sites&utm\\_medium=sr&utm\\_campaign=sr\\_pa\\_botaocapa\\_revistas\\_sd](https://www.assine.abril.com.br/portal/paginasEstaticas!showPromocao.action?codPromocao=malho_saude&origem=sr_pa_botaocapa_revistas_sd&utm_source=sites&utm_medium=sr&utm_campaign=sr_pa_botaocapa_revistas_sd)

Início pela matéria da revista *Exame*, intitulada “**Entenda** a síndrome que afetou a **ex-apresentadora** da Globo” (destaques meus). É fundamental mencionar que a seção da revista na qual comparece a reportagem se intitula “Carreira”, o que permite formular uma questão: A quem interessa saber/conhecer sobre a síndrome de *Burnout* no que se refere à carreira?

Ao tratar das técnicas de jornalismo, Bahia (2009) explica sobre as funções do título: resumir uma notícia, provocar o interesse do leitor pela matéria. O autor orienta que os títulos, preferencialmente, tenham um verbo de ação, evitem artigos e repetições de palavras e sejam afirmativos.

O título da matéria funciona como uma espécie de convite para a compreensão do transtorno mental abordado. O verbo ‘entender’ está flexionado no modo imperativo, produzindo sobre a matéria a imagem de que o leitor, nesse efeito de convocação, terá, por seu turno, respostas acerca de um transtorno cuja circulação na mídia é relativamente nova. Um “acontecimento jornalístico” (DELA SILVA, 2008) para/em uma revista de negócios, portanto, uma vez que se trata de um transtorno relacionado ao campo profissional – reconhecido pela Previdência Social como “doença ocupacional”.

É importante perceber o jogo significativo no título da matéria: “ex-apresentadora da Globo”. Mobilizada no título, tal expressão é retomada também em relação à segunda entrevistada (Jaqueline Rocha é designada em um determinado momento da matéria como “**ex**-diretora da Globosat”). Em ambas, coloca-se em evidência o desligamento dessas mulheres de seus empregos. O uso do prefixo *ex-*, no fio do discurso, aponta para o vazio de uma posição profissional dessa mulher. Outras paráfrases poderiam ser mobilizadas, como, por exemplo, em relação aos atuais trabalhos e às ocupações.

Nos relatos e nas entrevistas concedidas por especialistas, os vários sintomas – físicos e mentais – da síndrome de *Burnout* inscrevem formas materiais que funcionam discursivamente como evidências para o transtorno: insônia, exaustão, taquicardia, problemas de concentração e memória, irritabilidade, crises de choro, sentimento de baixa autoestima, tristeza, impaciência, alienação, crises de pânico e ansiedade, dores musculares, dores nas costas, problemas intestinais, entre outros.

É importante destacar que a matéria apresenta também dados estatísticos, retomando pesquisa do *International Stress Management Association* do Brasil (ISMA-BR), cuja estimativa é de que trinta e dois por cento

da população economicamente ativa desenvolveu a síndrome. Que sentidos podem ser produzidos, então, a partir de uma matéria que, apesar do alto índice de trabalhadores com esse quadro, seleciona apenas mulheres para falar sobre a síndrome? Retomo Pêcheux (2009) para explorar esse ponto. O autor afirma que o domínio de pensamento

[...] se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via [...] que todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não o *efeito*) do famoso ‘consenso’ intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento. (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Circunscrever o quadro de uma síndrome relacionada ao esgotamento profissional a partir de relato de mulheres é, também, limitar o grupo sobre o qual este tem maior – ou única? – incidência. O sofrimento mental e físico, nesse recorte de gênero, reinscreve os efeitos de fragilidade da mulher (no que se refere à capacidade de gerir o cargo ocupado, resistir às pressões e suportar as exigências do trabalho) em relação ao homem. Reinscreve, assim, sentidos de um “consenso” acerca da mulher, o que em termos discursivos, pode ser analisado a partir das formações imaginárias.

Pode-se produzir também um deslizamento outro: da incapacidade da mulher frente às exigências do/no trabalho. A matéria não menciona, por sua vez, ao trazer os relatos dessas mulheres, os desafios que enfrentam, o que explicaria em certos casos a incidência da síndrome de *Burnout*, como as duplas (ou triplas) jornadas das mulheres relacionadas ao trabalho, para ficar em um exemplo. Há, enfim, um duplo silenciamento (ORLANDI, 2002), o qual incide nas condições das mulheres nas relações de trabalho no Brasil e nos relatos de homens que também foram diagnosticados com síndrome de *Burnout*<sup>14</sup>.

Um último ponto a se destacar dessa matéria: ao final, trata-se sobre como uma empresa pode e deve agir em relação ao quadro de funcionários. Quem concede a entrevista, trazendo experiências de casos e reco-

---

<sup>14</sup> Que mereceria um espaço adequado por haver dados que não apenas confirmam como também mostram uma prevalência. Em artigo sobre síndrome de Burnout em trabalhadores da área da saúde no Sul do Brasil, Moreira et al. (2009) afirmam que há um predomínio do quadro entre homens. Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/14.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

mendações, é um homem, que, ocupando uma posição hierárquica superior em uma empresa, comparece para orientar sobre como gerir um grupo de funcionários e verificar profissionais com quadros iguais ou semelhantes aos da síndrome de *Burnout*. Trata-se de uma prática discursiva segundo a qual o gestor pode ocupar uma posição que permita a ele detectar transtornos mentais. Relacionamos, assim, a um fragmento da obra *O corpo diante da medicina*, de Moulin (2008), no qual a autora faz a seguinte afirmação:

A história do corpo no século XX é a de uma expropriação e de uma reapropriação que talvez chegue um dia a fazer de cada um o médico de si mesmo, tomando a iniciativa e as decisões com pleno conhecimento de causa. Sonho encorajado pela idéia de uma transparência do corpo, um corpo totalmente exposto, explorado em suas profundezas e, afinal, diretamente acessível ao próprio sujeito. (MOULIN, 2008, p. 16)

De um lado, temos uma matéria que silencia relatos de homens para falar dos efeitos de sofrimento físico e mental causados pela síndrome de *Burnout*; de outro, um homem comparece, na posição de gestor, enquanto quem pode e deve falar sobre como ajudar um determinado grupo de funcionários. Um jogo de dizeres e silenciamentos que agudiza os efeitos de desigualdade entre mulheres e homens na relação de forças no discurso sobre uma forma de sofrimento, significado no discurso médico-psiquiátrico como transtorno mental.

Moulin destaca a ilusão de cada sujeito poder ser “o médico de si mesmo”, ao que acrescentaria: “e do outro”. Nesse sentido, seria possível articular o que Althusser (2008, p. 59) afirma sobre a divisão de classes imposta no campo do trabalho em relação a questões de gênero, de forma especial ao transtorno mental em mulheres? De acordo com o autor, “Os postos do ‘trabalho braçal’ operário e alguns postos de técnicos e pequenos quadros (contramestres e, a rigor, chefes de seção) são *ocupados de forma vitalícia* por membros da classe operária”. Não haveria, nesse ponto, a possibilidade de afirmar que um efeito dominante no discurso sobre transtornos mentais incide “de forma vitalícia” sobre as mulheres?

Não se trata de uma questão fortuita, a qual poderia valer diferentemente para outros grupos, merecendo a mobilização de dispositivos outros a depender da análise desenvolvida. Para a presente análise, resalto que sobre diferentes grupos sociais recai um determinado “domínio de

pensamento”, que produz um efeito de consensualidade no que se pode/deve “ver, compreender, fazer, temer, esperar” (PÊCHEUX, *ibid.*).

Vejamos como tal questão funciona em relação aos homossexuais. Soares (2019) afirma que, além de sofrerem um processo de censura ao não poder falar de si, os dizeres *sobre* os homossexuais nas revistas semanais analisadas (*Veja, Istoé e Superinteressante*) faziam recair sobre esses sujeitos a responsabilidade e culpa pela infecção pelo vírus causador da AIDS, que comparece no fio do discurso midiático como “doença própria dos homossexuais<sup>15</sup>” (*ibid.*, p. 63) a partir da depreensão das formações discursivas médica, religiosa e legal.

Dois pontos que destaco da análise do autor: o primeiro relaciona-se ao efeito de fechamento do homossexual em torno de sua sexualidade; o segundo, ao comparecimento desses sujeitos na mídia: os espaços ocupados por homossexuais ampliam-se, permitindo a circulação de outros dizeres; concorrem, no entanto, com os discursos relacionados à doença, ao pecado e à anormalidade, os quais, é fundamental salientar, não perdem a potência na dominação de sua circulação.

Diante de todas essas considerações, sigo com a análise, trazendo agora o título da matéria veiculada na revista *Saúde*: “Por que a depressão é mais comum em mulheres? Novo estudo tenta responder”. O título evoca um saber já dado, cuja cumplicidade é estabelecida com o efeito-leitor mobilizado (“já sabemos que a depressão é mais comum em mulheres”), para desenvolver um outro ponto: as razões pelas quais esse quadro é mais comum. Silencia-se no fio do discurso um possível efeito hipotético para mobilizar um efeito causal. Depreende-se um efeito de identificação do sujeito com um saber cuja formulação pode ser feita pela “equação linguística” mencionada anteriormente: mulher=depressão.

Apontei em estudo anterior (LUNKES, 2018) para a dominação do discurso psiquiátrico na revista *Veja*, cujo funcionamento ocorre por processos parafrásticos no que se refere ao no discurso sobre depressão: uma doença resultante de um desequilíbrio químico no cérebro.

O subtítulo da matéria, que circula em uma revista de saúde, se filia ao discurso médico-psiquiátrico, ou seja, reinscreve uma tomada de posição segundo a qual a depressão é um processo cerebral, conforme se lê: “Uma pesquisa sugere que processos inflamatórios no cérebro das mulheres abriam as portas para a depressão — o que não ocorreria em homens”.

---

<sup>15</sup> Vale lembrar que a homossexualidade foi considerada doença no Brasil até 1985.

Apesar do uso do verbo ‘sugerir’, que pode produzir um efeito atenuante sobre a pesquisa (como se não fosse o caso de produzir um efeito de fechamento sobre as razões pelas quais a depressão é mais comum em mulheres), é preciso apontar para alguns efeitos conclusivos para os quais a matéria encaminha: 1) a mulher é mais propensa a apresentar quadros de depressão; 2) o cérebro – das mulheres – é o órgão no qual tal problema pode ser verificado.

Privilegiar o cérebro como órgão responsável pelos quadros de depressão das mulheres a partir de um processo inflamatório significa silenciar questões referentes às condições materiais de existência em uma determinada formação social, por exemplo. Circunscreve-se a depressão a uma *doença* cujo ponto de tratamento tem como início-fim um único órgão – o que, também, não é sem consequências no que se refere ao diagnóstico e ao tratamento. Moulin (2008), tratando sobre as imagens cerebrais na medicina, problematiza a ilusão de transparência que se produziu sobre elas e o efeito de inequivocidade que a discurso médico atribui às imagens. Nas palavras da autora,

A produção de imagens em medicina manifesta a ambivalência da imagem, ao mesmo tempo reprodução do real e fundamental ilusão, portadora de informação e de equívoco entre o objeto dado e o construído. O esquecimento de sua construção, somado ao fascínio prometeico da medicina e de seu público pelo seu objeto, faz que essas imagens, em lugar de oferecer pontos de vista que se devem integrar aos outros conhecimentos, tendem a se impor como dados irrefutáveis. (MOULIN, 2008, p. 72).

Neste sentido, coloca-se como ponto de evidência o “sujeito cerebral”, conforme exposto por Ehrenberg (2009, *online*), para operar um silenciamento do “sujeito falante”. O autor explica que esse discurso, dominante nas práticas das neurociências e da psiquiatria, se marca como um programa forte – no sentido de articular perspectivas teóricas, práticas e sociais – e tem como um de seus efeitos mais marcados uma “fetichização do cérebro”. Há um ponto importante no que o autor formula. Do ponto de vista da sociologia, ele afirma que essa relação com o corpo se faz sustentada com o imaginário que o sujeito tem de seu corpo: um lugar que engloba diferentes regiões materiais e que se marca pela unicidade e intimidade individual, no qual repousa uma ou mais verdades do sujeito. Dessa forma, esse programa forte, nas palavras do autor, relaciona-se a

[...] uma de nossas principais crenças individualistas, a saber, que o homem está primeiramente fechado na interioridade de seu corpo, lugar de sua verdade, e que, em seguida, graças ao seu espírito, ele entra em relação com outrem para formar (por contrato, imitação ou obrigação) uma sociedade. (EHRENBERG, 2009, *online*).

Articulando à análise, trata-se, portanto, de compreender o ponto no qual repousa sobre o corpo da mulher a “verdade” sobre o quadro depressivo. A relação de forças no discurso gira em torno das justificativas para a depressão ser mais comum em mulheres. Um dos especialistas entrevistados pela matéria, afirma: “Certamente fatores genéticos e hormonais também devem influir aí”, completa.

Trata-se, dessa forma, de um discurso que regulariza os sentidos de depressão a níveis fisiológicos – presentes ou ausentes no cérebro. A depressão, dessa forma, se manifestará em uma mulher a partir de alguns sintomas, atuando, em última instância, em seu comportamento, o que de certa forma situa a relação mulher e depressão como condição majoritariamente pré-existente.

### **Uma discussão que (não) se encerra**

Este estudo buscou compreender os processos de produção de sentidos sobre transtornos mentais e como estes são associados às mulheres no discurso midiático. Trata-se de uma leitura possível e que, mais do que encerrar, possibilita outras questões. Não se trata aqui de invalidar o discurso científico, mas de concebê-lo na esteira de Henry (1992, p. 23): “a prática científica é primeiro, como toda prática, uma prática social, secundariamente é uma prática específica”.

Nesse sentido, trouxe como base autores que interrogam as práticas adotadas por um campo científico e busquei compreender como o discurso midiático, em seus processos de formulação, produz sentidos e contribui para a cristalização das imagens de determinados sujeitos – em diferentes efeitos de fechamento – em relação aos transtornos mentais.

Retomando Haroche (1998), que afirma que a ordem se inscreve *nos* e *entre* os corpos, talvez o que de mais forte tenha sido apontado no presente texto é que, no que se refere ao discurso sobre transtorno mental na mídia, trata-se também de uma ordem inscrita *sobre* os corpos.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

AMBRA, Pedro Eduardo Silva [et al.] A histeria como questão de gênero. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. (orgs.). **Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 291-315.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 5 ed., v. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar**. Trad. de Ephraim Alves e Mathilde Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. *In*: ACHARD, P. [et al.]. [1983]. **Papel da memória**. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2010, p.23-38.

DELA-SILVA, Silmara. **Sobre a mídia e os seus arquivos: o sujeito mulher como acontecimento jornalístico**. Disponível em: <http://anaisdosead.com.-br/7SEAD/SIMPOSIO03/SilmaraDelaSilva.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DELA-SILVA, Silmara. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2008.

DUPUY, Jean-Pierre; KARSENTY, Serge. **A invasão farmacêutica**. Tradução de Carlos R. Oliveira. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

EHRENBERG, Alain. O sujeito cerebral. Trad. Marianna T. de Oliveira e Monah Winograd. **Psicologia clínica**. Rio de Janeiro. v. 21, n. 01, 2009, pp. 187-213. ISSN 0103-5665. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652009000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000100013). Data de acesso: 19 mar. 2020.



ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. 7. imp. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. Trad. De Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas: Papyrus, 1998.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. Maria Fausta de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. *In*: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (orgs.). **História do corpo: As mutações do olhar – o século XX**. Trad. e rev. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 15-82.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Trad. Eni Orlandi [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SÁNCHEZ, Cristina (SÁNCHEZ, Cristina). **Simone de Beauvoir: do sexo ao gênero**. Tradução de Filipa Velosa. São Paulo: Salvat, 2017.

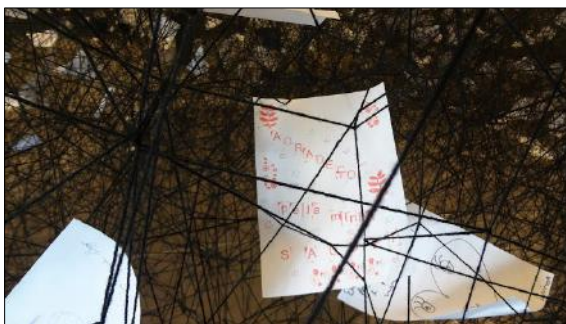
SOARES, Alexandre S. Ferrari. **A Homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.



## AINDA SOBRE O REAL, COM OS FIOS DE SHIOTA

Lucília Maria Abrahão e Sousa

Para Caetano, meu filho, que me deu “Inferninho”  
de presente de aniversário.



### Às voltas que o fio dá

Enquanto a aranha cerzia o frágil arabesco de sua teia, vi que a imensidão da noite circundante permanecia atravessando todas as linhas brancas do traçado e que ela passeava dentro da doçura do abismo.

Pessanha

Esse texto pretende-se um passeio tranquilo entre os fios teóricos de algumas passagens do conceito de real na obra lacianiana e o gesto de apreciação de alguns trabalhos de Shiraro Shiota, artista japonesa nascida em 1972, em Osaka. Ela estudou artes plásticas e fez residências artísticas na Austrália e na Alemanha, o que motivou seu interesse pela performance e por grandes instalações. Foi com elas que se inseriu no cenário internacional e recebeu diversas premiações, trazendo para o centro de sua criação objetos que são reunidos, empilhados, acumulados, amarrados e dispostos em outros arranjos e em teias de fios; eles metaforizam camadas heterogêneas de tempo, espaço e remetem a memórias distintas. Ao usar fios, cordões e cordas para suspender os objetos usados, gastos e recolhidos pelo

mundo, a artista os coloca, não apenas em outro ângulo de observação, mas, sobretudo, em suspensão: algo do vazio os (e nos) toma.

Há ainda um ponto interessante a registrar sobre a artista, desde o início ela considerou a introdução de objetos em seus trabalhos por considerar os limites do trabalho gráfico; assim, para recolher os objetos, passou a fazer chamadas e convocações públicas pelas redes sociais, chegando a receber 50 mil chaves, 300 pés de sapatos, 200 malas, 4000 cartas de agradecimento etc. Tal volume coloca em evidência objetos marcados pelo uso e pelo tempo, isto é, marcados por seus donos, carregados de histórias, de memórias e de lembranças. Quando tornados obra de arte, a coleção de objetos produz trilhamentos imaginários dos lugares por onde passaram o objeto e seu dono, encerrando a potência narrativa da montagem que se produz a partir do resíduo individual e singular que, no todo, passa a inscrever um traço distinto na heterogeneidade da obra. Vale registrar também dois pontos a destacar no modo como a artista toma o resto, ou o singular, e o tece em uma trama: i. de modo a prender as unidades com fios e, com eles, estruturar uma arquitetura, cuja estrutura é imprevisível e acolhedora para os objetos enlaçando-os em um todo, e ii. o surgimento da obra faz aparecer o vazio dos entre-fios e do corpo faltante na cena. Pelas mãos de Shiraro (literalmente), desejo neste capítulo percorrer algumas de suas obras, colocando-as em relação ao conceito de real, caro à psicanálise lacaniana e ao pensamento pechetiano.

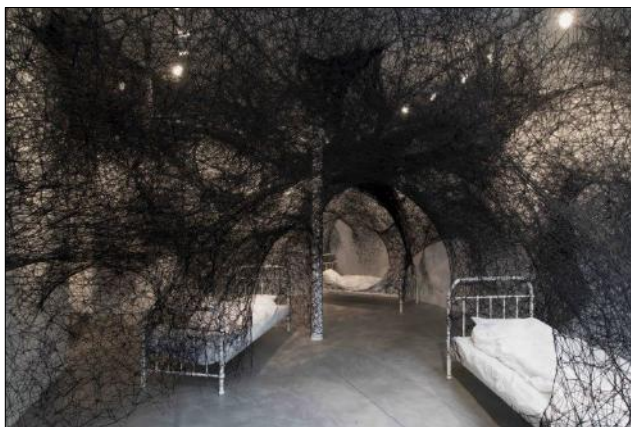
O real foi uma das pérolas do ensino de Lacan, o osso dele (e o nosso), constituindo um dos conceitos que mais me tomou desde que comecei a estudá-lo. Não que isso tenha se descoberto com a psicanálise, antes a literatura o manifestou de diferentes modos. Clarice, por exemplo, em seu conto “Amor” (e em tantas outras narrativas) escreve uma situação em que algo “do mal estava feito”, a não proporção, a fenda impreenchível no vazio dos olhos cegos.

[...] a rede perdera o sentido e estar no bonde era um fio partido. Não sabia o que fazer com as compras no colo. E como uma estranha música, o mundo recomeçava ao redor. O mal estava feito. Por quê? Teria esquecido de que havia cegos? [...] Mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, perecível... O mundo se tornava de novo um mal-estar. (LISPECTOR, 2009, p. 22 - 23)

O mal-estar inevitável, de ser falante e de ter que lidar com o furo do não simbolizável e com os adventos do real, está ali no modo como Ana sentou e foi conduzida pelo bonde, no desassossego do sem palavra para expressar seu encontro com o cego mascarando chicletes, e com o horror de haver cegos e chicletes. Ao longo do Seminário 7, Lacan aponta “que existe de aberto, de faltoso, de hiante, no centro do nosso desejo. Eu diria, se me permitirem este jogo de palavras, que se trata para nós de saber como podemos fazer desse dano para transformá-lo em dama, em nossa dama” (Lacan, [1959- 1960], p. 104). E, na sequência, ele aponta que dama indica aqui que “estamos em grande perigo”, retomando, ao longo desse seminário, o uso que Freud fez do termo Das Ding, a Coisa, definindo que “a mãe, o objeto do incesto, é um bem proibido e que não há outro bem.” (Op. cit., p. 88.). Ou seja, diante da interdição primordial de ter acesso ao corpo da mãe, cada sujeito terá que se haver com o objeto que “[...] não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal e jamais será reencontrado. Alguma coisa está aí esperando algo melhor, ou esperando algo pior, mas esperando” (LACAN, op. cit., p. 68).

Com os fios de significante terá que construir uma travessia, considerar a existência desse vazio retornante e siderador, o qual contornará a seu modo. Encontrei uma representação visual disso nos trilhamentos costurados, amarrados e tecidos pela artista japonesa; na maioria das instalações, ela teima em costurar, amarrar e prender os fios, fazendo trabalhar e permanecer o vazio, deixando o furo aparecer, produzindo a fenda que não pode ser suturada. Nas imagens seguintes, tanto com os fios, quanto com os buracos e os vazios, ergue-se a estrutura e nela arquiteta-se o que pode ser um casulo, um caminho, um abrigo, um túnel, um teto.





Pelos buracos que os fios fazem aparecer, a estrutura se estabelece. Estamos diante das voltas que o fio dá e às voltas com ele, sempre em torno de algo que não pode nem nunca poderá ser tocado no centro da experiência do humano falante, o real.

### **O vazio em nó(s)**

“Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra.” Guimarães Rosa

Tais imagens me remetem a Lacan ([1959-1960], p. 147) quando indica como, a partir da mão do oleiro, o vaso faz aparecer o buraco e só

pode ser vaso porque o seu interior é vazio; inscreve, então, a potência do que ele é, em sua essência, vazio e pleno.

É justamente o vazio que ele cria, introduzindo assim a própria perspectiva de preenchê-lo. O vazio e o pleno são introduzidos pelo vaso num mundo que, por si mesmo, não conhece semelhante. É a partir desse significante modelado que é o vaso, que o vazio e o pleno entram como tais no mundo, nem mais nem menos, e com o mesmo sentido [...] se o vaso pode estar pleno é na medida em que, primeiro, em essência, ele é vazio.

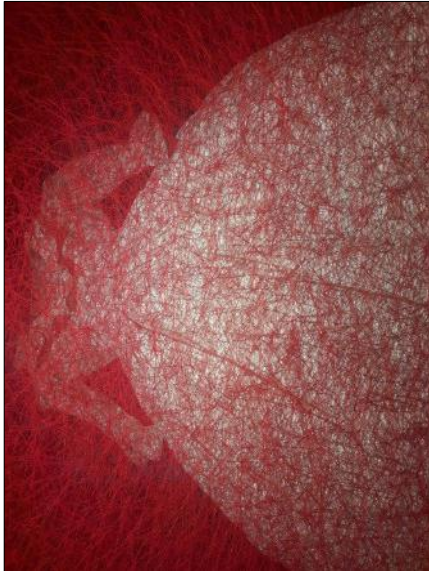
Nessa via, ele aponta o ato criador a partir do trabalho do oleiro de “ouvir os gemidos do vaso” (idem, p. 148) nas mãos, gemido que gira em torno do problema central que aqui se coloca: o vaso é “o objeto feito para representar a existência do vazio no centro do real que se chama a Coisa, esse vazio, tal como ele se apresenta na representação, apresenta-se, efetivamente, como um nihil, como nada.” (idem, p. 148). A fotografia abaixo materializa um trabalho próximo ao do oleiro, já que Shiraro toma os fios para tecer, enlaçar, prender e amarrar uma estrutura que se materializa aos poucos e que, à medida que vai ganhando corpo, deixa o vazio consistir. Como o barro vai se estruturando como vaso a cada nova volta no torno e com o buraco no centro, no caso de Shiraro a cada ponto ou nó dado a partir do desfazer do novelo e da andança do fio, o trabalho das mãos tecelãs faz aparecer o buraco, a hiância e o furo, e a obra de arte.

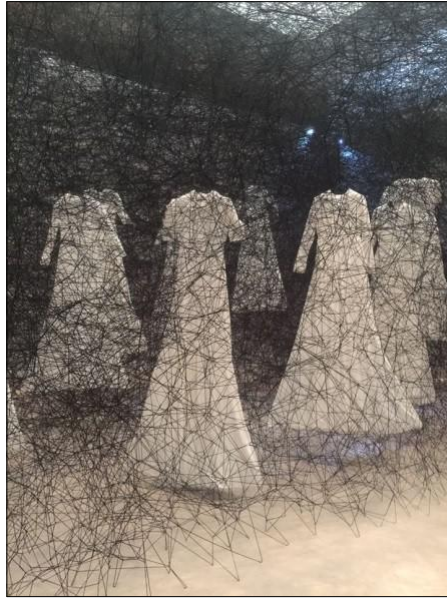


Com os fios presos e a teia tecida, a artista cria a forma esburacada (forma Das Ding) que é a marca de suas instalações, o furo está lá no centro da experiência de criação e do desenho dos fios. Ainda sobre “o furo com algo em volta”, Lacan afirma (idem, p. 149) que “Todo mundo faz piada a respeito do macarrão, que é um furo com algo em volta, ou ainda a respeito dos canhões. O fato de rir não muda nada o que está em questão – há uma identidade entre a modelagem do significante e a introdução no real de uma hiância, de um furo.”. Do mesmo modo que a artista, o sujeito faz aparecer o buraco quando se inscreve nas/pelas palavras e quando se movimenta entre os significantes; a língua, nesses termos, coloca-se em relação ao real de saída e na chegada. De saída, porque toda a atividade falante de algum modo tenta contornar o inenarrável da experiência humana – a morte – e, no final das contas, depois de dito e falado e escrito, algo ainda ficou por/a fal(t)ar, a dizer e a não saber como nomear. O jargão cotidiano “não tenho palavras para...” dá pistas disso.

Ainda sobre o vazio, Lacan aponta a presença dele na organização da arquitetura primitiva, da pintura e da poesia. “[...] a Coisa não é nada, porém, literalmente não é – ela se distingue como ausente, alheia” (LACAN, [1959- 1960], p. 80). O furo nas instalações de Shiraro também insiste em permanecer ausente e alheio, a colocar em exposição o fio, o vazio e a névoa esburacada e lacunar que ambos instalam. Algo do feminino é materializado nas imagens abaixo, pelo modo como a artista representa os casulos e as teias que sustentam vestidos sem corpos, ausentes em sua função de cobrir a pele, mas ali situados como pura memória de algo que não se pode apreender de todo. O buraco entre as linhas cuidadosamente amarradas apresenta uma roupa também com um buraco, falta o vivente dentro dela, faltam pele, osso e carne para modelar o tecido. São fios presos e vazados que funcionam como um casulo para a roupa sem dona e sem corpo; ali há uma tela embaçada para o olhar.







Para realizar essas obras, a artista fez um pedido nas redes sociais para receber vestidos de noiva usados e guardados, mulheres do mundo todo responderam ao chamado enviando tal precioso objeto que Shiraro tomou como um objeto de memória. Ela colocou-os em suspens(ã)o, ou melhor, de pé, bem passados e esticados, sem cabide ou manequim, sem marcas de suas donas e sem nenhum sinal do corpo humano. Apresentou-os com uma marca singular de ausência, o vazio da noiva que ali não existe mais e não está (embora um dia tenha existido como tal), o corpo dela e(m) seus movimentos, a materialidade de seu rosto no dia do casamento; melhor dizendo, tais lacunas são inscritas a partir do momento em que o vestido se coloca como presença. Em torno do objeto, a artista bordou uma teia que os envolve, abraça e acolhe, e que deixa uma segunda pele de vazio depositada sobre a primeira: os buracos vazados dos entre-fios, por dentro dos quais é possível ver o vestido embaçado pela instalação. Dito de outro modo, é preciso ver por entre os vazios, não apenas a vestimenta, mas também o que se coloca atrás dela, que pode ser um vulto, uma silhueta, um perfil, uma luz de celular, uma câmera, um amontoado de pessoas que andam em torno da instalação, ou seja, o movimento vivo dos que visitam a exposição e que se interpõem à obra. É o buraco entre-fios brancos, verme-

lhos e pretos que possibilita ver o vestido e a falta (do corpo da dona/dono) que o constitui. Vale anotar que a trama de vestido também tem, em seu próprio tecido, pequenos poros abertos dos entre-fios do próprio pano de que é feito o vestido. O feminino está nesse âmbito do furo e da lida com o vazio, com isso se corta e costura uma roupa, com isso se tecem tramas de palavra e a partir disso a arte se faz promessa e se instala. Vale, por fim, anotar que uma instância de impossível está apontada em todos os vestidos brancos, algo do inatingível se coloca no vazio que comparece dentro deles. O corpo ausenta-se e ali, onde o vazio se coloca, fica convidativo inventar.

Do mesmo modo que os fios da artista são a materialidade que dá corpo ao impossível, o significante faz aparecer o inatingível. Dizer sobre essa obra é dar uma volta em torno disso que não tem como ser dito nem apreendido pois, após o proferimento de palavra e da tecelagem, algo continua a ser inenarrável. “O real não se situa entre os objetos do mundo, entendidos estes como objetos possíveis de desejo, mas como o impossível, como o que falta ao encontro marcado, e em cujo vazio toma lugar o significante” (GARCIA-ROZA, 1986, p. 43). O fio (e a cadeia) significante para dar um contorno ao vazio, o fio (e a teia) de Shiraro para bordejar o feminino: eis o melhor que se pode inventar com isso.

Ao longo do Seminário 11, Lacan avança na direção de anotar “algo que é da ordem do não-realizado” (Op. cit., [1964], 1973, p. 28), cuja materialidade se dá a ver em “tropeço, desfalecimento, rachadura [...] dimensão de perda” (Op. cit., p.30), perda que nunca poderá ser reparada, dita ou preenchida. Na trilha dele, Harari (1990, p. 79) afirma que “[...] o real é o impossível [...] Impossível de quê? Por exemplo, de ser dito todo.”. É com esse real - instância do ausente e impossível presentificar, que falta por estrutura e por condição - que todos os sujeitos terão que se haver. Ele é para todos, em essência e pleno, e o modo como cada qual irá se virar com Isso é singular. Lacan ([1964], 1973, p.55 – 56) utiliza um termo bastante curioso, qual seja, “o real escapole”.

Esse real, onde o encontramos? É, com efeito, de um encontro, de um encontro essencial, que se trata no que a psicanálise descobriu – de um encontro marcado, ao qual somos sempre chamados, com um real que escapole. [...] aquilo com que precisamente temos que trabalhar é com esse tropeção, esse figamento, que reencontramos a todo instante.

Escapole implica considerar que o sujeito, mesmo fracassado, insiste em movimentos de tentar completar, preencher e suturar a falta primordial, sempre às voltas com outra tentativa de correr atrás de dizê-Lo e Ele escapa, inapreensível; ademais, o real é dessa ordem fugidia.



Uma das versões dessa instalação denominada “Além dos continentes” foi exposta em São Paulo e formada por quase 300 pés de sapatos doados pelo público. A artista recebeu apenas um pé do par de sapatos gastos pelo uso, tomando-os como testemunho de inúmeras experiências passadas e como materialidade de vários deslocamentos físicos (e subjetivos) vivenciados por seus donos. Com esse material, ela produziu uma enorme tecelagem para deixá-los presos em suspensão em fios de lã, amarrados entre

si, agora paralisados depois de tanto andar a marcar o chão. Esse pé solitário “trata-se apenas de um dejetivo que designa a única coisa que importa, ou seja, o lugar desse vazio”, diz Lacan ([1962-1963], 2005, p.79), no Seminário 10. O sapato metaforiza algo desse lugar vazio: falta o pé, o corpo se ausenta e isso sustenta a instalação; também latejam em presença-ausência o uso desse sapato, as lembranças que ele evoca, o seu tempo empreendido em deslocamentos feitos com ele, os motivos de ele ter sido escolhido e comprado, os caminhos percorridos, o momento em que ficou velho e sem utilidade, os tombos que ele já fez seu dono levar.

O vazio é paralisado no pé de sapato agora petrificado e fora do chão, cada objeto em si e no conjunto compõe um mosaico de memórias congeladas e sustentadas por um único ponto, a partir do qual os efeitos de ligação e extensão compõem, bem como os buracos entre eles. Algo nesse trabalho manifesta o par perdido para sempre, o sapato não encontrável, a não completude do que imaginariamente foi feito apenas para andar em dois e, mais ainda, o pé que se ausenta. O impossível está apontado e, com tantos pés avulsos, é impossível não tropeçar em algo que indica para o real. Ainda nesse mesmo seminário, Lacan diz da “função essencialmente precária de condenar o real a tropeçar eternamente no impossível. Não temos outro meio de apreendê-lo senão avançando de tropeço em tropeço [...] Compreender é sempre avançar capengando para o mal-entendido.” (Op. cit., p. 90). No caso, tropeçar em sapatos sem par, tropeçar em pés de corpos ausentes, tropeçar no vazio instalados entre os fios: aí está uma produção artística que dá notícias do desencontro primordial. Ainda sobre o real, há dois pontos que gostaria de sinalizar: o primeiro indica que o ele não pode ser dito, expresso tampouco explicado e esclarecido; isso porque, conforme explica Soller (2018, p. 221),

O real, segundo uma das melhores definições de Lacan, é ‘aquilo que subsiste fora da simbolização’, em outras palavras, aquilo que não deve nada à linguagem [...] digo ideia do real, pois a partir do momento em que falamos do real, não se trata do real em si. Do real em si, não se tem ideia e nem imagem, salvo pelo fato de que ele é diferente do simbólico e do imaginário [...] O real se definindo como fora do simbólico, apenas nos aproximamos dele. Quais são as vias de acesso? De início, o encontro experimentado é o traumatismo [...].

Em segundo lugar, porque não se alcança o real, nem mesmo em momentos de dor, sofrimento, luto ou morte, ou após experiências de eu-

foria e de excitação, ou ao longo de uma análise. Do contrário, seria o caso de contar com o tempo ou com a passagem das horas como elementos a favor de promover a completude do encontro com ele, não. Fingermann (2000, p. 47) anota que “não se trata de uma nova transcendência, tocamos pequenos pedaços, esbarramos nele, roçamo-lo, esfregamo-nos nele, abismamo-nos nele, ele fica atravessado ali onde justamente não poderíamos esperá-lo.”. Sem transcendência, sem saber intelectual, sem aparato científico que dê conta dele, o real tem, no pensamento lacaniano, a “potência de obstáculo” e a produtividade de obstáculo.

[...] não é que a expressão a potência do obstáculo é também é um dos nomes do real na obra lacaniana? [...] o real é um obstáculo.

Um obstáculo à simbolização, um entrave ao simbólico, um ‘isso’ que surge abrupto e se opõe ao entendimento, uma coisa que surge e se interpõe, um ‘algo’ que se põe de través, um impasse à significação ou, enfim, um real avesso às articulações do significante. Em última instância: uma pedra no caminho.” (CABAS, 2009, p. 202)

Essa pedra no caminho é, na definição de Berta (2015, p. 179), “uma realidade muda que comanda e ordena o sujeito. Mas o objeto não foi perdido jamais, a questão é que se tenta encontrá-lo e, nisso, se institui como perdido.”. Trata-se exatamente disso: algo que nunca foi encontrado nem será, perdido da possibilidade de sê-lo. De certa forma, a linguística como ciência teve que se haver com muitas dessas pedras no caminho há séculos. Saussure (2004, p. 33), em seu livro *Escritos*, aponta que “qualquer entidade acústica [...] é submetida ao tempo; 1º leva um tempo para se realizar e 2º cai no nada depois desse tempo”. Assim, a linearidade do significante constitui uma extensão, ao modo de um fio ou de uma linha estabelecida no tempo já que os sons só podem ser ditos discreta e isoladamente, uns após os outros. Em outro momento dessa mesma obra, ele completa: “Para representar verdadeiramente os elementos fônicos sucessivos de uma palavra, seria preciso uma tela onde se pintasse, com lanterna mágica, cores sucessivas e, no entanto, isso seria falso na medida em que nos seria impossível recolher essas cores sucessivas numa única impressão [...]” (Op. cit., p. 101).

Nas duas citações, o genebrino se vê às voltas com a formalização de uma matéria – a representação psíquica do som – cujo vazio está posto em sua essência, melhor dizendo, que comporta um devão de ausência

que se estabelece entre cada som e a cada tentativa de tecer os sons do significante de modo encadeado; uma nota temporal esburacada – indício de que há o real aí – que se nos impõe. Ainda sobre Saussure às voltas com o impossível, Maliska (2010, p. 94) aponta a incidência do real na noção de arbitrariedade do signo linguístico, marcando que:

[...] o arbitrário é correlativo ao real, no sentido de não estabelecer ordem nem lei, sem uma regulação quer seja ela intrínseca ou extrínseca, dotado dos próprios caprichos, que não está subordinado a nenhuma outra ordem ou estatuto; ou seja, de uma relação impossível, por exemplo, de ser escrita dentro dos princípios positivistas, calcados em modelos clássicos da ciência.

Se não há uma ordem ou lei na forma como o arbitrário se estabelece, o real se presentifica como Aquilo que está no centro do sistema linguístico e é ele que sustenta a contingência de um nome representar uma coisa e não outra. Assim, há um impossível que sustenta a palavra e a língua, sendo ele “esse lugar indiferenciado, sem lei, enigmático, sem ordem, em que a ausência de significante faz presença na sua construção [...] O real dá estatuto de existência à ordem significante, dá contingência à cadeia significante.” (MALISKA, 2010, p. 80). É produtivo tomar tais noções porque, se se sabe que a estrutura da língua comporta as leis e as regras, faz-se urgente considerar que algo escape aí também.

No trabalho primoroso de Starobinski (1974), os anagramas gritam o real. Todo o empreendimento saussureano foi dirigido a tentar aprisionar em leis a regulação do poético, e isso furou. Impôs-se a ele um impossível de controlar, de regularizar, de estabilizar e até mesmo de classificar o poético, restando o trabalho de contornar, pelas bordas, o indizível. Logo na abertura desse livro, seu autor (Op. cit., p. 11) reproduz uma nota não datada de Saussure, escrita em uma folha rasgada em que se lê:

[...] absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável, completamente desproporcional à importância do trabalho.

Para mim, quando se trata de linguística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em linguística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma ideia clara [...]

Após desenvolver diferentes estratégias para regar o poético, quais sejam, a palavra tema, o hipograma, o manequim, Saussure se depara e aponta o real. Os “exercícios de decifração” dos versos saturninos sustentaram a escrita de inúmeros cadernos e colocaram-no diante de um infinito ou, no avesso, de um vazio. Sobre isso, Starobinski (Op. cit., p. 108) afirma:

À medida que progredia em sua pesquisa sobre os hipogramas, Ferdinand Saussure mostrava-se capaz de ler, cada vez mais, nomes dissimulados sob um único verso. Quatro sob um único versos de Johnson! E tivesse ele continuado, teria sido logo submerso: vagas e vagas de nomes possíveis ter-se-iam podido formar sob seu olhar exercitado. É isso a vertigem de um erro? É também descobrir esta simples verdade: que a linguagem é um recurso infinito e que atrás de cada frase dissimula-se o múltiplo rumor do qual ela se destacou para isolar-se diante de nós na sua individualidade.

Eis o real da língua, Saussure! O real da língua definido como “o impossível que lhe é próprio” (GADET E PÊCHEUX, [1966 - 1983], p.176), ou seja, há um vazio que a própria língua instala ao ser coloca em jogo e há um vazio de completude já que é impossível, pela estrutura do sistema, tudo dizer. Nesses termos, “[...] o real da língua [...] é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo.” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.55). Os autores da teoria discursiva francesa retomam o investimento intelectual do genebrino para ressaltar que

[...] o que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino, nem mesmo da poesia, mas uma propriedade da própria língua. O poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade da linguagem a seus últimos limites, ele é, segundo a palavra de Baudrillard, suprimindo a sua acidez, um ‘acelerador de partículas da linguagem’. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 58)

Assim, o linguista precisa considerar o inatingível da/na língua como marca de um real que não se pode conter, a equivocidade e a incompletude sempre latentes a cada palavra dita, ouvida, lida ou escrita. Um possível investimento aqui é acrescentar que cada signo linguístico estrutura, em si mesmo e na cadeia significante, um vazio que se tenta conter com mais um signo, infinitamente ou até o sujeito se calar. A língua, nessa visa-



da, é o vestido sem corpo, o par de sapato sem pé e a chave sem porta e sem mão.



As instalações acima – chaves, fios, barco e portas – foram construídas com milhares de chaves (75 mil uma delas e 180 mil a outra) doadas a Shiraro a partir da solicitação de que pessoas de diferentes partes do mundo enviassem a ela a chave de sua própria casa. Segundo a artista, uma de-

monstração de extrema confiança considerando que, na vida cotidiana, essa prática só acontece entre pessoas que mantém certa intimidade e convivência próxima. Com cordas vermelhas mais firmes, prendeu, amarrou e costurou as chaves a barcos e portas, e compôs uma cena, uma montanha, um leme, uma chuva, uma casa ou um edifício, enfim, uma instalação na qual o traço singular de uma chave se prende ao singular de outra, e juntas elas instalam uma teia esburacada. Estamos diante da multidão de chaves sem portas e sem mãos, unida pelas mãos da artista, produzindo uma ligação que ela designou de vasos sanguíneos para unir todas as pessoas do mundo.

Aqui vale indagar: o que significa ter uma chave na mão? Os efeitos de abertura ou trancamento, entrada ou saída, permanência ou fuga são marcados pela transitoriedade e pela potência do acesso, da passagem ou do atravessamento. Nas obras acima, isso tem corpo na metáfora do barco e da porta. Na primeira delas, as chaves constituem a travessia, estando no lugar de velas, ventos, chuva, água, ar, envolvendo os dois barcos por inteiro que não estão na água, mas em terra; barcos que são envolvidos, orientados e guiados pelas chaves, pela confiança de gente anônima do mundo todo que faz mover algo ali naquela instalação. Shiraro corporifica uma espécie de irmandade a representar o humano e a trajetória da vida ao modo de um barco absurdamente posto, cujo mapa de navegação é dado por confiar e fazer arte, por deixar o vazio consistir e sustentar a viagem, enfim, por navegar, é preciso! Com esse trabalho, algo do não estabilizado se dá a ver, já que o barco, pela evidência do sentido dominante, é um meio de transporte para a água e navega com outros equipamentos mais imprescindíveis do que as chaves; nesse caso, algo do repetível se desloca e produz não um defeito, mas sim um simples furo a indicar o real nessa ordem de navegação.

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real [...] um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. (PÊCHEUX, 1997, p. 43).

O autor tateou o conceito de “real” e apontou que, no interior da linguística, ele foi escamoteado já que a equivocidade sempre foi tomada

como o defeito e o traço a ser consertado, contido, evitado e reparado. Ao escrever sobre o real da língua, ele sinaliza que “[...] ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo). Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.”. (PÊCHEUX, Op. cit., p. 29). O tropeção, o trombamento, o solavanco, a trombada, o tranco, a hiância: o real se dá a ver a partir do movimento inesperado e a consistir como vazio. A língua e a arte passam a dar corpo e estruturar esse buraco e a ausência do que está sempre no centro.



A imagem acima marca o fio e o furo, um engendrando o outro; diante do real, do assombro do mau encontro, do encontro fracassado, os fios trançados por Shiraro deixam presentificar e vazar o belo e a delicadeza. Do mesmo modo, com a língua inatingível, tento fazê-lo ao concluir esse texto, sempre o momento em que, pelo que não foi possível dizer, o vazio aparece. Ao percorrer alguns caminhos de Lacan e Pêcheux, foi possível pensar como a língua dá estrutura ao vazio como fundamento do sujeito; com as obras de Shiraro, os buracos arquitetados pelos fios constituem pontos de beleza e admiração. Por fim, ocorre-me uma das cenas mais sensíveis a que assisti nos últimos tempos; no filme “Inferninho”, abre-se para a personagem o abismo do desespero, o real e a morte comparece como saída. Naquele momento, na travessia do espaço de horror, o Coelho aperta a campainha, entra em cena e diz: “Não maltrata a vida. Faz carinho na vida.”. Talvez seja esse o caminho mais plástico e ético que o humano possa

fazer valer: não maltratar a vida pelo vazio que a palavra instala e deixa em hiância, fazer carinho nela ainda que toda esburacada. Assim seja.

## Referências

BERTA, Sandra L. **Escrever o trauma**, de Freud a Lacan. São Paulo, Annablume. 2015.

CABAS, Antonio G. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan** – da questão do sujeito ao sujeito em questão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2009.

FINGERMANN, Dominique. T. **Adventos do real: temos escolhas?** São Paulo, Stylus - Revista de Psicanálise, n.37, São Paulo, 2018.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível** – o discurso na história da linguística. [1981] Campinas, Pontes, 2004.

GARCIA-ROZA, Luiz A. **Pulsão e repetição em Psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

HARARI, Roberto. **Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais da psicanálise de Lacan**. Campinas, Papyrus, 1990.

LACAN, Jacques. **Seminário, Livro 7 – A ética da psicanálise**. ([1959 - 1960]). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

LACAN, Jacques. **Seminário, Livro 10 – A angústia**. ([1962-1963]). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. **Seminário, Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. [1964]. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1973.

LISPECTOR, Clarice. Amor. In: LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**. Rio de Janeiro, Rocco, 2009.

MALISKA, Maurício E. **Entre Linguística e Psicanálise** – real como causalidade da língua em Saussure. Curitiba, Juruá, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. ([1983]). Campinas, Pontes, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo, Cultrix, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **As palavras sob as palavras** – os anagramas de Ferdinand Saussure. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

SOLER, Colette. **Os adventos do real**: da angústia ao sintoma. São Paulo, Editora Allier, 2018.



# EL LENGUAJE INCLUSIVO EN LA TRAMA HISTÓRICA. NOTAS SOBRE GÉNEROS, DISCURSO Y POLÍTICA EN ARGENTINA

Mara Glozman

## Ubicuidad e historización

La problemática del lenguaje inclusivo y/o no binario se encendió rápida e intensamente en Argentina. En una primera instancia, la adopción de recomendaciones para lo que se suele/solía denominar “lenguaje no sexista” o “uso no sexista del lenguaje” tuvo (y continúa teniendo) un alcance institucional relativamente significativo en el país, donde –en especial durante los últimos cinco años– se replicaron formas y formulaciones de un conjunto de instrumentos lingüísticos (manuales y guías, entre otros) producidos en otros países y/o por organismos internacionales. También, y este es un fenómeno que merece atención, proliferaron guías y hojas con indicaciones para el “uso de lenguaje inclusivo” surgidas de organizaciones estudiantiles, de encuentros y espacios autoorganizados por jóvenes y adolescentes que, en muchos casos, tuvieron un papel activo en las movilizaciones feministas de estos últimos años, y en el ámbito editorial (Tosi, 2020). También hubo talleres de discusión sobre lenguaje inclusivo en los últimos Encuentros Nacionales de Mujeres (denominados desde 2019 “Encuentros Plurinacionales de Mujeres y Disidencias”).

Además, también en los últimos dos años, comenzó a desencadenarse en Facultades, Universidades e Institutos de Formación Docente una tendencia a institucionalizar el derecho (mediante resoluciones y otro tipo de instrumentos) al uso de lenguaje inclusivo en las producciones académicas orales o escritas, y a generar instancias de formación orientados en esta dirección, mayormente como efecto de las demandas de las organizaciones estudiantiles y de la creciente creación de secretarías y programas de género, así como de redes federales (RUGE: Red Universitaria de Género). La problemática del lenguaje inclusivo y del lenguaje no binario, surgida en el seno de los estudios y activismos de géneros, permeó también varias esferas del campo intelectual y cultural: congresos, encuentros de investigación, charlas en el marco de las ferias de editores independientes, programas dedicados a ello en medios

cooperativos, blogs, revistas de circulación digital, números especiales de suplementos culturales, libros de ensayo, divulgación, novelas, poesía, entre tantas manifestaciones que dan cuenta del volumen que cobró su difusión y problematización.

A nuestro entender, este proceso desborda cualquier posible lectura lineal del fenómeno en términos de “corrección política”, “superficialidad de la hora” o pura replicación de dispositivos provenientes de los grandes centros del capital financiero. Sin dudas, hay dimensiones de una episteme (neo)liberal que inciden en los modos de circulación internacional de esta problemática, en la cual repican elementos de los discursos –ubícuos– del yo como origen de las voluntades y las cosas, y las dinámicas de la celeridad discursiva propias de las redes sociales. Pero el alcance y la fuerza expansiva que adquirieron los usos de la -x y especialmente las formas pronominales / nominales marcadas con -e en los últimos tiempos permiten vislumbrar que hay algo más a ser comprendido, dimensiones y sentidos políticos a interrogar: en efecto, trascienden el planteo del “sexismo” y la “representación de la mujer” en el discurso.

El funcionamiento de la -e y de la -x introduce variantes que se caracterizan por no reproducir una distinción binaria entre las formas gramaticales del masculino y el femenino. El uso de la -x, que solo puede ser realizado en textos escritos, permite la indistinción: una variable (x) ocupa una posición sustituible tanto por un formante flexivo masculino o femenino como por el uso de una -e. El funcionamiento de la -e, por su parte, está atravesado por tensiones y sentidos diversos. Una aproximación general permite distinguir, en principio, ciertas regularidades (tentativas y sujetas a cambio). Por un lado, la -e cobra sentido como modo de nombrarse de las personas no binaries, cuyos colectivos y organizaciones están ganando cada vez mayor visibilidad. Por otro lado, está extendido un uso específicamente en plural, con un alcance amplio en ciertos pronombres indefinidos (hay, sobre esto, algunas lecturas inmanentistas, como Piñero 2020); típicamente se condensa en la replicación del “todes” en zonas del discurso público que incluyen, en comunicaciones producidas en situación de ASPO (Confinamiento Social Preventivo Obligatorio), formulaciones del discurso presidencial. También aparece este sentido en ciertos apelativos vinculados al discurso escolar (“chiques”, “alumnos”) y/o al trato interpersonal (“querides”, “amigues”). Si bien no contamos al momento con estudios sociolingüísticos sistemáticos, es plausible prever que la variación social y, sobre todo, etaria resulta significativa; en ciertos



grupos etarios es frecuente también en los pronombres personales (“nosotres”), junto a una profusión de la -e en los plurales de la concordancia nominal. Este sentido amplio evita la decisión de seleccionar un plural masculino o un plural femenino en caso de que los pronombres, adjetivos o sustantivos refieran a personas.

Ante este escenario, se multiplicaron, paralelamente, las reacciones de rechazo: en programas de la televisión, emisiones radiales, prensa, en las redes sociales (especialmente en Twitter). También van apareciendo restricciones a su uso en las aulas y en otros ámbitos laborales, así como correcciones y discusiones sobre lenguaje inclusivo en ámbitos vinculados con las tareas intermedias del poder legislativo, ejecutivo y judicial (en distintos niveles). Como efecto global, asistimos hoy, en Argentina, a una permanente inmersión en debates y micro-debates sobre el lenguaje, que proliferan de un modo transversal a distintas esferas de la circulación del discurso, una red creciente y replicante de formulaciones que toman al lenguaje como objeto de reflexión, de intervención, de polémica; una exposición abierta del modo en que recaen sobre aspectos del lenguaje los afectos, amores, odios y expectativas de transformación.

Es difícil intentar caracterizar las condiciones que hacen posible la fuerza y el dinamismo con los cuales circula actualmente esta problemática, difícil es pensar qué especificidades de la matriz social y cultural local dieron lugar a la amplificación creciente de una demanda y un campo de acción en el cual la política se inscribe, también y muy concretamente, en una zona de las formas lingüísticas. Para comenzar, es preciso considerar aspectos y dimensiones de muy variada naturaleza. Sin un afán de sistematicidad, sabiendo la incompletud de esta introducción, diríamos que la trama compleja de condiciones no puede obviar la densidad de la movilización política general y de los espacios feministas, de mujeres y agrupaciones LGBT en la historia. Esa trama incluye como componentes el tejido de una red activa y en movimiento, la multiplicación federal de espacios de organización con formas y modalidades heterogéneas que se expresa en diferentes esferas del activismo, la militancia e instancias de la vida cultural. También hay que considerar efectos y aspectos de las actividades político-estatales: la aprobación –durante el período 2006-2015– de leyes vinculadas con la incorporación de perspectiva de géneros y la ampliación de derechos de los colectivos LGBBNTTIQ+ (Programa Nacional de Educación Sexual Integral, Matrimonio Igualitario, Ley de Identidad de Género); la masificación de demandas históricas sustentadas

en la capacidad organizativa y de movilización de los colectivos feministas (como el proyecto de ley sobre interrupción voluntaria del embarazo), entre otras dimensiones. Es preciso agregar, a esta trama abigarrada, la reciente creación del Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad. Sin duda, la problemática del lenguaje inclusivo fue creciendo a la luz de las luchas y conquistas del movimiento feminista, transfeminista y de los activismos LGBBNTTIQ+. Por ello, parte de los discursos –incluyendo discursos de odio– que lo impugnan asocian directamente las variantes y formas lingüísticas no binarias, centralmente el uso de la *-e*, a posiciones favorables, por ejemplo, a la legalización del aborto.

Ahora bien, hay además otro factor decisivo para comprender el grado de intensidad de esta problemática, factor que se expresa en este escrito como encuentro entre dos series: por un lado, el papel central y ubicuo que adquiere el lenguaje en las teorías sobre géneros y sexualidades, sustentadas mayormente en enfoques lingüísticos de filiación angloparlante; por el otro, la polemicidad que atraviesa las formas de circulación del discurso en Argentina, en general, y de los discursos y saberes sobre la lengua, en particular. Esta segunda serie permite observar la problemática del lenguaje inclusivo a la luz del carácter constitutivo y fundante que los debates sobre la lengua tienen en la trama histórico-cultural nacional.

### **Lengua(je) y soberanía: por el camino del discurso ilustrado**

El gesto de *historizar* –en el sentido de Horta Nunes (2007)– permite comprender aspectos de este presente, así caracterizado, más allá de las emociones que genera en lo concreto de las instancias de interacción y del efecto presentista que permea parte importante de los saberes actuales (véase Romé, 2019). En efecto, por momentos pareciera que esta problemática se percibe a sí misma como pura irrupción novedosa, como si por primera vez se hubiera puesto el foco en las formas lingüísticas desde una mirada que articula política y deseo de transformación, como si se tratara de la primera vez, de un comienzo en el acto de develar las capas secretas de la relación entre lenguaje y poder.

Ahora bien, visto en perspectiva histórica, en el momento actual se inscriben de un modo singular ciertos elementos, ideas, relaciones que forman parte de una trama más amplia de discursos sobre la lengua y el lenguaje. En ese sentido, los discursos actuales en torno del lenguaje inclusivo

y/o no binario pueden también ser pensados como un nodo en una red polícronica de irrupciones que, vistas en perspectiva, acontecen bajo esa compleja relación dialéctica entre reproducción y transformación, paráfrasis y polisemia –retomando las palabras de Orlandi (2012)– que permite comprender algunos lazos de sentido –continuidades/dislocamientos– entre acontecimientos temporal y aun geográficamente dispersos. En efecto, la historia enseña que los debates sobre cuestiones lingüísticas aparecen con fuerza cuando hay un orden que cruje ante movimientos político-culturales transformadores (transformaciones progresistas y/o retrógradas). Los ejemplos abundan, mencionaremos solo algunos.

Los documentos legales producidos por el poder ejecutivo francés entre 1790 (decreto relativo a las traducciones) y 1794 (informe Barère sobre las lenguas regionales) (véase Schlieben-Lange, 1996) inscriben con precisión aquello que Arnoux y Luis (2003) han estudiados en términos de *pensamiento ilustrado* sobre las lenguas y el lenguaje. Centralmente, Arnoux destaca en esa matriz la idea de que las lenguas son perfectibles por la intervención y que responden, en su organización política y en zonas de sus formas, a las transformaciones sociales en marcha. En la Francia jacobina –según explica Schlieben-Lange (1996)– anudado a las políticas de expansión nacional de la variedad de París, se erigió el llamado a abolir y reemplazar las instituciones lingüísticas del Antiguo Régimen: al tiempo que sobre las otras lenguas de Francia –denominadas despectivamente “patois”, “dialectes” e “idiomes”– recaían cuestionarios y prohibiciones, la Convención suprimía la Academia Francesa (julio de 1793) y se decretaba la nulidad de los “signos de monarquía” (octubre de 1793). Junto a tales medidas, el discurso ilustrado, con sus reflexiones y saberes sobre las relaciones entre las palabras y las cosas, contribuía a colocar la cuestión lingüística entre los aspectos centrales de las políticas revolucionarias. Figura estratégica en este sentido, François-Urbain Domergue, apodado el “gramático patriota”, había escrito en 1791 en el *Journal de la langue française*:

Francia no es más un reino, porque no es más una región donde el rey sea todo y el pueblo nada. Francia no es un imperio, propiamente hablando, porque no está sometida a un emperador, es decir, a un jefe militar que comanda una zona vasta de la región. En fin, Francia no es una República, porque cada voluntad individual, pasando por diversas instancias de representación, no concurre directamente a

hacer surgir la voluntad general. (...) ¿Qué es, entonces, Francia? Es necesaria una nueva palabra para expresar una nueva cosa (...). Denominamos reino [*royaume*] a la región regida soberanamente por un rey; a la región en la cual solo la ley comanda, yo la denominaría leino [*loyaume*]" (citado en SCHLIEBEN-LANGE, 1996, p. 10).

La idea de base, aquí, es que una revolución política engendra nuevas formas lingüísticas. Los discursos sobre la lengua surgidos en el segundo tercio del siglo XIX en el Río de la Plata y en Chile (Arnoux, 2008) pusieron en acto aspectos de este enunciado imbricados con los planteos emancipatorios, en el marco de un escenario bien diferente al francés: la lengua en cuestión era la lengua de la conquista, la lengua de la colonia que debía dejarse atrás. Aquellos escritos de Esteban Echeverría, Juan María Gutiérrez, Juan B. Alberdi y Domingo F. Sarmiento imprimieron un sentido y una modalidad fuertemente polémica y política al decir sobre la lengua:

El pueblo es legislador no sólo de lo justo, sino también de lo bello, de lo verdadero, de lo conveniente. Una academia, es un cuerpo representativo, que ejerce la soberanía de la nación en cuanto a la lengua. El pueblo fija la lengua, como fija la ley; y en este punto, ser independiente, ser soberano, es no recibir su lengua sino de sí propio, como en política, es, no recibir leyes sino de sí propio. Los americanos, pues, que en punto a la legitimidad del estilo invocan a la sanción española, despojan a su patria de una faz de su soberanía: cometen una especie de alta traición. No reconocer la autoridad de los estamentos, y soportar autoridad de la academia, es continuar siendo medio colonos españoles (ALBERDI, *Fragmento preliminar al estudio del Derecho*, 1837 / 1984, p. 154-155)

El estarnos esperando que una academia impotente, sin autoridad en España mismo, sin prestigio y aletargada por la conciencia de su propia nulidad, nos dé reglas, que no nos vendrán bien después de todo, esa abyección indigna de naciones que han asumido el rango de tales. (SARMIENTO, *Memoria sobre ortografía americana*, 1843, p. 25; ortografía original)

En la historia argentina, esta matriz de raigambre soberanista, emancipatoria, reingresa en condiciones disímiles, inscribiendo relaciones de sentido entre discursos sobre la lengua y procesos de transformación social en coyunturas que ponen en juego cuestiones bien diversas. Y

regresa también bajo la forma de la polémica y de la política. Como ya hemos mostrado (GLOZMAN, 2015), el segundo gobierno peronista fue uno de estos “hitos”: entre 1952 y 1955 se formuló y circuló un volumen sumamente amplio de textos orales y escritos en los cuales se valoraban nuevas palabras surgidas del proceso transformador del peronismo (‘Justicialismo’) y se discutía la voluntad político-estatal de intervenir en materia idiomática, poniendo en cuestión el alcance de la Real Academia Española (vista como corporación retrógrada) y una serie de objetivos vinculados con el desarrollo de una política cultural soberana, justa y popular. Podríamos incluir en esta serie, por caso, algunas dimensiones de las propuestas y discusiones que se dieron en torno del esperanto en las primeras décadas del siglo xx en el seno del anarquismo (DI STÉFANO, 2010). También sería posible considerar aquí formulaciones que participan de un conjunto amplio de materiales producidos en Argentina en distintas coyunturas (fines del siglo xix, década de 1920, años ’40, 1973, 2011-2013) (GLOZMAN y LAURIA, 2012; GLOZMAN, 2014, 2019).

Volviendo al presente, hay, pues, aspectos de las formulaciones que se gestaron en Argentina en estos años, al calor de los feminismos, transfeminismos y organizaciones LGBNBTTIQ+, que pueden inscribirse en esta historización dispersa. En particular, cobra actualidad la idea-fuerza de que un proceso de transformación política (en marcha) produce cambios en las formas del lenguaje y la reivindicación de la potencia política en la toma de decisiones sobre la lengua. Más allá de voluntades, conocimientos de archivo o lecturas personales, hay enunciados de esa matriz ilustrada sobre la relación entre lengua(je) y procesos/movimientos políticos que reverberan en formulaciones actuales. En particular, las referencias polémicas a las academias y la relación político-lingüística con las instituciones prescriptivas (especialmente, con la Real Academia Española), en las que resuenan de cerca las modulaciones sobre la relación lengua/soberanía que escanden otros momentos de la historia argentina, trazan hoy zonas amplias de las intervenciones políticas en torno del lenguaje inclusivo. El concepto de *interdiscurso* como *cuerpo socio-histórico de trazos* (PÊCHEUX, 2012) nos enseña que no es preciso haber sufrido o celebrado las leyes jacobinas, leído *Memoria sobre ortografía americana* o *Fragmento preliminar al estudio del Derecho* o presenciado los debates parlamentarios del primer peronismo para que las huellas de aquellos discursos hagan su juego de palimpsestos en las formulaciones del presente:

Y con esto quiero señalar el impacto de lo lingüístico en las relaciones de dominio, tan contradicho por esas frases como “usar un lenguaje neutro no cambia la forma de pensar” o “el lenguaje no crea realidades”. A esto, los activismos políticos respondemos con discurso que es acción. Muchos conocemos ya la teoría de Austin sobre hacer cosas con palabras. Hablar en inclusivo es sin dudas un acto performativo. La ruptura de la política feminista con la cultura histórica del Varón nace con un discurso: de eso se trata la política deconstructora del terreno de las reglas. El discurso es lo que se reclama discutir, y entonces las prácticas que ha generado en la historia. Las resistencias académicas se justifican en la visión patriarcal que nubla las instituciones, y éstas son lo último en deconstruirse. La RAE acepta almóndiga y feminazi, pero siempre evita, o más bien intenta evitar, los cambios políticos de género. Pero está fuera de discusión que el uso común aparece como principal motor (¿cuál otro habría?) del cambio en la lengua. ¿Estamos esperando el visto bueno de la Real Academia Española o que venga el rey a contarnos que leyó la primera novela de José Luis Borges? No, muchas gracias. ¿Quién toma las decisiones sobre la lengua y cómo las toma? (MARIASCH, 2020, p. 64)

## **La palabra ‘piedra’ no quiebra el vidrio, pero**

En los debates actuales se hilvanan, además, trazos de otras procedencias. Por un lado, se filtra en formulaciones que se replican en distintos tipos de materiales textuales un sociologismo que ve en el lenguaje la expresión –incluso “el reflejo”– de las formas de organización de la sociedad, como si el lenguaje representara o fuera una mimesis del mundo. Ya no se trata, acá, de un efecto de la intervención política, sino de la ilusión de una relación lineal, realista y transparente, entre las palabras y las cosas. Y de una visión, en muchos casos, instrumental: las definiciones de lenguaje conjugan la idea de herramienta de comunicación, reflejo y refracción. Por ejemplo, uno de los considerandos de la resolución n° 17948/2019 con la cual la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires reglamentó la posibilidad de incorporar lenguaje inclusivo en las producciones académicas sostiene: “el lenguaje con el cual nos comunicamos y relacionamos comporta sentidos que reflejan desigualdades entre los géneros, naturalizando la segregación discriminación o exclusión”. Se trata de definiciones que incorporan aspectos del sentido común, que están a la mano, disponibles, y que

circulan de manera fluida en diversos ámbitos, como criterio para fundamentar instancias de regulación o de intervención que buscan garantizar el derecho a la producción discursiva con alguna de las variantes de lenguaje inclusivo y/o no binario.

Por otro lado, es posible también distinguir huellas de una mirada que, aparentemente opuesta, resulta la contracara especular de la versión del reflejo: la idea de que el lenguaje hace, molda el mundo y sus formas culturales. Si en la concepción sociologista aparece el supuesto de que la realidad determina el lenguaje (o de que el lenguaje copia miméticamente, de modo transparente, la realidad), aquí aparece la idea de que la realidad es afectada o condicionada por las formas de la lengua:

Haber identificado que esas desigualdades tienen su correlato en el modo en el que hablamos es lo que motivó, unas cuantas décadas atrás, que se plantee desde el feminismo y desde algunos ámbitos académicos y oficiales la importancia de revisar el uso del lenguaje sexista. ¿Qué es el lenguaje sexista? Es nombrar ciertos roles y trabajos sólo en masculino; referirse a la persona genérica como ‘el hombre’ o identificar lo ‘masculino’ con la humanidad; usar las formas masculinas para referirse a ellos, pero también para referirse a todes, dejando las formas femeninas sólo para ellas; nombrar a las mujeres (cuando se las nombra) siempre en segundo lugar. (...) Durante mucho tiempo, la idea de que la lengua que hablamos podía moldear el pensamiento fue considerada en el mejor de los casos improbable y, con más frecuencia, sencillamente incorrecta. Pero lo cierto es que la discusión se mantenía principalmente en el plano de la reflexión abstracta y teórica. Con la llegada de nuestro siglo resurgieron las investigaciones acerca de la relatividad lingüística y, de la mano, comenzamos a disponer de evidencias acerca de los efectos de la lengua en el pensamiento. Diferentes investigaciones recolectaron datos alrededor del mundo y encontraron que las personas que hablan diferentes lenguas también piensan de diferente manera, y que incluso las cuestiones gramaticales pueden afectar profundamente cómo vemos el mundo (PRIETO, 2018).

Formulaciones semejantes circulan, al menos, desde la década de 1970 (Suardíaz, 1973) en torno del español: con el propósito de caracterizar zonas de la lengua en términos de sexismo, se retoma un conjunto de ideas lingüísticas asociadas al llamado *relativismo lingüístico*, que supo hacerse

un lugar en Estados Unidos en el período de entreguerras –las ideas de Benjamin Lee Whorf fueron determinantes en la difusión de esta concepción–, de la mano de un cierto nacionalismo culturalista cuyos fundamentos se remontan, al menos, al romanticismo decimonónico. Tal conjunto de ideas, renovadas hoy en día en notas y artículos académicos a propósito del lenguaje inclusivo, supone o asevera que las formas de la lengua son causa de “modos de ver el mundo”: para esta matriz, la lengua condiciona las formas culturales que demarcan una comunidad. En algunos casos, se consideran aspectos léxicos, rasgos del vocabulario, como expresión y restricción de aquello que puede ser visto y pensado *en/desde* cierta lengua; en otros casos, se consideran rasgos gramaticales. La organización de los tiempos gramaticales que se expresan en la flexión verbal en cierta lengua o variedad, por ejemplo, daría cuenta de los modos con los cuales lxs hablantes conciben la organización del tiempo como experiencia-en-el-mundo: se piensa o se concibe desde la matriz que cada lengua habilita. Esto es: los términos con los cuales se caracteriza la especificidad material de la lengua en las distintas dimensiones de su sistema gramatical son leídos –con la naturalidad sintomática del idealismo– como semánticamente equivalentes a las nociones sociales asociadas a tales significantes. De esta manera, el tiempo verbal, que consiste en un principio de organización de un aspecto de la morfología, es equiparado linealmente al tiempo acontecido y su percepción. Lo mismo con el género gramatical (por ejemplo, *masculino, femenino, neutro*): el hecho lingüístico arbitrario de que cierto sustantivo tenga género masculino, femenino o neutro condicionaría la percepción en-el-mundo del objeto al cual refiera. Análogo razonamiento podría hacerse respecto del número (por ejemplo, *singular, plural, dual*) o la persona gramatical.

La idea del “sexismo lingüístico” o de una “lengua machista” opera sobre esta base. Supuestos aspectos del vocabulario del español como el par *zorro/zorra* (animal mamífero/prostituta) y aspectos como el género gramatical y sus formas de concordancia son interpretados, desde esta matriz, como expresión y causa de la reproducción social de la desigualdad entre hombres y mujeres, en un enfoque aun anclado en la evidencia de existencia de dos sexos biológicamente determinados (véase Radi y Spada, 2019). Visto desde una perspectiva materialista de la lengua y del discurso, hay allí síntoma del idealismo que sustenta esta posición: la indistinción entre *significado* lingüístico, esto es, lo que es propio del orden de la lengua, y el carácter material del *sentido* de las palabras y expresiones, que



depende de las formaciones discursivas en las que los elementos significantes se imbrican. Retomando la formulación pecheutiana (PÊCHEUX, 2016), diremos que una misma expresión cambia de sentido al pasar de una formación discursiva a otra. Desde una perspectiva materialista, no hay, entonces, una inmanencia en el sentido de las palabras: el carácter patriarcal y/o heteronormativo del sentido de ciertas expresiones está sobredeterminado por los procesos discursivos en/de los cuales participan y adquieren sentido. Tendríamos que pensar qué aspectos del orden del (inter)discurso –estructurado por relaciones de antagonismo desigual, alianza, subordinación– sobredeterminan el sentido que adquieren las expresiones en cuestión; cuáles son las condiciones (interdiscursivas) que le otorgan de modo regular un funcionamiento específico.

Intrincadas con elementos de esta vertiente romántica de las “ciencias de la vida” (GADET Y PÊCHEUX, 1981), gran parte de las formulaciones actuales sobre el lenguaje inclusivo anclan en otras maneras de observar y posicionarse: la circulación de la relectura en clave de género sobre el carácter realizativo del lenguaje (BUTLER, 1998). Esta matriz tiene un efecto significativo en la fundamentación de las demandas y reivindicaciones y muestra que la promoción del lenguaje inclusivo y su creciente proceso de institucionalización delimitan solamente un aspecto de la relación constitutiva entre lenguaje y políticas de géneros y sexualidades. En este presente, las reflexiones en torno de las palabras, las formas lingüísticas y los actos del (no) decir adquieren un lugar central y transversal en los textos –orales o escritos, impresos y grafitis– que participan activamente de estos movimientos: el papel del lenguaje desborda la tematización del lenguaje inclusivo o lenguaje no binario (véase Glözman, 2020a). Podríamos decir que los feminismos y ciertos planteos fundantes de las teorías de géneros de las últimas tres décadas se realizan –no solamente, pero en gran medida– con palabras; la palabra y la toma de la palabra tienen allí un lugar sustancial, estructurante. *Lo que no se nombra no existe* y *No nos llamamos más* son dos de los enunciados que exponen hasta qué punto la reflexión sobre el lenguaje es fundamental en los discursos que hoy en día están desestabilizando las evidencias normativas institucionalizadas en torno de los géneros y sexualidades. Notamos, en efecto, que el acto de decir aparece como un factor determinante de la disputa por una “humanidad más justa e igualitaria” en un conjunto amplio de textos:

La deuda es lo que no nos deja decir no cuando queremos decir no. (CAVALLERO Y GAGO, 2019 p. 15-16).

Basta: nuestro Ábrete sésamo de la gruta del pasado. Basta: la posición subjetiva en la que podemos volver a narrarnos y tejer esa narración compartida y capaz de hilar épocas y acontecimientos distintos, presentes en imágenes, palabras, ideas. (LÓPEZ, 2019, p. 10-11).

Denunciamos. Como podemos. Como nos sale. (LÓPEZ, 2019, p. 55)

La humanidad está hasta hoy entendida como la realidad sistémica heterocentrada hombre-mujer, de cuyo entender binario venimos teniendo resultados tales como que desde que enunciaron la ley primera, “No matarás”, la muerte ha venido siendo el negocio más productivo del sistema en lo macro: civilizaciones heterosexuales contra civilizaciones heterosexuales. Y en lo micro, familias y hogares heterosexuales violentando, expulsando y hasta matando por acción y omisión a sus infancias. Entonces, desde la Teoría Trans Latinoamericana afirmamos que “No queremos más ser esta Humanidad” (Susy Shock), y al decirlo intentamos salirnos del par sistémico: “No soy hombre, no soy mujer, hoy voy siendo travesti”. Este gerundio explica mi sólo por hoy pero no lo cierra a crisis y transformación. (WAYAR, 2018, p. 25)

## Posiciones

En los discursos actuales sobre el lenguaje inclusivo se conjugan, pues, capas de formación que reúnen expresiones e inquietudes de distintas procedencias, que portan sentidos disímiles y se yuxtaponen, en ocasiones, en una misma resolución, nota de prensa, material de difusión. En el recorrido realizado mostramos algunos de los hilos que componen esa trama. La parte II inscribe los debates actuales en la historicidad de las polémicas sobre la soberanía y la posibilidad/necesidad de una intervención política en la esfera de la lengua. La parte III ofrece algunos indicios de las ideas, saberes y supuestos en los cuales se funda una parte amplia de los discursos que promueven el lenguaje inclusivo. II opera bajo la forma de la *heterogeneidad constitutiva* (AUTHIER-REVUZ, 1984): huellas interdiscursivas que reverberan allí donde el *yo* se afirma como fuente y origen del decir; las reiteraciones persistentes –sintómaticas– de las

reivindicaciones de soberanía y emancipación lingüística frente a la Real Academia Española aparecen justo allí donde el *yo* expone su palabra como novedad. III opera, además, bajo la forma de aquello que Authier-Revuz (2020) denomina *representación del discurso otro*: trae voces en las cuales se legitima la posición. Tales referencias instalan otro tipo de preguntas para quienes miramos las cuestiones de la lengua y del discurso desde una perspectiva materialista: ¿qué hacer, cómo lidiar con el haz de supuestos (existencia de sujetxs hablantes, existencia del sentido de las palabras, transparencia de la lengua, sustitución espontánea de un aspecto o una parte del lenguaje por el todo) que suele venir junto a las reivindicaciones del lenguaje inclusivo?

Pero la ocurrencia de estas preguntas analíticas (o críticas) se topa, en ocasiones, con ciertas dificultades: la proximidad no solo temporal sino también afectiva de este movimiento induce muchas veces a una asimilación empática con los imaginarios de sí que nos rodean, dificultando en ocasiones la formulación de interrogantes e, incluso, obturando la riqueza de las haces polisémicas: los funcionamientos del discurso militante o del activismo pueden tender –en ciertas circunstancias– a un modo de estabilización de la respuesta que reproduce opciones binarias, estancas, en términos semejantes a los analizados por Pêcheux (2016), aunque con una variante temporal: el optimismo de la voluntad corearía *on va gagner*. En la racionalidad militante y ante los requerimientos de la intervención en el juego de las instituciones político-jurídicas (puesto que sí queremos ganar ciertas batallas legislativas actualmente en agenda, como la aprobación de la ley de interrupción voluntaria del embarazo, y el cupo laboral integral para personas travestis y trans), ese futuro imperfecto que imaginamos simple deviene una condición de posibilidad para seguir movilizándolo.

Así planteada la problemática, se abren –especialmente para quienes solemos analizar materiales de otras coyunturas– un conjunto de inquietudes sobre el *cómo hacer* con el presente, que nos interpela y nos coloca a la vez en un *entre* lugares: entre racionalidades de la investigación y lógicas del quehacer político, entre el deseo analítico y la voluntad que nos llama a intervenir. Formular de este modo una pregunta sobre el *cómo hacer* implica pensar las posiciones que informan nuestras condiciones de formulación en términos escindidos, clivados por una brecha rítmica entre la pausa analítica que porta una cierta rémora y la celeridad de los discursos circulantes que nos convocan.

Por ello, pensar aspectos de las relaciones entre lenguaje, discurso y (des)igualdades de géneros requiere de una modulación del afecto que no apague la lectura a contrapelo: habitar la reunión, crear lazos y palabra política común, reinventar métodos. Y, al mismo tiempo, desconfiar de las imágenes, para no quedar absortxs en la fascinación que producen los espejos. En el entrevero abigarrado que trae el presente, que nos llama a decir y habitar, a analizar y existir con otrxs, intentamos, entonces, enunciar qué principios y procedimientos se tornan brújula, qué dispositivos –teóricos, analíticos, políticos– nos pueden permitir cuestionar aseveraciones estabilizadas, navegar sendas no previstas, y abrir preguntas que puedan incidir –de un modo tal vez menos inmediato– en las luchas en las que se engarzan estos debates. Hoy, desde nuestra perspectiva, vislumbramos la necesidad de sostener *a*) el principio de *décalage*, que –en la teoría materialista del discurso (PÊCHEUX, 2016)– problematiza la relación entre las configuraciones del *yo* y los procesos policrónicos (y heterotópicos) de formación (GLOZMAN, 2020b); *b*) un análisis de las formas significantes que intente poner en pausa la evidencia de existencia del sentido y, en clave althussereana, la evidencia de existencia de sujetxs (hablantes) concebidxs como origen de aquello que se dice (PÊCHEUX, 2012); y *c*) el afán de un encuentro polifónico, que haga espacio para comprender las matrices diferenciadas de la desigualdad de géneros y sexualidades, intentando –intento siempre sujeto a falla, en el traspíe constitutivo del equívoco– considerar las condiciones de escucha de nuestrxs interlocutorxs.

## Referencias

ALBERDI, Juan Bautista. [1837]. **Fragmento preliminar al estudio del derecho**. Buenos Aires: Biblos, 1984.

ARNOUX, Elvira. **Los discursos sobre la nación y el lenguaje en la formación del Estado (Chile, 1842-1862). Estudio glotopolítico**. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2008.

ARNOUX, Elvira; LUIS, Carlos (Comps.). **El pensamiento ilustrado y el lenguaje**. Buenos Aires: EUDEBA, 2003.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages**, 73, 98-111, 1984.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **La Représentation du Discours Autre. Principes pour une description**. Berlin/Boston: de Gruyter, 2020.

BUTLER, Judith. [1990]. "Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista". In: **Debate feminista**, 18, 296-314, 1998.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. **Una lectura feminista de la deuda**. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.

DI STEFANO, Mariana. Esperanto y anarquismo en la Argentina de principios del siglo xx. **Spanish in Context**, 7 (1), 100-119, 2010.

GADET, Françaises; PÊCHEUX, Michel. **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.

GLOZMAN, Mara. Ensayos, diálogos, folletos: formulación y circulación de saberes sobre la lengua nacional en la Argentina. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Linguagem, Sociedade, Políticas**. Pouso Alegre: Editora RG/ Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás, pp. 57-71, 2014.

GLOZMAN, Mara. **Lengua y peronismo. Políticas y saberes lingüísticos en la Argentina. Archivo documental (1943-1956)**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2015.

GLOZMAN, Mara. Centro/periferia: la cuestión de la soberanía lingüística en *La Carreta* y en *La prensa cegetista* (Argentina, 1940-1941; 1952-1953). In: **Olivar**, 29, 2019. Disponible en: <https://www.olivar.fahce.unlp.edu.ar/article/view/OLle054>.

GLOZMAN, Mara. Centralidad y transversalidad del lenguaje en los feminismos argentinos actuales. Fragmentos de un archivo en construcción. *In: DARÓZ, Elaine; POLTRONIERI, Karen; LOZANO, Melissa Frangella; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e. (Org.) Tramas, linhas e bordados: o feminino em discurso. Volume I. Campinas: Pontes, 2020a.*

GLOZMAN, Mara. (Re)leer Pêcheux hoy. El problema del décalage en la teoría materialista del discurso. *Pensamiento al margen. In: Revista Digital de Ideas Políticas, 12 (2020), 117-133, 2020b.* Disponible en: <https://pensamientoalmargen.com/wp-content/uploads/2020/05/9.-Glozman-Releer.pdf>.

GLOZMAN, Mara y Daniela LAURIA. **Voces y ecos. Una antología de los debates sobre la lengua nacional (Argentina, 1900-2000).** Buenos Aires: Cabiria/Biblioteca Nacional, 2012.

HORTA NUNES, José. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. *In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (Org.) Análise do discurso no Brasil. Mapeando conceitos, confrontando limites. San Carlos: Claraluz, pp. 373-380, 2007.*

LÓPEZ, María Pía. **Apuntes para las militancias. Feminismos: promesas y combates.** La Plata: EME, 2019.

MARIASCH, Marina. "Que incomode". *In: DE MAURO, Sofía (Comp.). Actas I Encuentro Internacional: derechos lingüísticos como Derechos Humanos en Latinoamérica. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades, pp. 64-70, 2020.*

ORLANDI, Eni. **Análisis del Discurso.** Principios y procedimientos. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2012.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. [1981]. Leitura e memória. Projeto de pesquisa. *In: PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso. Textos escolhidos por Eni Pucchinelli Orlandi.* Campinas: Pontes, 2012, pp. 141-140.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Las verdades evidentes. Lingüística, semántica, filosofía.** Buenos Aires: Ediciones del CCC, 2016.

PIÑERO, Rocío Belén. La variante *-e(s)* como alternativa al masculino genérico desde una perspectiva socio-etimológica. *In: DE MAURO, Sofía (Comp.). Actas I Encuentro Internacional: derechos lingüísticos como Derechos Humanos en Latinoamérica.* Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba. Facultad de Filosofía y Humanidades, 2020, pp. 375-385.

PRIETO, Sol. “La lengua degenerada”. *In: El gato y la caja.* 2018. Disponible en: <https://elgatoylajaja.com/la-lengua-degenerada/>.

RADI, Blas y Mariana SPADA. **Lenguaje inclusivo y cambio social: precisiones, propuestas y tensiones**”. Trabajo presentado en la Jornada “Cuerpos, géneros e instituciones”. Universidad Nacional de General Sarmiento, 13 de junio de 2019 (en proceso de publicación en actas).

ROMÉ, Natalia. ¿Hay algo allá afuera? Historia y discurso en la teoría de Michel Pecheux. 2019. **Fragmentum**, 54. Disponible en: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/38838>.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Memoria (sobre ortografía), leída a la Facultad de Humanidades.** Santiago de Chile: Imprenta de la Opinión, 1843.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. **Idéologie, révolution et uniformité de la langue.** Paris: Mardaga, 1996.

SUARDÍAZ, Delia [1973]. **El sexismo en la lengua española.** Zaragoza: Pórtico, 2002. (Tesis de Maestría defendida en la Universidad de Washington en 1973).

TOSI, Carolina. ¿Hojas de estilo para el lenguaje inclusivo? Un análisis acerca de las prácticas de corrección de estilo en el ámbito editorial. *In: Revista Ex Libris.* 2020. Disponible en: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/exlibris/article/view/3345>.

WAYAR, Marlene. **Travesti. Una teoría lo suficientemente buena.** Buenos Aires: Editorial Muchas Nueces, 2018.





## A RUA COMO LUGAR DE (R)ESISTÊNCIA

Mirielly Ferraça

Nesta reflexão<sup>1</sup>, interessa-me a relação entre sujeitos e espaço urbano, considerando-o parte de um social contraditório e conflituoso, em que as divisões desiguais se marcam pelo traçado citadino no encontro com a história, produzindo sentidos para (por) sujeitos. Na singularidade de recordações pessoais encontrei a força de enlances entre sujeitos e cidade. Laços de vida, de trabalho, de convívio tecidos no cotidiano de um espaço segregado pelo poder público, enlances que se desdobram e dão visibilidade a pontos que constituem e ancoram sujeitos pela urbe. Entre 2016 e 2017 realizei entrevistas<sup>2</sup> com moradoras, moradores, trabalhadoras, trabalhadores, comerciantes que vivem ou transitam diariamente pelo Jardim Itatinga (Campinas-SP), bairro construído em 1967 pelo poder público para ser uma *zona de prostituição*. A partir de uma entrevista *semiestruturada*, pergunto sobre a relação dos sujeitos com o Jardim Itatinga, sobre as relações cotidianas que são tecidas nesse espaço.

A rua é um ponto fundamental para a reflexão aqui tecida. Ruas e avenidas são lugares de passagem, de encontros, de desencontros, de fluxo. Mas são também lugar de espera, de parada, de permanência, de exposição, de exibição, de trabalho. Centenas de corpos *tomam* e *ocupam* as ruas do Jardim Itatinga. *Ocupam* e *tomam*. Esses são os verbos que, na impossibilidade de definir e de fechar os sentidos buscam descrever o que são quase duas mil prostitutas *seminuas*<sup>3</sup> *ocupando e tomando* as ruas de um bairro. A nudez, desse modo, significa a prostituição nesse espaço a partir do modo como o Jardim Itatinga se constitui e a partir da memória que se impõe na história sobre o bairro.

Na discussão proposta neste recorte, darei destaque a dois pontos: a) o primeiro, fundamental para a compreensão do segundo, é o modo como o urbano é constituído por tensões e conflitos, que jogam com rela-

---

<sup>1</sup> Este capítulo apresenta algumas das reflexões desenvolvidas na tese *(R)esistir no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano* (FERRAÇA, 2019).

<sup>2</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas, número do CAAE: 44813515.0.0000.5404

<sup>3</sup> O significante *seminuas* utilizado se relaciona com as condições de produção nas quais esses corpos se constituem e significam nesse espaço.

ções ideológicas de poder e de força que se materializam pelo traçado urbano, deixando marcas em ruas, avenidas, bairros e espaços de convivência; cicatrizes abertas no urbano que trabalham memória e esquecimento. Interessa, portanto, dar visibilidade ao modo como o Jardim Itatinga se constituiu historicamente, considerando as políticas públicas (higienistas) que deram início a sua construção; b) como ponto analítico, pretendo refletir como, nessas condições de produção, a rua significa e produz sentidos ao espaço e aos sujeitos que vivem, transitam e trabalham no bairro, na medida em que se torna lugar e local de trabalho para quase duas mil prostitutas. Desse modo, considero a rua na tensão que estabelece com os processos históricos de sua constituição e o modo como os sujeitos passam a ocupá-la e a significá-la em seu cotidiano.

### **Cartografia urbana: rugosidades pela cidade**

No final da década de 60, o Jardim Itatinga foi construído para *confinar* uma certa prostituição na cidade de Campinas (MAZZARIOL, 1976; NEGRÃO, 2013; TAVARES, 2014; HELENE, 2015), no encontro com políticas públicas de higienização urbana, legitimadas por e inscritas em saberes técnicos, médicos e administrativos, que organizam a forma material da cidade. Cortiços foram demolidos, operários levados para o entorno das fábricas, *casas de prostituição* fechadas, prostitutas que trabalhavam em ruas centrais e em bairros *nobres* foram impedidas de circular em espaços que se tornavam geográfica e economicamente valorizados; sob a defesa de que a cidade se abria para a *modernidade*<sup>4</sup> (PESAVENTO, 1992, 1994). Essa ação higienista ficou conhecida como Projeto limpeza, Operação Laredo (MAZZARIOL, 1976), e também circulou como Operação Pente Fino<sup>5</sup> (HELENE, 2015); uma violência legalizada (BUTLER, 2016) pelo Estado.

Mais de dez quilômetros separavam o antigo do novo local de trabalho: do bairro Taquaral, Norte de Campinas, e da região central para o bairro Jardim Itatinga, localizado na região Sudoeste da cidade, próximo ao Aeroporto Internacional de Viracopos. É importante destacar, a partir de mapas referentes à ocupação urbana divulgados pelo Plano Diretor de

---

<sup>4</sup> A crescente urbanização de Campinas, entre as décadas de 60 e 70, relacionadas à forte industrialização no período, impulsionou transformações na cidade, materializando no traçado urbano divisões e exclusões sociais.

<sup>5</sup> Segundo Diana Helene (2015), essa designação pode ser encontrada na notícia: CORREIO POPULAR. “Limpendo a cidade”. Correio Popular, Campinas, de 10 de dezembro de 1966.

2006, da prefeitura de Campinas-SP, que a mancha populacional até o final da década de 60 era recortada por grandes vazios. Os espaços não habitados entre o centro da cidade e o bairro intensificavam o isolamento e a força da distância territorial imposta pelo Estado. Tratava-se de uma política pública higienista na qual parte da população (operários de fábricas, moradores de cortiços, donas de casas de prostituição e prostitutas) foi levada a espaços distantes, sem infraestrutura urbana adequada, sem acesso as demais partes da cidade. No caso da prostituição, principalmente, a tentativa foi de isolamento. Reitero, parte da população. Nessas divisões urbanas, pretensamente transparentes já que justificativas médico-sanitárias e urbanístico-administrativas buscam ancorar as ações do Estado, estão entrelaçadas questões de classe, étnico-raciais e sexo. Nem todas as casas de prostituição de Campinas foram *levadas* ao Jardim Itatinga, muitas *casas de luxo* permaneceram onde estavam. A imposição desse deslocamento territorial não foi para todos.

Como em muitas cidades brasileiras, há uma divisão desigual que incide produzindo partilhas pelo território. Em Campinas, Norte e Sul são espaços significados ao longo dos séculos por processos de políticas urbanas que, pela contradição, regem modos de habitar/estar no espaço. Marcas materiais históricas, como *rugas*, que vão produzindo vincos no desenho citadino, significando espaços e sujeitos, significando lugares de permanência e de deslocamento para determinados grupos. *Rugosidades*, conceito do geógrafo Milton Santos (2006), inscrevem-se materializando na cidade memória e história, no (des)encontro dos tempos: historicidade e espacialidade se constituem simultaneamente, mutuamente (SANTOS, 2006). Vincos cravados em ruas, em construções, nos contornos que estabelecem um *dentro* e um *fora*; cicatrizes urbanas que significam por marcas, mas também por ausências, por construções, revitalizações, demolições. *Rugosidades* que vão significando a cidade no entrecruzar dos tempos.

Rubino (2006) analisa como a antiga linha férrea divide Campinas em duas partes: Norte e Sul. Tendo como base registros históricos e mapas de 1878 e 1900, a autora assinala como determinadas construções ocupam e significam a cidade, posicionadas entre um lado e outro da linha do trem. No lado Norte, o centro da cidade, o Teatro São Carlos (1850), *London e Brazilian Bank* (1873), o primeiro telefone da cidade localizado no complexo da Fepasa (1878), nova Catedral (1883) e Escola Primária (1897); já do outro lado, no Sul, encontra-se o histórico bairro Vila Industrial, imediatamente localizado na divisão da linha férrea; ao redor deste: Leprosário com Capela

de São Lázaro (1863), primeiro Cemitério (1866), Hospital para Varilosos (1874), Matadouro (1885), Dois Curtumes (1900), Fábrica de tecidos (1926). A autora pontua como essas construções históricas, repletas de sentido, vão significando Norte e Sul.

Dafne Sponchiado Firmino da Silva (2016) nomeia os distritos *Souzas* e *Barão Geraldo*, a região do bairro *Gramado* e o eixo *Campinas-Mogi-Mirim*, localizados na região Norte da cidade, como *cordilheira da riqueza*, visto serem áreas onde se concentram a maior parte dos condomínios de alto padrão e loteamentos de acesso restrito de Campinas, *cordilheira* habitada por uma população que possui renda e escolarização alta, além de a grande maioria, mais de 70% em média, serem brancos. Com essas análises, não se pretende dicotomizar a divisão da cidade numa relação de disjunção: se Norte logo x, se Sul logo y. A cidade se constitui pela contradição, em espaços que se tensionam constantemente. Contudo, o ponto que chamo a atenção é o fato de historicamente Norte e Sul materializarem marcas que significam essas regiões a partir de políticas públicas (ou suas ausências) ancoradas em discursos médicos (higienistas), urbanísticos, técnicos e administrativos que escondem o jogo ideológico e contraditório que percorre a urbe por relações dessimétricas e desiguais. O político percorre e habita a cidade, em *organização* (ORLANDI, 1999, 2001, 2012).

O Jardim Itatinga se encontra na intersecção das Rodovias Santos Dumont e dos Bandeirantes, que se afunilam no encontro com o bairro; marcas urbanas que impõem fronteiras para o espaço. De um lado, se as rodovias significam em sua fluidez, como linhas que ligam velozmente um lado a outro, possibilitando encontro entre cidades e Estados, permitindo o *fácil* acesso aos que estão fora, de outro lado, isolam, visto que contribuem para *confinar* moradoras, moradores, trabalhadoras e trabalhadores, que ressaltam o *difícil* acesso aos demais bairros e ao centro da cidade. As fronteiras materiais que contornam o Jardim Itatinga encontram o *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) que o significa, no entrelaçar de temporalidades, como um bairro *confinado*. Um confinamento territorial, geográfico, político, histórico e discursivo: “[...] prostitutas confinadas no bairro de Itatinga [...]” (FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 1981)<sup>6</sup>; “Vidas confinadas” (CORREIO POPULAR, Campinas, 2012)<sup>7</sup>; “[...] a decisão de confinar a

---

<sup>6</sup> *Prostitutas são atendidas pela Igreja Católica, Folha de São Paulo*, em 14 de junho de 1981.

<sup>7</sup> Pesquisa realizada no acervo RAC – Rede Anhanguera de Comunicação, Campinas-SP. Data da visita: 09 de março de 2018.

prostituição em uma área afastada [...]” (G1, São Paulo, 2015)<sup>8</sup>; “ no bairro Jardim Itatinga – zona confinada de prostituição (cepromm.com.br)<sup>9</sup>. A *narratividade* (MARIANI, 1996) que significa o bairro como um espaço *confinado* encontra a fala cotidiana, nas entrevistas colhidas, *confinado* comparece como definição para o espaço: “e por isso o nome confinado, porque o bairro é voltado para isso, o bairro é... foi criado para questão da prostituição” (Coordenadora do Cepromm).

Conforme analisado em outro trabalho (FERRAÇA, 2019), esses enunciados, articulados na relação com outras formulações *sobre* o Jardim Itatinga (que circulam em periódicos locais, *Blogs, sites* e trabalhos acadêmicos), no encontro com as entrevistas, colocam para circular um *discurso fundador* (ORLANDI, 2003) para o bairro, presentificando, a cada formulação parafrástica, uma narrativa “originária” para o espaço. Nessa narrativa recontada, que permanece e se impõe através dos tempos sob o efeito de continuidade, histórias outras de posições de sujeitos distintos se diluem pela força de uma memória que se institucionaliza, que repousa nos arquivos, que circula nas folhas midiáticas. Como efeito parafrástico, no *desencontro* dos tempos, o bairro significa a partir dessa colagem entre *confinado* e Jardim Itatinga. Assim, essa narrativa inaugural para o bairro perpetua-se colada ao seu nome, significando espaço e sujeitos, reiterando o *confinamento* da prostituição e de prostitutas na cidade, atualizando o poder do Estado *sobre* o espaço urbano (sobre o sexo, sobre o corpo, sobre os sujeitos). Hoje, o bairro não está mais afastado da cidade por vazios territoriais, mas o discurso do *confinamento* é fortemente perpetuado pelos periódicos, ainda que diversos grupos reivindiquem outras versões, outros sentidos para o espaço e sua história.

É preciso considerar, portanto, que a injunção do poder público na configuração geográfica delimita trânsito e espaços, interferindo na relação dos sujeitos com a cidade, com os locais em que moram e pelos locais em que transitam; organizar a cidade é organizar os corpos, é definir percursos de passagens e lugares a serem ocupados, é definir quem pode ou não morar no centro e quem deve morar nas franjas citadinas.

---

<sup>8</sup><http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/09/itatinga-e-unico-bairro-planejado-para-prostituicao-no-pais-diz-pesquisadora.html> Acesso em: 31 de maio de 2020.

<sup>9</sup> O Cepromm (Centro de Promoção para um Mundo Melhor) é uma ONG – Organização não-governamental, localizada no Jardim Itatinga, que atende crianças de 3 a 5 anos no período integral e, no contraturno escolar, oferece cursos e atividades para crianças e adolescentes. <https://www.cepromm.com.br/quem-somos> Acesso em: 12 de junho de 2018.

O Estado tenta dar unidade e lógica à cidade, tamponando desordens que desestabilizem esse efeito imaginário de coesão. Os *saberes* médico, jurídico, político, administrativo e técnico, historicamente constituídos em uma formação social determinada pelo sistema de produção capitalista, ancoram e autorizam os gestos de ordenamento citadino, dando *forma* à cidade que, inevitavelmente, se desdobra em polissemia. Desse modo, defende Eni Orlandi (1999, 2001, 2012), tensionam-se na cidade *organização* e *ordem*: de um lado, a incessante *organização* urbana conduzida pelo Estado busca conter o movimento dos sentidos, preenchendo espaços, saturando os sentidos; de outro, formas fugidias cotidianas permitem que *ordem* urbana irrompa pelas frestas, possibilitando o movimento e o deslizamento de sentidos e sujeitos no social. É nesse jogo tenso, portanto, que sujeitos, espaços e sentidos se constituem, visto que sujeito e cidade se constituem ao mesmo tempo, em um processo sem início nem fim: o sujeito se liga materialmente ao corpo da cidade (ORLANDI, 2012).

## Enlaces entre corpo e espaço urbano

Na primeira visita ao Jardim Itatinga, como não encontrávamos o bairro<sup>10</sup>, pedimos informação a um menino que jogava bola num campo de futebol improvisado. Ele disse que estávamos perto, que o bairro começava na rua asfaltada. Seguimos na direção indicada, mas não foi a presença do asfalto que disse se tratar do Jardim Itatinga, mas centenas de corpos *seminus* que *tomavam* o asfalto. Formas plurais corporificadas no espaço público (BUTLER, 2018) que materializam limites e fronteiras entre territórios, produzindo sentidos ao bairro, aos sujeitos que ali vivem, transitam, trabalham.

Eni Orlandi, em *Textualização do corpo: a escrita de si* (2004)<sup>11</sup>, cita um breve, mas significativo, exemplo de como o corpo no espaço é capaz de demarcar territórios e deslocar sentidos. A autora compartilha trechos de uma notícia, publicada na Folha de São Paulo, em 2001, a qual relata o passeio em conjunto de sem-tetos em um shopping. Reproduzo aqui o recorte do depoimento feito pela autora: “Nunca tinha pisado num shopping antes. Na *invasão* ao Rio Sul aconteceu uma coisa que não esqueço. Meu sonho era ter um fogão. Quando o protesto passou em

---

<sup>10</sup> Suzy Lagazzi e Tyara Veriato Chaves me acompanharam nessa primeira visita. Agradeço a ambas pelo companheirismo, por dividirem comigo o aprendizado que foi esta pesquisa.

<sup>11</sup> Presente em *Cidade dos sentidos* (2004).

frente à loja das Casas Bahia, eu parei. Fiquei ali olhando os fogões. Acho que os funcionários estranharam e fecharam a porta na minha cara”; “Apesar das pessoas nos olhando daquele jeito estranho, o primeiro passeio no shopping foi muito bom” (grifos da autora) (Folha de São Paulo, 16 de abril de 2001). Para Eni Orlandi (2004), são corpos *fora de lugar* que produzem sentidos inesperados, o passeio de um grupo de sem-tetos no shopping torna-se, assim, uma manifestação pública. Portanto, o espaço, conforme a autora, está investido de sentidos e faz parte dos processos de significação: “e os homens, sendo seres simbólicos e históricos, os textualizam [os espaços] pela maneira como nele se deslocam, se inscrevem, investidos de sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 123). No Jardim Itatinga, considerando as condições de produção em que esses corpos *tomam e ocupam* o espaço público, tendo em vista a história urbanística de imposição geográfica e o deslocamento territorial promovido pelo poder público, considero que há algo nesse gesto político-geográfico de controle dos corpos pelo Estado que transborda, dando visibilidade à *ordem* cidadina, produzindo rachaduras no (pretensão) *controle* urbanístico.

É a partir da tentativa do Estado de conter o corpo na/pela cidade, de controlar o sexo, é em meio ao confronto com o simbólico e o político que os sujeitos produzem outros sentidos para o espaço; para o corpo e o sexo, para o modo como o sujeito passa a se relacionar com o social, no urbano. Se nos recortes citados por Orlandi (2004) os corpos estavam *fora de lugar* e, por isso, produziram sentidos de protestos, no Jardim Itatinga os corpos *seminus* produzem sentidos (outros) a partir da tensão entre **dever estar** e **pertencer** ao espaço politicamente imposto. Diferentemente de manifestações públicas em que o corpo feminino nu é usado como parte constitutiva da produção dos sentidos em protestos, inscrevendo na pele e na carne palavras de ordem<sup>12</sup>, este corpo *seminu* que ocupa as ruas do Jardim Itatinga é um corpo que trabalha. São corpos, em sua pluralidade, que significam pela injunção cotidiana à vida em uma formação social capitalista.

A prostituição que *toma* as ruas produz sentidos ao espaço, aos sujeitos. Ao final das entrevistas, percebi como a prostituição está presente nas relações de trabalho dos sujeitos entrevistados, atravessando as relações sociais que se dão nesse espaço (FERRAÇA, 2019). São eles: *dono de casa* (proprietário/empresário de *casa de prostituição*); *dona de casa* (proprietária/empresária de *casa de prostituição*) que também trabalha como

---

<sup>12</sup> Sobre o corpo feminino em protesto ver *Marcha das vadias. Corpo, sujeito, ideologia* (2013), de Tyara Veriato Chaves.

prostituta; agentes de saúde<sup>13</sup>; gerente de *casa* que também trabalha como prostituta; lavadeira que trabalha para as *casas de prostituição*; *cuidadora* das filhas e filhos das prostitutas; moradora que trabalha como lavadeira e que também possui um comércio no bairro; morador que trabalha em uma empresa no bairro; voluntária na Pastoral da Mulher Marginalizada, da Igreja Católica, que desenvolve atividades voltadas para apoiar as prostitutas; funcionárias do Cepromm – Centro de Promoção para um Mundo Melhor. Laços de vida, de sobrevivência, de sustento. É, portanto, o laço pelo trabalho atravessado pela prostituição que ancora os sujeitos no espaço, produzindo sentidos e práticas materiais de existência. A prostituição coloca o bairro em movimento.

Para pensar no funcionamento da rua nessas condições de produção, é necessário considerar dois pontos que se tensionam: a) a memória que repousa na cidade; b) o deslize de sentidos produzido pela relação cotidiana entre sujeitos e espaço.

Questiono, assim, de que modo as ruas significam o Jardim Itatinga? De que modo os sujeitos (se) significam (n)esse espaço? Recorto para essa discussão algumas sequências discursivas que dão visibilidade ao enlace sujeito e cidade, formulações que dizem sobre relações de pertencimento e identificação com o espaço urbano: um corpo que se ata materialmente à cidade:

(SD 01) No Itatinga, as próprias garotas de programa aprovam o patrulhamento e gostariam que as blitzes – como a que ocorreu na sexta-feira, dia 28, em que todas as entradas do bairro foram fechadas e veículos com suspeitos foram parados e revistados – fossem mais frequentes. “Todo mundo aqui precisa de segurança”, afirma uma **garota de programa da Rua Dracena** (CORREIO POPULAR, 2001)<sup>14</sup>.

(SD 02) E **aqui** tem a coisa da divisão, né, que eu tava falando pra ela, tem **a rua das travestis**, aí **as universitárias lá, aí pra cá tem umas mais velhas**, né<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> O Centro de Saúde foi criado, inicialmente, como uma demanda da Pastoral da Mulher Marginalizada da Igreja Católica para atender a população do bairro.

<sup>14</sup> ROSSIT, Mário. *Até as garotas pedem presença policial*. *Correio Popular*, Campinas, 09 de outubro de 2001. Arquivo Centro de Memória da Unicamp.

<sup>15</sup> Trabalhou como agente de saúde no Jardim Itatinga. Morou e cresceu no bairro vizinho.



A primeira formulação circulou no jornal *Correio Popular*, em 2001, em uma matéria que noticiava a violência no bairro e as ações da polícia no espaço. Chamo a atenção para o modo como o sujeito que está na rua é designado pelo periódico: “uma garota de programa **da Rua Dracena**”. O sujeito é da rua, pertence à Rua Dracena. Na designação, não há nome próprio; inclusive um artigo indefinido incide produzindo generalização e não-especificidade ao sujeito sobre o qual se fala. O processo discursivo de construção do referente se dá a partir de um adjunto adnominal que caracteriza o significativo *garota de programa* pela preposição indicativa de posse, produzindo como efeito uma relação de pertencimento ao espaço público. Dessa maneira, o adjunto adnominal *da rua Dracena* funciona produzindo especificidade ao substantivo (*uma*) *garota de programa*, determinando um modo de ser do sujeito na relação estabelecida com a rua. A formulação “cola” o sujeito no espaço, como se ele fizesse parte da rua, pertencesse à rua: o corpo como um *ponto* de localização na cidade. Corpo do sujeito e o corpo citadino e social se atam (ORLANDI, 2012) pela língua. Esse modo de designar produz equívoco e desencontro na relação com o discurso urbanístico que significa o espaço público como o lugar planejado para permanecer desabitado, como lugar de passagem e de movimento, não admitindo a fixidez e a permanência. Esse embate entre políticas urbanas que regem espaços e modo como sujeitos ocupam o espaço no dia a dia está presente em Zoppi-Fontana (1999) e Fedatto (2009).

Em *É o nome que faz fronteira*, Zoppi-Fontana (1999) analisa o funcionamento de designações para camelôs. No discurso midiático, as designações se referem aos camelôs de maneira indireta, funcionando pela indeterminação e pela instabilidade, mostrando a dificuldade da mídia de identificar os camelôs em formas que organizem a sua relação com as práticas citadinas. Em documentos urbanos que regem o uso e a ocupação do solo de Campinas-SP, o processo de designação é ainda mais problemático. O discurso jurídico-administrativo produz um apagamento do sujeito ao se referir somente ao *solo* e às normas de uso do território: “A designação do espaço urbano como SOLO focaliza os processos de referência nos objetos que o ocupam, silenciando os sujeitos (ambulantes), o debate sobre seus direitos (à cidade) ficam banidos da pauta de discussão e da legislação” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 208). Diferentemente, em entrevista com a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas, não há instabilidade na designação dos sujeitos: “eles são nomeados sempre como ambulantes e definidos em relação a outras categorias sindicais e

a uma situação de desemprego” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 209), produzindo identidade do sujeito à cidade. É, desse modo, considerando o espaço em sua dimensão política e não meramente como um lugar físico que é possível perceber como conflitos territoriais que constituem o urbano se marcam na língua, na instabilidade, ausências e defesas de nomeações. Em *Língua na rua: margens do sujeito*, Fedatto (2009) analisa o funcionamento discursivo do modo como a mídia designa o sujeito que está nas ruas, na tensão com os discurso técnico-administrativo que busca reger os espaços da cidade, significando as ruas como lugares vazios: “em geral, o dizer da mídia trata o *espaço-vazio*, o *vão-livre* pela via de um preenchimento urbanamente significado: o sujeito que ocupa esse espaço é marginal-izado como uma questão a resolver” (FEDATTO, 2009, p. 65). Nomear e significar aquele que está e permanece na via pública impõe um problema ao discurso da urbanização que não aceita a rua “como um lugar de transbordamento do social” (FEDATTO, 2009, p. 66).

Na designação *uma garota de programa da rua Dracena*, um equívoco. Definido por Gadet e Pêcheux (2010, p. 64) como “o ponto em que a língua atinge a história”, o impossível linguístico e a contradição se conjugam: como poderia um corpo ser **da** rua, pertencer ao espaço público? A materialização da memória sobre a prostituição e seus espaços de permanência e circulação na sintaxe diz respeito ao modo como o sujeito se significa na cidade, enlaçado no urbano pelo trabalho. Efeito que produz sentidos que vacilam entre **estar** no espaço e **ser** do espaço público, fazendo ressoar na articulação sintática não só “você é **da** rua”, mas também “a rua é o seu lugar”. Françoise Gadet (2016), em *Trapacear a língua*, cita Tamine, concordando com sua proposição: a “*sintaxe [é] ao mesmo tempo indiferente e responsável*”. A autora coloca em causa o estatuto da sintaxe na produção discursiva dos sentidos, defendendo que a criatividade que produz jogos linguísticos de significação não se localiza na palavra em si, visto que a “palavra é tomada em um quadro sintático dado, ‘um fato de linguagem enraizado na sintaxe’” (GADET, 2016, p. 189). A sintaxe é, portanto, habitada pelo discursivo. Assim, sendo ao mesmo tempo *indiferente e responsável*, a sintaxe da formulação “**da** rua Dracena” dá visibilidade a um perencimento equívoco, visto que a preposição de posse joga tanto com a memória sobre a prostituição, materializando na língua as relações sociais que se dão no espaço da cidade, “mostrando que determinadas funções – sintáticas – só podem ser exercidas por determinados sujeitos” (FEDATTO, 2009, p. 69), como também joga, em desencontro, com o discurso urba-

nístico que rege (e buscar exercer o controle sobre o urbano) espaços públicos, exigindo que ele permaneça vazio, não-habitado, não-ocupado.

A SD 02 produz uma diferença no laço corpo-cidade, visto que as ruas são discursivizadas como pertencentes às prostitutas, numa relação discursiva que as significa como *proprietárias* do espaço. Essa SD é um recorte da entrevista realizada no bairro (2016-2017), sendo o entrevistado um morador do Jardim Maria Rosa, que trabalhou como agente no Centro de Saúde Jardim Itatinga. Na formulação, fala-se sobre o dia a dia no bairro, seu funcionamento e suas divisões. Abaixo, trabalho parafrasticamente as formulações considerando, de um lado, o funcionamento da elipse e do paralelismo sintático entre os enunciados, mas também, de outro, colocando em causa uma operalização lógica da língua. A elipse é definida como a “**omissão de um termo facilmente subentendido**” por faltar onde normalmente aparece, ou por ter sido “**anteriormente enunciado ou sugerido**”, ou ainda “por ser depreendido pela situação, ou contexto”, conforme define Bechara (2002, p. 476 – grifos meus), como se os sentidos fossem *facilmente* recuperados pelo sujeito em operações óbvias, certas que não permitem erro, equívocos, duplos sentidos. Compreender que a elipse funciona pela equivocidade é considerar como incontornável a incompletude da linguagem e desmobilizar as evidências que definem a sintaxe como operações lógicas, na possibilidade do controle dos sentidos e da exclusão do sujeito.

(SD 02.1) [...] tem **a rua das travestis**

(SD 02.2) Aí [tem **a rua d]as universitárias** lá

(SD 02.3) Aí pra cá tem [**a rua das**] (umas) **mais velhas**.

(SD 02.4) Aí **as universitárias** lá

(SD 02.5) Aí pra cá tem umas **mais velhas**.

As paráfrases 02.1, 02.2 e 02.3 foram elaboradas pelo desdobramento do enunciado primeiro “tem a rua das travestis”, considerando, como mencionado, a elipse e o paralelismo sintático: ruas **das** travestis; rua **das** universitárias; rua **das** mais velhas. Assim, a construção sintática que se repete nas paráfrases é formada pelo adjunto adnominal que restringe e especifica qual grupo pode (tem o direito de) *ocupar* determinada área do bairro, sendo a *posse* construída pelas relações sociais diárias que se textualizam no urbano, materializando-se na língua. O urbano, desse modo, tal como compreende Eni Orlandi (2004, p.

11), não é uma cena à parte, mas é constitutivo da produção de sentidos: “para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda sua força [...]. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”.

Se na SD 01 a posse era estabelecida pelo corpo que pertence à rua no enlace com a localização espacial e a permanência no espaço público, no encontro com a memória sobre a prostituição e no desencontro com o discurso urbanístico, na SD 02 a relação de pertencimento marca uma diferença: as ruas do bairro Jardim Itatinga pertencem aos sujeitos, são **dos** sujeitos. O laço que ata sujeitos e urbano se estabelece pelos modos de identificação, pelas práticas cotidianas que permitem que as prostitutas circulem e transitem pelas ruas, que permaneçam e ocupem o espaço público. Os corpos que *tomam* as ruas em laços de pertencimento produzem uma relação outra com o espaço público que deveria permanecer vazio, desocupado, desabitado. A prostituição que impera pelas ruas e pelas calçadas, como afirmado, coloca o bairro em movimento.

Chamo a atenção para as divisões que se desdobram pelo traçado urbano enunciadas nas formulações, partilhas que dão visibilidade à heterogeneidade, à disputas e tensões que se dão nesse espaço e que dizem de uma organização outra estabelecida no cotidiano pelos sujeitos. A *ordem* urbana irrompe à revelia da *organização* do estado que busca tamponar o movimento dos sentidos ao ordenar a cidade, ao controlar e reger as divisões do espaço: para os documentos que regulamentam a *ocupação e o uso solo urbano*, a via pública é de *todos* e deve permanecer desabitada. A localização e a divisão dos sujeitos pelo espaço tocam o bairro em sua forma material e dizem sobre práticas cotidianas que jogam com as relações sociais que se dão nesse espaço da cidade. O social, em seu conflito, em seu modo de funcionamento, materializa-se na língua.

Essa SD 02 me permitiu tensionar o funcionamento da elipse e também colocar em causa o paralelismo sintático, visto que se, de um lado, as paráfrases produzidas abriram a sequência discursiva dando visibilidade ao modo como as ruas no Jardim Itatinga são discursivizadas a partir de uma relação de posse e propriedade, no enlace do sujeito com o urbano, mostrando também formas materiais de pertencimento, identificação e reconhecimento, de outro, as paráfrases também produzem um recobrimento. O ponto em questão se refere à contradição presente no modo como as divisões do bairro são formuladas, visto que a não repetição na SD da formulação “tem a rua da(s)” também permite questionar se a relação de *posse*

não funcionaria somente para alguns grupos e não para outros, ou seja, há contradição nas divisões que se dão pelo cotidiano. As universitárias e as mais velhas podem, desse modo, estarem e se encontrarem no urbano como um *ponto localizável no bairro* mas não *são proprietárias* de uma rua do Jardim Itatinga, tal como é o caso das travestis que é enunciado na primeira formulação da SD 02. Reitero, desse modo, dois pontos importantes: 1) desconfiar da elipse, na sua definição operacional defendida por uma perspectiva tradicional da linguagem, visto seu funcionamento equívoco ao dar a ver a incompletude da linguagem<sup>16</sup> e 2) considerar que as divisões (urbanas, sociais, históricas e ideológicas), habitadas pela contradição que lhe é constitutiva, são desiguais e não cessam de se dividir em dois (PÊCHEUX, 2014). Jogar com as essas possibilidades que percorrem o funcionamento sintático da língua é considerar como ponto incontornável a incompletude da linguagem.

Gostaria, por fim, de destacar outras três formulações que dizem sobre os processos de nomeação das ruas no Jardim Itatinga, colocando em relação a materialidade linguística e as condições sócio-histórico-ideológicas que se dão no espaço urbano.

(SD 03) Ali na **rua 6**, lá embaixo perto do bar lá do... do bar do...<sup>17</sup>

(SD 04) É! Escutei aqui na rádio falar, é **lá na 13**, porque **a 13** diz que é uma **rua terrível, 13**, diz que é perigosa<sup>18</sup>.

(SD 05) Tem uns meses atrás aí que eles mataram um senhor na...na...**na 13, na 12**, é... parece que tomaram o dinheiro do homem<sup>19</sup>.

Rua 6, Rua 12, Rua 13. Memória e história que encontram a língua. Nas entrevistas, as ruas eram assim nomeadas pelas moradoras e moradores, visto serem esses os primeiros nomes dados pelos primeiros habitantes

---

<sup>16</sup> Claudine Haroche (2016) questiona justamente essa tradição gramatical que concebe a elipse como um procedimento de substituição, uma “falta evidente” ou ainda um complemento objetivo, características essas que reforçam o caráter linear da linguagem. Eni Orlandi (2007, p. 47), diz que: “o silêncio é assimétrico em relação ao dizer e a elipse é do domínio do silêncio”. Essas duas autoras me permitiram compreender que a elipse não sinaliza uma *falta*, mas *excesso*, visto a incompletude da linguagem, sendo, desse modo, uma brecha possível aberta na língua que permite os sentidos deslizarem e os sujeitos se inscreverem (FERRAÇA, 2019).

<sup>17</sup> Trabalhou como agente de saúde no Jardim Itatinga. Morou e cresceu no bairro vizinho.

<sup>18</sup> Moradora no bairro há 12 anos, na época da entrevista.

<sup>19</sup> Idem.

de um bairro que nascia para ser uma zona de prostituição. Esquecidas pelo Estado que apartava as prostitutas da cidade, as ruas do Jardim Itatinga não tinham nomes oficiais; a nomeação veio primeiro por quem usa o território, veio daqueles que experienciam o trecho da cidade que *lhes cabe*. Na nomeação cotidiana que se repete, a memória do esquecimento é também o lembrete da *(r)esistência* daqueles que existem no Jardim Itatinga. Vale ressaltar que a nomeação se constitui no terreno das disputas, relações de poder que procuram impor um nome, institucionalizá-lo. Assim, se, de um lado, é necessário aceitar a nomeação atribuída pelo poder público, visto a necessidade de receber correspondências, entregas, etc., de outro, nesse jogo de forças, o cotidiano responde com a recusa daquilo que foi institucionalizado, inscrevendo no nome habitual um modo de *(r)esistir* nesse espaço. Rua 6, rua 12 e rua 13 expõem um modo significativo da relação que o sujeito estabelece com o bairro, com o lugar de morada e de trabalho, com o espaço de vivência diária.

Essas sequências discursivas disseram sobre laços entre sujeito e cidade, enlaces de pertencimento **ao** urbano, enlaces que dizem sobre uma relação de posse **sobre o** urbano. Corpo citadino e corpo do sujeito que se enlaçam pela contradição. Os fios que tecem identificação e reconhecimento entre território e carne se amarram produzindo nós no *desencontro* com o político que habita e percorre a urbe. Desse modo, na coerção do Estado que busca saturar sentidos, ordenar espaços e trajetos, controlar o corpo e o sexo é que sentidos outros encontram frestas para irromper e circular. A *ordem* urbana irrompe pelas rachaduras da história produzindo outros modos de habitar a urbe, de *ocupar* e *tomar* ruas, de pertencer ao espaço público.

### **Corpos em aliança, corpos em (r)esistência**

Judith Butler (2018), em *Corpos em aliança e a política das ruas*, ao analisar os corpos que se reúnem em protesto e em assembleias públicas, diz da potência que é esse encontro entre corpos no espaço público. Uma performatividade plural e corpórea que tem o poder de reconfigurar a materialidade do espaço, de resistir mesmo quando permanecem em silêncio. O encontro no espaço de “hiato” entre um corpo e outro no espaço público (BUTLER, 2018) pode produzir deslizos e deslocamentos de sujeitos e sentidos no/pelo urbano. É também por se tratar de um corpo, e não de um organismo, que há *resistência* (BALDINI, 2010).

*Corpos em aliança tomam e ocupam* as ruas do Jardim Itatinga. Neste artigo busquei colocar a *rua* em causa, na tentativa de falar de laços entre sujeito e espaço, do enlace entre corpo e cidade. Território e carne que se encontram no funcionamento ideológico que interpela o indivíduo em sujeito (Michel Pêcheux, 2010), na individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado (Eni Orlandi, 2012): “se corpo e cidade podem ser aproximados ao ponto de virem a ser uma corpocidade, isso só é possível porque território e carne foram politizados, individualizados e, finalmente, alocados pelos poderes sociais vigentes” (BALDINI; SOUZA, 2012, p. 87). É importante dizer, desse modo, que o político tensiona esse enlace entre sujeitos e cidade, entre sujeitos e Jardim Itatinga. É nas condições de produção de um bairro criado pelo poder público para *confinar* (uma certa) a prostituição na cidade que os sujeitos *(r)esistem*. Corpos às centenas que *tomam e ocupam* ruas que, pelo discurso da *organização* urbana, deveriam permanecer desocupadas, desabitadas. A *(r)esistência* se dá no cotidiano, nos enlaces tecidos entre o urbano e os sujeitos na tensão entre o espaço politicamente imposto e aquele que o sujeito *ousa* ocupar, trabalhando (e deslizando) os sentidos outros para rua, para casa, para bairro, para trabalho. Na lógica capitalista que atravessa e constitui o corpo, é preciso também lembrar que há algo desse corpo que trabalha com o sexo que escapa a esse corpo laborioso e sempre útil. Algo do sexo insubmisso funciona nessa relação de trabalho posta. No descompasso do gesto, na repetição que falha, um corpo que *resiste*: “um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade [...]”, um corpo que grita: “Eu não sou uma máquina!” “A vida se revolta e resiste”, cita Michel Pêcheux (2014, p. 278), ao trazer em uma nota a narrativa de um militante intelectual que trabalhou durante um ano em uma das indústrias da Citroën. Pelas ruas do Jardim Itatinga, os sujeitos *(r)esistem*.

Há algo de muito potente no encontro de corpos que se unem ao *tomarem e ocuparem* o espaço público. Há algo de ingovernável do corpo que *resta*, que produz, incessantemente, sentidos; à revelia do próprio sujeito.

## Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CHAVES, Tyara Veriato. Marcha das vadias. Corpo, sujeito e ideologia. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis, **Anais Eletrônicos**.. Florianópolis, 2013. 1-12p. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386594045\\_ARQUIVO\\_trabalhocompletotyaraveriato.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386594045_ARQUIVO_trabalhocompletotyaraveriato.pdf).

FEDATTO, Carolina Padilha. Língua na Rua: Margens do Sujeito. *In*: **RUA** [online]. 2009, no.15. Volume 1 - ISSN 1413-2109. P-63-71.

FERRAÇA, Mirielly. **(R)esistir no Jardim Itatinga**: laços entre sujeitos e espaço urbano. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP. Recurso online (287 p.), 2019.

HELENE, Diana. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2015. 334 f.

BALDINI, Lauro José Siqueira; SOUZA, Levi Leonel de. Os sentidos tomando corpo. *In*: AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012. p. 69-88.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Um pouco de possível senão eu sufoco. *In*: ROMÃO, Lucília Maria de Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Efeitos**



**de leitura, sujeitos e sentidos em movimento.** (Org.). Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2010, p. 57-66.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 256f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

MAZZARIOL, Regina Maria. **"Mal necessário":** ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. 1976. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281413>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Pernas cruzadas, meias rendadas:** desvendando histórias de Campinas (1930-1970). Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2013. 190 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O Limiar da Cidade. *In:* **RUA**. Campinas: Unicamp, número especial, p. 7-19, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade Atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Editora Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. *In:* ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Eni P. Orlandi (org) – Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos.** Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação política e social. *In:* ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise:** sujeito, sentido, ideologia. 2ª edição. Campinas-SP: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Traduzido por José Horta Nunes. *In:* **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n. 19. Campinas/SP: IEL/UNICAMP, p. 7-24 jul.-dez., 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; Prefeitura Municipal, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho: 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. 149p.

RUBINO, Silvana. “Os dois lados da linha do trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas”, SP. In: FRÚGOLI JR, Heitor; AN-DRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda Areas (Org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. São Paulo: EDUSP 2006 (p. 68-97).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Dafne Sponchiado Firmino da. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionates da autosegregação das elites em Campinas**. 2016. 1 recurso online (170 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321430>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, F.; LE-ANDRO FERREIRA, M.C. (Org.). **Os Múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 1999b. p. 202-215.

# OLHARES SOBRE O FEMINICÍDIO: REGISTROS DO/NO CINEMA E AUDIOVISUAL

Ariane Costa Derner  
Giovanna Benedetto Flores  
Nádia Régia Maffi Neckel

## Introdução

Abrir as páginas dos jornais, navegar pelos sites de notícias e assistir noticiários televisivos nos coloca, a cada dia, frente a uma triste realidade: o aumento do feminicídio no Brasil. A mídia, de maneira geral, trata a questão como casos isolados, não olhando para o problema que se alastra cada vez mais no Brasil, principalmente depois das eleições de 2018, quando assume o presidente mais misógino que já governou esse país, com políticas públicas que enaltecem o agressor, colocando a culpa na vítima.

Dito de outro modo, há um processo de culpabilização e até mesmo criminalização das vítimas da violência de gênero, indo na contramão dos processos de empoderamento destas vítimas a fim de mostrar à sociedade a gravidade dos acontecimentos que envolvem esses temas. O que se observa nas mídias de um modo geral é uma “seletividade nas imagens, discursos e realidades das mulheres, hoje, corresponde a uma invisibilidade seletiva do que não interessa à mídia amplificar, cerceando o direito universal à expressão” (MORENO, 2017, p. 37), tornando esses acontecimentos em verdadeiros espetáculos midiáticos.

Estamos falando do que chamamos de mídia tradicional, que reforça estereótipos e culpabiliza a vítima, e pelo acúmulo destes modos de visibilidade, vão construindo memórias em relação aos corpos femininos. As marcas de uma memória que se ancora em um discurso patriarcal podemos ver também no cinema e no modo como esse espaço mostra essas marcas em relação às mulheres, aos corpos femininos, sendo reproduzidos e significados heteronormativos e patriarcais pelo discurso da mídia, tanto em documentários como em grandes reportagens.

Nos pautamos nas formulações pecheutianas quando o autor nos aponta que:

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Nossa questão principal é mostrar como as marcas desta discursividade patriarcal (machista) e heteronormativa potencializam os riscos de violência contra a mulher, seja em suas relações afetivas, seja em sua vida pública e/ou política.

A proposta deste artigo é analisar discursivamente imagens/dizeres sobre esses corpos femininos, sobre o feminicídio e como a mídia de referência produz discursividade a respeito dos crimes praticados contra as mulheres. Para tanto, vamos analisar dois videodocumentários, que tratam de assassinatos de mulheres. O primeiro é o documentário “Quem matou Eloá?”, de 2015, dirigido pela cineasta Lívia Perez e, o segundo, a minissérie “Marielle, O documentário”, de 2020, dirigido por Caio Cavechini.

“Quem matou Eloá?” é um documentário que mostra como a mídia tradicional reproduz e reforça dizeres sobre as mulheres, produzindo efeitos de sentidos de que o homem é a vítima. Discursivamente entendemos que “as palavras são carregadas de sentidos” (ORLANDI, 2003. p. 39), porém, não se trata de qualquer sentido, há a necessidade de compreender na materialidade dos discursos os sentidos, a partir da relação com os já-ditos e com os não ditos, ou os silêncios/apagamentos dos dizeres.

Em 2008, Eloá Pimentel, de 15 anos, foi assassinada pelo ex-namorado, Lindemberg Alves, que não aceitava o fim do relacionamento. Ela ficou refém do ex-namorado por cinco dias num apartamento de classe baixa, no interior de São Paulo. Junto com ela estava a amiga, Nayara Rodrigues da Silva, também de 15 anos, que sofreram violência física, psicológica e moral. A mídia tradicional bateu recorde de audiência durante estes cinco dias. Já “Marielle, O documentário” é uma minissérie exibida/produzida pela Rede Globo. A vereadora fluminense Marielle Franco foi assassinada no centro do Rio de Janeiro na noite de 14 de março de 2018, quando voltava de um evento sobre empoderamento feminino. A vereadora era responsável pela relatoria da Comissão da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que avaliava a intervenção federal na segurança pública da capital fluminense. Socióloga e mestre em Administração Pública, Marielle Franco era

mãe solo, negra, lésbica e moradora da favela, perfil que define a maioria das vítimas de feminicídio brasileiro.

### **“Torço para um final feliz, com sua amada” o corpo da mulher como propriedade privada**

O documentário de Livia Perez, “Quem matou Eloá?” traz reportagens das emissoras de televisão (em sua maioria de canais abertos e de forte apelo popular), que durante cinco dias exploraram o acontecimento, tornando-o um acontecimento jornalístico, um espetáculo a ser consumido. Recorremos a Debord (1977) para compreender o espetáculo midiático. O autor, ao apresentar sua tese sobre a sociedade do espetáculo, a entende como triunfo das aparências. “O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como parte da sociedade e como instrumento de unificação [...] O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens (DEBORD, 1997, p. 14). Portanto, a mídia funciona como um espetáculo a ser consumido, em que o sujeito leitor/telespectador se reconhece nele, se envolve no acontecimento.

Michel Pêcheux nos ensina que:

Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao no-meado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui no efeito de repetição e reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. (1999, p. 51).

Discursivamente o acontecimento é definido por Pêcheux (2012, p.17) “o ponto de encontro de uma atualidade com uma memória”, mas podemos pensar a partir da noção pecheutiana, no acontecimento jornalístico como propõe Dela-Silva (2015, p. 224) que “[...] consiste em um acontecimento do discurso, uma prática discursiva, uma vez que, ao ser formulado, ele promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico. Segundo a autora, o acontecimento jornalístico “[...] demanda a intervenção de um sujeito-jor-

nalista, inscrito em uma conjuntura sócio histórica, responsável por fazer sua inscrição na linguagem e na história, possibilitando o gesto de interpretação que o inscreverá dentro de um acontecimento de uma época” (DELA-SILVA, 2017, p. 136)

Entendemos que o que vimos nos noticiários durante o sequestro de Eloá e retratado no documentário de Livia Perez, é a espetacularização da cultura da violência contra mulheres, materializada nas sequências discursivas abaixo, em que a vida da mulher vale pouco. Ao espetacularizar o sequestro a mídia coloca a situação da violência contra Eloá em suspenso, como se não tivesse importância.

Nesse ponto voltamos a questão da manipulação dos enquadramentos e montagens no audiovisual e como eles trazem fortemente um pré-construído a respeito do corpo feminino, Ismail Xavier nos diz que quando consideramos a montagem como um recorte do social “de tal modo que a sua significação social (engrenagem da repressão versus manifestação popular) seja ‘figurada’ pela composição visual não-natural que a montagem oferece” (XAVIER, 2005, p. 130). Ou, dito de modo discursivo, trata-se “da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário.” (PÊCHEUX, 1997, p. 125).

Para compreender discursivamente os dizeres sobre esses corpos femininos, recortamos alguns frames em sequências discursivas, do documentário Quem matou Eloá? Para analisar. São dizeres de apresentadores, repórteres, entrevistados e do próprio sequestrador, que reforçam o discurso de poder sobre corpos femininos. Vejamos:

SD1: (Apresentadora, figura 1)... o Brasil inteiro está rezando por vocês.

SD2: (Diálogo entre apresentador e sequestrador, figura 2)

Apresentador: Agora querido, porque você tomou essa atitude? Desespero, ciúmes, o que foi?

Lindemberg: Desespero, Desespero? Se tivesse desesperado dava um tiro na minha cara e já era. Tô sem sentimento nenhum. Tô frio pra c...

Apresentador: Fica tranquilo, sei que é difícil. Mas procure se acalmar. O capitão garante a tua integridade. Fica tranquilo, filho.

SD3: Lindemberg: A Eloá não cooperou. Se ela está passando isso, ela merece.

As sequências discursivas acima, marcam o funcionamento do discurso jornalístico, que organiza filiações de sentidos possíveis para um acontecimento (cf. Mariani, 1998), fazendo parecer ao telespectador que os jornalistas somente estão narrando os acontecimentos, sem envolvimento, produzindo um efeito de distanciamento do fato. Podemos perceber também que o repórter/apresentador assume a posição de porta-voz, como se fosse autorizado a falar em nome da polícia, em determinado momento e no do telespectador, em outro. Pêcheux (1990, p. 17) entende o porta-voz como sendo “ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando em ‘nome de...’ é antes de tudo um efeito visual [...] o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar”.

Ao falar “em nome de” o sujeito jornalista produz o efeito de reversibilidade, em que um sujeito toma o lugar do outro ao enunciar (cf. Orlandi, 2003), ou seja, é pelo discurso da mídia que a voz do povo se fala pela voz do jornalista. Portanto, ao dizer que “o Brasil inteiro está rezando por vocês”, o apresentador está assumindo a posição de porta-voz e falando em nome do telespectador.

Conforme Mariani:

[...] o sentido não ‘pertence’ a nenhum interlocutor, mas é produzido, enquanto efeito, no discurso constituído pelos/nos dois interlocutores em interação (cf. Orlandi, 1984). Esse ‘dizer para alguém’ é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens constituído em torno dos lugares de onde se fala que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos” (MARIANI, 1998. p. 31)

Podemos pensar discursivamente sobre o lugar de onde se fala, o lugar social, que tem a ver com as relações de poder, relações sociais e pessoais, constitutivas de cada discurso, isto é, o sujeito do discurso é interpe-lado ideologicamente pela formação social em que ele se inscreve, nesse caso, o da mídia. Dito de outro modo, o sujeito-jornalista quando assume o lugar discursivo, é sempre determinado por diversas relações, das instituições, do próprio funcionamento do discurso jornalístico, produzindo efeitos sobre o seu dizer. Grigoletto (2007) entende que:

[...] é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico.[...] O lugar social é efeito da prática discursiva, mas,

ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social.[...] Ainda é importante esclarecer que, ao passar do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social. Mas tal apagamento é somente um efeito, um simulacro, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. Ou seja, sempre haverá uma determinação ideológica. (GRIGOLETTO, 2007, p. 128)

Ainda no documentário sobre “Quem matou Eloá?” destacamos as seguintes sequências discursivas:

SD4: (Apresentador, figura 3) Ele era considerado pelos amigos e pela família um rapaz calmo, trabalhador. Um rapaz que jogava bem o futebol.

SD5: (Repórter) Menino trabalhador. Acabou se desesperando, Problemas de relacionamento. Já conversou com a menina. Já passou 100 horas com ela. Agora pode se entregar e terá todas as garantias de segurança.

SD6: (Especialista no programa A tarde é sua, figura 4) eu sou muito otimista né. Eu espero que isso termine em pizza. E num casamento futuro entre ele e a namorada, a apaixonada dele, né. Ele está passando uma fase momentânea, ne. Talvez tenha perdido a motivação de viver, porque um rapaz jovem quando se apaixona, muitas vezes se desequilibra. É caso dele. Mas isso vai terminar em final feliz, graças a deus, eu tenho plena certeza e convicção disso.

SD7: (Apresentadora, figura 5) Ele já fez contato novamente. Diz que vai se entregar. Vai libertar as meninas, mas ele quer as câmeras de televisão, de todas as emissoras, para registrarem esse momento, para ele se sentir seguro que nada de mau vai acontecer para ele.

SD 8: (Eduardo Félix, comandante do Batalhão de Choque, figura 6) Teríamos que ter dado o tiro de comprometimento. Mas eu repito. Era um garoto de 22 anos de idade, sem antecedentes criminais, de uma crise amorosa

Podemos ver nas sequências discursivas acima, uma regularidade nos dizeres dos jornalistas, dos especialistas e do comandante do Batalhão de Choque a respeito do sequestrador e a relação que tinha com Eloá. Nesses discursos sobre o sequestrador, ficam marcados discursos machistas/patriarcais em que a mulher, no caso a Eloá, não pode escolher outro modo



de vida a não ser pertencer ao ex-namorado. Os dizeres da imprensa produzem sentidos que o rapaz é a vítima, ao reforçar que ele “Ele era considerado pelos amigos e pela família um rapaz calmo, trabalhador. Um rapaz que jogava bem o futebol”. Recai sobre Eloá a “culpa” da agressão. Também no discurso do especialista, que torce por um final feliz, ao afirmar “num casamento futuro entre ele e a namorada, a apaixonada dele, né”, reforça o discurso patriarcal.

Discursivamente compreendemos que esse discurso de “final feliz” produz uma memória em que o corpo da mulher pertence ao homem, que ela não terá direito de não aceitar o amor do sequestrador. Podemos relacionar esses dizeres ao que Althusser (1985) chama de Aparelhos Ideológicos do Estado, que são, entre outros, a religião, a família, o Estado e a mídia. Esses aparelhos funcionam como controle da sociedade patriarcal, em que o homem tem o poder sobre a mulher, reforçando dizeres sobre tradição, família e propriedade.

Entendemos que a grande mídia, em especial, reforça diariamente o discurso do patriarcado, que é uma das formas de repressão e dominação da mulher, em que o homem tem o direito de “usufruir” da mulher da maneira que entender. Patemann (1988) entende que essa dominação nasceu na sociedade ocidental e que o Estado moderno é constituído a partir de contratos sociais, que são assinados e nem sempre aceitos pelos envolvidos. A autora chama de contrato sexual, o que se apresenta como um direito patriarcal, sendo a figura do pai autoridade para guiar as instituições, mas que na atual sociedade a figura do pai é substituída pela dos homens (maridos, companheiros, namorados), exercendo sua força de várias maneiras, pela violência física e psicológica, na maioria das vezes.

O patriarcado manifesta-se não só nas relações eróticas entre os sexos, mas também nas muitas maneiras pelas quais homens e mulheres são socializados (temperamento, papel social, status): supõe-se que os homens devem ser vistos como ativos e potentes, enquanto as mulheres são percebidas como passivas e subordinadas. O patriarcado repousa, então, não tanto sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres, e sim sobre interpretações culturais incrustadas em ideias e práticas que conferem a tais diferenças valor e significação. (MILLET, 1969 apud KRITSCH, 2018, p. 18)

Voltando para as questões do cinema e audiovisual, o que nos interessa pensar acerca da teoria da montagem, enquanto processo analítico, é

em seus efeitos de sentido e no movimento de autoria. Dito de outro modo, e utilizando-nos das palavras de Xavier, tomamos a teoria da montagem em seu efeito: “a teoria da montagem como conflito define-se justamente pela combinação das representações para formar uma unidade complexa de natureza peculiar, apontando para um sentido não contido nos componentes, mas no seu confronto” (XAVIER, 2005, p. 133).

### **“É um corpo descartável”: vidas matáveis**

Já a série “Marielle: O documentário”, dividido em seis episódios, retrata a vida da vereadora assassinada e a repercussão do crime. Nos chama a atenção duas passagens dessa série no segundo episódio, quando repercute as fake news que agitaram as redes sociais logo após o crime, como podemos ver nas figuras abaixo.

Nas postagens nas redes sociais a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Marília Castro Neves, reproduziu notícias falsas, as *fake news*, desmoralizando a vereadora, reforçando envolvimento amoroso com traficante e o Comando Vermelho. Destacamos do documentário o depoimento da desembargadora Marília Castro Neves, que ressalta o que tinha colocado no post das redes sociais, o engajamento de Marielle com o Comando Vermelho. Vejamos parte do depoimento:

SD9: Advogada de família de Marielli: A desembargadora disse que Marielle estava engajada com bandidos.

Desembargadora Marília de Castro Neves: Eu já esclareci que foi uma declaração infeliz. O que eu quis dizer é que ela trabalhava junto a essas comunidades e com a permissão desses ah... Porque o Comando Vermelho não é composto por pessoas da mais notória honestidade e eles são criminosos. E ela deixou... saiu daquela comunidade para atender uma facção rival do Comando Vermelho. Ela descumprir compromissos que tinha assumido em tese com o pessoal do Comando Vermelho, cuja comunidade ela trabalhava. Isso não quer dizer que ela estava praticando um crime. Ela estava atendendo as pessoas daquela comunidade. Alias eu tenho uma foto disso, que circulou... eu achei hoje, dizendo que ela era... que ela estava... que ela foi eleita pelo Comando Vermelho, que ela foi numa comunidade do PCC. Isso era uma linha de investigação da polícia na ocasião. Essa era a minha intenção com a frase infeliz. Que na verdade foi uma frase infeliz, mas que foi uma reprodução de outras

que estavam sendo feitas naquela ocasião. Naquela época a gente só... estávamos todas ali preocupadas com a repercussão exagerada que havia com a morte dela.

Podemos pensar a *fake news* como forma de desmoralizar alguém ou uma situação e que são produzidas e disseminadas por pessoas que se aproveitam de fontes legitimadas, como as redes sociais e o jornalismo, para propagar as notícias falsas.

Para Christofolletti,

Fake news não são apenas notícias falsas, mas também plantadas, cultivadas e hipertrofiadas para que desorientem, confundam, enganem. Elas viralizam nas redes sociais, espalhadas por indivíduos desavisados ou interessados e por sistemas automatizados, como bots e algoritmos. Alimentam realidades alternativas, que simplesmente não reconhecem os fatos em detrimento de suas convicções e emoções. (CHRISTOFOLETTI, 2018)

Discursivamente entendemos que a questão da *fake news* é política. Não é porque está em circulação em determinado suporte (*whatsapp*, *twitter*, *instagran*, site) ou materialidade técnica (cf. AD), passando dos meios tradicionais para o digital que é falso/verdadeiro, ele se marca na questão política e na sua formulação. É porque a instituição imprensa sempre, desde que nasceu, esteve atrelada ao político, como forma de se sustentar. Como todos podem disseminar/produzir informações ou “notícias”, há a necessidade de marcar no discurso essa relação falso/verdadeiro, para que o jornalismo possa se manter legitimado no discurso autoritário e capitalista. Vale lembrar que a mídia tradicional se autodenomina como neutra, objetiva e imparcial. Noções essas que são caras para o campo de estudos do jornalismo, mas que já não se sustentam, ou seja, nem os teóricos do jornalismo reforçam essas noções porque na prática essas noções fundantes não funcionam, pois são dependentes de estratégias políticas das instituições jornalísticas, como aparelhos ideológicos.

Segundo Indursky:

[...] o funcionamento da fake news produz um efeito de verdade, e responsável pela construção de um efeito de realidade à luz da qual tudo o mais é falso. Ou seja, as fake news tornam verdadeiro o que é

falso e falsificam o que é verdadeiro. Esse é seu efeito de sentido (INDURSKY, 2019, p. 129)

Também destacamos outra sequência discursiva no documentário, em que fica exposta a questão racial e de gênero, que marcou a trajetória da vereadora.

SD 10: Mônica Benício (Figura 10): Inclusive quando se planeja um assassinato como esse, na minha opinião, a pessoa que pensa vamos matar a única vereadora negra da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tá ali completamente vestida do seu preconceito, do seu racismo, da sua lgbtfobia, é... da sua questão de classe, de olhar que ninguém vai notar, sabe que é isso. É o discurso de que várias pessoas morrem no Brasil todos os dias. A Marielle, inclusive, é o corpo, que é o corpo do senso comum de ser assassinado no Brasil, que o Brasil não se importa em descartar. Que acha que é descartável. Então eu acho que a leitura tinha sido um pouco neste sentido. É o corpo descartável, corpo matável. Ninguém vai se importar. Talvez a esquerda faça barulho...

É importante ressaltar que quando falamos da tessitura das imagens dos corpos de mulheres assassinadas em telas da mídia nacional, há sempre um movimento pelo apagamento e pela minimização destes crimes. Em muitas manchetes à época circulou: “Vereadora do Rio de Janeiro morre após ataque ao carro em que estava” produzindo um efeito de como se a morte fosse um fato secundário, quando o assassinato sempre foi o objetivo. O intento de calar a voz de uma militante, uma representante pública eleita democraticamente pelo voto popular. Uma mulher que militava justamente contra a violência. Sua luta se marcava pelas causas de classe, gênero e raça, dando espaço e visibilidade para mulheres negras, como bem aponta o depoimento de Mônica no documentário. Marielle lutava contra a opressão pois entendia a mídia como lugar em que se reforça o racismo e a subordinação que marcam o corpo e a imagem da mulher negra. Para Lúcia Xavier,

A representação social das mulheres negras está pautada em estereótipos racistas que atravessa séculos. Amalgamada desde o período da escravidão, a mulher negra é sempre vista como um objeto, sujeito sem humanidade, lasciva, amoral, com baixa capacidade intelectu-

al, que faz dela vulnerável à violência e à violação dos direitos. (XAVIER, 2016, p. 38)

Entendemos que o racismo não proporciona ao negro e, principalmente à mulher negra ascensão na hierarquia social. A elas cabe sempre o lugar da empregada doméstica, da babá, entre outros. González e Hasenbalg (1982, p. 91), ao discutir a desigualdade entre brancos e negros, explica que “as práticas discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os ‘lugares apropriados’ para as pessoas de cor”.

A partir dessas discussões, cabe aqui trazer a discussão proposta por Butler em “Vidas Precárias”:

La desrealización de la perdida – la insensibilidad frente al sufrimiento humano y la muerte – se convierte en el mecanismo por medio del cual la deshumanización se lleva a cabo. Dicha desrealización no ocurre ni adentro ni afuera de la imagen, sino a través del marco que contiene a la imagen. ([2004] BUTLER, 2009, p. 184)

Já dissemos em outra ocasião que, no jogo midiático, entre o informar e mostrar há apagamentos e, entre a visibilidade e invisibilidade minimizam-se lutas e existências. Por tanto a mídia é produtora de certas memórias na qual corpos aparecem e outro tantos corpos são invisibilizados e viram número, estatísticas, desumanizando-os. Isso significa parafraseando Butler, que qualquer um, politicamente pode vir a ser uma “vida precária” política e socialmente. É o que temos assistido em nosso país de modo agressivamente contundente desde 2016. Nossos corpos mulheres são os corpos da vulnerabilidade social e política. Acrescenta-se aí a vulnerabilidade de cor e de classe social, somadas à LGBTfobia. Corpos “matáveis e descartáveis”.

Butler, ainda nos alerta para o fato que

La tarea por venir consiste en establecer modos públicos de mirar y escuchar que peudan responder al grito de lo humano dentro de la esfera visual – una esfera en la que la huella del dolor se há inflado hiperbolicamente para justificar um nacionalismo voraz o se há olvidado completamente donde ambas alternativas terminan siendo la misma -. Se trata de una de las consecuencias filosóficas y represen-

tativas de la guerra, porque la política – y el poder – funciona em parte regulando lo que puede mostrarse, lo que puede escucharse. ([2004] 2009, p.183).

Quantos corpos femininos, negros, favelados, LGBTs, viraram números desde 2018? Nesses tempos que enfrentamos a pandemia pelo coronavírus, quais são os corpos que mais tombam? Respostas em números que mostram a dura realidade da vulnerabilidade social. Revelam o que a história já nos conta: corpos de mulheres são historicamente matáveis, sacrificáveis.

Entre a “morte” política de uma Presidenta e o assassinato de uma vereadora, instala-se um avanço do fascismo, instala-se uma necropolítica voraz, sem limites e sem moral. Dura realidade em que “tempos sombrios” não é apenas figura de linguagem.

Os “corpos hereges” da Idade Média, os corpos das câmaras de gás do Holocausto, são os corpos de “balas perdidas”, são os corpos enfileirados em valas comuns nos cemitérios, e estas imagens efusivamente mostradas até pouco tempo pelas TVs abertas, agora figuram pontualmente, é a mídia fazendo e (des)fazendo memórias.

Na perspectiva teórica a qual nos filiamos, e como já pontuamos acima a noção de acontecimento discursivo, pensamos aí a ordem discursiva, a ruptura, o estranhamento, a contradição, e a falha. Mas, também pensamos o constante processo de redizes e retomadas, talvez, estejamos vivendo uma terrível paráfrase histórica, cujos episódios genocidas sejam nos apresentados em amálgamas.

Nesse sentido, é de suma importância leitura de produções como estas, que se posicionam política e socialmente, textualizando gestos de resistências/tragédias que não podem cair no esquecimento.

É preciso lutar todos os dias para não virar estatística. Números crescentes de corpos vulneráveis são marcas dos esquecimentos/apagamentos do Estado. Ou, perversamente, uma tomada de posição, em termos agambeanos, de um permanente Estado de Exceção, no qual, potencialmente somos todos vidas nuas.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1985

BUTLER, Judith. [2004]. **Vida Precária**: el poder del duelo y la violencia. 1. ed. 1ª reimp: Buenos Aires: Paidós, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. [2017]. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. *In*: **Revis-ta Rumores**. n. 23, vol. 12 janeiro/junho. 2018

DELA-SILVA, Silmara. O sujeito mulher como acontecimento jornalístico, uma questão discursiva. *In*: SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari; GARCIA, Dantielli Assumpção. (Org.) **Inquietações de gêneros e sexualidades**: leituras na contemporaneidade. Porto Alegre: Unioeste, Evangraf. 2017

DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In*: FLORES, Giovanna B.; NECKEL, Nádia R.M.; GALLO, Solange M.L. (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1982

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In*: FERREIRA, Maria CristinaL.; INDURSKY, Freda. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007

INDURSKY, Freda. Discurso, Mídias e formas de resistência. *In*: FLORES, Giovanna B. [et al]. (Org.) **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Vol. 4. Campinas: Pontes Editores, 2019.

MORENO, Rachel. **A imagem da mulher na mídia**: controle social comparado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4.ed. Campinas: Pontes, 2003

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia ; MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileira. Vinhedo: Editora Horizonte. 2012

PATEMANN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, [1997], 2012.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *In*: **Cadernos Estudos Linguísticos**. Campinas. n.19. julho/dezembro. 1990.

PÊCHEUX, Michel; DAVALLON, Jean. ACHARD, Pierre; DURRAND, Jacques; ORLANDI, Eni P. **Papel de Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. [1988]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi Campinas: Unicamp, 2006.

RAMOS, Fernão Pessoa (Org.) **Teoria contemporânea do cinema**. Vol.II – São Paulo: Ed. Senac, 2005.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

XAVIER, Lúcia. Racismo, Corpo, Saúde, Representação. *In*: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. (Org). Encrespando. I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU-2015-2024). Brasília, **Anais...**, Brasília, Brado Negro, 2016.



## ESCULPIDO VIVO: VIDA E MORTE DA ART(ISTA)<sup>1</sup>

Renata Marcelle Lara

*Compreende-se que, depois da arte “acadêmica” que dava como referência o passado, e a arte “moderna” que dava como referência o futuro, o pós-moderno venha a aspirar fruir de uma arte no presente em que ela fosse sua própria referência.* (DEBRAY, 1994, p. 156, grifos meus)

Em março de 2012, conheci a francesa Orlan, artista plástica performática. Fui apresentada a ela por Maria Cristina Leandro Ferreira. Foi um encontro por projeções imaginárias. Na mesa “O corpo como materialidade discursiva”, durante a 2ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso (JIED) e 1º Encontro Internacional da Imagem em Discurso (EIID), realizados na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Leandro-Ferreira abordou sobre o trabalho performático da artista que (se) faz arte por meio de intervenções cirúrgicas em seu corpo. Trata-se da *arte carnal*, inscrita na carne (COUY, 2008), como questionamento à ideologia dominante masculina de assujeitamento da mulher a padrões de beleza impostos socialmente, que moldam sua carne (LEANDRO-FERREIRA, 2013b).

A fala da analista resultou no artigo, de mesmo nome da mesa do evento, “O corpo como materialidade discursiva”, publicado pela revista *Redisco*, em 2013, no/pelo qual ela continua a nos aproximar desse *corpo estranho familiar* que é Orlan, como *art(ista)*:

Tudo acontece como se o processo criador da artista consistisse na transformação de seu próprio corpo num *corpo estranho*, num insólito processo de identificação e de criação que procede de uma confrontação direta com a estranheza do próprio corpo. [...]. Ela fala de sua obra como construção de sua própria imagem e para realizar isso ela atua paradoxalmente na desconstrução do corpo, esse corpo do qual é preciso se *reapropriar*. (LEANDRO-FERREIRA, 2013b, p. 82, grifos da autora)

---

<sup>1</sup> Este texto foi *esculpido* à proporção que eu *me esculpia* (metaforizava) em vida no/pelo isolamento social em mar./abr.2020.

De lá para cá, a docência em Artes Visuais, as recorrentes investidas teórico-analíticas – aprofundadas no Pós-Doutorado (2018-2019), tutorado por Leandro-Ferreira – e orientações de pesquisas nas Pós-Graduação em Letras envolvendo arte, corpo e discurso, combinados com o *estranho-familiar* das imagens provocadas por Orlan, não me deixaram esquecer-la como artista, como obra, como arte em processo, como corpo artístico-discursivo, como arte do/no social. Corpo artístico, corpo social, divididos, emaranhados, imbricados na homogeneidade múltipla e na heterogeneidade una.

Mas por que, agora, Orlan retorna em minha escrita? Couy (2008, p. 15) expõe que embora o corpo da artista seja visto por determinados críticos como “sua obra de arte final”, o interesse dela está no “ritual de passagem” performático que questiona valores reprodutores do *status quo*. Além disso, é possível observar, quanto ao que Couy (2008) e Leandro-Ferreira (2013b), entre outros, dizem de Orlan, que o ritual artístico por ela materializado não envolve somente a *performance*, mas instalação, fotografias, vídeos etc.

Ao discorrer sobre “O corpo exibido”, capítulo de *O corpo como objeto de arte*, Jeudy (2002, p. 117) afirma:

Muitas performances são realizadas por mulheres, demonstrando, assim, que o corpo feminino não é mais um modelo para o artista, mas que ele se impõe como efetuação da cena artística. A busca pela beleza não representa mais o objetivo da criação artística; é a irrupção das fantasias coletivas que a performance provoca. [...]. Se a beleza existe, ela brotará da obscenidade violenta que une o sexo e a dor sob o domínio dos tabus. Em todo caso, a lição é clara: a mulher nunca mais será um objeto, torna-se sujeito ativo capaz de subverter todos os ditames morais que limitam as possibilidades de viver na exaltação erótica.

Para Jeudy (2002, p. 117), “Orlan é um caso particular”, justamente porque “ela combate a própria arte”. E embora eu tenha iniciado este texto falando de Orlan, não é sobre ela ou sua arte, ou ela como obra artística, ou mesmo sobre seu autoprocesso artístico de *arte carnal*, que abordarei. Mas é justamente a particularidade da artista mulher e de sua arte, apontada por Jeudy (2002), em destabilizações no campo artístico e no social, que me permite tratar da arte contemporânea nas/pelas inquietações constitutivas da arte e mobilizadas/provocadas na construção e funcionamento da personagem artista Evelyn Ann Thompson (E.A.T.) no filme *Arte, Amor e Ilu-*

são, originalmente *The Shape of Things* (2003), do diretor Neil LaBute, adaptação de sua peça de teatro de mesmo nome.

Enquanto Orlan mexe no campo artístico, pela arte contemporânea, problematizando, desestabilizando e incomodando de forma peculiar noções já alvo de tal arte, como artista, obra e cena(rio) artística(o), ao tomar o seu próprio corpo como espaço simbólico de discursivização de/da resistência artístico-social, como corpo-carne, corpo-obra, corpo-discurso, ao mesmo tempo corpo arte-artista-obra-denúncia-resistência a padrões estéticos de aprisionamento da mulher, a personagem artista E.A.T., mes-tranda em Artes, apropria-se de um corpo-outro, masculino, e vai lapidando-o, esculpindo-o aos poucos, (*in*)diretamente, por meio de sugestivas intervenções físico-estéticas (mudança de figurino, hábitos alimentares, plástica no nariz), psicológicas e comportamentais. Não se trata mais da apropriação do corpo da artista pela artista. Trata-se da apropriação do corpo-outro, masculino, pela artista, sem seu conhecimento, como matéria-prima e obra no processo de construção artística de um sujeito *esculpido vivo*, um “experimento” acadêmico-artístico.

É nessa direção que *Esculpido vivo: vida e morte da art(ista)*, título/ tema deste texto, tem como recorte constitutivo do *corpus analítico* cenas que compreendem a apresentação pública do trabalho de mestrado da personagem artista E.A.T., no filme *Arte, Amor e Ilusão*, e do cenário da instalação da obra *escultura humana*, que põem em xeque as relações entre sujeito, artista, arte, obra e espectador. Este recorte enlaça a *performatividade*<sup>2</sup> da artista em tal apresentação pública da *escultura humana* a esta “obra” exibida ao público na/pela conjugação de sua fala a quadros fotográficos do sujeito (antes e depois de ser) *esculpido vivo*; ao processo performático do fazer artístico de transformação do sujeito em “obra” – e pelo qual a *imagem da arte* (PESCH, 2019)<sup>3</sup> encontra onde se agarrar; à instalação artística que *espacializa* a *escultura humana*. Enlace como um emaranhado composicio-

---

<sup>2</sup> Termo por mim empregado em sentido discursivo em que a fala da personagem é tomada em sua discursividade cênica, que só tem sentido no ponto de encontro de seu processo artístico-performático de construção de uma obra *viva* com o espectador, este, em parte, coautor em seu anonimato. Não se trata, portanto, da mesma noção de *performativo* em Austin, embora tal ausência se faça presença interdiscursivamente, assim como a ideia de *performatividade* do político, quanto ao corpo, em Butler.

<sup>3</sup> O conceito de *imagem da arte*, formulado por Pesch (2019, p. 17), diz respeito a “imagens/representações inconscientes que sustentam tanto o fazer como o dizer do/sobre/acerca do artístico”.

nal de *materialidades significantes* (LAGAZZI, 2011) enquanto práticas imbricadas da arte contemporânea.

Objetivo, portanto, analisar, pelo *estranhamento* provocado por uma *escultura humana/escultura viva*, como fissuras da arte no social e do social na arte, a equivocidade discursiva dos corpos (artístico-[e]-social). Dessa forma é que interrogo *como* a irrupção da falta, do buraco, do vazio aberto pelo poético metaforizado em/pela/como arte contemporânea (o *esculpido vivo*) provoca o mal-estar de corpos-sujeito *art*(ístico) e social.

### **Performa[nce]tividade de uma escultura instalação**

No delineamento do *corpus*, eu começo esculpindo o estranh[ame]nto. No imaginário fílmico, há *cenar prototípicas* (LAGAZZI, 2015) que fazem irromper o *estranho familiar* (FREUD, [1919] 1996). Remontemos às imagens cinematográficas de *serial killers* que mantêm mulheres em cárcere privado, as torturam e realizam intervenções “estéticas” em seus corpos, arrancando-lhes os olhos, trocando seus cabelos por perucas, injetando-lhes drogas, realizando perfurações outras e costuras na carne. O *estranho familiar*, este estranho que “não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo da repressão” (FREUD, [1919] 1996, p. 256), está no pavor ao sentirmos a dor do outro em nós<sup>4</sup>. Por mais que seja uma cena fílmica, ela está lá para nos lembrar, discursivamente, que não é o mundo uma invenção fílmica, mas a invenção artística que nos dá a ver o mundo.

Na *performance* artística, temos a célebre arte performática de Marina Abramovic em *Rhythm 0 (Ritmo 0)*, 1974, que durou 6 horas. Abramovic doou-se como objeto ao público presente que poderia dispor de 72 objetos, sobre uma mesa, para fazer do corpo da artista o que quisessem, e assumindo, ela, total responsabilidade pelo que pudesse acontecer consigo. Mas, como observa Rivera (2013, p. 28), o desenrolar da proposta revelou uma armadilha, justamente porque “a oferta de si como objeto proposta pela artista pode enganar no outro o pendor para dela se servir sem o respeito devido a seu semelhante ou até mesmo com crueldade”. A artista foi cortada, chuparam seu sangue, rasgaram suas roupas, tocaram suas partes

---

<sup>4</sup> Cf. sobre *dor psíquica* em “O mal-estar no corpo” (FLEIG, 2004) e sobre desdobramentos analíticos de material artístico-midiático envolvendo *dor psíquica* em “Corpos que discursivizam (na) arte (televisiva) (LARA, 2019).

íntimas e uma arma carregada foi apontada para sua cabeça (cf. MARI NETO, 2012; BORTOLUZZI; BIANCALANA, 2018). Ao mexer na carne (empírica, biológica) mexe-se no corpo (real, imaginário, simbólico... discursivo). Num primeiro momento, o estranhamento do espectador está em ver e tomar o sujeito-artista como objeto. Aos poucos, esse sujeito se apaga e é silenciado pelos atos do participante, dando-se a ver e a tocar um *objeto*, ao mesmo tempo *des*-possuído de vida.

No caso de Orlan, referida na abertura deste texto, na sua arte de *performances-cirúrgicas* (COUY, 2008), que também relaciona (se põe em relação a) outras artes contemporâneas, como a instalação, o seu corpo é submetido a intervenções com o auxílio de sujeitos outros restritos e autorizados. Dá-se como corpo à arte, faz de seu corpo um corpo artístico, torna-se corpo-arte-discurso. A diferença aqui é que ela conduz/regula/administra ações previsíveis-autorizadas dos sujeitos-outros que intervêm com instrumentos no “*esculpimento*” de seu corpo em/como arte. Há uma programação prévia do ser-objeto artístico que se quer materializar. Quanto à *performance* de Abramovic, é o sujeito-outro, coautor dela como obra, participe de um processo duplamente aberto a margens, desvios, *des*-limites, que, ao tomá-la como *carne*, faz irromper o *estranho familiar* dos *des*-limites humanos.

Quanto à *escultura viva* da personagem artista do filme *Arte, Amor e Ilusão*, poderíamos pensar numa espécie de arte conceitual – em que o conceito é que se torna o objeto artístico, podendo modificar o valor de um objeto no mundo e redimensionar seus sentidos para um valor estético, como fez Duchamp<sup>5</sup>, tido como um dos precursores de tal arte, com sua obra *A Fonte* (1917), ou como fez Kosuth, convocando o espectador como participe dos sentidos da obra, com *One and Three chairs* (1965)<sup>6</sup> –, mas agora metamorfoseando ou metaforizando corpos-sujeito em corpos-objeto, e cuja possibilidade de movência dos sentidos como prática de resistência a ideologias dominantes também depende da relação com o espectador como participe?

---

<sup>5</sup> Foster (2017, p. 108) afirma que “a maioria dos ready-mades de Duchamp propunha, ainda que de modo anárquico, que objetos de valor de uso substituíssem objetos de valor estético e/ou de valor de troca/valor de exposição [...]”. Para Rivera (2002, p. 49), Duchamp é o que pode se chamar de “arauto da antiarte”.

<sup>6</sup> Para uma abordagem materialista discursiva de tal obra de Kosuth, cf. Leandro-Ferreira (2015a).

Os recortes<sup>7</sup> seguintes de *Arte, Amor e Ilusão* são falas da personagem artista durante a apresentação pública de seu trabalho de mestrado, que se materializou na obra *escultura humana/escultura viva*, à qual eu também me refiro como o *esculpido vivo*. Os jogos de cenas entre as imagens-visuais de E.A.T., no palco, segurando um microfone, ladeada por dois quadros fotográficos<sup>8</sup>, de grandes dimensões, do busto do sujeito (*esculpido vivo*) – antes (fotografia à sua direita) e depois (fotografia à sua esquerda) de ser lapidado, inicialmente cobertos por panos vermelhos e descobertos na medida em que a fala da personagem artista progredia –, e a plateia, com focos alternados entre o sujeito propriamente dito, que foi esculpido em vida, o seu amigo e amiga, namorada deste, presentes na apresentação, permanecem funcionando nos recortes que trago das cenas-legenda.

#### CENAS-LEGENDA (\*grifos meus)

Lado A

**O complemento visual desta tese de mestrado... está disponível na galeria de exposição.**

Do outro lado do prédio.

Recebi um anel de noivado há dois dias... e ainda não dei uma resposta para o cara.

**O supervisor do meu curso me deu este conselho há cinco meses. “Se esforce para fazer arte e mudar o mundo”.**

**Com isso na cabeça, apresento minha mais nova obra.**

**É uma escultura humana... na qual eu trabalhei nas últimas dezoito semanas... e me or-**

Labo B

Garanti que nada fosse forçado durante as novas sessões.

Não posso dizer que foram encontros. Não da minha parte.

Apesar da ilusão do namora ser imperativa... e de que a vontade dele é que estava à frente das decisões.

Fiz sugestões.

Apresentei a ilusão do interesse... e desejo. Mas nunca disse: “Você precisa fazer isso”.

Descobro que com a medida de sexo tanto normal...

quanto em lugares públicos... pude **moldar o interior da minha escultura.**

<sup>7</sup> Na impossibilidade de autorização para disponibilizar, conjuntamente, os fotogramas que compõem o recorte tomado para análise, eu trago as legendas das cenas que se encadeiam para o final da trama do filme, às quais eu nomearei de cenas-legenda, dispostas, em ordem de leitura, primeiro do lado esquerdo do *box* e, posteriormente, do lado direito. Houve, em alguns casos, supressão de falas da sequência fílmica, mas optei em não identificar, porque não dizem respeito ao interesse das sequências discursivas.

<sup>8</sup> O quadro fotográfico à direita da personagem artista apresenta o sujeito objeto de arte antes de ele ser transformado em uma *escultura viva*, tal como se apresentava quando E.A.T. o conheceu, de óculos, cabelos desarrumados, corpo mais volumoso e roupas destoantes de um certo padrão social de beleza norte-americana imposto socialmente. O quadro fotográfico à esquerda traz a imagem do sujeito resultante do processo de “intervenção artística” de E.A.T.: lapidado, esculpido, sua *escultura viva*.

gulho muito.

**Ela não tem nome, já que, espero... signifique coisas diferentes para cada um de vocês... e para quem quer que veja.**

Coloquei uma **tarja nos olhos**.  
Esta é uma foto antes.

Foi lá que o **coagi** a comer a sua primeira refeição vegetariana.

Marca o **início da minha transformação...ou escultura**, se preferir... dos **dois materiais maleáveis que escolhi. A carne e as vontades humanas**. Mas isso não foi feito sem carinho ou preocupação.

Foi uma simples questão de saber se é possível... **injetar uma quantidade X de mudança nessa criatura... usando somente a manipulação como ferramenta.**

**Assim como o exterior.**

Me descobri **criando uma ambigüidade (sic) moral...** que antes só era detectada em traços mínimos.

Na mesma proporção das mudanças externas.

Isso significa que, **à medida que a minha obra ficava mais bonita... firme e confiante... suas ações foram ficando cada vez mais e mais...questionáveis.**

**Fez cirurgia plástica contra orientação médica...** e disse para os amigos que tinha lavado um tombo.

Também começou a trair os amigos e a mim... com grande abandono, durante esse período.

## CENAS-LEGENDA (\*grifos meus)

Lado C

Mostrava um interesse crescente em outras mulheres.

Na verdade, teve relações com a noiva do seu melhor amigo... e continua a esconder detalhes sobre o incidente até hoje.

Estava disposto a abandonar esses amigos quando pedi... que não os visse mais depois do encontro citado... me levando a presumir o que aconteceu com a jovem.

Digo que este ato é moralmente questionável, porque... no meu entender foi mais por culpa... do que por sentimentos sinceros por mim.

Ele foi, então, como eu vejo... **completa e totalmente remodelado como pessoa.** Ainda

Labo D

**Poderão examinar a pedra e outros objetos na exposição.**

Quanto a mim, **não tenho arrependimentos. Nenhum sentimento de remorso pelas minhas ações... pelas emoções fabricadas.** Por nada disso.

**Sempre me firmei no simples conceito... de que eu sou uma artista.**

Só isso.

**É só arte.**

Podem ter opiniões diferentes... sentir outras coisas.

Isso é bem-vindo.

**A diferença é boa. Ótima. Até vital.**

assim, **se abrimos uma revista de moda... ou Só a indiferença é suspeita.**  
**ligarmos a TV... o mundo vai nos dizer que** Só para ela eu digo isso.  
**ele só ficou mais interessante...** desejável, Dane-se.  
mais normal. Em uma palavra: Melhor.

**Ele é um exemplo vivo da nossa obsessão...  
com a superfície das coisas.  
Com o formato delas.**

É com essa ideia que **eu lhes apresento hoje  
minha escultura... sem nome e material de  
apoio.** Obrigada.

Nada mal, não?

Isso foi uma completa surpresa. Um aconteci-  
mento inesperado.

Mas, **obviamente, não posso aceitar.**

Didi-Huberman (2009), em *Ser crânio: lugar, contato, pensamento, escultura*, discute a obra do artista italiano Giuseppe Penone, que diz respeito à escultura na arte contemporânea. O enfoque de Didi-Huberman não é o objeto em si, mas a espacialidade. No prefácio do livro, Vera Casa Nova (2009, p. 14) dá a ver esse movimento do filósofo e historiador da arte como um processo de construção de uma teoria da escultura já que, segundo ela, ele “subverte teorias de arte, a partir de um outro olhar sobre o objeto artístico”.

Dialogando com o trabalho de Penone, e interrogando se ser escultura seria ser pele, Didi-Huberman (2009, p. 70) explica que “quando tocamos uma coisa com a mão, o lugar certo do contato se torna invisível (temos que tirar a mão para ver o que tocamos). Tal é o paradoxo próprio às imagens-contatos que produzem sua visibilidade no acontecimento de uma captura cega”. Mais à frente descreve o *esculpir*, para Penone, como “andar na ‘trilha desaparecida’”, “renunciar às formas previsíveis”, “reencontrar um modo de caminhar na inevitância do material informe”, sendo, “depois, um lugar para perder o espaço – para refutá-lo, invertê-lo como os dedos de uma luva, revirar todas suas coordenadas usuais” (DIDI-HUBERMAN, 2009, p. 77-78).

Para o filósofo-historiador da arte,

[...] entre o “eu” e o “espaço”, só há minha pele. Esta é um receptáculo, um porta-impressões do mundo ao redor que me esculpe. É, ao mesmo tempo, um campo de escavações de meu destino – este do tempo que me esculpe. É, por fim, **uma escrita de minha carne**, um conjunto de traços emitidos, desde o interior de meu crânio, por um **pensamento inconsciente** – pensamento **que também me esculpe.**



[...]. Pele-limite ou pele-bolsa, pele-divisão ou pele-imersão, **pele cega ou pele decifradora de formas** – todos esses motivos percorrem incansavelmente o trabalho do artista. (DIDI-HUBERMAN, 2009, p. 70, grifos meus).

Na *escultura viva*, ou “escultura humana”, como se refere a personagem artista E.A.T. quanto à sua “mais nova obra”, o lugar certo do contato também se invisibiliza. Não vemos a mão que tocou o corpo-sujeito, lapidando-o em objeto. O que se *in*-visibiliza está no “acontecimento de uma captura cega”. A obra se espacializa, perde-se no/como espaço, faz-se invidente.

No processo de construção artística de uma escultura tradicional, a relação é entre o artista e o material artístico. Mesmo que não se tenha conhecido ou não se recupere o processo que levou à construção da escultura, ela se dá a ver como obra para o espectador. No caso da *escultura humana/escultura viva*, só será dada a ver e a significar, e não necessariamente vista e significada, como tal, pelo espectador, na exposição do processo artístico-performático<sup>9</sup> que a tornou materialmente possível, seja pela *performatividade* da apresentação pública da obra pela artista, seja pela instalação artística que faz do *esculpido vivo* uma “obra de arte”. Instalação esta que presentifica a *obra viva* em/por objetos pessoais que (se) espacializam (em) laços do sujeito (matéria-bruta) com o(s) outro(s) (seu[s] semelhante[s]) no assujeitamento ao processo artístico de seu esculpimento em vida.

Quando formulei a noção conceitual de *corpo performático como acontecimento artístico-discursivo* (LARA, 2016), eu me ative ao âmbito das Artes Visuais, com foco na manifestação artística *performance*. A ideia de *performance* como acontecimento artístico é sustentada pela “composição constitutiva entre artista-obra/obra-artista/tempo-espaço, que se misturam, *con*-fundem-se, *in*-distinguem-se no momento mesmo da prática artística, que é, ao mesmo tempo, uma prática discursiva”, sendo, portanto, sujeito e obra, “o duplo uno *in*-divisível, *in*-separável, que só se eternizam na efemeridade do acontecimento performático” (LARA, 2016, p. 197, grifos da autora). Por mais que se possa brincar com a temporalidade na *performance* artística, é no momento presente, em e como processo, que a

---

<sup>9</sup> Estou considerando como processo artístico-performático a atuação da artista em sua *performance* da/na vida cotidiana e dos sujeitos sociais como cenários/personagens constituintes de sua *obra viva*.

obra se faz obra, conforme esclareci naquela época. E o fato de o corpo performático do artista se fazer acontecimento discursivo se dá na desestabilização de sentidos de arte (manifestação/obra artística) na Arte (área de conhecimento), bem como de “sujeito-artista e suas relações com o tempo-espaço além do cronológico e geográfico, assim como as fronteiras entre diferentes práticas artísticas e outras práticas com as quais dialoga e confronta-se, e os limites fronteiros de áreas múltiplas do saber” (LARA, 2016, p. 205).

O jogo entre *performatividade* e *performance* – *performa[nce]tividade* –, a que me refiro agora, extrava[z]sa o sentido de *performance* como manifestação/obra artística da arte contemporânea a que me referi no texto anterior. Levando em conta, tal como conceitua Cohen (2013, p. 28, grifo do autor) ao abordar a *performance* como linguagem, que ela é, “antes de tudo [,] uma *expressão cênica*”, exemplificando que a mera exibição de um quadro à plateia não caracteriza tal prática como *performance* enquanto pintar um quadro ao vivo pode caracterizar, considero o processo de construção da “*obra*” conjuntamente à apresentação *performativa* de E.A.T. à plateia uma prática artístico-performática, já que a obra apresentada publicamente (sua *escultura viva*), como resultado de um processo artístico-performático, só pode tangenciar o público em relação à proposição da artista na exposição *performativa* da *arte em processo*, como é próprio da *pesquisa em arte*<sup>10</sup>.

Diferentemente da *performance* artística em que o corpo do próprio artista se faz obra no momento presente de sua realização, o processo artístico-performático da artista na construção de sua *escultura viva* retorna, como imagens projetadas interdiscursivamente, na exposição *performativa* pública de um corpo outro feito obra num tempo-espaço também outro. Enquanto outras práticas artísticas já questionaram o valor atribuído a objetos de consumo, a *performance* da artista problematiza a objetificação do corpo masculino em mercadoria. No entanto, para que isso seja possível, apropria-se do sujeito-outro também como objeto, matéria-bruta lapidada viva em escultura.

O efeito de estranhamento é provocado pelo choque do *acontecimento artístico-discursivo*, pois é somente no momento da exposição que a *escultura viva*, de fato, se materializa para o público, dando vazão/fazendo vazar sentidos *im*-possíveis para a arte, ao passo que o *estranho familiar* está justamente no funcionamento da denegação de que somos aquele cor-

<sup>10</sup> Sobre *pesquisa em arte*, cf. Rey (2002).

po exposto, somos um corpo *esculpido vivo*. Discursivamente, o estranho é o que produz a fenda no social, a irrupção da “falta, o buraco, o vazio do sentido, que provoca mal-estar, desconforto”, sendo, assim, “efeito do atravessamento do equívoco sobre o discurso e o corpo” (LEANDRO-FERREIRA, 2019a, p. 289).

*Em busca do real perdido*, Badiou (2017) afirma que a matemática e a poesia são as únicas coisas realmente proféticas na atividade humana. A matemática por conta da inscrição formal de relações e objetos antes inimagináveis. Quanto à poesia – o que, neste momento, me interessa da discussão do autor –, é justificada por Badiou (2017, p. 40) por este entender que “todo grande poema é o lugar linguageiro de uma confrontação radical com o real”. Se “nada da poesia é estranho à língua” e se “nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade de sua poesia”, e isso nos leva a considerar o “equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, como vemos em Pêcheux (1997a, p. 51), é porque o sentido se dá em relações de *transferência* metafórica (PÊCHEUX, 1997b), fazendo da *resistência*, o *real do discurso*, por ser “da ordem do não conformismo, da não repetição, do não logicamente estabilizado” (LEANDRO-FERREIRA, 2015b, p. 162-163).

Pensem no sujeito. Se o tomarmos como corpo meramente empírico, ele se reduz a carne, conforme Orlandi (2012). Interpelado, “é *corpo-discurso*” (ORLANDI, 2012, p. 85, grifo da autora). Considerando que o sujeito já é resultado de um processo de interpelação do indivíduo pela ideologia, conforme tese althusseriana (ALTHUSSER, 1980), sua materialidade, seu corpo, é discursiva.

Na apresentação pública da *escultura humana* como *obra artística*, o processo artístico-performático de “transformação” da “criatura”, “remodelada como pessoa” ao ser esculpida na “carne” e nas “vontades humanas” – dois “materiais maleáveis” –, moldada no “interior” e no “exterior”, irrompe em cenas tecidas pela fala *performativa* de E.A.T./*performatividade cênica* em palco. Ao denunciar a “nossa obsessão com a superfície das coisas”, “à medida que a obra ficava mais bonita e suas ações cada vez mais questionáveis”, “usando somente a manipulação como ferramenta” na “fabricação de emoções” e da estética da carne (cirurgia plástica, emagrecimento, mudança de trajés...), e conduzindo comportamentos (traição da namorada e dos amigos), a personagem artista dá vida à sua “obra”, “sem nome e material de apoio”.

Ao tarjar o sujeito antes e depois de ser *esculpido vivo*, invisibilizando/silenciando o olho e o olhar, ao apagar seu nome – como se o *estranho familiar* irrompesse como uma perturbação do *efeito ideológico elementar*, que faz com que o sujeito reconheça a si e ao outro como sujeitos e que isto não constitua um problema (ALTHUSSER, 1980) –, apaga/silencia o sujeito na visibilização do objeto “*obra artística*”. Mas esta “*obra*”, em forma de *escultura viva*, ao apagar/silenciar o sujeito “individual” tomado como matéria-bruta maleada, esculpida, remodelada, visibiliza o sujeito social em seus processos de assujeitamento a padrões industrializados que modelam a vida humana.

“Todos os processos de assujeitamento da carne em corpo-discurso e a necessária ereção do sujeito, são desdobramentos da materialidade ideológica [...]”, afirma Souza (2010, p. 4), pesquisador também referido por Orlandi (2012) ao abordar o “*corpodiscurso*”. Está justamente nisso, conforme o autor, a impossibilidade de se tomar o sujeito como substância sem incorrer no erro de significá-lo como essência. O sujeito é, portanto, “uma coagulação da ideologia, cujo cerne é linguístico-histórico-simbólico, ou seja, discursivo” (SOUZA, 2010, p. 4).

Mas se há “algo da individualidade carnal” em todo indivíduo,

[...] estamos diante de uma versão daquilo que Freud afirmou a respeito do “eu” possuir alguma propriedade mais essencialmente individual a partir de sua carnalidade; o que seria individual e essencial no sujeito é a propriedade de ter sensações de que o eu é antes de qualquer coisa um ser corpóreo, derivando, em última instância, das sensações corporais, podendo-se considerá-lo como uma projeção do corpo. (SOUZA, 2010, p. 4)

As emoções, a poesia, a deriva, a metáfora. O que o artístico dá a ver é justamente aquilo que em nós é socialmente reprimido, porque “o olhar é esse objeto perdido, e repentinamente reencontrado, na conflagração da vergonha, pela introdução do outro” (LACAN, [1964] 2008, p. 179).

O choque inconsciente provocado pelo *esculpido vivo* não se dá somente com a plateia presente na apresentação artística ou mais propriamente com o sujeito lapidado, pela artista, em *escultura viva*. Discursivamente, também está no retorno *buttoniano*<sup>11</sup>, metaforização às avessas, do corpo à carne e da apropriação desta como matéria-prima/matéria-bruta

---

<sup>11</sup> Em alusão parafrástico-polissêmica ao filme *O Curioso Caso de Benjamin Button* (2008).

para a construção de um objeto artístico. Retorno este que provoca, no público (pelo seu *desconhecimento* do que o torna [as]sujeit[ad]o à língua e à história), a denegação, ao se *deparar, dar de encontro, encontrar* o real (cf. PÊCHEUX, 1997a). Real inapreensível, insuportável, mas no qual o sujeito *tropeça*<sup>12</sup> pelo choque que a imagem espelhada do seu semelhante (outro) – ao reconhecer-se/desconhecer-se nele (pelo duplo funcionamento da ideologia, que está no desconhecimento dos mecanismos que produzem tal reconhecimento<sup>13</sup>) como carne-objeto-mercadoria – produz no encontro com a alteridade (Outro) que lhe constitui no social<sup>14</sup>.

O que se olha é aquilo que não se pode ver. [...]. No exibicionismo, o que é visado pelo sujeito é o que se realiza no outro. A visada verdadeira do desejo, é o outro, enquanto que forçado, para além de sua implicação em cena. Não é apenas a vítima que está envolvida no exibicionismo, é a vítima enquanto que referida a algum outro que a olha. (LACAN, [1964] 2008, p. 179)

Em “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica”, Lacan ([1949] 1998, p. 101, grifos do autor) explica que o momento de conclusão do estádio do espelho “inaugura, pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial [...], a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas”.

Quanto à denegação, Vasconcelos (2013, p. 217) esclarece que o deslocamento da compreensão psicanalítica e da *relação polêmica* para a

---

<sup>12</sup> “[...] o Real não é uma estrutura ontológica simplesmente inacessível ao sujeito: ele se depara com o real, tropeça nele [...]” (BALDINI; MARIANI, 2013, p. 112).

<sup>13</sup> Althusser (1980) explica que o *reconhecimento* ideológico é uma das duas funções da ideologia, já que o seu inverso, o *desconhecimento*, também é sua função. De fato, a ideologia funciona nesse duplo *reconhecimento/desconhecimento*, ou seja, “[...] o reconhecimento de que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da vida quotidiana mais elementar [...] dá-nos apenas a ‘consciência’ da nossa prática incessante (eterna) do reconhecimento ideológico [...], mas de maneira nenhuma nos dá o *conhecimento* (científico) do mecanismo deste reconhecimento” (ALTHUSSER, 1980, p. 97-98, grifo do autor).

<sup>14</sup> “A AD preconiza que o sujeito constitui-se [sic] ao dizer, ou seja, o sujeito constitui-se no momento em que se inscreve em uma dada formação ideológica. Na Psicanálise, o sujeito é também determinado por um fora, por um Outro, a alteridade, mas esse Outro o constitui, enquanto sujeito no social, de modo definitivo e indelével, pois é pela relação com o outro – a relação do bebê com a mãe – que o grande Outro se institui” (MALUF-SOUZA, 2012, p. 111).

discursiva<sup>15</sup> “reconhece a contradição da formação discursiva como a presença do outro no discurso que é autorizado pela formação discursiva à qual o enunciado está vinculado, muito embora o sujeito o evite, dizendo-o indesejado, por isso rejeitando-o”. Dessa forma, na condição de pré-construído, a denegação “marca a lembrança, a memória trazida no intradiscursivo e isso pode ser concebido como um modo de identidade do sujeito com o outro discurso, com a outra voz que o invade, o qual ele rejeita e tenta apagar” (VASCONCELOS, 2013, p. 218). Daí a nossa dificuldade em ver e significar a arte para além do que o logicamente estabilizado nos aprisiona. No risco de ser pego/revelado pelas emoções, é melhor interditar/afastar (-se d)a arte.

## **A instalação da *escultura viva***

MORALISTAS

NÃO TEM ESPAÇO

NUMA GALERIA DE ARTE

Nestas cenas-legenda da instalação<sup>16</sup> da *escultura viva*, cujos dizeres vão aparecendo gradativamente, grafados em inglês, nas paredes da galeria, conforme o sujeito, que foi transformado em “*obra*”, vai adentrando o espaço artístico, o estranho familiar novamente irrompe, numa dupla interpelação: do sujeito espectador que adentra fisicamente o espaço simbólico e do espectador filmico que se vê/é confrontado em sua moralidade social. Na espacialização da(s) arte(s), o discurso filmico põe em xeque o *des-encontro* do discurso artístico com o social.

No campo artístico, ao abordar a *instalação como problemática artística contemporânea*, Carvalho (2007) defende que o espaço expositivo perpassa as obras. Nesse sentido, orienta-se pelo conceito de *modos de espacialização*, resultante da imbricação entre as noções de local (de ordem física, mensurável) e lugar (simbólico, cultural), já que a noção de espaço, considerada pela autora, compõe-se de “espessura histórica, cultura e social” (CARVALHO, 2007, p. 108).

---

<sup>15</sup> *Denegação discursiva* é um conceito tratado por Indursky no artigo “Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação”, publicado em *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, jul./dez., 1990. Campinas: IEL/Unicamp.

<sup>16</sup> Para situar, retomo o recorte: “O **complemento visual desta tese de mestrado...** está disponível **na galeria de exposição**. Do outro lado do prédio” (grifos meus).

Ela esclarece que “[...] a instalação é considerada como um nexo de problemas que emergem da própria historicidade do campo artístico, no embate com as concepções de obra de arte forjadas na modernidade”, podendo ser “um modo de espacialização, contextual e situacional em relação ao lugar e ao local no qual se instala” (CARVALHO, 2007, p. 115).

Respalda em Orlandi<sup>17</sup> quanto ao não fechamento dos sentidos, que estão sempre em movimento, também fazendo menção ao silêncio – noção cara a Orlandi –, Carvalho (2007, p. 113) situa o vazio como “qualidade espacial” de “abertura de significados” pelo silêncio constitutivo da discursividade.

Esse vazio – que de modo algum equivale ao nada – torna-se um lugar de interação e reciprocidade, agenciado pelo espectador, quando este percebe a rede de significados resultante da articulação entre imagens e objetos, dispostos espacialmente. Dito de outro modo, o espectador não interpretará as imagens e objetos isoladamente – embora possa vê-los um a um – e sim como integrantes de uma mesma obra, cujo sentido pode ser articulado, ainda que pertençam a regimes distintos: imagem, palavra e objeto. (CARVALHO, 2007, p. 113).

É pela problematização do sujeito como espaço simbólico que a instalação da *escultura viva* significa entre o processo artístico-performático da personagem artista e o sujeito esculpido, por ela, em vida, fruto de “emoções fabricadas”. Como afirma De Certeau ([1982] 2002, p. 410), em *História de corpos*, “a problematização do sujeito acompanha a espacialização do corpo”. E se o mundo é uma “moldura simbólica e material”, estando as emoções coladas aos objetos, como aponta Villaça (2016, p. 33), em enlaces com ideias de Jurandir Freire Costa<sup>18</sup>, por ela citado, elas nos põem em movimento entre a estabilização e o desconcerto do estranhamento.

A relação do sujeito com a emoção é forte em Didi-Huberman (2016), justamente no livro em que tal termo intitula e é tema central de sua obra *Que emoção! Que emoção?* Após fazer menção a Gilles Deleuze, a quem se refere como um “grande filósofo contemporâneo”, sequencialmente a uma citação direta dele (“A emoção não diz ‘eu’. [...]”), o historiador de arte afirma:

---

<sup>17</sup> A autora toma referência o livro *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* (1996).

<sup>18</sup> Livro *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo* (2004).

A emoção não diz “eu”: primeiro porque, *em mim*, o inconsciente é bem maior, bem mais profundo e mais transversal do que o meu pobre e pequeno “eu”. Depois porque, *ao meu redor*, a sociedade, a comunidade dos homens, também é muito maior, mais profunda e mais transversal do que cada pequeno “eu” individual. [...] quem se emociona também se expõe. Expõe-se, portanto, aos outros, e todos os outros recolhem, por assim dizer – bem ou mal, conforme o caso – a emoção de cada um. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 30, grifos do autor)

Se a emoção é um componente (do) poético – **“A diferença é boa. Ótima. Até vital. Só a indiferença é suspeita”** (grifos meus) –, ela caminha na direção da irrupção da falta, do buraco, do vazio aberto na metáforização do sujeito em *escultura viva*, que provoca o mal-estar de corpos-sujeito *art(ístico)* e social, tal como o poético e o político, em Pêcheux, foco de investimento de Motta (2019), nos possibilita compreender a ruptura, a transgressão e o desvio da língua, constitutivamente falha, que se inscreve na história.

### **Cena final (por mim) *esculpida***

“Há uma ‘história da arte’, mas ‘a arte’ em nós não tem história. A imagem fabricada é datada em sua fabricação; também o é em sua recepção. O que é intemporal é a faculdade que ela tem de ser percebida como expressiva até mesmo por aqueles que não têm o seu código” (DEBRAY, 1994, p. 40).

Não é a escultura em si, mas tudo o que ela espacializa, e que se projeta imaginariamente pela fala da personagem artista, que performatiza a composição das cenas desenhadas no processo artístico-performático, desde o sujeito tomado como matéria-bruta ao sujeito *escultura viva* apresentado e exposto na fala *performativa* para apreciação pública, por meio de seus (*des*)pertences – roupa, anel de noivado, gravação de imagens íntimas dele com *ela* (E.A.T. – iniciais tatuadas na pele da “**criatura**”)... –, em uma instalação que enlaça o (*des*)*continuum* da obra.

O sujeito contemporâneo se descentraliza, à *la* Derrida, e o faz de um modo contraditório, pois ainda que buscando a diferença, ele vai tentar também, simultaneamente, ficar próximo, identificado a seus pares, a seu grupo. Ou seja: ocorre aí um fenômeno de



pertencimento que fala mais alto e produz, por vezes, efeitos cujos sinais se marcam, na contemporaneidade, pelo excesso. E esse excesso se mostra no corpo, morada do sujeito, lugar de *estranha intimidade*. O mais interessante disso tudo, no entanto, acontece quando se dá a saturação desse excesso, o que acaba derivando para a falta. Assim, não escapamos da máxima lacaniana, que considera o sujeito como ser faltoso por natureza. (LEANDRO-FERREIRA, 2019b, p. 22-23, grifos da autora)

Esse olhar discursivo para a arte põe em cena um sujeito paradoxal. Como *protagonista e espectador* ao mesmo tempo, tal como referido por Leandro-Ferreira (2019b, p. 24), ele é “desconstruído pelo impacto dos sentidos e restaurado pela costura que se consegue fazer” deles posterior à “suspensão”. A arte, como *objeto paradoxal* assim referida pela analista, configura-se e move-se a caminho da estabilidade e no seu inverso, a desestabilização, produzindo “os equívocos, as deformações, as inversões de padrões estéticos do belo, do equilíbrio, da perfeição, a partir da ruptura com modelos inscritos na memória e no imaginário coletivo” (LEANDRO-FERREIRA, 2019b, p. 25).

A ousadia de LaBute produz um buraco em nossa moralidade. Descama nossas *cascas*, para que, pela morte da podridão, a possibilidade de uma pele outra se abra. Em seu ensaio *Cascas*, Didi-Huberman (2011, p. 133, grifos do autor) comenta que

[...] em francês, os etimologistas afirmam que a palavra *écorce* [“casca”] representa a extensão medieval do latim imperial *scortea*, que significa “casaco de pele”. Como se para tornar evidente que uma imagem, se fizermos a experiência de pensá-la como uma casca, é ao mesmo tempo um casaco – um adorno, um véu – e uma pele, isto é, uma superfície de aparição dotada de vida, reagindo à dor e fadada à morte.

Não sendo menos verdadeira que o tronco, em sua aparição e não meramente aparência, irregularidade e descontinuidade, a casca “designa [...] a fugacidade sobrevivente de nossas próprias decisões de vida, de nossas experiências sofridas ou promovidas” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 132).

Logo, não é apenas as camadas superficiais da estética do belo e dos comportamentos sociais fabricados, da mulher objetificada e de uma arte secular masculina que sua ousadia fissura, descamando-as, pela rever-

são de coisas fora do lugar. **“Sempre me firmei no simples conceito...de que eu sou uma artista. Só isso. É só arte”** (grifos meus). Esta fala da personagem artista, caminhando para o final de sua apresentação pública – e que condensa seu processo tal como o significa, na medida mesma em que o processo artístico a significa, bem como a sua “*arte*” –, reacende a pergunta que não cansa de se reinscrever nos territórios da arte, “*o que é arte?*”, e com ela, “*quem é, e o que é, artista e obra na contemporaneidade?*”, bem como “*quais são os seus des-limites possíveis e aceitáveis?*”. Esse retorno do mesmo em sua diferença põe-nos, novamente, em contato, pela arte, com o *estranho familiar* que nos habita, provocando o mal-estar de corpos-sujeito *art*(ístico) e social.

[...] talvez a única função real da arte seja exatamente esta, nos fazer passar da impotência ao impossível. Nos lembrar que o impossível é apenas o regime de existência do que não poderia se apresentar no interior da situação em que estamos, embora não deixe de produzir efeitos como qualquer outra coisa existente. O impossível é o lugar para onde não cansamos de andar, mais de uma vez, quando queremos mudar de situação. (SAFATLE, 2018, p. 35-36)

A capacidade de transpor barreiras, ultrapassar fronteiras e romper limites está justamente para nos mostrar que eles são nossas construções imaginárias, mas também tangenciamentos do real como o impossível, o inapreensível, o *inominável* (BALDINI; MARIANI, 2013). E é justamente porque funcionam tal como são, que podemos ser como somos. Talvez seja justamente isto: somente a arte pode dizer da arte, sendo arte. Essência da arte contemporânea, que é esta capacidade de transpor fronteiras, mesmo que estas continuem lá, funcionando na história e na sociedade. Transpor não significa eliminar, tampouco ignorar. Mas justamente por saber de sua existência material, mexer nelas, perturbá-las, transgredi-las, sabendo-se, também, como fronteira, que pode ser tocada por outras. Daí os limites serem sempre *re*-desenhados: *im*-postos, *trans*-postos, *re*-incidentes. E como analistas, “[...] o que nos instiga ao trabalhar com a linguagem é suportar a sua opacidade [...]” (LEANDRO-FERREIRA, 2013a, p. 138).

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BALDINI, Lauro José Siqueira; MARIANI, Bethania. O real é o nome que se dá ao inominável. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 103-114.

BORTOLUZZI, Gilvani José; BIANCALANA, Gisela Reis. A arte performática de Marina Abramovic: corpo e dor. *In*: **Contemporânea**, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 1-6, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contemporanea/article/view/35411/19611>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CARVALHO, Ana Maria Albani de. Instalação como problemática artística contemporânea. *In*: CATTANI, Icleia Borsa. (Org.). **Mestiçagens na arte contemporânea**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. p. 103-123.

CASA NOVA, Vera. Prefácio. Être crane ou a paixão morfológica. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ser crânio**: lugar, contato, pensamento, escultura. Tradução Augustin de Tugny e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. p. 11-14.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

COUY, Venus Brasileira. “Perdão se devo fazê-los sofrer” – a arte carnal de Orlan. *In*: **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, p. 1-20, mar. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3099>. Acesso em: 3 abr. 2020.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no Ocidente. Tradução Guilherme Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel. Entrevista. Histórias de corpos [1982]. Tradução Márcia Mansor D'Alessio. In: **Proj. História**, São Paulo, n. 25, p. 407-412, dez. 2002. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf13/02.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução André Telles. 2011. p. 99-133. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133072/mod\\_resource/content/1/did\\_huberman\\_cascas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4133072/mod_resource/content/1/did_huberman_cascas.pdf). Acesso em: 30 mar. 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** Tradução Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ser crânio**: lugar, contato, pensamento, escultura. Tradução Augustin de Tugny e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

FLEIG, Mario. O mal-estar no corpo. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (Org.). **O corpo torturado**. Porto Alegre: Escritos, 2004. p. 133-139.

FOSTER, Hal. **O retorno do real**: a vanguarda no final do século XX. Tradução Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FREUD, Sigmund. O 'estranho' [1919]. In: SALOMÃO, Jayme (Dir.). **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira. Tradução José Luiz Meurer. Rio de Janeiro: Imago: 1996. v. XVII. p. 235-267.

JEUDY, Henri-Pierre. **O corpo como objeto de arte**. 2. ed. Tradução Tereza Lourenço. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

LACAN, Jacques. A pulsão parcial e seu circuito [1964]. In: LACAN, Jacques. **Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução D. M. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 171-182.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica [1949]. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 96-103.

LAGAZZI, Suzy. Análise de Discurso: a materialidade significativa na história. *In*: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de. (Org.). **Linguagem, história e memória**: discursos em movimento. Campinas: Pontes, 2011. p. 275-290.

LACAN, Jacques. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. *In*: FLORES, Giovana G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda. (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 177-189. v. 1.

LARA, Renata Marcelle. Corpo performático como acontecimento artístico-discursivo. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans. (Org.). **A Análise do discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016. p. 195-208.

LARA, Renata Marcelle. Corpos que discursivizam (na) arte (televisiva). *In*: **Linguagem e(m) Discurso**, Tubarão, v. 19, n. 3, p. 401-417, set./out. 2019. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/6643](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/6643). Acesso em: 18 out. 2019.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. *In*: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013a. p. 127-139.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O acontecimento do equívoco entre corpo e discurso. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto *et al.* (Org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2019a. v. 4. p. 279-290.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. *In*: **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013b. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/1996/1723>. Acesso em: 20 jul. 2015.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. (Org.). **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes, 2019b. p. 19-35.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Pensando a arte como discurso. *In*: IN-DURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Org.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). São Paulo: Mercado de Letras, 2015a. p. 263-274.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... Primado prático discursivo! *In*: SOARES, Alexandre S. Ferrari. [et. al.]. (Org.). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Edunioeste, 2015b. p. 159-167.

MALUF-SOUZA, Olimpia. Que sujeito? Interfaces entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia. *In*: MALUF-SOUZA, Olimpia. [et. al.] (Org.). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas: Pontes, 2012. p. 109-122.

MARI NETO, Ricardo. Marina Abramović, dimensões da culpa: do corpo da vida sacra. *In*: **Estúdio**, Lisboa, v. 3, n. 5, p. 430-436, jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1647-61582012000100071&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-61582012000100071&lng=pt&nrm=iso). Acesso: 3 abr. 2020.

MOTTA, Valéria Regina Ayres. **O poético na análise do discurso de Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Processos de significação, corpo e sujeito. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, Pontes, 2012. p. 83-96.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Pontes, 1997b.

PESCH, Bruno Arnold. **Em busca da imagem da arte em composição visualis-  
meme da página Artes Depressão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras)  
– Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

REY, Sandra. Por uma abordagem metodológica da pesquisa em Artes Visu-  
ais. *In*: BRITES, Blanca; TESSLER, Elida. (Org.). **O meio como ponto zero**: me-  
todologia da pesquisa em Artes Plásticas. Porto Alegre: Editora UFRGS,  
2002. (Coleção Visualidade; 4). p. 123-140.

RIVERA, Tania. **Arte e psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

RIVERA, Tania. **O avesso do imaginário**: arte contemporânea e psicanálise.  
São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o  
fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOUZA, Levi Leonel de. O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao  
corpo discurso. *In*: **Entremeios**, Pouso Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-9, jul. 2010. Dis-  
ponível em: [http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistaentremeios/article/  
view/25](http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistaentremeios/article/view/25). Acesso em: 19 out. 2019.

THE SHAPE of things. **[ARTE, amor e ilusão]**. Direção: Neil LaBute. Produ-  
ção: Neil LaBute *et al.* Estados Unidos, França e Reino Unido: 2003. 96 min.,  
son., cor.

VASCONCELOS, Edite Luzia de Almeida. Caminhando sobre águas: o funcio-  
namento da negação no discurso religioso. *In*: INDURSKY, Freda.; FERREIRA,  
Maria. Cristina. Leandro.; MITTMANN, Solange. (Org.). **O acontecimento do  
discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 209-222.

VILLAÇA, Nízia. **A edição do corpo**: tecnociência, artes e moda. 2. ed. São  
Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.





## **SOBRE AS AUTORAS**

### **Aline Fernandes de Azevedo Bocchi**

Pesquisadora e docente do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Franca, é vice-líder do GTeDi – Grupo de Estudos do Texto e do Discurso e mãe do Bernardo. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP (2008) e Doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (2013), realizou estágio de pós-doutoramento no IEL- Unicamp (Capes), Université Paris 13 (Capes) e FFCLRp-USP (Fapesp). Trabalha com Análise de Discurso de viés materialista e Psicanálise, especialmente com os temas do corpo, testemunho, sexualidades, maternidade e infância.

### **Ana Paula Perón**

Graduada e Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá, realizou seu Doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas. É Professora da Universidade Estadual do Paraná, campus de Apucarana, onde atua no curso de Letras. A partir da Análise de Discurso de vertente pecheuxtiana, suas pesquisas se voltam para as mulheres em condição de violência, os sentimentos e os discursos da oralidade.

### **Ana Cecília Rebelo**

É doutoranda em Estudos de Linguagem - Linguística pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Estudos de Linguagem - Linguística pela mesma universidade (2017). É integrante dos grupos de pesquisa DIVAGAR-Se – Divulgação, alteridade e gramatização nas relações sociais e epistemológicas – e PraLinS – Práticas de Linguagem e Subjetividade (ambos da UERJ).

### **Andréia da Silva Daltoé**

Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Unisul, na linha de Texto Discurso, onde desenvolve pesquisas sobre discurso político, voz das minorias, memória e esquecimento, educação democrática. Líder do Grupo de Pesquisa: Relações de Poder: esquecimento e memória (GREPEM-Unisul) e do Coletivo

Pró-educação de Tubarão/SC. Membro do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-UNIPAMPA).

### **Angela Corrêa Ferreira Balbaki**

É professora do Departamento de Estudos da Linguagem (ILE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desenvolve pesquisas em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas, com ênfase nos seguintes temas: formação de professores de línguas; processo de gramatização de línguas; ensino de Língua Portuguesa como L2 para surdos; discurso de divulgação científica.

### **Anna Deyse Rafaela Peinhopf**

Graduada em Filosofia, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). Mestra em Letras, pela UNIOESTE/Cascavel doutoranda em Letras, pela mesma instituição. Graduada em Letras/Libras, pela UNIOESTE/EaD. É professora de Filosofia no Ensino Médio, sendo do Quadro Próprio do Magistério, na Secretaria do Esporte e da Educação do Paraná (SEED/PR).

### **Ariane Costa Derner**

Graduada do curso Cinema e Audiovisual na Universidade do Sul de Santa Catarina; Bolsista pelo Programa Unisul de Iniciação Científica - PUIC, 2019 (Linguística, Letras e Artes), membro dos grupos de pesquisa ÉPOCA (Estética e Política na Contemporaneidade e Discurso, Cultura e Mídia/ (CNPq) )- Cinema/PPGCL -Unisul.

### **Beatriz Pagliarini Bagagli**

É mestra em linguística pela Unicamp e atualmente é doutoranda em linguística pela mesma universidade. Pesquisa questões relacionadas às identidades de gênero de pessoas transgêneras na análise do discurso. Integra o grupo de pesquisa Mulheres em Discurso, liderado pela professora Mônica Zoppi Fontana. Escreve para o transfeminismo.com, transadvocate Brasil e a plataforma medium. Aborda as relações entre movimento transgênero e feminismo, incluindo as correntes feministas radicais e transfeministas, e as formas como as corporeidades são pensadas em contextos de cuidado com a saúde e pelos movimentos a favor da despatologização das identidades trans.

### **Belmira Magalhães**

Professora/pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFAL. Coordenadora da Linha de pesquisa Discurso Política e ideologia do PPGLL/FALE/UFAL. Coordenadora do Grupo: Estudo Discurso e ontologia. GEDON PPGLL/FALE/ UFAL.

### **Ceres Ferreira Carneiro**

Doutora em Estudos de Linguagem pela UFF (2018). Pesquisadora em Teoria do Discurso, vinculada ao Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS), e pós-doutoranda no PPG em Estudos de Linguagem da UFF. Debruça-se sobre os seguintes temas de interesse: Análise do Discurso; Gênero e Imprensa Feminina. Tem vasta experiência como professora de Ensino Básico e Superior em diversas instituições de ensino.

### **Dantielli Assumpção Garcia:**

Graduada em Licenciatura em Letras: Português/Espanhol pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestre e doutora em Estudos Linguísticos pela mesma universidade. Atualmente, é docente no curso de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Bolsista Produtividade da Fundação Araucária (PR).

### **Evandra Grigoletto**

É doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2005). Pós-doutora pelo Programa de Linguística da Unicamp (2020). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da UFPE, atuando nas linhas de pesquisa "Análises do Discurso" e "Análises de práticas de linguagem no campo do ensino". Líder do NEPLEV (Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual). Possui vários artigos e capítulos de livros publicados, no campo da Análise do Discurso pecheuxiana, dedicando-se a temas que envolvem sobretudo o discurso das mídias, inclusive as digitais.

### **Fernanda Lunkes**

Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e professora do PROFLETRAS da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Estudos de Linguagem (UFF/CNPq). Vice-líder do Grupo de Pesquisa/CNPq MiDi-Mídia e(m) Discurso. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, e suas principais pesquisas se dedicam aos se-

guintes temas: discurso jornalístico e midiático, transtornos mentais, saúde, medicalização, felicidade, violência e gestos de violência contra a mulher.

### **Geice Silva**

Doutoranda em Linguística - PPGLL/FALE/UFAL, 2020. Possui mestrado em Sociologia - UFAL, 2013, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais - UFAL, 2009. Atua como professora EBTT no Instituto Federal de Alagoas (2014). Pesquisadora em Sociologia do trabalho e Análise do discurso com interfaces em trabalho reprodutivo/"care"; discurso econômico; família, raça e classe. É membro dos Grupos de Estudo e Pesquisa: Discurso e Ontologia (CNPq), Gênero e Emancipação Humana (CNPq), Gênero e Raça (IFAL).

### **Giovanna Benedetto Flores**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (Linha de Pesquisa Texto e Discurso) e do Curso de Jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul/SC). Jornalista (Unisinus/RS); Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul/SC) e Doutora em Linguística (Unicamp/SP); Estágio Pós-doutoramento em Jornalismo e Estudos Midiáticos e História da Imprensa (Universidade Fernando Pessoa, Portugal). Integrante do grupo de pesquisa Produção e Divulgação do Conhecimento e líder do Grupo de Pesquisa Discurso, Cultura e Mídia (CNPq).

### **Lucília Maria Abrahão e Sousa**

Professora Livre-Docente na Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP). Bolsista FAPESP (Proc. número 2019/13385-4). Bolsista Produtividade PQ do CNPq. Membro da Internacional dos Fóruns – Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano de São Paulo, Fórum do Campo Lacaniano em São Paulo.

### **Mara Glozman**

Doutora em Letras e Mestre em Análise de discurso (UBA), pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina), com sede no Instituto de Linguística (UBA). Suas linhas de pesquisa e ensino são teoria do discurso, metodologia do arquivo, história das ideias linguísticas, debates sobre a língua(gem) e movimentos políticos na Argentina (século XIX/peronismo/feminismo).

### **Mirielly Ferraça**

Formada em Jornalismo (Unipar) e em Letras (Unioeste). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra os grupos de pesquisa *O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias da linguagem* (Unicamp) e GPTD – *Grupo de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso* (UFPR). Tem interesse na compreensão do funcionamento discursivo de temas que tocam a relação entre memória, sujeito, espaço urbano e resistência.

### **Mónica Zoppi-Fontana**

Professora Livre-Docente do Departamento de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, atua nos cursos de Graduação e Pós-graduação. É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABEURB), NUDECRI/UNICAMP e participa do quadro docente do Mestrado Multidisciplinar em Jornalismo Científico e Cultural, IEL/LABJOR, UNICAMP. É pesquisadora associada do laboratório PLEIADE-Université de Paris 13. É editora do blog #LINGUÍSTICA e das redes sociais a ele associadas, destinado à divulgação dos estudos linguísticos. Sua pesquisa aborda as temáticas da enunciação e da Análise de Discurso, com ênfase nos processos de designação e subjetivação, em particular relacionados às questões de gênero, de políticas linguísticas e da argumentação.

### **Nádia Neckel**

Mãe do Lucas Rodrigo e da Bruna Valentina. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (Linha de Pesquisa Texto e Discurso) e do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul/SC). Licenciada de Artes Cênicas (UFSM); Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul/SC) e Doutora em Linguística (Unicamp/SP); Membro dos grupos de pesquisa ÉPOCA (Estética e Política na Contemporaneidade e Discurso, Cultura e Mídia/ (CNPq))- Cinema/PPGCL -Unisul.

### **Renata Marcelle Lara**

Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Departamento de Fundamentos da Educação, atuando na Graduação em Artes Visuais. É líder do Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte (GPDISCMÍ-

DIA-CNPq/UEM) e pesquisadora do Grupo Oficinas de AD: conceitos em movimento (CNPq/UFRGS).

**Silmara Dela Silva**

Doutora em Linguística pela Unicamp (2008). É Professora Associada da UFF, no Departamento de Ciências da Linguagem, pesquisadora do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) e do PPG em Estudos de Linguagem, e Jovem Cientista Faperj (2015/2017 e 2018/2021). Tem experiência como jornalista e docente nas áreas de Linguística e Comunicação Social, e seus estudos têm como foco a análise dos discursos da/na mídia.

1ª Edição

Janeiro de 2022

**Navegando Publicações**



NAVEGANDO

[www.editoranavegando.com](http://www.editoranavegando.com)  
[editoranavegando@gmail.com](mailto:editoranavegando@gmail.com)  
Uberlândia – MG  
Brasil

Pensando na relevância, na singularidade e na transversalidade dessa problemática, nossa aposta na organização deste livro foi propor uma reflexão em torno dos processos discursivos sobre/de mulheres na relação com temáticas específicas, colocando em jogo as tensões, os dilemas e as frentes de luta e de resistência que se vislumbram. A partir da mobilização preliminar de temas como artes, mídias, ditaduras, psicanálise, feminismos, políticas, filosofia, trabalho, maternidades, ciências, espaços urbanos, saúde, transexualidade e imagens, contamos com a colaboração de outras mulheres para pensarem, dizerem e se posicionarem conosco, teórica e politicamente. Cada autora elaborou seu texto sobre um determinado tema mobilizando o que lhe afetava no dizer, no mostrar e no fazer das/sobre as mulheres.

